

**Centro Universitário Feevale
Curso de Pós-Graduação em Inclusão Social e
Acessibilidade
Mestrado em Inclusão Social e Acessibilidade**

Sonia Mari Coelho Felipe dos Santos

**Eficiência de políticas públicas em duas
capitais latinas – Porto Alegre e Montevideu:
um estudo comparado**

Novo Hamburgo, 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Centro Universitário Feevale
Curso de Pós-Graduação em Inclusão Social e
Acessibilidade
Mestrado em Inclusão Social e Acessibilidade**

Sonia Mari Coelho Felipe dos Santos

**Eficiência de políticas públicas em duas
capitais latinas – Porto Alegre e Montevideú:
um estudo comparado**

**Dissertação apresentada ao Curso
de Pós-Graduação em Inclusão
Social e Acessibilidade, como
requisito para a obtenção do título
de mestre em Inclusão Social e
Acessibilidade.**

Orientador: Prof. Dr. Everton Santos

Co-orientador: Prof^a. Dr^a. Cristina Ennes da Silva

Novo Hamburgo, 2009

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Santos, Sonia Mari Coelho Felipe dos

Eficiência de políticas públicas em duas capitais latinas – Porto Alegre e Montevideú: um estudo comparado / Sonia Mari Coelho Felipe dos Santos. – 2009.

224 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Inclusão Social e Acessibilidade) – Feevale, Novo Hamburgo-RS, 2009.

Inclui bibliografia e apêndice.

“Orientador: Prof. Dr. Everton Rodrigo Santos” ; “Co-orientador: Profª. Drª. Cristina Ennes da Silva”.

1. Capital Social. 2. Porto Alegre – Políticas Públicas. 3. Montevideú – Políticas Públicas 4. Instituições Sociais. I. Título.

CDU 304

Bibliotecária responsável: Susana Fernandes Pfarrius Ladeira – CRB 10/1484

**Centro Universitário Feevale
Curso de Pós-Graduação em Inclusão Social e
Acessibilidade
Mestrado em Inclusão Social e Acessibilidade**

Sonia Mari Coelho Felipe dos Santos

**Eficiência de políticas públicas em duas
capitais latinas – Porto Alegre e Montevidéu:
um estudo comparado**

Dissertação de mestrado aprovada pela banca examinadora em 15 de junho de 2009, conferindo à autora o título de mestre em Inclusão Social e Acessibilidade.

Componentes da Banca Examinadora:

**Prof. Dr. Everton Santos (Orientador)
Centro Universitário Feevale**

**Prof. Dr. Marcelo Baquero
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul**

**Prof^a. Dr^a. Eliana Moura
Centro Universitário Feevale**

Dedico este trabalho, e todo o esforço da
minha vida, a três pessoas fundamentais:
Virgínia, Arthur e Eliseu, meus filhos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e pela interminável sede de aprender.

À minha família, pelo amor e carinho dedicados.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Everton Santos, pelo exemplo de dedicação à pesquisa científica, pelo desprendimento no partilhar o saber, pelo equilíbrio sempre presente nos momentos cruciais do processo de construção do conhecimento.

À minha co-orientadora, Prof^a Dr^a Cristina Ennes da Silva, por ter me iniciado no universo da história comparada e ajudado a entender mais sobre a formação da identidade de Porto Alegre e de Montevideú.

À Prof^a. Me. Juscelaine Bitarello, pelo apoio contábil na organização dos dados referentes aos orçamentos das duas cidades estudadas, e à acadêmica de psicologia e bolsista de iniciação científica, Cíntia Ventura, pelo auxílio no manejo do programa SPSS.

À defensora pública Adriana Burger, por me apresentar à também defensora pública Silvia Sturla, que propiciou as entrevistas com o Senador e ex-Intendente de Montevideú Mariano Arana e com o deputado Carlos Gamou.

Ao militante dos direitos humanos Jair Krischke, pelas horas dedicadas a contextualizar minhas informações como estudioso e até protagonista de fatos que ligam as duas comunidades estudadas e por me pôr em contato com a acadêmica de história Iara Bermudes, que possibilitou as entrevistas com o sociólogo Jorge Voituret e sua esposa, a médica Teresa, e com o diretor financeiro da Intendência de Montevideú, Enrique Cabrera.

Devo ainda um agradecimento especial ao Senador Sérgio Zambiasi, por me ter aberto as portas do Uruguai e também pelo apoio na obtenção de bibliografia uruguaia.

Ao Sr. Cônsul Pablo Scheiner, minha gratidão e a todo o corpo de servidores do Consulado do Uruguai.

E, de maneira especial, à advogada Patrícia Escursell, minha amiga Pato, que viabilizou as entrevistas com o advogado Ope Pasquet e o escritor e jornalista César di Candia, além de ter ajudado na obtenção de informações sobre o Uruguai.

Aos entrevistados uruguaios já referidos e aos brasileiros Cleci Jurach, Ivair Maynard, João Bosco Vaz, Luis Afonso Sena, Luiz Alberto Carvalho Junior, Marinon Porto e Sergius Gonzaga pelo desprendimento e tempo dedicados.

À professora Jane Pantaleão, pelo apoio impagável nas gravações em espanhol.

Ao jornalista Afonso Licks, pelo escrutínio e crítica.

À também jornalista Carmel Mostardeiro, que fez a reta final se tornar possível e suportável.

Ao Prof. Dr. Henrique de Castro, pelo suporte metodológico.

Ao Secretário de Estado e Prof. Dr. Fernando Schüller, que oportunizou que mais tempo fosse dedicado à finalização desta dissertação.

Finalmente, agradeço a todos os que me puseram, apóiam e mantêm no caminho da política e, através dela, na construção de políticas públicas que visem o bem estar de comunidades e de indivíduos.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo principal compreender os impactos do capital social e das instituições no desempenho das estruturas do Estado em duas cidades latino-americanas: Porto Alegre e Montevideu. O trabalho tem como pressuposto teórico de que a sinergia entre instituições e o capital social são variáveis que influenciam na eficiência dos serviços públicos oferecidos, em outras palavras, na eficiência das políticas públicas em ambas as cidades. O trabalho justifica-se por chamar a atenção para o importante papel que a comunidade organizada tem sobre a qualidade de suas políticas e conseqüentemente sobre as possibilidades da inclusão social nesta região que enfrenta historicamente desigualdades sociais significativas. Para tanto, a partir da revisão da bibliografia especializada, de entrevistas semi-estruturadas nas duas localidades, bem como de pesquisa quantitativa, "Capital social e desenvolvimento sustentável na construção da cidadania e melhoria da qualidade de vida", Nupesal/Ufrgs (banco de dados) aplicada em 2005, buscou-se aferir os níveis de Capital Social e Confiança institucional nas duas cidades em foco.

Palavras-chave: Capital Social, Porto Alegre, Montevideu, confiança institucional.

ABSTRACT

This thesis has as its main objective to understand the impacts of social capital and institutions in the performance of the State structures in two Latin-American cities: Porto Alegre and Montevideo. The work has as theoretical objective that the synergy between the institutions and the social capital are variables that influence in the efficiency of the public services rendered, in other words, in the efficiency of the public politics in both cities. The work justifies itself for calling the attention to the important role that the organized community has on its political qualities and consequently on the possibilities of social inclusion in this region that faces historically significant social differences. Therefore, from a revision of specialized bibliography, semi-structured interviews in two places, as well as a quantitative research, “Social Capital and sustainable development in the construction of citizenship and the improvement of life quality”, Nupesal/Ufrgs (data bank) applied in 2005, it was aimed at gauging the levels of Social Capital and institutional reliability in the two cities in focus.

Key words: Social Capital, Porto Alegre, Montevideo, institutional reliability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Confiança interpessoal	72
Gráfico 2 – Educação	73
Gráfico 3 – Saúde	76
Gráfico 4 – Transportes	78
Gráfico 5 – Esporte, lazer e cultura	80
Gráfico 6 – Segurança pública	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Avaliação dos Serviços Públicos e Confiança nas Associações – Porto Alegre	84
Tabela 2 – Avaliação dos Serviços Públicos e Confiança nas Associações – Montevideú	85
Tabela 3 – Gastos Comparados nos Serviços Públicos por Área – 2004	88
Tabela 4 – Gastos Comparados por Habitante nos Serviços Públicos – Montevideú e Porto Alegre – 2004	88
Tabela 5 – Gastos por Habitante e Satisfação com Serviços Públicos – Porto Alegre – 2004	89
Tabela 6 – Gastos por Habitante e Satisfação com Serviços Públicos – Montevideú – 2004	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 ESTADO, INSTITUIÇÃO E CULTURA POLÍTICA	15
1.1 MATRIZ IBÉRICA, FORMAÇÃO DO ESTADO E DA IDENTIDADE	15
1.2 CULTURALISMO E INSTITUCIONALISMO	26
1.3 SINERGISMO ENTRE INSTITUIÇÕES E CULTURA POLÍTICA	29
1.4 DESENVOLVIMENTO, INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA	31
1.4.1 Desenvolvimento	31
1.4.2 Inclusão social	34
1.4.3 Cidadania	37
2 HISTÓRIA – IDENTIDADES FORMADAS POR ESTADOS BÉLICOS E SOCIEDADES QUE SE ACOLHEM NA ADVERSIDADE	40
2.1 OS EUROPEUS NO CONTINENTE	41
2.2 PORTO ALEGRE	45
2.3 MONTEVIDÉU	55
3 CAPITAL SOCIAL E INSTITUIÇÕES, UM SINERGISMO POSSÍVEL	70
3.1 NÍVEL DE CONFIANÇA INTERPESSOAL	71
3.2 SATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS PÚBLICOS	73
3.3 CRUZANDO VARIÁVEIS	84
3.4 DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	86
CONCLUSÃO	91
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICES	107
Apêndice A – Jair Krischke	108
Apêndice B – Luiz Afonso Sena	112
Apêndice C – Sergius Gonzaga	119
Apêndice D – Luiz Alberto Carvalho Junior	124
Apêndice E – João Bosco Vaz	127
Apêndice F – Marinon Porto	129
Apêndice G – Ivair Maynart	133
Apêndice H – Cleci Jurach	136
Apêndice I – Ope Pasquet	140
Apêndice J – Carlos Gamou	156
Apêndice L – Mariano Arana	165
Apêndice M – Enrique Cabrera	174
Apêndice N – Teresa Gomes Perez e Jorge Voituret Pazos	186
Apêndice O – César Di Candia	205
ANEXO	214
Anexo A – Documentos	215
Anexo B – Questionário	217

INTRODUÇÃO

Desde as últimas duas décadas do século XX, os países da América Latina experimentam um período de normalidade democrática, substituindo regimes militares que se esgotaram pela incapacidade de oferecer respostas à sociedade civil em que a bipolaridade comunismo versus capitalismo desapareceu e, com ela, as soluções dicotômicas que propunham a estas sociedades. Ao mesmo tempo, sob os efeitos contraditórios da globalização econômica, do controle da inflação e da dívida externa, abre-se um novo cenário desafiador à eficiência do Estado no enfrentamento às questões sociais que se impõem historicamente aos diferentes governos da região.

A democracia coexistindo com condições de pobreza, desigualdade e exclusão social são questões que desafiam cientistas políticos e os governos da região. Buscar aferir o grau de eficiência das estruturas de Estado, bem como a simultânea criação de ferramentas modernas para viabilizar maior agilidade e efetividade no alcance dos resultados das políticas públicas, pode contribuir para a elaboração de políticas no esforço da diminuição das desigualdades que caracterizam o país, a pobreza e a exclusão social.

O Banco Mundial e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe/ONU (CEPAL), por exemplo, assinalam que, muito embora haja avanços em várias áreas na América Latina, a exclusão social e a disparidade entre ricos e pobres se acentuaram seriamente nas últimas décadas no continente. Sob estas condições, o funcionamento e a estabilidade das instituições e a percepção das pessoas sobre o desempenho do Estado ganham peso na análise do nível de desenvolvimento econômico e social obtido.

O entendimento existente é o de que a política econômica por si não é suficientemente capaz de garantir uma sociedade com equidade. Assim, o conceito de capital social surge como fator considerável nos processos de busca de melhora das condições de vida destas populações. O capital social aqui, sumariamente falando, é entendido na esteira de Putnam, como laços de confiança interpessoais, numa determinada sociedade, que, aliados ao desempenho das instituições podem ter efeitos positivos sobre as políticas públicas, ou seja, podem melhorar a

capacidade dos governos em atenderem às demandas da população, melhorando a educação, saúde e o bem estar em diferentes regiões do mundo.

Dito isso e com o propósito de avançarmos a compreensão sobre os fenômenos que envolvem a complexa relação entre Estado e sociedade na América Latina, esta dissertação de mestrado tem como problema de pesquisa investigar comparativamente, a partir de duas cidades latinas, Montevideu no Uruguai e Porto Alegre no Brasil, a influência que a cultura política, aliada aos regramentos institucionais formais, exerce sinergeticamente sobre o desempenho das instituições dos governos locais, portanto, de suas políticas públicas. Em outras palavras, busca-se compreender em que medida a confiança interpessoal (o capital social), aliada às ações públicas de gestores, notadamente no que diz respeito aos recursos orçamentários, impacta satisfatoriamente sobre os serviços prestados às duas populações.

O estudo justifica-se, epistemologicamente, pelo fato de buscar entender até que ponto as instituições formais interagem com a conformação social existente de forma a garantir o bom desempenho do Estado. Dando-se ênfase no dinamismo da sociedade, rivalizamos de certa forma com a tradição já consagrada nas Ciências Sociais da “virtude dos atores” na implementação de políticas públicas. Também se justifica socialmente pela contribuição que pode fornecer aos gestores das cidades envolvidas. Este trabalho poderá contribuir para a sociedade fornecendo elementos para os gestores públicos pensarem como as suas ações podem ser mais eficientes, chamando a atenção também para o papel da comunidade.

Para melhor compreender a realidade que nos é posta, este trabalho busca amparo teórico em duas correntes das Ciências Sociais, quais sejam: a neo-institucionalista e a culturalista. A primeira tem como foco as instituições – sua formação, importância e eficiência. No que se refere à perspectiva culturalista, trabalharemos com o foco em práticas sociais, normas e relações de confiança entre cidadãos.

Do ponto de vista metodológico, este trabalho utiliza dados de cultura política (qualitativos e quantitativos) para explicar o resultado de políticas públicas. Os dados quantitativos utilizados são oriundos de pesquisa quantitativa, tipo survey realizado pelo Núcleo de Pesquisas Sobre a América Latina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPESAL/UFRGS), no ano de 2005, em ambas as cidades (banco de dados). Já a etapa qualitativa foi realizada a partir de entrevistas

em profundidade semi-estruturadas, realizadas pela autora com gestores e atores públicos envolvidos, além de revisão do contexto histórico.

Ao todo, foram entrevistadas quinze pessoas. Entre elas, o sociólogo Jair Krischke, que contribuiu contextualizando ambos os universos. Do lado uruguaio, o sociólogo Jorge Voituret e sua esposa, a médica Teresa Perez, militantes e fundadores do Partido Frente Amplio, ambos ex-presos políticos; o arquiteto, Senador e ex-Intendente de Montevidéu Mariano Arana; o deputado Carlos Gamou; o diretor financeiro da Intendência de Montevidéu, Enrique Cabrera; o escritor, jornalista e advogado Ope Pasquet; e o também escritor e jornalista César di Candia. Em Porto Alegre, foram ouvidos os secretários municipais Cleci Jurach, da Educação; João Bosco Vaz, do Esporte; Luis Afonso Sena, do Transporte; Marinon Porto, substituto da Saúde; e Sergius Gonzaga, da Cultura. Além deles, o vice-presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Rio Grande do Sul (ASDEP), Ivair Maynard; e o engenheiro florestal e Supervisor da Supervisão de Praças, Parques e Jardins (SUPPJ), da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Luiz Alberto Carvalho Júnior.

Os dados quantitativos foram analisados com a ajuda do Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) de forma descritiva. As entrevistas em profundidade foram transcritas e analisadas com vistas a procurar os significados das falas relacionados com o tema da dissertação. Por fim, foram resgatados aqueles aspectos da formação histórica de ambos os países constitutivos da cultura política, servindo, assim, para embasar as análises.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro, denominado “Estado, Instituição e Cultura Política”, fundamenta teoricamente o estudo, com base nos autores da bibliografia especializada. O segundo, “Identities formadas por Estados bélicos e sociedades que se acolhem na adversidade”, analisa a história da constituição de Porto Alegre e Montevidéu, as guerras pelas quais passaram e as diferentes estruturações políticas, econômicas e sociais que tiveram. Propõe ainda idéias acerca da formação das identidades de ambas as comunidades. A terceira parte “Capital Social e Instituições. Sinergismo Possível” se constitui na análise dos dados da pesquisa “Capital social e desenvolvimento sustentável na construção da cidadania e melhoria da qualidade de vida”, desenvolvida pelo NUPESAL/UFRGS. Foram escolhidas para a avaliação da satisfação da população de Porto Alegre e Montevidéu os serviços de educação, saúde, esporte, lazer e cultura, segurança e

transporte, assim como os recursos destinados a cada uma dessas áreas. Na seqüência, foi formado um cruzamento para descobrir qual a relação existente entre o capital social, as dotações orçamentárias e o nível de satisfação das populações.

1 ESTADO, INSTITUIÇÃO E CULTURA POLÍTICA

O que um homem vê depende tanto daquilo para que olha
como daquilo que sua experiência conceitual
prévia o ensinou a ver.¹

Tendo como problema de pesquisa nesta dissertação investigar comparativamente, a partir de duas cidades da América Latina – Montevideú, no Uruguai e Porto Alegre, no Brasil –, a influência que a cultura política, aliada aos regramentos institucionais formais, exerce sinergeticamente sobre o desempenho das instituições dos governos locais, portanto de suas políticas públicas (Educação, Saúde, Transporte, Esporte, Lazer e Cultura e Segurança), torna-se imprescindível construir um quadro teórico para a compreensão do problema em tela. Assim, o texto a seguir será dividido em quatro partes. A primeira apresentará a formação de Estado e das identidades em ambas as localidades, a partir da comum matriz ibérica que se dividiu em lusa e hispânica constituindo dois substratos, por vezes símile, por outras, distintos, na definição das identidades nacionais do Brasil e do Uruguai. Em seguida, o estudo enfocará a evolução sob a visão das correntes de pensamento institucionalista e culturalista, para abordar o sinergismo possível, na terceira parte, entre as instituições e a cultura política, influenciando sobre os governos e suas políticas. Na última parte deste capítulo, abordaremos as conseqüências deste sinergismo sobre o desenvolvimento, a inclusão social e a própria cidadania.

1.1 MATRIZ IBÉRICA, FORMAÇÃO DO ESTADO E DA IDENTIDADE

Esposamos a visão weberiana, apresentada por Raymond Aron, de que a sociologia e a história “marcam duas direções da curiosidade, não duas disciplinas

¹ KUHN, Thomas. S. *The Structure of Scientific Revolutions*. 2nd. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1970, p. 113. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~chibeni/texdid/structure-sintese.htm>>. Acesso em: 23 set. 2008.

condenadas a se ignorar mutuamente”², e que, para a compreensão histórica, há necessidade de proposições gerais e comparações. Destarte, vale lembrar ser este um estudo comparado e que, para tanto, recompondo episódios, buscaremos reconstruir a trajetória dos universos de Montevideu, no Uruguai e Porto Alegre, no Brasil, não olhando o passado porque é um estudo comparado, mas cotejando as trajetórias por acreditar que as similitudes e as diferenças são indicativas da situação atual. Optamos por proceder assim, ao invés de nos fixar na experiência contemporânea e ignorar “os processos de longo prazo”, a fim de evitar o “paroquialismo” criticado por Peter Burke:

Os teóricos sociais demonstram paroquialismo em um sentido mais metafórico, um paroquialismo mais vinculado a tempo do que a lugar, sempre que generalizam sobre a “sociedade” com base apenas na experiência contemporânea ou discutem a mudança social sem levar em consideração os processos de longo prazo.³

Buscamos evitar adentrar no movediço terreno da celeuma de “o quê comparar?” sem ignorar os que defendem “a tese irredutível de que só se pode comparar aquilo que é comparável”, como aponta Marcel Detienne.⁴ Queremos firmar posição no sentido de investir comparativamente sobre o curso histórico, seguindo na linha apresentada por Marc Bloch, a qual, na percepção de José D’Assunção Barros, fixa os requisitos fundamentais para constituir o estudo das sociedades vizinhas que realmente faça sentido. A conclusão a que Barros chega é a de que dois aspectos irredutíveis seriam imprescindíveis quando se objetiva comparar sociedades contíguas, próximas no tempo e no espaço: de um lado uma certa similaridade dos fatos; e de outro, certas dessemelhanças nos ambientes em que esta similaridade ocorria. Barros ainda lembra que a vantagem de comparar universos próximos está precisamente na possibilidade de percepção de influências mútuas, o que também permite que se questione falsas causas locais e esclareça, por iluminação recíproca, as causas, inter-relações ou motivações internas de um fenômeno e as causas ou fatores externos.⁵

² ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 755-756.

³ BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: UNESP, 2002, p. 13.

⁴ DETIENNE, Marcel. **Comparar o Incomparável**. Aparecida: Idéias & Letras, 2004, p. 45.

⁵ BARROS, José D’Assunção. História Comparada – um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.hcompa.rada.ifcs.ufrj.br/revistahc/vol1-n1-jun2007/mododever.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2008.

Estudar paralelamente sociedades vizinhas e contemporâneas constantemente influenciadas umas pelas outras, sujeitas em seu desenvolvimento, devida a sua proximidade e a sua sincronização, à ação das mesmas grandes causas, e remontando, ao menos parcialmente, a uma origem comum.⁶

As duas comunidades estudadas, Porto Alegre e Montevideu, têm sólido alicerce na mesma Península Ibérica de onde partiram os navegantes descobridores portugueses e espanhóis. Sérgio Buarque de Holanda menciona esta matriz ibérica uma que se divide em hispânica e lusa, dando origem às duas nações, Brasil e Uruguai, a partir de dois tipos, o aventureiro, espanhol, e o trabalhador, português:

Nas formas de vida coletiva podem assinalar-se dois princípios que se combatem e regulam diversamente as atividades dos homens. Esses dois princípios encarnam-se nos tipos do aventureiro – espanhol –, e do trabalhador – português. Já nas sociedades rudimentares manifestaram-se eles, segundo sua predominância, na distinção fundamental entre os povos caçadores ou coletores e os povos lavradores.⁷

Estas características humanas especiais integram os conjuntos sociais na forma como se organizaram em suas concepções políticas e sociais para resultar nas duas comunidades espacialmente próximas, estudadas nesta dissertação. Os tipos espanhóis e portugueses, nas suas diversidades, constituíram as raízes das comunidades tipicamente definidas em suas personalidades civis e públicas.

Entre estes dois tipos, o hispânico e o luso, não há em verdade tanto uma oposição absoluta como uma incompreensão radical. Ambos participam, em maior ou menor grau, de múltiplas combinações e é claro que, em estado puro, nem o aventureiro, nem o trabalhador possuem existência real fora do mundo das idéias. Mas também não há dúvida que os dois conceitos nos ajudam a situar e a melhor ordenar nosso conhecimento dos homens e dos conjuntos sociais. E é precisamente nessa extensão superindividual que eles assumem importância inestimável para o estudo de nossa formação e evolução das sociedades.⁸

Às marcas européias se fundiram contribuições de nativos, escravos e imigrantes, caracterizando as duas cidades meridionais do novo mundo, moldando os dois povos que vão constituir suas identidades.

⁶ BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Os Reis Taumaturgos**: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 19.

⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 44.

⁸ *Ibidem*, p. 44-45.

Do lado brasileiro, o que se sucedeu no tempo teve abordagem de Darcy Ribeiro:

A sociedade e a cultura brasileiras são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória europeia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos. O Brasil emerge, assim, como um renovo mutante, remarcado de características próprias, mas atado genesicamente à matriz portuguesa, cujas potencialidades insuspeitadas de ser e de crescer só aqui se realizaram plenamente.⁹

O antropólogo brasileiro cunhou a expressão “caldeamento” para definir a “etnia nacional” que se formou na junção de raças e culturas diferentes. Na sua obra, Ribeiro sustenta que o Brasil é “um povo-novo”, um “povo-nação”, um povo que não existe em lugar algum, como resultante de um amalgamento de raças e culturas absolutamente distintas, o índio autóctone, o branco colonizador e o negro escravo.¹⁰

Gilberto Freire, no que concerne ao caráter de formação da sociedade brasileira, aponta para um modelo mental de dominação e subjugação traduzido do espírito que o português trouxe da Península Ibérica e que deve ser considerado no assentamento social e político imposto às demais etnias, diferente do que foi trazido pelo colonizador espanhol ao caráter da formação uruguaia:

[...] senhores de engenho com altar e capelão dentro de casa e índios de arco e flecha ou negros armados de capuzes às suas ordens; donos de terras e de escravos que dos senados de Câmara falaram sempre grosso aos representantes del-Rei e pela voz liberal dos filhos dos padres ou doutores clamaram contra toda espécie de abusos da metrópole e da própria Madre Igreja. Bem diversos dos criollos ricos e dos bacharéis letrados da América espanhola – por longo tempo inermes à sombra dominadora das catedrais e dos palácios dos vice-reis, ou constituídos em cabildos que em geral só faziam servir de mangação aos reinóis todopoderosos.¹¹

No olhar histórico sobre a construção do Uruguai como país, com sua capital, Montevideu, Gerardo Caetano e José Rilla percebem igualmente a origem mercantilista:

⁹ RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 20.

¹⁰ *Ibidem*, p. 20.

¹¹ FREIRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006, p. 65-66.

Cuando el Imperio español arribó a la Banda Oriental, esta era considerada una “tierra sin ningún provecho” en tanto no disponía de las riquezas más estimadas por el capitalismo mercantil, que desde el siglo XVI había privilegiado las zonas ricas en metales preciosos. La fértil pradera de la Banda Oriental estaba habitada por comunidades indígenas de cazadores, pescadores y recolectores del nivel paleolítico que apenas trascendieron esos límites culturales y nunca superaron en número a unos pocos miles de individuos.¹²

Como ocorreu no Brasil, no Uruguai a forma de ocupação foi dando cobertura ao território, mas com uma característica de preponderância mais forte por parte dos espanhóis em seu estilo de subjugar e até mesmo substituir as culturas locais através do seu aniquilamento¹³, de acordo com Carlos Zubillaga:

[...] ese gran vacío que el Uruguay en 1830 fue recibiendo sucesivas oleadas inmigratorias que confirieron a la sociedad en gestación un perfil específico. El proceso de sustitución de las elites coloniales y de la base criolla resultó innegable, construyéndose no sin conflictos ni situaciones traumáticas una identidad nacional escasamente referida a lo autóctono prehispánico. Las políticas de dominio social que la oligarquía en acuerdo implícito con los personeros del caudillismo ‘semibárbaro’ de implantación rural, llevó a cabo mediante acciones de exterminio de los bolsones étnicos indígenas, consolidó tempranamente la virtualidad sustitutiva de la población inmigrada.¹⁴

Este processo traumático de aniquilamento e ocupação de território¹⁵ por parte do Estado espanhol se antecedeu à própria formação da sociedade civil. Tal característica inovadora é observada por Germán Rama como importante na constituição do Uruguai como espaço político civil concedido dentro de limites das prioridades institucionais a fim de que a identidade pudesse ocorrer na forma pretendida pelo Estado:

El Estado formó la sociedad de acuerdo con las prioridades de integración nacional, de institucionalización y de identificación entre sociedad y Estado a través del proceso político democrático. [...] La sociedad civil fue formada progresivamente a partir del Estado innovador y ambos polos del sistema

¹² CAETANO, Gerardo; RILLA, José. **Historia Contemporánea del Uruguay: de la Colonia al Siglo XXI**, Montevideo: CLAEH : Fin de Siglo, 2008, p. 19.

¹³ MELLO, Carlos E. de. **Charruismo Y el Etnocidio de Salsipuedes**. Disponível em: <<http://ruedadeprensa.ning.com/profiles/blogs/charruismo-y-el-etnocidio-de>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

¹⁴ ZUBILLAGA, Carlos. **Hacer la América: estudios históricos sobre la inmigración Española al Uruguay**. Montevideo: Fin de Siglo, 1993, p. 22.

¹⁵ SANTOS, Milton. **Território, Territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 13-21.

*social se interpenetraron a través de la democracia y de una identidad nacional construida sobre la política y la modernización social.*¹⁶

Deste modo, a questão da definição espacial se torna um importante elemento ao qual passam a se associar novos aspectos. Em havendo feito a consolidação do espaço geográfico¹⁷, o próximo passo se dá no sentido da construção do sentido de nação, do sentimento nacional, explicitada em seus estamentos por Antonio C. R. Moraes:

O território é, concomitantemente, uma construção militar (um resultado da conquista espacial que tem de ser reiterada sempre que contestada) e uma construção política (como área de exercício de um poder soberano), mas também uma construção econômica (como suporte de estruturas e atividades produtivas como um mercado) e uma construção jurídica (que tem de ser legitimada em fóruns adequados de relacionamento internacional), e ainda uma construção ideológica (que fundamenta uma identidade social de base espacial e uma psicologia coletiva).¹⁸ (grifou-se)

Essa construção de caráter nacionalista na maioria das vezes está ligada ao surgimento do Estado nacional com suas características de unificação de território, língua, costumes e hábitos, como o que se construía no meridiano do sul da América. Devemos considerar como um dos primeiros conceitos originários desta unificação de elementos em torno de um ideal a ser perseguido pelo Estado abstratamente, com vistas ao bem comum, o disposto no Contrato Social de 1760, por Jean-Jacques Rousseau.¹⁹

Este ideário nacionalista contemporâneo identifica o papel de agregar as jovens formações humanas, que visavam se transformar em nações, como referido por Moraes e que aduz:

Como processos político-culturais, os nacionalismos se alimentam de símbolos e discursos, necessitando criar representações que impulsionem sua existência. Reiterando os elementos identitários que lhes deram origem. Aqui o território/pátria cumpre importantes funções: seja como referência objetiva e física de construção da própria identidade (ao localizar/delimitar a nação no espaço terrestre); seja como objetivo aglutinador de interesses

¹⁶ RAMA, Germán. **La Democracia en Uruguay**: una perspectiva de interpretación. Buenos Aires: GEL, 1987, p. 42-43.

¹⁷ SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 143-153.

¹⁸ MORAES, Antonio C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 59.

¹⁹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Nova Cultural, 2005, p. 522.

nos pleitos territoriais e nas situações de ameaça externa à soberania nacional.²⁰

A estruturação que acontece nos territórios estudados passa por uma definição de identidades necessárias ao processo de construção, como refere Pierre Bourdieu:

[...] mais profundamente, a procura dos critérios <objetivos> de identidade <regional> ou <étnica> não deve fazer esquecer que, na prática social, esses critérios (por exemplo, a língua, o dialecto ou o sotaque) são objecto de representações mentais, quer dizer, de actos de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento em que os agentes investem [...].²¹

Assim, as identidades regionais eram o mote ideológico de construção nacional. Sua evolução se dá em função de trabalhar um conjunto de valores caros às sociedades em formação, “entre eles a sacralização do princípio da manutenção da integridade do território nacional, valor supremo justificador de qualquer ação estatal”, motivação válida para tantos povos quantos vivenciaram a experiência de construir seus Estados geográfico-político-econômico-culturais.²²

Nosso esforço em compreender o processo de unir em um só significado gerador de sentimento comum de tão variados elementos, leva-nos a buscar um olhar antropológico. Para tanto, tomamos as palavras de Clifford Geertz, quando faz a analogia de uma teia de significados que pelo homem foi tecida, e que a ele amarra, assim como sua percepção de cultura:

[...] a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições, ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade.²³

²⁰ MORAES, 2005, p. 58-59.

²¹ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de F. Tomaz. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 112.

²² MORAES, 2005, p. 93.

²³ GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 10. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa em busca do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície.

Geertz enfatiza ainda “compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade”.²⁴ Seguindo o caminho na busca por apreender este decurso de construção de identidade, de como se dá o processo cultural, afiliamo-nos às idéias de Denys Cuche, quando afirma que “a personalidade individual não se explica por seus caracteres biológicos”, mas:

[...] pelo ‘modelo’ cultural particular a uma dada sociedade que determina a educação da criança. Desde os primeiros instantes da vida, o indivíduo é impregnado deste modelo, por todo um sistema de estímulos e de proibições formulados explicitamente ou não. Isto o leva, quando adulto, a se conformar de maneira inconsciente com os princípios fundamentais da cultura. Este é o processo que os antropólogos chamaram de ‘enculturação’. A estrutura da personalidade adulta, resultante da transmissão da cultura pela educação, será em princípio adaptada ao modelo desta cultura.²⁵

Parece ser unívoco o sentido de que o cenário que compõe o ethos em que se insere o indivíduo está impregnado “por uma variedade de ricos significados que se prestam à interpretação da cultura e dos lugares”.²⁶

Importante referir que, quando usamos as expressões identidade, caráter identitário ou construção identitária, baseamo-nos no conceito do sujeito sociológico preconizado por Stuart Hall. O sujeito sociológico reflete a crescente complexidade do mundo moderno e aponta para uma mudança no modo como se percebe o indivíduo. Para Hall, o núcleo interior do sujeito não seria autônomo nem auto-suficiente, mas “formado na relação com ‘outras pessoas importantes para ele’, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava”.²⁷

O centro essencial do “eu” deixa de ser a identidade da pessoa e passa a ser o “eu real”, a essência interior do indivíduo, mais sua relação interativa com a sociedade, que o formata e modifica num diálogo contínuo. Para o autor, “a identidade, nesta concepção sociológica, preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’, entre o mundo pessoal e o público”, como refere Hall:

²⁴ GEERTZ, 1989, p. 10.

²⁵ CUCHE, Denys. **A Noção da Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2002, p. 81.

²⁶ GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 24.

²⁷ HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 11.

[...] identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura [...] o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis.²⁸

No Brasil, o processo histórico das relações entre a sociedade em “caldeamento” e o Estado que concedia espaço à coisa privada como cooptação, o patrimonialismo marca-se sobre a identidade que se forma, como relaciona Simon Schwartzman:

Uma das diferenças centrais entre as democracias ocidentais e sociedades como a brasileira, cujas instituições políticas estão sujeitas a um processo aparentemente interminável de instabilidade, é a natureza distinta do Estado e das relações deste com os demais setores da sociedade. Não se trata de diferenças de tipo cultural, nem imutáveis, mas de realidades que se originam de processos históricos bem distintos, que, por isso, levam a resultados também diferentes. [...], chegaremos à conclusão de que a análise política contemporânea deve recuperar o conceito de patrimonialismo, que, embora utilizado por Max Weber sobretudo para se referir a sociedades tradicionais de determinado tipo, parece-nos de grande atualidade e importância. A expressão ‘neopatrimonialismo’ talvez seja adequada para aplicar-se ao sentido atual do conceito [...].²⁹

Schwartzman ainda conceitua as causas constituintes de sociedades sob influência neopatrimonialista e como se dá a participação política da sociedade. Destaca as relações entre Estado e sociedade, a disputa de poder e a cooptação política:

No caso brasileiro, a coexistência de um Estado com fortes características neopatrimoniais levou, no passado, à tentativa de organização da sociedade em termos corporativos tradicionais, criando uma estrutura legal de enquadramento e representação de classes que perdura até hoje. [...] O termo ‘cooptação política’, utilizado neste livro, busca captar o tipo de relacionamento entre estes dois sistemas de participação, ou seja, o processo pelo qual o Estado tratava, e ainda trata, de submeter a sua tutela formas autônomas de participação.³⁰

²⁸ HALL, 2006, p. 11.

²⁹ SCHWARTZMANN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Campus, 1988. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/bases/capit2.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

³⁰ *Ibidem*, online.

A cooptação da sociedade pelo Estado é prática igual na realidade uruguaia, conforme Benjamin Nahum:

En la sociedad uruguaya, el Estado ha jugado un papel peculiar desde antes de nuestra constitución como nación independiente. [...] Región desprovista de riquezas minerales, poblada por mucho ganado y escasísimos hombres, la incidencia del Estado colonizador español fue decisiva para otorgar tierras, defender frontera, fundar pueblos, permitir o no el comercio, educar, crear las primeras formas de gestión administrativa de la sociedad, que fueron públicas y no privadas como en las colonias inglesas de América del Norte.³¹

Em oposição à matriz patrimonialista, um comportamento novo e próprio na relação entre sociedade civil e Estado foi observado nos Estados Unidos, em 1831, por Alexis de Tocqueville. O francês percebeu, no modelo de democracia que se constituiu no Novo Mundo, um comportamento social a proporcionar resultantes mais eficientes para as suas comunidades do que aqueles obtidos nos Estados tradicionais da Europa, totalitários em sua maioria, à época.³² Identificou a interação na organização social por parte da população americana independente das expectativas das ações institucionais do Estado e que implicavam até mesmo no melhor desempenho das instituições.

Com orientação nesta análise de Tocqueville sobre o comportamento do tecido social, Robert Putnam desenvolve e aplica um estudo pioneiro que acaba aferindo o desempenho de políticas institucionais de Estado sob a influência do nível de cultura política existente nas comunidades, na Itália. Putnam confirmou que “o contexto cívico é importante para o funcionamento das instituições”, questionando o “por que certas regiões são mais cívicas do que outras?”.³³

Na década de 1950, Gabriel Almond e Sidney Verba já tinham a percepção de que uma mudança de comportamento se fazia anunciar na sociedade civil por parte do crescimento da participação do homem comum sobre as estruturas institucionais, asseverando que este movimento transformava o sistema político e que chegara às elites:

³¹ NAHUM, Benjamin. **Empresas Públicas Uruguayas**. Origen y gestión. Montevideo: EBO, 1993, p. 10.

³² TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracy in America**. London: Penguin Books, 2003, p. 66.

³³ PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 132.

If there is a political revolution going on throughout the world, it is what might be called the participation explosion. In all the new nations of the world the belief that the ordinary man is politically relevant – that he ought to be an involved participant in the politically system – is widespread. Large groups of people who that have been outside politics are demanding entrance into the political system. And the political elites are rare who do not profess commitment to this goal.³⁴

Isso é observado na sociedade da América Latina, no Uruguai e no Brasil como foco deste estudo, no ritmo da cultura local. O peso do Estado ainda se sobrepõe à organização social experimentada, em desenvolvimento inferior em relação ao das sociedades mais democratizadas. A presença maior do Estado e menor da sociedade, entre outras, resultam no recorrente sistema autoritário de governo que caracteriza o hemisfério até o último quarto do século XX, comprometendo a qualidade dos períodos de estabilidade democrática e da organização social mais igualitária que, ainda assim, avança na esteira do fenômeno da economia ocidental. Como lembra Eric Hobsbawn, “mobilidade social e progresso educacional, ambos essenciais à sociedade burguesa, obscureciam a divisão entre as camadas médias e as camadas sociais inferiores”.³⁵

São os novos sujeitos sociais que surgem, como observa Bernardo Sorj. Também no Brasil se observa o comportamento novo da sociedade civil em patamar de maior presença e peso em relação à lógica institucional do Estado tradicional:

As identidades coletivas nas sociedades modernas são recursos sociais, instrumentos através dos quais indivíduos formam grupos estáveis, dão sentido às ações sociais e a partir dos quais negociam sua posição dentro do próprio grupo e/ou na sociedade. [...] Formar identidades significa criar um espaço de luta por direitos, a qual, por sua vez, cria identidades coletivas. Inclusive as identidades evanescentes criadas pela publicidade tentam associar o consumo de um produto com o bilhete de ingresso a um ‘direito’: ‘felicidade’, ‘liberdade’, ‘prestígio’, ‘êxito’.³⁶

No Uruguai, com economia estruturada na atividade rural que levou o país ao apogeu na primeira metade do século XX, o quadro de desenvolvimento da

³⁴ ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989, p. 2-3. Em tradução livre: Se houver uma revolução política acontecendo no mundo, é o que poderíamos chamar de explosão participativa. Em todas as nações novas do mundo, a crença de que o homem comum é relevante para a política—que ele deve ser um participante envolvido neste sistema – é muito difundida. Grandes grupos de pessoas que estão fora da política estão exigindo entrar neste sistema. E as elites políticas que não professam comprometimento a este objetivo são raras.

³⁵ HOBBSAWN, Eric. *A Era do Capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 148.

³⁶ SORJ, Bernardo. *A Nova Sociedade Brasileira*. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 90-91.

capital se estende à estrutura mais conservadora da zona rural. Alberto Zum Felde observa que “*el progreso de la instrucción y de la industria rural, tiende a poner cada vez más en contacto el paisanaje con las ciudades*”, em crescente participação que, apesar do antagonismo das tendências sociais implícitas, remete à reação das influências que as “*clases directrices han de ejercer en la masa campera, haciéndolas participar de sus tendencias*”.³⁷

As identidades das duas cidades enfocadas na dissertação mostram que, em ambas, o desenvolvimento social existe, embora represado pelo peso do Estado sobre a sociedade.

1.2 CULTURALISMO E INSTITUCIONALISMO

O crescimento do nível de participação identificado em Porto Alegre e em Montevidéu, capaz de contagiar a zona rural e promover o surgimento de novos sujeitos sociais, como observado, deve ser entendido neste estudo pelo impacto do culturalismo sobre a construção do desempenho institucional pesquisado nos espaços de enfoque da dissertação. Para isso, nos valeremos do conceito de capital social adotado por Putnam, que envolve uma série de valores sociais que promovem tanto a ação social individual quanto coletiva. Ainda neste sentido, temos diferentes percepções a respeito da definição desta cultura política, bem como diversas palavras para conceituar o termo de acordo com diferentes autores, tais como: energia social, espírito comunitário, tecido social, virtude cívica, confiança, redes associativas, relações horizontais, vida comunitária, normas sociais e redes.

Putnam investiga, entre outros, o que influi para o bom funcionamento dos governos democráticos, os pressupostos indispensáveis para que a democracia responda aos desafios contemporâneos e por que alguns governos democráticos têm melhor ou pior desempenho institucional.

Perseguindo aspectos como estes, o autor analisa vinte anos da história política, social e econômica da Itália, demonstrando que este país apresenta

³⁷ ZUM FELDE, Alberto. *Proceso Histórico del Uruguay. Esquema de una sociología nacional*. Montevideo: Maximino García, 1919, p. 223.

grandes diferenças de desenvolvimento regionais, o norte moderno e capitalista industrial, e o sul sob anacrônicos sistemas produtivos agrícolas tradicionais. Estas diferenças, Putnam observou existirem igualmente na estrutura social das comunidades de cada região, e atuam como fatores extra-econômicos que afetam os níveis de desenvolvimento, como destacam Amartya Sen e Bernardo Kliksberg:

*Las investigaciones pioneras de Robert Putnam, de la Universidad de Harvard, y de James Coleman mostraron que hay distintos factores extraeconómicos que pesan fuertemente en el desempeño de los países en términos de progreso económico y tecnológico, y en la sustentabilidad del desarrollo.*³⁸

Sen e Kliksberg ressaltam quatro componentes na definição de capital social: a influência da confiança nas relações entre as pessoas; a capacidade de associar em cooperação; a consciência cívica; e os valores éticos.³⁹

A observação de Putnam viu que a confiança, a cooperação e os espaços de participação social entre o Estado e a Sociedade são elementos positivos essenciais para o bom funcionamento das instituições políticas. No seu estudo, a cultura política em seu potencial cívico é variável independente, enquanto que o desenvolvimento econômico e o desempenho institucional entram como variáveis dependentes. Isto levou à conclusão de que as possibilidades de desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade podem depender menos de seu potencial socioeconômico inicial do que do seu potencial cívico.

Observando a importância do culturalismo para a formação e desenvolvimento da sociedade e o funcionamento das suas instituições, temos, também, que considerar a influência da matriz institucionalista, e como as instituições afetam o comportamento dos indivíduos em sociedade. A corrente institucionalista de pensamento não se constitui uma, mas apresenta-se em pelo menos em três distintas derivações, enquanto métodos de análise, a saber: histórica, de escolha racional e sociológica. Todas procuram compreender as formas de produção de poder, tal como identificadas por Peter A. Hall e Rosemary

³⁸ SEN, Amartya; KLIKBERG, Bernardo. **Primero la Gente**. Barcelona: Ediciones Deusto, 2007, p. 265.

³⁹ *Ibidem*, p. 265.

C. R. Taylor, que apontam a busca para elucidar o papel desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos.⁴⁰

Segundo estes autores, o institucionalismo histórico trata da função das instituições como modelos morais e cognitivos a serem seguidos, que permitem a interpretação da ação de um conjunto social, focando, mais diretamente, na questão da distribuição desigual do poder e dos recursos, observando: como as instituições afetam o comportamento dos indivíduos; a importância atribuída ao poder e às relações assimétricas de poder; além de outros possíveis fatores explicativos, como o desenvolvimento socioeconômico e a difusão de idéias.

O institucionalismo de escolha racional entende que a redução dos custos de transação ligados ao fato de empreender uma atividade acaba moldando o funcionamento das instituições. Esta escola constitui-se na menos sintética das variantes institucionais, havendo, entretanto, pontos comuns: pressupostos comportamentais; a dificuldade de haver arranjos institucionais por conta dos diversos dilemas de ação coletiva que levam a resultados abaixo do esperado; ênfase no papel da interação estratégica na determinação das situações políticas; e busca de explicação para a origem das instituições.

O institucionalismo sociológico, por sua vez, agrega formas e procedimentos, como práticas culturais, comparáveis aos mitos e às cerimônias elaborados por numerosas sociedades. Essas práticas seriam incorporadas às organizações, não necessariamente porque aumentassem sua eficácia, mas em consequência do mesmo tipo de processo de transmissão que dá origem às práticas culturais em geral. Possui características específicas, como a tendência a definir instituições de maneira mais global, como a cultura, por exemplo.

Dentre os autores que professam a importância do neo-institucionalismo na leitura dos fenômenos sociais e econômicos, Douglass North se destaca. Da construção de sua tese sobre a relevância dos aspectos institucionais no bom funcionamento – regramento – das relações sociais e econômicas, extrai-se que:

Institutions reduce uncertainty by providing a structure to everyday life. They are a guide to human interaction, so that when we wish to greet friends on the street, drive an automobile, buy oranges, borrow money, form a

⁴⁰ HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As Três Versões do Neo-Institucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, p. 193-224, 2003.

*business, bury our dead, or whatever, we know (or can learn easily) how to perform these tasks.*⁴¹

A despeito das divergências entre as correntes, o que foge aos objetivos desta dissertação, o conceito de institucionalismo é entendido aqui como a forma vertical de relação entre o Estado e a sociedade civil, na qual o ordenamento jurídico, as normas, as leis e as dotações orçamentárias são prerrogativas e iniciativas do Estado para o desempenho institucional.

Já a variável culturalista é entendida como a relação horizontal existente em uma sociedade, na qual os níveis de confiança e as formas de participação societais nos processos decisórios governamentais compõem um cenário positivo para um bom desempenho institucional e, conseqüentemente, de suas políticas públicas.

1.3 SINERGISMO ENTRE INSTITUIÇÕES E CULTURA POLÍTICA

Everton Rodrigo dos Santos e Gustavo Assed Ferreira entendem que no cotejo do institucionalismo e da cultura política estabelecer-se-ia como um equívoco epistêmico o fato de dar primazia a uma variável em detrimento da outra para entender o desempenho do Estado e de suas políticas. Atribuir apenas à cultura política o grau de desenvolvimento de uma região condenaria outras ao subdesenvolvimento perpétuo. Na reforma institucional ocorrida na Itália, Putnam, citado pelos autores, concluiu que as instituições não deixam, também, de ter uma importância fundamental para o próprio desempenho dos governos e o desenvolvimento da sociedade como um todo.⁴²

Na impossibilidade de se estabelecer uma estrutura causal sobre o desempenho dos governos, pois nem a variável instituição tampouco a variável

⁴¹ NORTH, Douglass. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. New York: Cambridge University Press, 2007, p. 3. Em tradução livre: As instituições reduzem a incerteza ao trazer uma estrutura para o cotidiano. São um guia para a interação humana, de modo que quando queremos cumprimentar amigos na rua, dirigir um carro, comprar laranjas, pedir dinheiro emprestado, começar um negócio, enterrar nossos mortos ou seja o que for, nós sabemos (ou podemos aprender facilmente) como fazer estas tarefas.

⁴² SANTOS, Everton Rodrigo; FERREIRA, Gustavo Assed. **Capital Social e Políticas Públicas**: um estudo comparado sobre o Desempenho Institucional na América Latina. Canoas: ULBRA, 2009, *passim*.

cultura política são determinantes exclusivas, o trabalho entende irrelevante identificar o que é endógeno ou exógeno, ou o que determina o quê no desempenho dos governos. Santos e Ferreira apontam que o que interessa é a identificação dos impactos recíprocos destas variáveis na sociedade, em um modelo que combine um sinergismo possível entre as influências da ação das instituições e da cultura política.⁴³

Nesta possibilidade de relação mais horizontal preconizada por Putnam, Almond e Verba chamam atenção para aspectos de diferenças que permitem melhor definição à qualidade dos regimes democráticos a partir do espaço de participação ao homem comum frente aos sistemas institucionais estabelecidos:

Though this coming world political culture appears to be dominated by the participation explosion, what to mode of participation will be is uncertain. The emerging nations are presented with two different models of modern participatory state, the democratic and the totalitarian. The democratic state offers the ordinary man the opportunity to take part in the political decision-making process as an influential citizen [...].⁴⁴

Com a abertura percebida para a nova presença dos homens comuns nos círculos de controle de poder, Almond e Verba identificam que há uma busca crescente pela ocupação deste espaço disputado na arena política que se amplia no ambiente democrático para segmentos populares que estavam politicamente excluídos.

Diferenciando os aspectos referentes à orientação e atitudes políticas das atitudes não-políticas e culturais, Almond e Verba vislumbram um vasto campo para aplicação de estudos de abordagem conceitual antropológica, sociológica e psicológica, com o fim de compreender a evolução do movimento de cultura política que se desenvolve:

We employ the term 'political culture' for two reasons. First, if we are to ascertain the relationships between political and nonpolitical attitudes and developmental patterns, we have to separate the former from the latter even though the boundary between them is not as sharp as our terminology would suggest. The term 'political culture' thus refers to the specifically political

⁴³ SANTOS; FERREIRA, 2009, *passim*.

⁴⁴ ALMOND; VERBA, 1989, p. 3. Em tradução livre: Embora a cultura política mundial vindoura pareça estar dominada pela explosão participativa, qual será o modo de participação é incerto. Dois modelos diferentes de Estado participativo moderno são apresentados às nações emergentes: o democrático e o totalitário. O estado democrático oferece ao homem comum a oportunidade de participar no processo político de tomada de decisões como um cidadão influente [...].

*orientations – attitudes towards the political system and its various parts and attitudes toward the role of the self in the system. We speak of political culture just as we can speak of an economic culture or a religious culture. [...] But we also choose political culture, rather than some other special concept, because it enables us to utilize the conceptual frameworks and approaches of anthropology, sociology and psychology.*⁴⁵

A sinergia entre o institucionalismo e o culturalismo nas causas do desenvolvimento econômico, inclusão e cidadania podem ser levemente percebidos nesta afirmação de Adam Przeworski:

Uma vez que as ‘instituições’ são ocupadas por ‘organizações’, suas respostas a qualquer mudança exógena são determinadas univocamente: Dependência em relação às escolhas passadas (path dependence) significa que a história faz a diferença. [...] Como o poder de barganha dos grupos sociais difere claramente em cada sociedade, os ajustes marginais também serão de tipos diferentes.⁴⁶

A importância da interação dos aspectos culturais dos institucionais e sua influência sobre as estruturas socioeconômicas e das políticas públicas são cada vez mais imprescindíveis para compreendermos os processos de desenvolvimento e a inclusão social na América Latina.

1.4 DESENVOLVIMENTO, INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA

1.4.1 Desenvolvimento

Como visto, tanto a cultura política quanto as instituições podem contribuir para o melhor desempenho do Estado e de suas políticas, entendido aqui como a

⁴⁵ ALMOND; VERBA, 1989, p. 12. Em tradução livre: Empregamos o termo “cultura política” por duas razões. Primeiro, se formos determinar os relacionamentos entre atitudes políticas e não políticas e padrões de desenvolvimento, temos que separar o primeiro do segundo embora entre eles não sejam tão nítidas quanto nossa terminologia sugere. O termo “cultura política” conseqüentemente se refere a orientações especialmente políticas – atitudes em relação ao sistema político e suas várias partes e atitudes em relação ao papel do indivíduo no sistema. Falamos de cultura política como falamos de uma cultura econômica ou de uma cultura religiosa. [...] Mas escolhemos também cultura política, ao invés de um outro termo especial porque nos permite utilizar estruturas conceituais e abordagens da antropologia, sociologia e psicologia.

⁴⁶ PRZEWORSKI, Adam. A última instância. As instituições são a causa primordial do desenvolvimento econômico? **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 72, p. 65-66, jul. 2005.

capacidade da esfera pública em proporcionar saúde, educação e segurança, em suma, o bem-estar, ou, nas palavras de Amartya Sen, proporcionar aquilo que se chama de desenvolvimento, a ampliação das capacidades humanas apontadas em quatro aspectos elementares: viver mais, ser instruído, ter condições dignas de vida, poder participar em comunidade.⁴⁷

A eficiência das suas funções institucionais precípuas de proporcionar desenvolvimento para as pessoas tem entendimento no desenvolvimento qualitativo das relações entre o Estado e a Sociedade que, ao longo da história das comunidades em estudo, acumula um contencioso social. Este, ao ser resgatado, vai se constituir em capital social e na evolução da própria cidadania.

O comportamento da sociedade em face aos princípios de Estado, de governo, participação, direitos e democracia pode se apresentar refreado pelo espírito hierárquico e autoritário. Isto ocorre no Brasil, na interpretação de Schwartzman, que vê virtudes na evolução histórica da sociedade que deveria ser compreendida de forma distinta ao que ocorre em outros países. O autor trabalha o conceito sob dois enfoques:

Um é estrutural, e tem a ver com a maneira pela qual a sociedade se organiza para a produção, distribuição e realocação política de bens escassos. O outro, mais especificamente político, se refere às maneiras pelas quais os diferentes grupos na sociedade são ou não convocados e têm ou não têm reconhecidos seus direitos de participação no processo de decisões relativas à distribuição social da riqueza.⁴⁸

O Uruguai, todavia, enquadra-se no mesmo conceito. Hugo Achugar vê a submissão da sociedade aos ditames do Poder mesmo em suas normas menos éticas:

*La ausencia de reclamos de los ciudadanos que consumen, servicios o bienes materiales, educación o discursos hipócritas, ha alcanzado el nivel de una resignación fatalista que se integra perfectamente en esa suerte de <qué le va' cha' che> que nos identifica como comunidad.*⁴⁹

⁴⁷ SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 55.

⁴⁸ SCHWARTZMAN, 1988, *online*.

⁴⁹ ACHUGAR, Hugo. **La Balsa de la Medusa**. *Ensayos sobre identidad, cultura y fin de siglo en Uruguay*. Montevideo: Ediciones Trilce, 1993, p. 46.

Já a abordagem estrutural de Schwartzman é baseada na noção de que existe uma linha específica de desenvolvimento histórico originária da Europa feudal e que conduz às sociedades capitalistas ocidentais desenvolvidas hoje. Essa experiência particular do autor tem referência no entendimento do desenvolvimento histórico do patrimonialismo.

A análise política considera a arena na qual os recursos públicos escassos oferecidos pelo Estado para a promoção do bem-estar da comunidade são disputados por classes, grupos sociais e instituições correspondentes.

O autor propõe uma relação íntima entre patrimonialismo em sua característica estrutural e cooptação política como elemento próprio do nível político, que expressa com “patrimonialismo político”. Destaca a importância de como esta relação genérica varia e se relaciona com outras formas de participação política, afetando o processo de mudança social e política. Neste jogo ou luta na arena política, avoluma-se a importância dos processos de cooptação, distribuindo riquezas e acesso ao consumo, no sistema de pesos e contrapesos democráticos, para a manutenção, em troca, dos espaços conquistados:

A outra noção ligada ao conceito de cooptação se relaciona com o fato de que não existe, quando ele predomina, muito lugar para representação de interesses no sentido do mais clássico modelo europeu do termo. O modelo clássico supõe que o desenvolvimento do capitalismo tende a gerar grupos de interesses ativos e militantes nos dois lados da divisão social do trabalho, burguesia e proletariado. O tipo de política que emerge desse confronto tem a ver com a regulação das relações de classe e, conseqüentemente, com a distribuição da riqueza entre elas.⁵⁰

No Brasil, nós temos mais o modelo de cooptação do que de representação, havendo prejuízo às relações entre Estado e sociedade, conseqüentemente na inclusão de parcelas significativas das populações mais pobres. Este Estado acaba assim também contribuindo para produzir desigualdades sociais, prejudicando o desenvolvimento da sociedade e o bem-estar.

O cenário que se apresenta neste início de século está distante do que se conceitua um cenário de justiça, de bem-estar. A diferença poderia estar na participação do homem comum na organização política moderna:

⁵⁰ SCHWARTZMAN, 1988, *online*.

Vivemos em um mundo de opulência sem precedentes, de um tipo que teria sido difícil até mesmo imaginar um ou dois séculos atrás. Também tem havido mudanças notáveis para além da esfera econômica. O século XX estabeleceu o regime democrático e participativo como modelo preeminente de organização política. Os conceitos de direitos humanos e liberdade política hoje são parte da retórica prevalecente.⁵¹

Sen enfatiza a importância do desenvolvimento de diversos setores da sociedade e das liberdades do homem comum na relação que envolvem instituições de Estado, o mercado, o sistema legal, os partidos políticos, a mídia, os grupos de interesse público e os foros de discussão pública. Estas são investigadas pela contribuição para a garantia das liberdades substantivas dos indivíduos como agentes ativos de mudança ao invés de recebedores passivos de benefícios:

[...] particularmente nos papéis e inter-relações entre certas liberdades instrumentais cruciais, incluindo oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.⁵²

O autor expõe que as liberdades substantivas compreendem capacidades elementares para evitar “a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler, fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão”.⁵³

A existência das referidas capacidades numa sociedade é base para se considerar a inclusão social e a cidadania plena das pessoas que as compõem.

1.4.2 Inclusão social

Dentre os autores e estudiosos da contemporaneidade que aduzem à ausência de liberdades, das desigualdades como geradoras de exclusão social, Zigmunt Bauman é um dos mais incisivos na crítica à ilusória concessão de consumo a excluídos como forma moderna de bem-estar:

⁵¹ SEN, 2000, p. 9.

⁵² *Ibidem*, p. 11.

⁵³ *Idem*, p. 52.

Se o consumo é a medida de uma vida bem-sucedida, da felicidade e mesmo da decência humana, então foi retirada a tampa dos desejos humanos: nenhuma quantidade de aquisições e sensações emocionantes tem qualquer probabilidade de trazer satisfação da maneira como o 'manter-se ao nível dos padrões' outrora prometeu: não há padrões a cujo nível se manter – a linha de chegada avança junto com o corredor, e as metas permanecem continuamente distantes, enquanto se tenta alcançá-las.⁵⁴

Marcelo Baquero, especialmente, afirma que “a persistência de desigualdades e da pobreza são características perversas da região latino-americana, incidindo negativamente em todos os processos de desenvolvimento”⁵⁵, e ressalta o peso que as desigualdades impõem à qualidade da democracia:

Em condições de desigualdade, a tendência é a fragmentação das relações sociais e ausência de coesão social, ingrediente fundamental para a construção sólida de um sistema democrático que valorize o social. A associação entre as dimensões econômica e social, neste sentido é irrefutável, pois a desigualdade econômica é causa e é influenciada pela desigualdade política, promovendo a ausência de coesão social.⁵⁶

O atendimento das demandas sociais pode contribuir para que haja a quebra do círculo vicioso e a promoção da coesão social. Todavia, há que se enfrentar o amplo espectro que envolve o quadro geral que aponta um nível de pobreza que se expande com implicações políticas depressivas. Simon Schwartzman assertivamente coloca que não há como escapar do enfrentamento do mito de que a política é algo negativo levando o próprio vocábulo a ganhar significados distintos:

Em português, a palavra ‘política’ se refere tanto ao processo de disputa por cargos e negociação de interesses na sociedade quanto à implementação de ações governamentais específicas, na área de educação, saúde, meio-ambiente, redução da pobreza, entre outras. Os cientistas políticos de língua inglesa usam palavras diferentes para esse dois processos, *politics* no primeiro caso, e *policy* no segundo, expressão que costuma ser traduzida para o português como ‘política pública’.⁵⁷

O autor deixa claro que uma política depende da outra política, explicando que políticas públicas são estabelecidas, em suas linhas gerais, pela política, mas só ela não é capaz de transformá-las em ações governamentais específicas. Elas dependem, além disso, dos fatos e da maneira como os fatos são interpretados.

⁵⁴ BAUMAN, Zigmunt. **O Mal-estar da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 56.

⁵⁵ BAQUERO, Marcelo. **Democracia e Desigualdades na América Latina: novas perspectivas**. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 28.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 26-27.

⁵⁷ SCHWARTZMAN, Simon. **As Causas da Pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 175.

Para Schwartzman, em linhas gerais, a estrutura social de um país é dada pela sua estrutura demográfica, sua ocupação, a distribuição da riqueza entre seus habitantes e sua distribuição espacial e geográfica. Entram nesse grande painel, além disso, a existência de divisões de natureza étnica e cultural, e o que se pode denominar “capital humano”, a educação.⁵⁸

Theodor Adorno sustenta, ainda, que deve ser considerada a crescente influência das classes sociais e do papel das pessoas em cada uma delas na definição da sociedade ante a força do capital:

Velada subjetivamente crece de forma objetiva la diferencia de clases en virtud de la concentración progresiva e imparable del capital. Esta diferencia influye real y decisivamente en la existencia de los seres humanos concretos; de lo contrario el concepto de clase sería en efecto un fetiche.⁵⁹

Pragmático e otimista, o português Boaventura dos Santos vislumbra a possibilidade de, no ambiente das liberdades substantivas, ocorrer um desenvolvimento social de sinal positivo, evoluindo do ciclo hegemônico da ordem científica e da razão como reguladora e possuidora da verdade na modernidade, que critica:

[...] versões suprimidas, conhecimentos suprimidos, marginalizados, que fizeram parte desta modernidade, mas que nunca puderam ter o direito de cidadania. E aí está um conceito de sociedade civil que é aquilo que nos acostumamos a chamar de sociedade civil estranha, a dos oprimidos, dos de baixo, daqueles que estão numa situação de praticamente não-cidadania, mas que lutam efetivamente para adquirir esta cidadania e entrar no contrato social. Essa sociedade é também uma sociedade civil que não inclui o mercado. A sociedade civil do terceiro setor, das organizações solidárias, das organizações não governamentais, dos movimentos sociais. É essa sociedade civil que há de ser o embrião da sociedade civil planetária que queremos construir.⁶⁰

Sua visão enxerga uma nova sociedade planetária inclusiva pela luta dos excluídos, luta essa que emerge de uma consciência que pode alargar os espaços de participação cidadã. A cidadania, portanto, tem um papel importante para o desenvolvimento das sociedades e da inclusão social.

⁵⁸ SCHWARTZMAN, 2007, p. 176.

⁵⁹ ADORNO, Theodor. W. **Escritos Sociológicos I**: obra completa, 8. Madrid: Ediciones Akal, 2004, p. 15.

⁶⁰ SANTOS, Boaventura dos. **Quais os Limites e Possibilidades da Cidadania Planetária?** Palestra proferida em: 28 jan. 2002. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/w3/fsmrn/fsm2002/paineis/boaventura.html>>. Acesso em: 13 fev. 2009.

1.4.3 Cidadania

Neste sentido, torna-se necessário retomarmos o clássico trabalho de Thomas Humprey Marshall sobre cidadania.⁶¹ O autor percebe, na formação de uma Nação, a lógica de que primeiro se conquistam os direitos civis, seguidos dos políticos e, finalmente, os sociais. Este é um padrão observado especialmente em relação à sociedade democrática norte-americana para a plenitude da cidadania. No entanto, nos casos em análise, Porto Alegre e Montevideu, deve-se considerar uma inversão destas seqüências adquiridas no âmbito do jogo de cooptação típico da identidade dos dois países. Disso decorre a consciência fragilizada da própria cidadania nestas localidades.

Para José Murilo Carvalho, no Brasil, há uma inversão da cronologia e da lógica descrita por Marshall na formação da cidadania brasileira. Essa seria uma das razões para as dificuldades de alcance da cidadania pelo homem comum. De acordo com o autor, primeiro, tivemos direitos sociais, depois, os direitos políticos e por último, os direitos civis. A lógica dos fatores aqui alterou a soma dos resultados:

Experiências recentes sugerem otimismo ao apontarem na direção da colaboração entre sociedade e Estado que não fogem totalmente à tradição, mas reorientam na direção sugerida. A primeira tem origem na sociedade. Trata-se do surgimento das organizações não-governamentais que, sem serem parte do governo, desenvolvem atividades de interesse público. [...] a outra mudança tem origem do lado do governo, sobretudo dos executivos municipais dirigidos pelo Partido dos Trabalhadores. Muitas prefeituras experimentam formas alternativas de envolvimento da população na formulação e execução de políticas públicas, sobretudo no que tange ao orçamento e às obras públicas. A parceria aqui se dá com associações de moradores e organizações não-governamentais. Essa aproximação não tem os vícios do paternalismo e do clientelismo porque mobiliza o cidadão. E o faz no nível local, onde a participação sempre foi mais frágil, apesar de ser aí que ela é mais relevante para a vida da maioria das pessoas.⁶²

Sorj enfoca as experiências institucionais de envolvimento da população em promoção da cidadania, que especialmente durante a luta contra as ditaduras

⁶¹ MARSHALL, Thomas Humprey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 87-89.

⁶² CARVALHO, José M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 227-228.

militares, levaram a noção de sociedade civil a ocupar lugar central nos estudos das escolas de ciências sociais. Mesclando conceitos normativo (a sociedade civil é democratizante), explicativo (o fim da ditadura militar estaria ligado à ascensão de sociedade civil), descritivo (a sociedade civil incluiria todas as organizações não englobadas pelo Estado) e ideológico (associado à renovação do discurso marxista de esquerda), demonstra que a sociedade civil transformou-se ao longo do processo de democratização, ganhando em iniciativas de participação.⁶³

Este é o caso do conceito do Terceiro Setor e o de Organizações Não Governamentais (ONGs). A noção de ONGs foi originalmente criada, segundo Ruben C. Fernandes, pelas Nações Unidas, para situar interlocutores não governamentais. O conceito de Terceiro Setor refere-se a instituições privadas com fins públicos, cujo campo de atuação estaria entre o Estado e o mercado⁶⁴. Ambos, para Sorj, semelhantes ao conceito de sociedade civil, passam a constituir indicadores genéricos relevantes de capital social.

O capital social, além da dimensão legal e institucional, viabiliza o melhor funcionamento da democracia, conforme Baquero.⁶⁵ O autor usa o conceito de democracia inercial para referir-se à democracia brasileira na qual identifica um fator modernização das instituições políticas, uma evolução das leis, das regras, no sentido poliárquico⁶⁶, mas ressalta que, na dimensão social, a democracia inercial apresenta características de políticas econômicas que não favorecem as massas excluídas, mantendo o desemprego inalterado e estagnado, além de uma cultura híbrida que institucionaliza um comportamento de resignação e hostilidade com a política. Esta cultura política se reflete nas relações interpessoais na base da sociedade, atuando negativamente sobre o pleno funcionamento da democracia.

A normalidade democrática que experimentam os seus regimes políticos do Uruguai e do Brasil, há duas décadas, período que pode ser considerado significativo num histórico de rompimentos institucionais na América Latina, tem permitido verificar a ampliação da atuação da sociedade civil e o atendimento de

⁶³ SORJ, 2006, p. 102.

⁶⁴ FERNANDES, Rubem C. "O que é o Terceiro Setor?". In: IOSCOPE, Evelyn. **Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, p. 25-33.

⁶⁵ BAQUERO, 2007, *passim*.

⁶⁶ DAHL, Robert. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 50.

reivindicações sociais pelos governos preocupados em responder às expectativas dos eleitores para se manter no poder.

Tal situação que compõe cenário propício para o crescimento das reivindicações de inclusão social, sem a qual não há como gerar consciência cidadã, é consequência das identidades que se constituíram historicamente em torno das comunidades de Porto Alegre e de Montevideú. Este estudo a dissertação passa a desenvolver no capítulo seguinte.

2 HISTÓRIA – IDENTIDADES FORMADAS POR ESTADOS BÉLICOS E SOCIEDADES QUE SE ACOLHEM NA ADVERSIDADE

“A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado”.⁶⁷

Seguindo neste esforço para compreender em que medida os padrões valorativos culturais e os aspectos institucionais influenciam a eficiência do Estado no desempenho das funções públicas, objetivando o bem-estar dos cidadãos, passamos, agora, a analisar aspectos relacionados às trajetórias históricas das duas cidades em estudo. A partir do período de quase dois séculos após os Descobrimientos do Novo Mundo, o estudo enfocará o desenvolvimento do passado histórico da região, primeiro pela visão de Porto Alegre e do lado brasileiro, depois de Montevideu e do lado Uruguaio na conformação geopolítica que muito variou até que se definiram as identidades atualmente percebidas.

Partindo da questão fática apontada pelo resultado da pesquisa quantitativa promovida pela UFRGS, em 2005, que aferiu o Capital Social, bem como a Confiança Institucional identificada na cidade de Montevideu, em níveis superiores aos encontrados na cidade de Porto Alegre, intentamos, como o fez Putnam, lançar um olhar sobre o passado constitutor das sociedades em foco.⁶⁸ Buscamos encontrar razões que permitam entender nas trajetórias econômico, político, social, destes espaços identitários, as variáveis importantes que possam ter contribuído para a formação dos resultados da pesquisa.

⁶⁷ BLOCH, 1993, p.13.

⁶⁸ PUTNAM, 2005, p. 133.

2.1 OS EUROPEUS NO CONTINENTE

Neste caso reconstituímos o passado, lançando a luz do presente sobre elementos que historicamente ajudaram a forjar estas sociedades em estudo, na forma comparativa referenciada na fundamentação teórica.

É exatamente destas circunstâncias comparadas que envolvem as cidades em estudo que partimos, desde o período de existência comum, quando, no século XVII, não havia fronteiras delimitadoras de território. Isto sem ignorar o ambiente em que estavam inscritas. Para tanto, buscamos o contexto em que os eventos tiveram origem. Desde o século XV, a velha Europa⁶⁹ em especial, e por primeiro, os ibéricos, se lançou para além do bojador, rumo ao mar desconhecido, vindo dar na América. O *animus* desta empresa era o da conquista e da exploração, pois, segundo Sérgio Buarque de Holanda, havia um imaginário coletivo de busca do “paraíso perdido” que movia os primeiros desbravadores, diferentemente dos anglo-saxões, por exemplo, que depois, por conjuntura interna da Inglaterra, chegaram em busca de um espaço de liberdade. Portugal e Espanha visavam à exploração econômica, unicamente, seguindo a lógica da “mitologia da conquista”.⁷⁰

Esta visão é coadunada por Caio Prado Júnior, quando afirma que os vários povos europeus agiram como traficantes. O autor ainda reforça que “é este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico quanto no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos”.⁷¹

Do lado brasileiro, o objetivo de explorar riquezas à exaustão se mostra, como aduz Darcy Ribeiro, através da “concessão de terras como propriedade latifundiária aos conquistadores, a adoção de formas escravistas de conscrição da mão-de-obra e a implantação de patriciados burocráticos”.⁷² Esta realidade

⁶⁹ LE GOFF, Jacques. *La Vieja Europa y el Mundo Moderno*. Madrid: Alianza Editorial, 1995, p. 42-43.

⁷⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. XVII.

⁷¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 31.

⁷² RIBEIRO, Darcy. *O Processo Civilizatório: estudos de antropologia da civilização: etapas da evolução sociocultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 171-172.

estrutural-estamental se fez comum ao universo luso e em menor intensidade no hispânico.

Diametralmente oposta é a formação da vizinha meridional. Lá, na chamada Banda Oriental, o interesse dos colonizadores surge quanto à necessidade de definir fronteiras. Caetano e Rilla referem que: “Fue dicha condición de frontera interimperial, móvil y acechada por indios, exploradores y aventureros, la que finalmente ubicó a la Banda Oriental en los umbrales de la historia moderna”.⁷³

Ao fecharmos o espectro para nosso campo de estudo, há que se dirigir ao meridiano do continente americano desbravado para analisarmos as peculiaridades deste espaço geográfico⁷⁴ e das cidades de Montevideu e Porto Alegre, a primeira, uma capital federal e a segunda, capital de um estado.

Como já referido, esta porção de terra meridional foi a última a ser alcançada por portugueses e espanhóis na divisão destas terras que não ficou clara no Tratado de Tordesilhas, de 1494, que delimitava o domínio da Coroa Portuguesa numa linha imaginária que se estendia de norte a sul, até a atual Laguna em Santa Catarina.

Foi em função destas disputas territoriais que houve a fundação pelos portugueses, da Colônia de Sacramento, em 1680.

A extremidade meridional do território que hoje constitui o Brasil permaneceu durante muito tempo fora de sua órbita. Entrará para a história política e administrativa da colônia em fins do séc. XVII; mas economicamente só começará a contar [...] na segunda metade do séc. XVIII. Antes disto é apenas um território árduamente disputado por espanhóis e portugueses, de armas na mão, e não terá outra forma de ocupação que a militar. Até aquêl final do séc. XVII as fronteiras meridionais do Brasil se conservam não apenas indecisas, mas desconhecidas e descuidadas. Tratava-se de uma área deserta e que parecia sem grande interesse; e por isso ninguém se preocupou de fixar aí o local onde se tocavam as possessões espanholas e portuguesas. A linha imaginária do acôrdo de Tordesilhas (1496) devia passar mais ou menos na altura da ilha de Santa Catarina; mas nenhuma das duas coroas ibéricas tratou jamais de determinar com rigor. Durante a dominação castelhana em Portugal (1580-1640), a questão não tinha naturalmente especial interesse, pois tudo pertencia ao mesmo soberano. Mas depois da restauração, o rei de Portugal, grandemente preocupado com sua colônia americana [...], tratou sèriamente de fixar-lhe fronteiras [...].⁷⁵ sic

⁷³ CAETANO; RILLA, 2008, p. 19.

⁷⁴ SANTOS, 2008, p. 143-153.

⁷⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974, p. 94.

Assim como Gonzalo Aguirre Ramirez faz em relação ao universo platino:

Fue, precisamente, con la visión geopolítica que caracterizaba a los portugueses, la pretensión de dominar la ribera norte del estuario con sus invaluables puertos naturales y la comprensión del daño que ello ocasionaba al dominio colonial español en la América del Sur, lo que determino la conquista por la fuerza de la Colonia del Sacramento primero y, posteriormente, la fundación de Montevideo como Plaza fuerte, puerto de mar y apostadero de la escuadra española en el Atlántico Sur.⁷⁶

Ponto em comum entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, a colonização europeia se impôs tardiamente sobre as duas regiões por semelhantes razões, como expõe Sandra Pesavento quanto ao universo brasileiro-gaúcho:

[...] enquanto no resto da América portuguesa se desenvolviam os engenhos de açúcar. Desvinculado da agricultura colonial de exportação diretamente integrada ao mercado internacional, o Rio Grande do Sul carecia de sentido no contexto do processo de acumulação primitiva de capitais que se verificava nos quadros do Antigo Sistema Colonial.⁷⁷

Do mesmo modo, Caetano e Rilla descrevem o que se passa no lado hispânico:

Cuando el Imperio español arribó a la Banda Oriental, esta era considerada una “tierra sin ningún provecho” en tanto no disponía de las riquezas más estimadas por el capitalismo mercantil, que desde el siglo XVI había privilegiado las zonas ricas en metales preciosos. La fértil pradera de la Banda Oriental estaba habitada por comunidades indígenas de cazadores, pescadores y recolectores del nivel paleolítico que apenas trascendieron esos límites culturales y nunca superaron en número a unos pocos miles de individuos.⁷⁸

Em que pese a falta de atrativos iniciais, a matriz econômica acaba por forçar a descida em direção ao sul do continente, onde havia etnias indígenas organizadas por investidas de jesuítas e esparsos habitantes autóctones que desenvolviam atividades práticas e criação de animais. Isto atraiu, inicialmente, bandeirantes em busca de índios, para servirem de mão-de-obra na lavoura de cana-de-açúcar, depois por cavalos e gado chucros, e posteriormente, pelo

⁷⁶ RAMIREZ, Gonzalo Aguirre. *Tres Aportes Históricos*. Montevideo: Ediciones de La Plaza, 1996, p. 20.

⁷⁷ PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul*. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002a, p. 7.

⁷⁸ CAETANO; RILLA, 2008, p. 19.

interesse da Colônia na navegação do Rio do Prata – a exportação e o escoamento de charque também para o mercado nacional.

Neste período, havia o governo comum entre Portugal e Espanha (1580-1640)⁷⁹, que, por óbvio, suspendeu a necessidade de definir os espaços territoriais. Findo o período de paz, cabe aos portugueses a iniciativa de estender a soberania de sua metrópole sobre este território que, depois de tratados e bulas papais, ainda não haviam feito claramente e de maneira definitiva. Em 1680, uma expedição partida do Rio de Janeiro vai plantar uma bandeira portuguesa e com ela uma forte guarnição militar, na margem setentrional do Rio do Prata, datando de então a fundação da histórica Colônia de Sacramento. Esta ação teve como reação, do lado espanhol, a fundação de Montevideú, em 1724. Seus primeiros povoadores foram “los canarios, los gallegos y los vascos que [...] tenían muy claro que su misión, como nativos Del Reino de España, era defender esta comarca contra la avidez portuguesa”.⁸⁰

A empreitada portuguesa não surte o efeito desejado. Portugal, no Tratado de Madri (1750), perde o acesso ao Rio do Prata, mas fica com o território ao norte, que hoje constitui o Estado gaúcho, como registra Caio Prado Júnior:

Os portugueses acabarão ficando sem a colônia, e seu território é cedido expressamente pelo tratado de Madri de 1750. Mas a localização do conflito naquele ponto afastado permitir-lhe-á ocupar com mais folga o território que fica para trás, mais para o norte, e que se incorporará assim ao Brasil. Isto se fará desde os princípios do séc. XVIII. Além das tropas destacadas para a defesa, uma corrente de povoadores oriunda de São Paulo se irá estabelecendo no território que hoje forma o Rio Grande do Sul.⁸¹

O contexto é evidente, como explicita Humberto Maiztegui:

Como es sabido, durante la dominación española nuestro territorio estuvo siempre en litigio entre España e Portugal, no obstante los diversos tratados firmados, en el último de los cuales, el de San Ildefonso de 1777, fijaba nuestras fronteras más allá de los límites actuales del estado de Río Grande Do Sul. Sin embargo, los portugueses nunca aceptaron estos límites y fueron frecuentes las invasiones al territorio de la Banda Oriental, rico en ganado y carente de población, lo que hacía fácil dicha penetración, cuyos

⁷⁹ Dom Sebastião, Rei de Portugal, desaparece em uma guerra na África, não deixando herdeiros. Seu tio e rei espanhol Filipe II, observando a instabilidade política de Portugal, aproveita-se da situação para unir as coroas dos dois países.

⁸⁰ RAMIREZ, 1996, p. 20.

⁸¹ PRADO JÚNIOR, 1974, p. 95.

objetivos eran los de llevar las fronteras hasta los ríos Uruguay y de la Plata, considerados por ellos como 'los límites naturales del Imperio'.⁸²

Se inicialmente a ocupação geográfica foi feita por grupos humanos esparsos e por conflitos territoriais, a colonização propriamente dita acontece com o ingresso de imigrantes europeus.⁸³

Conforme mencionado anteriormente, quando nos ativemos a compreender e explicitar os fundamentos teóricos que balizam este estudo, o conjunto de elementos que vai promover a fusão do eu e do ethos na construção do caráter identitário das comunidades estudadas, restou subjacente no levantamento histórico nas sociedades brasileira-gaúcha-porto-alegrense e a uruguaia-montevideana. A inter-relação originária das duas cidades acompanhará este estudo do desenvolvimento das sociedades vizinhas até o período da pesquisa.

2.2 PORTO ALEGRE

Passamos a analisar a história compositora das sociedades observadas pela pesquisa, a começar pela a cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, o mais meridional estado brasileiro. A sua fundação decorreu de estratégia militar frente à fundação de Montevideu que, por sua vez, fora resposta espanhola à instalação da Colônia de Sacramento⁸⁴, como a ponta extrema do império português na América e sua política expansionista.⁸⁵

⁸² MAIZTEGUI, Humberto. **Uruguay en el Proceso de Institucionalización Rioplatense/1**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1994, p. 14.

⁸³ SAUTER, Cristina Silva. **O “Comércio Volante” de Porto Alegre (1897-1918)**. 116f. Dissertação (Mestrado em História Ibero-Americana) – Pós-Graduação em História Ibero-Americana, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 1997, p. 25-26. Em um primeiro momento chegam lusos, do arquipélago dos Açores. Depois, no início do século XIX, alemães e, no final do mesmo século, italianos ambos em grandes proporções; além de americanos, argentinos, austro-húngaros, belgas, franceses, espanhóis, ingleses, paraguaios, suíços, turcos, em um volume menor.

⁸⁴ OLIVEIRA, Clóvis S. **Porto Alegre: a cidade e sua formação**. Porto Alegre: Gráfica Metrópole, 1993, p. 12.

⁸⁵ BAKOS, Margaret M. **Porto Alegre e seus Eternos Intendentes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 15.

A região de Porto Alegre era habitada desde 1732⁸⁶, mas sua fundação oficial foi lavrada só a 26 de março de 1772. Um ano depois, se tornaria a capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Celi R. J. Pinto descreve:

Sua ocupação foi feita inicialmente por motivos militares que visavam muito mais assegurar os interesses portugueses no rio Rio do Prata do que integrar a região. Esta integração se deu de duas formas: pelo valor econômico que adquiriu o gado selvagem que nela vivia no momento do auge da exploração de ouro na região de Minas Gerais e pela política oficial de colonização promovida pela metrópole através da imigração de portugueses-açorianos. O Rio Grande do Sul se integrou à colônia portuguesa como uma zona militarizada e com economia subsidiária.⁸⁷

Sandra Pesavento chama atenção para característica da base da identidade que se formava, o “trinômio guerra-estância-fronteira do Prata” como “raízes da cidade” na “dimensão aventureira e heróica dos primeiros desbravadores”, à qual se aduziam “estabilidade e ordem” na chegada dos “60 casais açorianos”.⁸⁸ O lugar passou a ser conhecido como Porto dos Casais⁸⁹, em substituição ao Porto do Dorneles, a primeira denominação. O “embrião da futura cidade de Porto Alegre”⁹⁰ se desenvolve “sob uma dupla égide: a do contraponto da guerra e do espírito indômito com o da ordem e da tenacidade dos casais”, constituindo um burgo de “proporções modestas” que fora alçada a condição de capital:

[...] dados estimativos apontam para 1.512 habitantes em 1780, 3.927 em 1803, 6.035 em 1807 e 12.000 em 1820. Se considerarmos que, em 1810, Porto Alegre foi elevada à vila e em 1822 à cidade, vemos a força dos fatores de guerra no peso do sítio estratégico avançarem sobre as medidas de caráter administrativo: antes de ser vila ou cidade, o vilarejo já era capital.⁹¹

Ser capital, antes mesmo de ser cidade, teve motivação na preservação territorial. Riopardense de Macedo lembra que a administração da província havia sido expulsada de Rio Grande pelos espanhóis, em 1763. Sua instalação à beira do Guaíba facilitaria o acesso, por água, às fronteiras em luta territorial: Rio Pardo e

⁸⁶ MACEDO, Francisco Riopardense de. **História de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 1993, p. 18.

⁸⁷ PINTO, Celi R. J. **Positivismo**: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930). Porto Alegre: L&PM, 1986, p. 7-8.

⁸⁸ PESAVENTO, Sandra J. **O Imaginário da Cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002b, p. 247-248.

⁸⁹ OLIVEIRA, 1993, p. 67.

⁹⁰ PESAVENTO, 2002b, p. 247.

⁹¹ *Ibidem*, p. 248.

São José do Norte. A nova vila, elevada à condição de capital, era a movimentada “esquina do Rio Grande”⁹² que o autor descreve:

[...] um porto mal-enjambrado, mas lindo para toda a gente pela freqüência e movimento de muitos barcos com grandes velas coloridas. Já no ano seguinte à criação da Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais (1772), o povoado passava a ser conhecido pelo logradouro: a vila de Porto Alegre.⁹³

Concomitante à elevação de Porto Alegre à condição de vila, em 1810, iniciam as guerras de independência no Prata, gerando a crise dos prósperos saladeros, desorganizando as atividades charqueadoras, o forte da economia da região do Vice-Reinado espanhol do Prata. Os movimentos, no aspecto expansionista, envolveram o Rio Grande no seu Plan Revolucionario de Operaciones.⁹⁴ Gaúchos tiveram a oportunidade de atuar dos dois lados, pelas forças portuguesas, mas também no histórico envolvimento com os uruguaios ao lado de Artigas, decorrendo a aproximação de identidades de gaúchos e orientais. César A. Barcellos Guazelli comenta que “dessa intervenção faz parte o futuro chefe farroupilha Bento Gonçalves, que [...] adquiriu terras, casou-se com uma oriental”, não escapando ao “arrastamento que avultou a hoste de Artigas com os riograndeses liberaes”.⁹⁵ O autor também diz que a presença “de outros tantos chefes da fronteira em território oriental permitiu-lhes o convívio com as propostas federalistas”.⁹⁶

Com a família real no Brasil, o rei Dom João lança-se em uma campanha contra a expansão da Banda Oriental e incorpora seu território que nomina, a partir de então, de Província Cisplatina (1820) com o que Montevideu e, novamente, Colônia de Sacramento ficam sob domínio português. Avançam os “interesses dos rio-grandenses na campanha uruguaia, estabelecendo estâncias na região e recolhendo matéria-prima para as suas charqueadas”.⁹⁷ Pesavento lembra que também “o permanente estado de alerta propiciava a renovada militarização da

⁹² MACEDO, 1993, p. 23.

⁹³ *Ibidem*, p. 11.

⁹⁴ GUAZELLI, César A. Barcellos. O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados-nações e regiões províncias no Rio do Prata. In: GRIJÓ, Luiz A. *et al.* (Orgs.). **Capítulos da História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 91.

⁹⁵ VARELA, 1915, *apud* GUAZELLI, 2004, p. 91-92.

⁹⁶ GUAZELLI, 2004, p. 91.

⁹⁷ PESAVENTO, 2002a, p. 18.

sociedade gaúcha”, obrigando “todo o homem válido” a se tornar “um soldado em potencial”.⁹⁸

Em 1822, durante o domínio da Província Cisplatina se dá a independência do Brasil de Portugal, numa mudança de paradigmas, como expõe Pesavento:

O processo de independência do Brasil inseriu-se na crise mais ampla da desagregação do Antigo Sistema Colonial. Vencida a fase de acumulação primitiva de capitais, tudo aquilo que fora mecanismo de sustentação do colonialismo – escravismo, monopólio – tornou-se um entrave à constituição plena do capitalismo nas economias centrais.⁹⁹

Porto Alegre, com a independência, foi elevada à condição de cidade.¹⁰⁰ Em 1824, entra pelo porto a primeira leva de cerca de cinco mil imigrantes alemães que vão se estabelecer no vale do Rio dos Sinos, com contratos de colonização de ofício ou de soldado.¹⁰¹ No ano seguinte, a Banda Oriental, com apoio da Argentina, levanta-se contra o domínio brasileiro, gerando a Guerra Cisplatina. Tropas rio-grandenses são mobilizadas para a luta que, com a mediação da Inglaterra, resulta na devolução do território ao controle uruguaio.

O Uruguai passa a reorganizar sua economia e a recuperação dos saladeros, competindo diretamente com a economia do Rio Grande, que não conseguia produzir com as condições do produto uruguaio. Neste momento, o imperador brasileiro Dom Pedro I abdica ao trono em favor do filho menor e inicia o período da Regência que centraliza ainda mais o controle político e econômico, focado na expansão do café como principal produto de exportação. Produtos de outras regiões como o charque e o açúcar ficam em segundo plano. Brotam insatisfações e se revelam ideais federativos e republicanos. Logo fora da prosperidade central, eclodem revoltas. Uma, no Rio Grande do Sul.

No território brasileiro mais envolvido com a Cisplatina, que acontecera menos de uma década antes, e com a experiência nela adquirida, pois “de 1809 até 1820, o Rio Grande esteve envolvido no processo de anexação da Província Cisplatina [...] a região se notabilizou com a formação e concentração de um

⁹⁸ PESAVENTO, 2002a, p. 22.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 35.

¹⁰⁰ MACEDO, 1993, p. 50.

¹⁰¹ QUEVEDO, Júlio. **História Compacta do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003, p. 41.

poderoso exército”¹⁰², deflagra-se a Revolução Farroupilha (1835-1845). Os gaúchos tinham prontas a estrutura militar e a cultura política para o conflito. O argumento foi a insatisfação de estancieiros “particularmente revoltados com o tratamento tributário conferido ao couro e ao charque, principal produto de exportação para o resto do país”.¹⁰³

Fernando Henrique Cardoso reforça a questão do descontentamento gaúcho com o centralismo político implementado pela Regência:

[...] no Rio Grande, os interesses locais viam-se freqüentemente contrariados. Os presidentes da Província, delegados do Poder Central, recrutados em geral na “burocracia política” imperial e, por isso mesmo, relativamente desvinculados dos interesses dos estancieiros e charqueadores, tornavam-se agentes dos interesses da política geral contra as reivindicações locais.¹⁰⁴

José L. Romero identifica no movimento um sentimento comum das populações regionais em relação à centralização do poder pela burguesia das capitais, “arrogantes e ambiciosas”. Vê que, além da autonomia, elas “escondiam uma concepção positivista da vida provinciana e da tradição local que se opunha ao modo de vida das grandes cidades atingidas pela influência européia”.¹⁰⁵

Sandra Pesavento traz um fragmento da carta do líder revolucionário Bento Gonçalves ao regente imperial Feijó, em que elenca as razões da posição da província:

[...] em nome do Rio Grande do Sul eu lhe digo que nesta província extrema, afastada dos corrilhos e conveniências da Corte, dos rapapés e salamaleques, não toleramos imposições humilhantes, nem insultos de qualquer espécie. [...] O Rio Grande é a sentinela do Brasil, que olha vigilante para o Rio do Prata. Merece, pois, maior consideração e respeito. Não pode e nem deve ser oprimido pelo despotismo. Exigimos que o governo imperial nos dê um governador de nossa confiança, que olhe pelos nossos interesses, pelo nosso progresso, pela nossa dignidade, ou nos separaremos do centro e com a espada na mão saberemos morrer com honra, ou viver com liberdade.¹⁰⁶

¹⁰² QUEVEDO, 2003, p. 40.

¹⁰³ OLIVEN, Ruben G. **A Parte e o Todo**: a diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 62.

¹⁰⁴ CARDOSO, Fernando H. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 211.

¹⁰⁵ ROMERO, José L. **América Latina**: as cidades e as idéias. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, p. 249.

¹⁰⁶ PESAVENTO, Sandra J. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 50-51.

Revelando-se um campo de influências e aproximação de culturas, a Guerra dos Farrapos atrai pensadores e libertários, como o italiano Giuseppe Garibaldi, que chega no seu curso como “uma liderança sábia e carismática, inspirada rigorosamente nos valores democráticos, cosmopolitas e humanitários”. Em movimento de continuidade, essa influência “em poucos anos, se constituiria como suporte na luta de liberdade da República Oriental do Uruguai” onde ele atua como comandante da frota republicana da Grande Guerra.¹⁰⁷

Dez anos de luta se passam, até que seja assinado o Tratado do Ponche Verde selando a paz e estabelecendo o final da Revolução Farroupilha. Rogério H. Costa e Igor A. G. Moreira chamam atenção para um aspecto subliminar a este acordo de paz:

Finda a Revolução Farroupilha, em 1845, a ‘paz honrosa’ concedida pelo Império nada mais foi do que um rearranjo político, [...] tendo em vista a necessidade de o governo central barganhar com um grupo que, principalmente com a nova instabilidade no Prata, constituía um aliado insubstituível na defesa da mais importante fronteira do país.¹⁰⁸

Este fato histórico corrobora para que seja dada ênfase às peculiaridades do estado e ao pertencimento dele ao Brasil, que se constituem, segundo Ruben Oliven, “num dos principais suportes da construção social da identidade gaúcha que é constantemente atualizada, reposta e evocada”.¹⁰⁹

Aspectos do final do conflito retomam a histórica identidade entre os gaúchos da banda oriental. Os revolucionários não atendidos pela paz firmada entre farroupilhas e imperiais são acolhidos exatamente pelo Uruguai, inclusive os combatentes negros que não tiveram honrada a promessa de abolição da escravatura.¹¹⁰

O Império brasileiro volta a contar com os gaúchos e logo os lança a guerrear, de 1848 a 1851, na Guerra Grande do Uruguai contra Oribe em favor do

¹⁰⁷ DEL GROSSO, Anna Maria Lazzarino. O “aprendizado” de Garibaldi na América Latina: a “scuola delle palle” e a “escola moral”. In: BARROS FILHO, Omar L.; SEELIG, Ricardo Vaz; BOJUNGA, Sylvia (Orgs.). **Os Caminhos de Garibaldi na América**. Brasília: Senado Federal, 2008, p. 74 e 80.

¹⁰⁸ COSTA, Rogério H.; Moreira, Igor A. G. **Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995, p. 42.

¹⁰⁹ OLIVEN, 2006, p. 62.

¹¹⁰ KRISCHKE, Jair. **Entrevista concedida a Sonia Santos**. Porto Alegre, 5 dez. 2008. (Íntegra no Apêndice A).

presidente Flores e, ao final desta, também na guerra contra a Argentina de Rosas, até 1852.

Novamente, em 1864, o Império joga o Rio Grande para lutar contra Aguirre que ocupa o poder no Uruguai com o apoio de Solano Lopez do Paraguai, depondo Flores. Este fato é apontado como o embrião da mais sangrenta guerra do continente, a Guerra do Paraguai, iniciada um ano mais tarde. A Tríplice Aliança formada entre Brasil, Argentina e Uruguai enfrenta o Paraguai e dilacera a pequena nação guarani no conflito que se prolonga até 1870.¹¹¹ Este conflito mantém unidos contra o inimigo comum três tradicionais adversários dos conflitos de expansão territorial.

O Rio Grande do Sul contribuiu com muitas das vítimas do conflito “quando a composição das forças brasileiras se fez com quase um terço de soldados gaúchos”.¹¹² Em contrapartida, em 1875, os contratos imperiais trazem ao Rio Grande do Sul a leva de colonizadores italianos. Até “1889 o Estado recebe também mais de 51.000 imigrantes, italianos em sua grande maioria”, essa massa humana disposta “a ‘fazer a América’, serão responsáveis pelo desenvolvimento de uma importante agricultura comercial”.¹¹³

Na economia, implementa-se o capitalismo¹¹⁴ e o período exige a construção de modernas “linhas férreas que, interligadas em 1896, unem as principais áreas econômicas do Estado à capital, desta forma, “[...] o volume de produtos exportados via Porto Alegre cresce acentuadamente”.¹¹⁵ Na política, os acontecimentos são ainda mais intensos, com a queda do Império, em 1889.

¹¹¹ DORATIOTO, Francisco F. M. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 483.

¹¹² OLIVEN, Ruben G. O processo de construção da identidade gaúcha. In: RECKZIEGEL, Ana L. S.; FÉLIX, Loiva O. **Rio Grande do Sul**: 200 anos definindo espaços na história nacional. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 163-190.

¹¹³ MARONESE, Luiz. **Porto Alegre em Dois Cenários**: a nostalgia da modernidade no olhar dos cronistas. 258f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007, p. 170.

¹¹⁴ WASSERMAN, Claudia. **História Contemporânea da América Latina**: 1900-1930. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 273.

¹¹⁵ MARONESE, 2007, p. 171.

Enquanto em Montevideu os princípios de organização prosperam econômico, social e culturalmente, na Porto Alegre do novo século¹¹⁶, sob a República, a idéia de progresso é impulsionada pela doutrina positivista de Augusto Comte que influencia um grupo que “em sua maioria quase absoluta, eram jovens saídos dos bancos das escolas de Direito”¹¹⁷, recepcionados no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) que se manterá longo tempo no poder e elaborará a Constituição, em 1891, que tenta organizar institucionalmente o Estado.

Sem um projeto político consistente que enfrentasse a continuidade do PRR no poder com seu projeto republicano, autoritário e centralizador, a cisão das classes dominantes provoca a formação de dezesseis governos em apenas três anos e duas revoluções, a Federalista (1893 a 1895) e a de 23 (1923 a 1925). A primeira “matou quase 1% de toda a população masculina do Estado”, cerca de doze mil homens.¹¹⁸ A crueldade dos dois lados, federalistas e republicanos – que se chamavam, respectivamente, de Maragatos e Pica-paus –, destacava a forma típica de execução empregada nos conflitos na região:

A degola era rápida, silenciosa e barata; as vítimas eram mortas da mesma forma que se abatiam carneiros: tinham as artérias carótidas rasgadas por um golpe de faca [...] o negro uruguaio Adão Latorre, capataz dos irmãos Tavares, teria sido o principal algoz.¹¹⁹

Claudia Wasserman indica como resultante da selvageria uma cultura diferente dos outros estados do país, que “dividiu o Rio Grande do Sul em dois partidos ideologizados”, constituindo uma sociedade sempre polarizada como atributo que permanece.¹²⁰

A forte característica de divisão da sociedade gaúcha se transmuta em poderosa coesão frente ao inimigo comum que é o despotismo do poder central. Em 1930, o governador Getúlio Vargas une e levanta o Rio Grande, prejudicado pela

¹¹⁶ SAUTER, 1997, p. 25-26. No recenseamento realizado em 1900, a população de Porto Alegre, que fora classificada de acordo com sua nacionalidade de origem, estava composta por: 60.795 brasileiros natos, não especificados se eram do próprio estado ou de outras áreas do Brasil; 754 brasileiros naturalizados; 2.050 alemães; 19 americanos; 165 argentinos; 445 austro-húngaros; 16 belgas; 153 franceses; 835 espanhóis; 55 ingleses; 4.546 italianos; 87 paraguaios; 1.195 portugueses; 35 suíços; 110 turcos; 2.126 diversos; 392 ignorados; perfazendo um total de 73.778 indivíduos.

¹¹⁷ PINTO, 1986, p. 105.

¹¹⁸ WASSERMAN, 2004, p. 273.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 276-277.

¹²⁰ *Idem*, p. 278.

concentração de poder da oligarquia cafeeicultora do centro do país. Obtém eco em outras periferias, como Minas Gerais e Paraíba, e sensibiliza as sofridas camadas urbanas. Com apoio também dos jovens oficiais do exército, toma o poder e, simbolicamente, o movimento amarra os cavalos gaúchos no obelisco da Capital Federal.¹²¹

O Rio Grande gera, a seguir, outro significativo movimento, desta vez inovadoramente de esquerda, a Coluna Prestes, que parte de Santo Ângelo e se interna pelos sertões brasileiros. Considerada uma das maiores marchas de toda a história da humanidade.¹²²

Os gaúchos participaram do esforço do Brasil na Segunda Guerra, na qual, diferentemente, o Uruguai manteve neutralidade. Economicamente, o conflito transforma igualmente as economias dos dois lados em estufo, acelerando o processo de industrialização, como nas palavras de Jorge Voituret, “se desarrolló en lo que se llamo la industria de substitución de importación. Pero eso, en la medida que se termino la guerra mundial y los países reconstruyeron su sector industrial”.¹²³

Porto Alegre volta a unir os gaúchos em 1961 contra o despotismo do centro do país. Na renúncia do presidente Jânio Quadros, as oligarquias tentam não dar posse ao vice, o gaúcho João Goulart. O governador do Rio Grande, Leonel Brizola, mobiliza a resistência, em defesa da Constituição, toda articulada através de transmissões de rádio para o país desde a capital gaúcha, ameaçada de bombardeio.¹²⁴ Montevideu foi muito importante nessa resistência através uma linha telefônica ligando diretamente com Porto Alegre – “inaugurada pelo próprio Brizola quando Secretário de Obras Públicas” –, a única que os militares golpistas não conseguiram cortar. Essa ligação motiva “os correspondentes estrangeiros, que chegaram a Porto Alegre via Montevideu”.¹²⁵ Jango toma posse e governa até 1964.

¹²¹ GRIJÓ, Luiz Alberto. Uma cena campeira na avenida Central: políticos rio-grandenses e a Revolução de 30. In: GRIJÓ, 2004, p. 291.

¹²² AMADO, Jorge. **Vida de Luiz Carlos Prestes: el Caballero de la esperanza**. Buenos Aires: Editorial Claridad, 1942, p. 106. “En esa marcha, amiga, veintiséis mil kilometros recorridos del 29 de octubre de 1924 al 3 de febrero de 1927, hay, no solo un rasgar de selvas, un abrir de estradas en la caatinga y en los desiertos, hay también un abrir de caminos en el pensamiento brasileño. Del Río Grande del Sur al Estado amazónico del Maranhão. Del Paraná al Tocantins. De bahía a Mato Grosso, de Minas a Goiaz”.

¹²³ VOITURET, Jorge. **Entrevista concedida a Sonia Santos**. Montevideu, 11 dez. 2008. (Íntegra no Apêndice N).

¹²⁴ PINHEIRO, Luiz A. C. **Jânio, Jango & Cia**. Brasília: Eco, 1988, p. 35.

¹²⁵ BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o Trabalho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 81-82.

No centro do país levanta-se um golpe contra “os líderes Brizola e Jango sem base de sustentação, obrigando-os a se refugiarem no Uruguai”.¹²⁶ Se reconstitui a tradicional rota de refúgio entre as cidade de Montevideu e Porto Alegre que sempre deram guarida aos que buscavam refúgio, de um lado ou de outro, firmando uma identidade de solidariedade a funcionar nos dois sentidos da fronteira em momentos de dificuldade política, social e econômica.

A Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) identifica e usa esta fraternidade entre Porto Alegre e Montevideu para superar a barreira que os militares uruguaios impuseram a sua atuação no país que controlavam. Em 1980, a ONU, querendo ouvir relatos sobre violação aos direitos humanos no Uruguai, providenciou o transporte de oitenta familiares de perseguidos políticos para serem entrevistados em Porto Alegre, retornando sigilosamente a Montevideu. A operação foi montada pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos, com sede na capital gaúcha, sob coordenação do seu presidente Jair Krischke.¹²⁷

Durante o processo revolucionário, na capital gaúcha, constroem-se elevadas, túneis e parques, dando continuidade ao movimento iniciado com a República que “havia trazido a Porto Alegre, com suas idéias positivistas, a meta da modernidade urbana e da organização disciplinada do espaço, de acordo com os ideais do progresso econômico e da ordem burguesa”.¹²⁸

Na redemocratização negociada pelos governos militares que se esgotavam na América Latina, o que ocorreu igualmente no Brasil e no Uruguai no último quarto do século passado, as forças de esquerda demoram a chegar ao poder nos Estados que se reorganizavam tentando sustentar o perfil conservador. Em Porto Alegre, liberal e culta¹²⁹, já na primeira eleição o negro socialista Alceu Collares elege-se prefeito. A cidade passa a experimentar um ciclo no qual as questões sociais avançam sobre espaços da ordem positivista. Este movimento é potencializado, a partir das sucessivas eleições de prefeitos do Partido dos Trabalhadores que cunham o conceito de Porto Alegre como a capital da participação.¹³⁰ O perfil mais a esquerda acontece também no Uruguai, com a vitória da Frente Ampla de Tabaré

¹²⁶ PESAVENTO, 2002a, p. 132.

¹²⁷ KRISCHKE, 2008.

¹²⁸ PESAVENTO, 2002b, p. 270.

¹²⁹ MARONESE, 2007, p. 29.

¹³⁰ W.K.KELLOGG FOUNDATION. *Trustees da Fundação Kellogg Prestigiam Evento. Interação – Notícias da América Latina e Caribe*, n. 26, dez. 2007/jan. 2008. Disponível em: <<http://www.pilla.vares.nom.br/textos/democrac.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

Vasquez que, a partir de 1990, vai governar a cidade de Montevidéu sem mais permitir o retorno da direita, como também acontece em Porto Alegre. A democracia direta é ensaiada através do Orçamento Participativo de Porto Alegre e dos Centros Comunales Zonales (CCZ)¹³¹ de Montevideo.¹³²

A experiência participativa marca Porto Alegre internacionalmente por sediar o Fórum Social Mundial, nos anos 1990. O desenvolvimento do modelo decisório sobre aplicação dos recursos da administração municipal com o envolvimento da comunidade faz a CEPAL e a Fundação Kellogg escolherem o Brasil e Porto Alegre para sede da etapa final do terceiro ciclo do Projeto Experiências em Inovação Social, argumentando que “de todas as 26 capitais brasileiras, Porto Alegre é a que, hoje, poderia com justiça ser chamada de capital mais social do Brasil”.¹³³

2.3 MONTEVIDÉU

Nosso objeto de estudo foca, agora, a evolução da gama de elementos que ao longo do tempo contribuíram para a construção do caráter identitário da gente de Montevidéu, a capital da nação uruguaia. Partimos da sua fundação, no início de século XVIII, como registra Milton Schinca: “Así, el 20 de diciembre de 1729 Zabala labra un acta creando un Cabildo, que sería, pues, histórico por ser la primera autoridad oficial que rigió los destinos de Montevideo”.¹³⁴ Montevidéu, que, segundo Alberto Zum Felde, “no fue considerado, durante todo el siglo XVIII, más que una

¹³¹ ARANA, Mariano. *La Descentralización em Montevideo*. Disponível em: <<http://www.municipalesps.com/biblioteca/BIBLIO.html>>. Acesso em: 20 jan. 2009. *Ya desde el año 1990, el departamento de Montevideo fue regionalizado, funcional y administrativamente, en 18 zonas. Estas zonas han sido la base territorial para el desarrollo de la estrategia de descentralización y participación ciudadana. En cada una de las 18 zonas, se instaló un Centro Comunal Zonal que fue progresivamente desarrollando vínculos con las organizaciones sociales.*

¹³² RANINCHESKI, Sonia. Capital social e cultura política em tempos de crise econômica: os casos de Brasil e Uruguai. In: BAQUERO, Marcelo (Org.). **Capital Social, Desenvolvimento Sustentável e Democracia na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 182.

¹³³ W.K.KELLOG FOUNDATION, 2008, *online*.

¹³⁴ SCHINCA, Milton. *Boulevard Sarandí: memoria anecdótica de Montevideo*. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 2003, p. 18.

simple plaza fuerte y apostadero naval; y en realidad un recinto militar, de vida civil exigua”.¹³⁵

À condição de “plaza fuerte”, própria de sua posição fronteiriça, evoluiu a de porto, beneficiado pelo grande calado natural, ligado às grandes correntes comerciais, que fez com que sua composição demográfica, bem como sua importância política, fossem alteradas significativamente, fazendo-a catalisadora de eventos e mudanças, como evidenciam as palavras de Caetano e Rilla:

*Al talante militar y marino de sus primeros pobladores, Montevideo fue incorporando poco a poco labradores, tenderos, artesanos, sacerdotes, traficantes de negros esclavos, hacendados, contrabandistas y comerciantes habilitados. El libre comercio afirmado desde 1778 estimuló la economía de la Banda Oriental, la < puesta en valor > del ganado y la diversificación relativa de su producción. La <burguesía> formada al amparo del proceso de liberalización comercial y de los privilegios específicos otorgados a Montevideo por la Corona (en 1791 fue habilitado como el único puerto del Plata para la introducción de esclavos), logró conducir una intensa y larga puja con la vecina Buenos Aires por el dominio del emergente mercado del Río de la Plata [...] Dicha disputa por la intermediación mercantil mostró una Montevideo crecientemente próspera y altiva frente a una Buenos Aires elevada a capital del Virreinato – fundado en 1776 – y dispuesta a defender tanto su primacía política como el tesoro de su aduana.*¹³⁶

Esta característica de importância geográfico-estratégica será fundamental em uma série de eventos, disputas e episódios nacionais e internacionais históricos que tiveram como palco a cidade de Montevideú, que serão elencados.

Cabe reflexionar, agora, sobre o início da formação do Estado uruguaio, momento de consolidação sobre o qual o debate historiográfico é acirrado¹³⁷, em

¹³⁵ ZUM FELDE, Alberto. *Proceso intelectual del Uruguay*. Montevideo: Ediciones del Nuevo Mundo, 1967, p. 27-28. t. I.

¹³⁶ CAETANO; RILLA, 2008, p. 22-31.

¹³⁷ DI CANDIA, Cesar. *Entrevista concedida a Sonia Santos*. Montevideú, 11 dez. 2009: “se divulga a nivel escolar, digamos, a la independencia en 25 de agosto de 1825. No es cierto. En el 25 uno se anexa, Uruguay se une a las Provincias Unidas do Río de La Plata. [...] A Inglaterra le interesa que se tenga arriando siempre acá, Brasil de un lado y Argentina de otro y Uruguay en el medio porque lo interesa es colocar sus productos. Estamos hablando 1828, ya con la Revolución Industrial en marcha y cantidad de productos que no tenían salida en Inglaterra y querían colocar de alguna forma en esto ahí. Entonces, declaran un poco a la fuerza, se declara la independencia uruguaya en 1828. Esto nunca se festeja, porque en Uruguay no se festeja ni se conoce. Nadie habla de la séquela de esto. Es un poco vergonzoso que sean los extranjeros que nos regalen la independencia. Nos la regalan para que nosotros no estemos guerreando más con nadie. A tal punto que en esta Convención Preliminar de Paz, 1828, una das clausulas es que la Constitución de la República del Uruguay no puede ser cambiada sin autorización de Brasil e Argentina. Éramos dependientes totalmente. Este, hasta que en 1830, definitivamente, se jura la Constitución Uruguaya”. (Íntegra no Apêndice O).

função do chamado trauma de nacimiento¹³⁸, polêmica que ainda se arrasta sobre a definição histórica da data de fundação da nação uruguaia até assumir a sua total soberania, como indica Maiztegui:

[...] los países signatarios del Tratado Preliminar de Paz se reservaban el derecho de intervenir, hasta cinco años después de aprobada la Constitución, 'si su tranquilidad y seguridad fuese perturbada dentro de ella por la guerra civil'. Esa 'protección' se extiende más allá de ese limitado plazo, constituyendo otro factor de inestabilidad política, debido a la intervención foránea en los asuntos orientales.¹³⁹

A interferência estrangeira referida leva ao sentimento, entre os uruguaiois, de que houve uma “independência concedida”, como nas palavras de César Di Candia, que se refere aos interesses de Inglaterra, Brasil e Argentina.¹⁴⁰

Artigas havia ensaiado, antes, uma autonomia quando formulou “*Las Instrucciones del año XIII*” que, nos seus vinte artigos, constituía peça político-jurídica de alcance e significação incomuns pelos fundamentos democrático-republicanos.¹⁴¹ Quando o Uruguai rompe a dominação portuguesa (1825) e também se independentiza dos portenhos (1828), a província austral firma-se como entidade soberana. Em 1830, o Uruguai¹⁴² jura a primeira Constituição, que veio estabelecer formalmente um regime republicano e unitário, de ordem política liberal e contrária ao conservadorismo absolutista.

Carlos Gamou lembra que o “*Uruguay se caracteriza por haber tenido primero una constitución y, después, haber generado el Estado, la Nación*”.¹⁴³ Para Ope Pasquet, isso foi resultado de um processo de amadurecimento político muito retardado:

¹³⁸ CAETANO, Gerardo. *Notas para una revisión histórica sobre la “cuestión nacional” en el Uruguay*. In: ACHUGAR, Hugo. **Cultura(s) y Nación en el Uruguay de Fin de Siglo**. Montevideo: Ediciones Trilce, 1991, p. 24. Gerardo Caetano refere a votação em 1923, que ocorreu em ambas as Câmaras do Parlamento para discutir e definir a data de independência, se seria 25 de agosto de 1825 ou 18 de julho de 1830, findando o debate sem o estabelecimento da data exata, que é comemorada em dois momentos, durante muitos anos em 18 de julho 1830, constando, hoje, na maioria dos registros, 25 de agosto de 1825.

¹³⁹ MAIZTEGUI, 1994, p. 27.

¹⁴⁰ DI CANDIA, 2008.

¹⁴¹ MAIZTEGUI, 1994, p. 12.

¹⁴² KRISCHKE, 2008. De acordo com o entrevistado, o Uruguai é um endereço, uma posição geográfica, não um nome. República Oriental do Rio Uruguay é a terra que fica ao oriente do Rio Uruguai.

¹⁴³ GAMOU, Carlos. **Entrevista concedida a Sonia Santos**. Montevideu, 9. dez. 2008. (Íntegra no Apêndice J).

Fuimos un caso de maduración tardía de la construcción política en el país. Sin embargo, aún en estos, en este siglo XIX tan sangriento, tuvimos solamente una constitución, la de 1830, que no se aplicó, no se respetó más que un plazo de tiempo muy fugaz, por poco tiempo. Pero que era referente, era ideal común de todos los bandos. Si todo el mundo decía que lo que quería era, que rigiera la constitución, nadie se revelaba contra la constitución. [...] Y una constitución, por supuesto, siglo XIX muy republicana pero censitaria, restringía los derechos políticos, lo que era usual en la época. Solamente los hombres, las mujeres no existían. Pero la constitución de puramente republicana con separación de poderes, ninguna magistratura extraordinaria.¹⁴⁴

Pasquet destaca o período de turbulência que o Uruguai passa a viver mesmo sob uma Constituição que todos dizem respeitar:

Es una historia de turbulencia, de guerras civiles, de grande inestabilidad política. Alguien contó más de 70 revoluciones en Uruguay, tenía una revolución que era una guerra civil, enfrentamiento de Blancos contra Colorados y viceversa y otros cruces que había en el país. Este, era tanta la sangre derramada en esta sucesión de enfrentamientos que un inglés que estuvo por aquí, Guillermo Hudson escribió un libro sobre la Banda Oriental y lo llamó: La Tierra Purpurea. Purpurea por la sangre, este, y fíjese se que nosotros estábamos en esto: en las luchas civiles, en las revoluciones, en los derramamientos de sangre.¹⁴⁵

A independência não tira do Uruguai a singularidade estratégica da sua conformação geográfica, tampouco a atipicidade de sua demografia e de sua história, como registra Achugar:

Desde el inicio fuimos campo de batalla entre europeos y americanos, entre bárbaros y civilizados, entre españoles y portugueses, entre argentinos y brasileños. ¿El país frontera o la frontera como país? Todo país, toda nación presupone la frontera. Fronteras espaciales, lingüísticas, raciales o culturales. Pero Uruguay es o ha sido hasta el presente la frontera misma. [...] Pero la frontera es, sobre todo, una mentalidad, un espacio simbólico.¹⁴⁶

Este espaço foi ocupado por levas de imigrantes, formando uma sociedade aluvional, nas palavras de Caetano, que ajudou a conformar a identidade social:

[...] el 'afuera' se ha constituido desde siempre en otra de las claves configuradoras por excelencia de la identidad de la sociedad uruguaya. Tal vez ratificando un rasgo que muchas veces define la peripecia de los países pequeños, lo cierto es que la historia uruguaya es pródiga en episodios y

¹⁴⁴ PASQUET, Ope. **Entrevista concedida a Sonia Santos**. Montevideu, 9. dez. 2008. (Íntegra no Apêndice I).

¹⁴⁵ Ibidem, 2008.

¹⁴⁶ ACHUGAR, 1993, p. 22.

procesos en los que se pone de manifiesto hasta qué punto el 'afuera' incide decisivamente en la constitución de las identidades del 'adentro'.¹⁴⁷

Toda esta gama de influências foi definidora na construção do jovem, e pequeno país que, ao iniciar sua vida como nação autônoma, tinha 74 mil habitantes em um território de 187 mil quilômetros quadrados – perfazendo um total de 0,4 habitantes por quilômetro quadrado¹⁴⁸, influência que é fomentadora da fratricida guerra, a Guerra Grande, quando, interesses de outros países inflaram disputas internas empurrando os uruguaios para a luta. A Guerra Grande inicia como um conflito uruguaio entre colorados de Rivera e blancos de Oribe¹⁴⁹, se transformando logo em um conflito rio-platense ao aliarem-se os colorados com os unitários argentinos e ao vincular-se Oribe com o federalismo rosista¹⁵⁰, e termina por converter-se em um conflito internacional, quando França, Inglaterra e, finalmente, o Brasil intervêm, apoiando aos colorados no Uruguai e aos unitários na Argentina¹⁵¹. Ao final desta, quase em seqüência, a Guerra do Paraguai¹⁵², também chamada de Guerra da Tríplice Aliança, leva um pouco mais da escassa massa humana componente do universo platino.

Após a Guerra Grande, a população do país aumentou de maneira substancial, em função da imigração. Dos 14.500 habitantes que Montevideu tinha, passa para 34.000. A população total da nação de 74.000 passa para 132.000, em 22 anos de vida independente. Desta feita, o conteúdo imigratório se mostra distinto como expressam as palavras de Zum Felde:

Completa el cuadro de esta época la gran afluencia inmigratoria, de italianos principalmente. Desde 1860, en progresión creciente, van llegando al país

¹⁴⁷ CAETANO, 1991, p. 30.

¹⁴⁸ ZUBILLAGA, 1993, p. 17-22.

¹⁴⁹ DI CANDIA, 2008: "La denominación de 'blancos' y 'colorados' se dá a partir de un 'decreto' de Oribe que en agosto de 1836 determina que toda la población, alistada o no en las fuerzas, utilizara en su sombrero una divisa blanca o un distintivo del mismo color en sus ropas, con el lema 'Defensor de las Leyes'. Los opositores de Oribe comenzaron a llamarlos 'Blancos' o 'Blanquillos'. Andrés Lamas en 1845 explicaría, a su vez, el origen de la divisa colorada: las fuerzas rebeldes habían adoptado como divisa el color de la escarapela nacional: el color celeste. En aquellos tiempos nada se sabía mucho sobre técnicas eficaces de coloración de telas, procesos textiles de alta calidad, etc. Obviamente, con el pasar de los meses los paños celestes se destiñeron y surge la necesidad de cambiar el color. El colorado fue el color elegido. Porque? Este color era el color mas usado en la campaña, ya sea para forrar ponchos o para hacer los chiripáes. De esta forma, el partido de Oribe pasó a ser llamado de Blanco y el que combatía a Oribe de Colorado".

¹⁵⁰ Ditador argentino Juan Manuel Ortiz de Rosas

¹⁵¹ WILSON, Jose de Torres. Brevisima Historia del Uruguay. Montevideo: Ediciones de La Planta, 1984, p. 26.

¹⁵² DORATIOTO, 2002, p. 39-79.

*muchos miles de italianos, proletariado inteligente, laborioso y emprendedor. [...] El Censo de 1889, da por 114,322 nacionales, 100,739 extranjeros, en Montevideo, es decir, casi la mitad de la población urbana. Los inmigrantes ejercen los oficios rudos y técnicos, se dedican al pequeño comercio y la pequeña industria, cultivan las tierras, la avicultura y la granja, extendiendo hacia el interior, en campos antes pastareo, el tipo nuevo de la chacra. Su inteligencia mercantil, sus hábitos de ahorro y privación, su laboriosidad paciente, la rápida valorización de las propiedades, y otros factores circunstanciales correspondientes a un país nuevo y en formación, hacen que, a la vuelta de algunos años, muchos de estos inmigrantes hayan amasado una fortuna, que les permite ampliar sus negocios, establecer grandes comercios e industrias, explotar la chacra y la granja en grande escala, o, por lo menos, crearse una posición independiente y digna de mediana burguesía.*¹⁵³

Sendo exatamente de matriz ádvena que vem Lorenzo Latorre¹⁵⁴, coronel do Exército ferido na Guerra do Paraguai, que ascende ao poder, em março de 1876, e impõe uma ordem rigorosa nos campos¹⁵⁵, enfrentando as tarefas de pacificação e unificação nacional¹⁵⁶ e iniciando a primeira fase modernizadora:

*Al llegar al gobierno Latorre cuenta no solamente con el respaldo del ejército, sino de los colorados netos, la mayoría del partido blanco con Timoteo Aparicio, la Iglesia, el imperio británico, los grandes intereses económicos, los estancieros, la pequeña burguesía urbana, y el pueblo que veía en “el coronel” por primera vez un gobernante como ellos, sin apellido ilustre y de lenguaje llano. Con todo ese respaldo a su favor, sólo hacía falta un poco de carácter y voluntad política, y a Latorre le sobraban ambas cosas.*¹⁵⁷

Os objetivos mais visíveis desta primeira fase modernizadora indicavam a consolidação da presença do Estado na sociedade e na economia, a afirmação da propriedade privada e a reinserção do Uruguai como Estado e como Nação no contexto mundial nos finais do século XIX. Desta maneira, nas últimas décadas do século XIX, as atividades econômicas do Uruguai prosperaram, as exportações

¹⁵³ ZUM FELDE, 1919, p. 213-214.

¹⁵⁴ VAZ, Fernando. **Próceres y Villanos**. Montevideo: Monte Mayor, 1986, p. 45-52.

¹⁵⁵ PASQUET, 2008: “Durante la dictadura de Latorre, que es una dictadura militar, se empieza a poner orden en este país turbulento y Latorre hace lo que se llama el alambramiento de los campos, que es una etapa muy importante de la de organización del hábitat rural. [...] Las separaciones por alambrados van marcando la propiedad y deja afuera la gente que no pertenecía, que no trabajaba en ninguna estancia, que no tenía ningún lugar fijo donde estar. [...] Se forman ratas en el borde de las estancias y esto sigue siendo una frente de reclutamiento para la guerra civil, porque los caudillos venían a buscar esta gente que no estaba haciendo nada para levantarla contra el poder de turno. Esto va a mantener, todavía, por un tiempo más la situación de turbulencia y enfrentamiento hasta 1904”.

¹⁵⁶ WASSERMAN, 2004, p. 50.

¹⁵⁷ VAZ, 1986, p. 46.

criaram e também ocorreu incremento demográfico na capital, Montevideu.¹⁵⁸ Das ações do governo de Latorre, nenhuma é mais reconhecida que a reforma implantada pelo *Director de Instrucción Pública*, Jose Pedro Varela, nas áreas da cultura, da ciência, da sociologia, mas, sobretudo, no ensino fundamental que se torna igualitário, universal, gratuito e obrigatório¹⁵⁹:

El modelo de modernización tuvo su correlato en el plano de la cultura, que registró, si se observa desde lo más visible, un exitoso avance del positivismo expresado en la impetuosa reforma escolar promovida durante el gobierno de Latorre por el joven José Pedro Varela, decepcionado por entonces con la política partidaria en la que había militado con entusiasmo. Se concretó así la creación de un sistema de enseñanza primaria de base igualitarista, acorde con las exigencias disciplinadoras de la economía en transformación y con los compromisos filosóficos derivados de la matriz iluminista.¹⁶⁰

Meritório reforçar, também, a importância que teve a Inglaterra no tabuleiro latino-americano, e de maneira especial, durante o governo de Latorre, como expressam Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto:

A vinculação com a Inglaterra durante o governo de Latorre foi a mais intensa, circunstância que impulsionava o crescimento da economia exportadora, as que devem ser somados outros dois importantes fatores: a incorporação de uma tecnologia rural mais desenvolvida (alambrado, refinamento do gado etc.) e uma política que favoreceu a incorporação de imigrantes europeus. Esses fatores, que intensificaram o processo de divisão social do trabalho, contribuíram também para o crescimento urbano e para uma maior complexidade do sistema de estratificação social.¹⁶¹

Contribuíram para esta complexificação o ingresso significativo de novas levas de imigrantes – mais qualificados e aculturados que a primeira leva –, que inserem na sociedade nascente noções de cidadania, além de uma base capitalista e recursos trazidos do continente europeu. Alcides Beretta Curi comenta a participação dos estrangeiros na formação da indústria, até então incipiente, e para as transformações sociais dela decorrentes:

La industrialización cambió la faz del país, preferentemente de Montevideo, modificó profundamente la economía, transformó las relaciones y las

¹⁵⁸ WASSERMAN, 2004, p. 49-50.

¹⁵⁹ VOITURET, 2008.

¹⁶⁰ CAETANO; RILLA, 2008, p. 102-104.

¹⁶¹ CARDOSO, Fernando H.; FALETTI, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 91-92.

experiencias sociales, el pensamiento y la educación, y se proyectó en múltiples espacios de la cultura cotidiana. Inmigración e industrialización, en estas décadas comprendidas entre 1875/1930 marcaron a fuego al Uruguay al punto de crear un 'antes' y un 'después'.¹⁶²

Este divisor de águas se faz evidente em todos os relatos históricos e são reforçados pela análise de Cardoso e Faletto sobre os desdobramentos que tiveram:

Essa mudança adquirirá, pouco mais tarde, considerável importância política. Os grupos médios e os setores populares que começavam a adquirir importância constituíram o fulcro da política de Batlle com toda sua seqüela de mudanças econômicas, políticas e sociais.¹⁶³

Neste momento, passa a haver em toda a América Latina um movimento que leva os segmentos médios a fazerem aliança com os setores tradicionais, e alguns segmentos populares a, de uma certa forma, participarem do bloco que então assume o poder. No Uruguai, em 1903, o batllismo foi a expressão inicial dessa política.¹⁶⁴

Consolidadas suas fronteiras, no século anterior, assentadas as bases de sua organização administrativa, melhoradas suas comunicações, modernizada sua produção agropecuária, aberto o porto de Montevideu à imigração e ao ingresso de recursos estrangeiros, o Uruguai que iniciava o século XX era um país em pleno desenvolvimento. A população total do país superava um milhão de habitantes e a capital era um aglomerado de mais de trezentas mil almas, quase a metade delas estrangeiras de nascimento. Mais de dois mil estabelecimentos industriais davam vida a uma pujante classe empresarial e uma nascente classe operária. Montevideu já havia conhecido as primeiras manifestações “*de la cuestión obrera*” com as primeiras greves e o início da organização sindical.¹⁶⁵

Jorge Batlle y Ordoñez assume o poder em 1903 e logo enfrenta uma insurreição iniciada pelo caudilho Aparicio Saravia, a qual vence, e a partir de então consolida a unidade nacional. É sob seu governo, em dois mandatos intercalados, que novas transformações se dão quanto aos aspectos políticos, econômicos e

¹⁶² BERETTA CURI, Alcides. *Inmigración y aprendizajes empresariales durante la temprana industrialización del Uruguay, 1875/1914*. **Revista Theomai**, Quilmes (Argentina), n. 4, edición electrónica, 2001. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/124/12400403.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2008.

¹⁶³ CARDOSO; FALETTO, 2004, p. 92.

¹⁶⁴ PRADO, Luiz Fernando Silva. **História contemporânea da América Latina: 1930-1960**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 14.

¹⁶⁵ WILSON, 1984, p. 40.

sociais, dentre eles: o sufrágio universal, o direito ao voto às mulheres, operários, e imigrantes¹⁶⁶; a modernização dos partidos tradicionais ao incorporar a temática econômica e social à vida política; a jornada de trabalho de oito horas, o descanso semanal obrigatório, a indenização laboral¹⁶⁷, a proibição do trabalho de menores e a proteção ao trabalho das mulheres, uma insipiente seguridade social; a promulgação, em 1907, da primeira lei do divórcio da América Latina que reconhecia os direitos das mulheres; a criação de institutos de ensino médio em todas as capitais de províncias; e a laicização do Estado. Pasquet lembra que, sob Batlle, “*el país empieza un tiempo de paz, de organización institucional. Y empieza realmente una etapa nueva de su historia, donde se terminó la violencia armada*” e que “*en esta paz el país construye sus instituciones y se transforma de la Tierra Purpurea en el siglo XIX a la Suiza de América del siglo XX*”.¹⁶⁸

O Uruguai transforma-se no país mais estável da América Latina e cria condições para modernizar a Constituição, já com ares de nova era, inspirada no modelo suíço, pelo qual o presidente era eleito pelo voto direto dos cidadãos que também elegiam conselheiros, sete inicialmente, nove ao final, com poder moderador.

Estas alterações são o caldo de cultura da maior mobilização política nacional na história do Uruguai, as eleições da Convenção Nacional Constituinte, celebrada no domingo de 30 de julho de 1916. Quando todas as classes sociais e grêmios, Igreja e exército, partidos e movimentos políticos, periódicos ácratas e radicais, moderados e conservadores consolidaram um momento histórico que transformaria o futuro nacional em cada plano imaginável: político, social, econômico, cultural e religioso. José Pedro Barrán e Benjamín Nahum seguem na descrição deste singular momento que foi vivido como um plebiscito:

El país empezó a vivir en una atmosfera de participación política que ya no abandonaría más, base de la consolidación – primero en la mentalidad colectiva y luego en la ley – de la práctica democrática, hecho que hasta hoy constituye el rasgo más destacado de esta nación dependiente entre sus pares latinoamericanos [...] Esas, y otras razones seguramente, pueden dar cuenta de la peculiaridad uruguaya que se convirtió en su línea de larga

¹⁶⁶ SOUZA, Marcos Alves de. **A Cultura Política do “Batllismo” no Uruguay: 1903-1958**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003, p. 31.

¹⁶⁷ Indenização por demissão.

¹⁶⁸ PASQUET, 2008.

*duración en el siglo XX: la democracia política, nacida ese 30 de Julio de 1916.*¹⁶⁹

Os debates intensos e o resultado da elección resultaram numa Constituinte que provocou “la derrota del batllismo”, nas palavras dos autores, quando, através do voto, a população barrou a onda reformista do líder Batlle. Foi uma vitória do conservadorismo. A despeito do resultado da eleição específica, que não comporta o foco de análise deste trabalho, o importante a referir é o que subjaz deste evento histórico já mencionado na citação acima. O episódio político agregou à sociedade da época uma característica que a torna peculiar, qual seja, o engajamento e a participação política, com a afirmação do perfil conservador, que não mais abandonará e que seria definidora em eventos futuros, como evidenciam Caetano e Rilla:

*[...] se renovaran la temática y los instrumentos del debate político; se electoralizó la oposición nacionalista, que abandonó así el viejo recurso a la guerra civil; se produjo la irrupción de las masas también a la política electoral; la vida democrática adquirió mayor consistencia y credibilidad en el seno de la ciudadanía; [...] la sociedad entera se politizó en un sentido moderno, tanto en el nivel del ciudadano individual como de sus componentes colectivos (sindicatos, grupos de presión patronales, etc.) [...].*¹⁷⁰

Este substrato se mostra presente, excetuando os períodos de ditaduras, como lembra César Di Candia, “*del golpe de Estado malo propiciado por el presidente Gabriel Terra em 1933 y del golpe de Estado bueno [...] dado por el presidente Alfredo Baldomir em 1938, con el fin de restaurar las instituciones*” dos quais o país acaba por sair relativamente ileso e, o mais recente, a ditadura militar entre 1973 a 1985, ainda segundo Di Candia, “*aquel doloroso proceso*”.¹⁷¹

¹⁶⁹ BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benjamín. **Batlle, los Estancieros y el Imperio Británico: la derrota del batllismo**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1987, p. 7-8. t. VIII.

¹⁷⁰ CAETANO; RILLA, 2008, p. 159.

¹⁷¹ DI CANDIA, César. **Memoria el Camino de la Violencia Uruguaya (1940-1973)**. Montevideo: El País, 2006, p. 9-12. v. 1.

O século XX foi repleto de eventos convulsionadores que envolveram o mundo e o continente, como as duas Guerras Mundiais, a Crise de 1929, a Guerra Fria e a Doutrina de Segurança Nacional.¹⁷² Esta enfrentou a ascensão dos movimentos de esquerda na América Latina, impulsionados pela grave situação social, que gestavam mudança de paradigmas, principalmente entre as novas gerações.¹⁷³ O Uruguai experimenta, a partir da década de sessenta, o recrudescimento das manifestações sociais e do decorrente autoritarismo político que César Augusto Barcellos Guazzeli reconhece como embrião para a implantação da ditadura na década seguinte.¹⁷⁴ Entre eles, surge o Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros, descrito por Affonso Lessa como “un grupo guerrillero que llegó a contar con varios miles de integrantes, que adquirió un fuerte protagonismo a lo largo de una década y que incluso se transformó en punto de referencia a las guerrillas de otros países”.¹⁷⁵ O autor traduz sucintamente as razões da queda do movimento que tentou levantar as massas e acabou sendo uma das justificativas para o golpe militar:

*La decisión de los Tupamaros de buscar el poder por la única vía de violencia revolucionaria fue resultado de un análisis que contenía varios ingredientes erróneos. Por una parte, los guerrilleros demostraron desconocer muchos elementos que constituían el contexto histórico, social, político y económico en el que actuaron [...] no conocían en profundidad las fuerzas de seguridad con las que se enfrentaban [...] Por otra parte, los Tupamaros estaban convencidos de que su propio desarrollo generaría cambios de tal magnitud que transformaría radicalmente el país y contribuirían de manera decisiva al triunfo de la revolución.*¹⁷⁶

Importante referir a influência dos Estados Unidos, do Brasil e da Argentina no plano para o controle militar no Uruguai desde a ação para evitar que a Frente Ampla composta por uma gama de partidos, dentre eles os de esquerda, ganhasse as eleições de 1971, conforme documentos da Central Intelligence Agency (CIA) –

¹⁷² VILLALOBOS, Marco Antonio. **Tiranos, Tremei!** – Ditadura e resistência popular no Uruguai (1968-1985). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p. 45. “Concebida no tempo da Guerra Fria, a DSN baseia-se no postulado da bipolaridade, que define um mundo dividido em dois blocos antagônicos e irreconciliáveis: o capitalismo e o comunismo. Essa ideologia passa por cima da segurança individual, e é utilizada em nome da luta contra o comunismo, a favor do desenvolvimento econômico”.

¹⁷³ DI CANDIA, 2006, p. 49-70.

¹⁷⁴ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **História Contemporânea da América Latina: 1960-1990**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 41-45.

¹⁷⁵ LESSA, Alfonso. **La Revolución Imposible**. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2004, p. 9.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 319.

no anexo A deste estudo – revelados pelo governo dos Estados Unidos. O *animus* que movia na época a geopolítica era o ideológico, a própria Guerra Fria. O resultado daquelas eleições foi retardado em mais de dois meses para dar a vitória para o colorado Bordaberry, com 41%. Aldunate do partido Blanco, fez 40% e a Frente Ampla, apenas 18%.

A ditadura começa em 1973. Porém, a sociedade resistiu, o Uruguai foi o único país em que a cidadania enfrentou a tomada de poder pelos militares no Cone Sul através de uma greve geral, substrato da sua histórica construção política e social.¹⁷⁷ Jorge Voituret lembra: “*se declara la huelga general contra el golpe de Estado, resistencia que acá duró 12 días, desde el 27 de junio hasta el 09 de julio*”.¹⁷⁸ Para anular esta identidade consolidada, os militares colocaram em prática um plano de ruptura da cidadania que estratificava a população em faixas de privilégios e de submissão ideológica absoluta, a Fé Democrática.¹⁷⁹

A nova ordem age dentro da lógica do período de exceção¹⁸⁰, inspirado pelos Estados Unidos na América Latina, que traz em seu bojo elementos traumáticos de violação aos direitos humanos, como expressam as palavras de Maren y Marcelo Viñar:

*Cuando un Estado institucionaliza la tortura, la víctima no es solo el torturado sino la sociedad entera; sea la dictadura militar, el nazismo o el Estado hebreo. [...] El martirio de algunos es referente simbólico de punición para todos, y conduce a la parálisis social mediante el terror y amedrentamiento a la rebelión que continúa la espiral beligerante.*¹⁸¹

¹⁷⁷ CAETANO, Gerardo; RILLA, Jose. **Breve Historia de la Dictadura**. Montevideo: CLAEH : Ediciones de la Banda Oriental, 1991, p. 16-19.

¹⁷⁸ VOITURET, 2008.

¹⁷⁹ NOGARA, Raquel Lubartowski. **Visibles Historias Invisibles**. Disponível em: <http://www.querencia.psico.edu.uy/revista_nro3/raquel_lubartowski.htm>. Acesso em: 4 jan. 2009. *Categorías Ciudadanas – La red ABC. La categoría A consagraba el derecho al ingreso y/o permanencia laboral, permitía participar en actividades públicas, tramitar sin sobresaltos el pasaporte y lograr, muchas veces, ascensos laborales significativos. La categoría B constituía una suerte de limbo civil; era el reino de la incertidumbre ya que la permanencia y/o ascenso laboral estaba acechado por cualquier "falta" que se pudiera cometer. Para los B la posibilidad de obtener pasaporte era dudosa y quedaba sujeta a los interrogatorios que se realizaban en el Ministerio del Interior y/o Jefatura. Las personas categoría B no podían firmar contratos de arrendamiento con garantía de la Contaduría. Categoría C era equiparable a la muerte civil y laboral; categoría C era sinónimo de destitución y de pérdidas laborales e imposibilidad de obtener Pasaporte.*

¹⁸⁰ VILLALOBOS, 2006, p. 45.

¹⁸¹ VIÑAR, Maren y Marcelo. **Fracturas de Memoria**. Crónicas para una memoria por venir. Montevideo: Ediciones Trilce, 1993, p. 130-132.

Este período dura doze anos no Uruguai até desembocar no processo de abertura e restabelecimento da democracia:

O Uruguai, ao longo dos anos 70, viveu em crise econômica permanente. Incapazes de conter a insatisfação generalizada, os militares planejaram a legitimação aos moldes chilenos, convocando para 1980 um plebiscito para aprovar uma nova Constituição que haviam promulgado; apesar do regime de força e das fraudes, houve rejeição por ampla maioria. Isto exigiu negociações com os políticos tradicionais, com desproscrição dos partidos. [...] A ditadura negociou sua retirada convocando eleições para 1984.¹⁸²

A abertura democrática em 1985 se estabelece num país desestruturado, de economia obsoleta, com alto endividamento econômico, quadro geral que compõe o cenário internacional do fim das ditaduras da época.¹⁸³

Na democracia, a expectativa de reconstrução e modernização do Uruguai culmina com a crise econômica de 2002.¹⁸⁴ Neste momento se torna mais agudo o processo de migração dos jovens, que já fugiam da repressão e agora partiam por falta de perspectivas de futuro.

Os autores apontam que estes elementos componentes do quadro econômico, político e social dos últimos quarenta anos atuaram como motivadores de efeito colateral no significativo movimento que converteu o Uruguai de um país de imigrantes num país de emigrantes, como José Pedro Barrán traduz:

*Uruguay fue el primer país de América Latina en ser formado por inmigrantes. Ello tiñó su cultura con una nota importante de tristeza debida a la nostalgia de las patrias perdidas. Y estas, en Montevideo sobre todo, eran Europa. Desde 1960, Uruguay se ha convertido en país de emigrantes – hecho que la dictadura intensificó – como las estadísticas de población demuestran. A menudo, los hijos o nietos de aquellos que habían sentido la nostalgia renacida y amplificada al infinito por la pérdida ahora uruguaya. Muchos uruguayos vivieron y recordaron así en una o dos generaciones el mismo drama, la misma amputación.*¹⁸⁵

A verdadeira diáspora é dimensionada pela existência de uma população de três milhões de pessoas no Uruguai e estimada em um milhão e meio¹⁸⁶ de

¹⁸² GUAZELLI, 2004, p. 45.

¹⁸³ CAETANO; RILLA, 1991, p. 150-151.

¹⁸⁴ SIERRA, Jerónimo de; CASTAGNOLA, José L. *La Democratización y el Debate Sobre la Modernización*. Montevideo: CIEDUR/CLAEH - Ediciones de la Banda Oriental, 1989, p. 13.

¹⁸⁵ BARRÁN, José Pedro. Apresentação. In: VIÑAR, 1993, p. 4.

¹⁸⁶ Vale lembrar que o Uruguai considera cidadãos uruguaios os filhos de uruguaios nascidos no estrangeiro, com base no artigo 74 da Constituição uruguia.

uruguayos fora da nação¹⁸⁷. Desses, 25 mil estão no Rio Grande do Sul.¹⁸⁸ O país que restou, envelhecido, sem os seus jovens, reforça uma característica conservadora que viria a retardar a volta dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda.

Como relatado no item 2.2 deste capítulo, este período guarda estreita similaridade com o que ocorria na vizinha Porto Alegre, também convulsionada em regime militar. As duas comunidades serviram de amparo e refúgio, uma à outra, durante as ditaduras. Uruguayos perseguidos foram acolhidos em Porto Alegre, e porto-alegrenses foram asilados em Montevideú.¹⁸⁹

A Frente Ampla, que em 1971 motivou a ação do governo norte-americano para desestabilizar o crescimento das forças de esquerda na política uruguaia, menos de vinte anos depois, consegue chegar ao poder, apenas na capital. O intendente Tabaré Vasquez, com o peso do eleitorado de Montevideú¹⁹⁰, vai chegar à Presidência da República, em 2005, trajetória parecida ao final negociado da ditadura militar brasileira, com a população elegendo um prefeito de esquerda em Porto Alegre, e menos de vinte anos depois, o operário Lula como Presidente do Brasil.

Nesta última fase estudada sobre o histórico da formação identitária das cidades de Porto Alegre e Montevideú que influencia modernamente o desempenho político e social destas comunidades, ocorre a significativa aproximação das culturas constituídas. Isso pode ser constatado a partir da incorporação do ensino das línguas estrangeiras de cada país vizinho nas suas escolas públicas. Em Porto Alegre, o ensino da língua espanhola nas escolas municipais é implantado em 1995.¹⁹¹ Em Montevideú, o ensino do português começa a ser implantado igualmente pelo poder central, o que, nas palavras do Senador e ex-intendente de

¹⁸⁷ PELLEGRINO, Adela; CABELLA, Wanda. Una estimación de la emigración internacional uruguaya entre 1963 y 2004. **Serie Documentos de Trabajo**, Montevideo (Uruguay), n. 70, p. 12, nov. 2005. *Si se considera que nuestra tasa de emigración es desde hace por lo menos tres décadas una de las más altas de América Latina, que de acuerdo a nuestras estimaciones el 13.6% de la población del país se encuentra residiendo en otro país. [...] Total emigrantes 1963-2004 584,115.*

¹⁸⁸ CONSULADO DO URUGUAI. **Comunicação verbal a Sonia Santos**. Porto Alegre, 20 mar. 2009.

¹⁸⁹ KRISCHKE, 2008.

¹⁹⁰ CASTAGNOLA, José L. *Las relaciones del sistema político y la sociedad civil. Entre novedad y tradición*. In: SIERRA; CASTAGNOLA, 1989, p. 77.

¹⁹¹ SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Comunicação verbal a Sonia Santos**. Porto Alegre, 20 mar. 2009.

Montevideu, Mariano Arana, nos deixa “absolutamente convencido de que se trata da consolidação da integração regional”.¹⁹²

¹⁹² Em tradução livre. ARANA, Mariano. **Entrevista concedida a Sonia Santos**. Montevideu, 10 dez. 2008. (Íntegra no Apêndice L).

3 CAPITAL SOCIAL E INSTITUIÇÕES. UM SINERGISMO POSSÍVEL

Analisadas a constituição histórica de Porto Alegre e Montevideu, em perspectiva comparada, passemos agora a incursionar pela pesquisa “Capital social e Desenvolvimento Sustentável na Construção da Cidadania e melhoria da Qualidade de Vida” (NUPESAL/UFRGS), que, em 2005, entre outros, buscou aferir os níveis de Capital Social e Satisfação quanto aos serviços públicos das populações locais nas duas cidades em foco.

Sabe-se que o conceito de capital social vem ganhando espaço em estudos prospectivos de processos de desequilíbrio social e econômico em comunidades. Embora não haja unanimidade quanto ao conceito propriamente dito de capital social, há concordância sobre alguns de seus elementos constitutores como redes de relações sociais, estoques de relações, níveis de confiança interpessoal e institucional, dentre outros. Há a defesa de que também sejam integrantes da definição de capital social a participação cidadã, cultura política, convivência e cultura cívica.

Putnam incorpora todos estes pontos e defende que capital social são práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos numa dada sociedade, da mesma forma como sistemas de participação e associação que estimulam a cooperação. Desta maneira, quanto maior e mais rico for o número de possibilidades associativas de uma sociedade, maior será o volume de capital social.¹⁹³ Para ele, as tradições cívicas nos permitem projetar o grau de desenvolvimento que uma sociedade terá de maneira mais evidente do que a dimensão econômica, sendo, por esta lógica, os aspectos econômicos subordinados aos aspectos políticos. Assim, o desempenho institucional estará diretamente condicionado ao meio.

¹⁹³ PUTNAM, 2005, apud SANTOS, Everton *et al.* Os desafios da democratização do Estado: instituições e cultura política. **Revista do ICISA – Gestão e Desenvolvimento**, Porto Alegre, ano VI, v. 6, n. 1, p. 141, jan. 2009.

A questão central para Putnam é que a confiança, a cooperação e os espaços de participação social entre o Estado e a Sociedade são elementos positivos e essenciais para o bom funcionamento das instituições políticas.¹⁹⁴

O objetivo principal deste capítulo é demonstrar a ação combinada, de baixo para cima, do capital social sobre as instituições do Estado (sobre os serviços públicos prestados por este), assim como os efeitos das dotações orçamentárias, de cima para baixo, também sobre os serviços públicos prestados à comunidade.

Num primeiro momento será analisado o nível de Confiança Interpessoal em ambas as cidades, portanto suas dotações de capital social a partir de uma das variáveis chaves, nível de confiança interpessoal. Num segundo momento analisaremos a satisfação das populações locais com os serviços de Educação, Saúde, Transporte, Segurança e Esporte, Lazer e Cultura. Num terceiro momento, efetuiremos o cruzamento das variáveis níveis de confiança nas associações comunitárias e avaliação dos serviços públicos. Ao final, serão analisados os valores de dotação orçamentária de cada setor pesquisado e, posteriormente, sua relação com a satisfação das populações.

3.1 NÍVEL DE CONFIANÇA INTERPESSOAL

Analisando-se na perspectiva do capital social, portanto de baixo para cima, o gráfico 1, que trata do nível de Confiança interpessoal, mostra que mais da metade (50,2%) dos entrevistados, em Montevideu, acreditam que se pode confiar nas pessoas. Enquanto que, em Porto Alegre, menos de um terço (32,9%) responderam da mesma forma. Estes dados indicam que, no nível de Confiança interpessoal, os montevideanos demonstram um comportamento de sinal positivo e que é significativamente maior do que a Confiança revelada pelos porto-alegrenses, num índice 17,3% superior. Portanto, em Montevideu as pessoas confiam mais umas nas outras do que em Porto Alegre.

¹⁹⁴ PUTNAM, 2005, *apud* SANTOS *et al.*, 2009, p. 141. Não somente para as instituições democráticas, mas também econômicas. Fukuyama (1996) demonstrou que a existência de capital social numa dada sociedade é fator explicativo do tamanho da estrutura industrial ali existente, bem como, do desempenho econômico conseqüentemente.

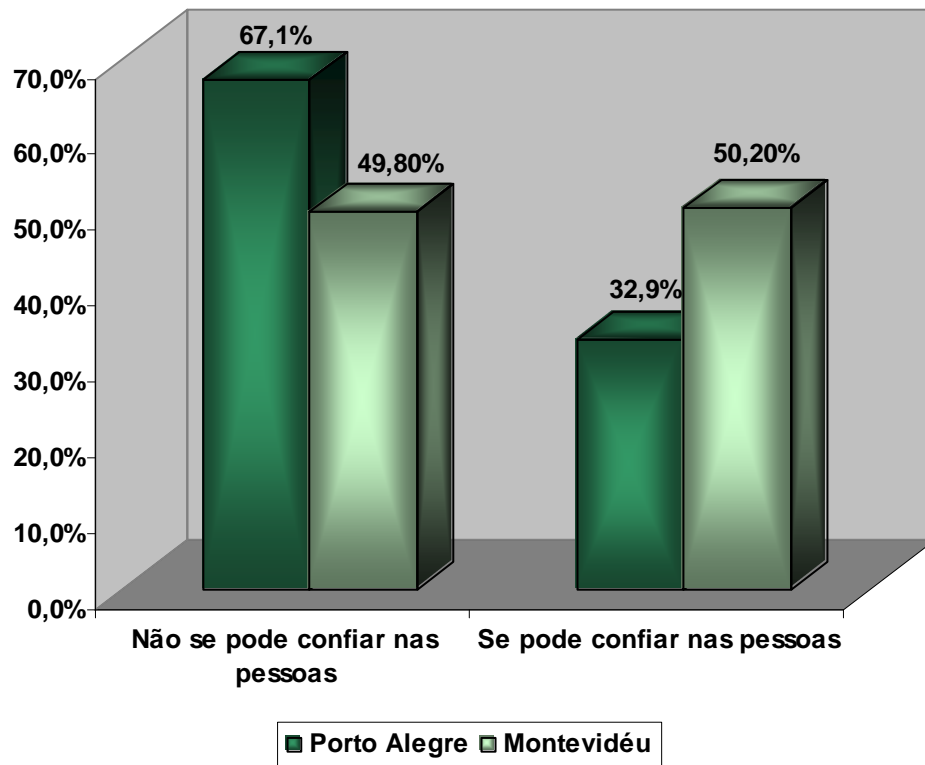


Gráfico 1 – Confiança interpessoal
 Fonte: adaptado de NUPESAL/UFRGS (2005)

Sendo o elemento confiança considerado de peso essencial na composição do Capital Social, não é demasiado repisar que o nível de Capital Social em Montevidéu, excedendo de maneira significativa ao apresentado em Porto Alegre, permite a percepção de maior consistência no tecido social. Baquero, elaborando um índice de capital social comparado destas cidades e portanto reunindo um conjunto de perguntas indicativas, demonstra que Montevidéu tem um índice alto de 7,6% contra 0,0% alto de Porto Alegre.¹⁹⁵

Também segundo a corrente teórica por este trabalho adotada, a saber, a de Putnam (2005), sociedades com índices maiores de Confiança interpessoal tendem a avaliar mais positivamente as instituições. Isto buscaremos confirmar através do cruzamento, ao final do capítulo, dos níveis de comportamento aferidos em relação à Confiança com os de comportamento da sociedade nas duas cidades em relação à avaliação da sua satisfação com serviços prestados pelas instituições.

¹⁹⁵ BAQUERO, 2007, *passim*.

O cruzamento dos dados vai considerar a avaliação dos serviços prestados às comunidades nas áreas de Saúde, Educação, Segurança Pública, Esporte, lazer e cultura e Transporte. Estes dados são dispostos a seguir.

3.2 SATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS PÚBLICOS

O gráfico 2 trabalha com os dados sobre a avaliação da qualidade dos serviços públicos de Educação oferecidos às populações nas duas cidades em estudo. Novamente, as avaliações sobre esta prestação institucional se mostram superiores em Montevidéu, comparativamente a Porto Alegre.

Como avalia a qualidade dos serviços de sua cidade no quesito: Educação

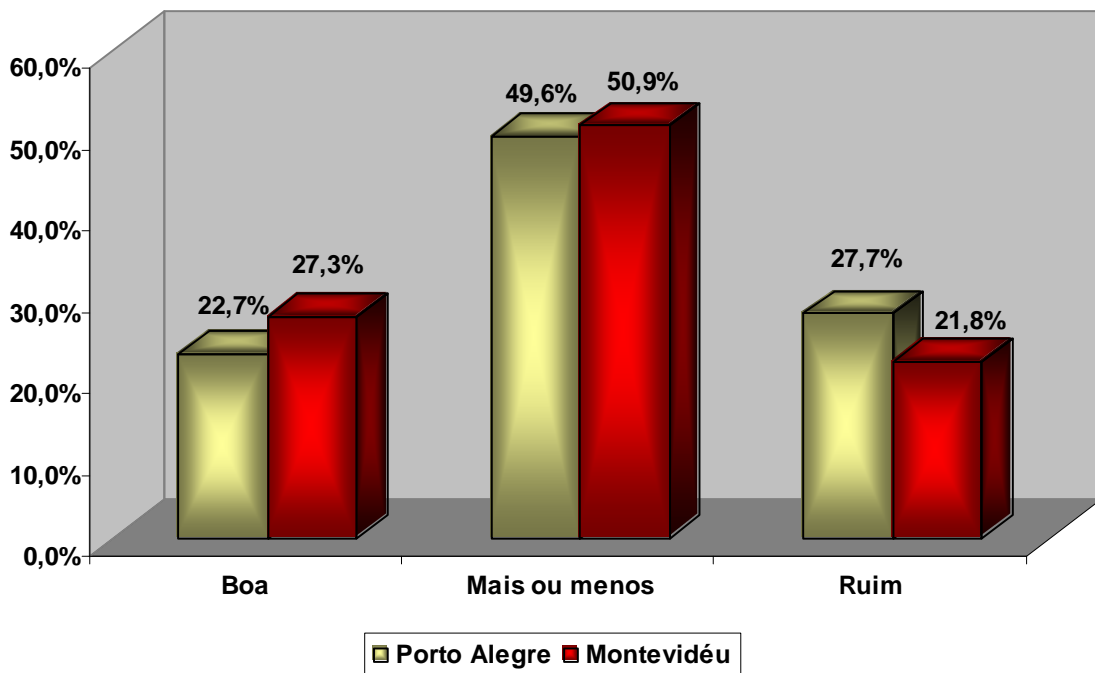


Gráfico 2 – Educação

Fonte: adaptado de NUPESAL/UFRGS (2005)

Para 27,3% dos montevideanos, a educação recebeu avaliação Boa, enquanto que, em Porto Alegre, 22,7% dos entrevistados optaram por esta notação. Vale referir que os percentuais somados para formar a tendência positiva confirmam o maior apoio ao desempenho do governo em Montevidéu, num índice que,

somando o Mais ou menos (50,9%) com a Boa (27,3%), atinge 78,2%. Em Porto Alegre, a soma da opinião Mais ou menos (49,6%) à Boa (22,7%) chega a 72,3% na tendência positiva que, novamente no lado brasileiro, é inferior à tendência negativa, esta chega a 77,3% somando a avaliação Mais ou menos (49,6%) com a Ruim (27,7%). Em Montevidéu, a percepção de tendência negativa da avaliação da Educação é de 72,7%, na soma de Mais ou menos (50,9%) com a Ruim (21,8%).

Cleci Jurach, Secretária Municipal de Educação, lembra que “a Constituição Federal do Brasil define que o Ensino Infantil é prioritariamente do município, o Fundamental é atribuição do município, mas pode ser compartilhado com o Estado com o Estado e o Médio (Ensino) é somente competência do Estado”, e completa que “em paralelo existe todo um sistema privado de ensino que atende a todos os níveis”.¹⁹⁶

Ela admite que, se a infra-estrutura material do sistema merece elogios, ainda resultado das influências positivistas da formação histórica, a política governamental merece crítica. Há duas décadas, o sistema de ciclos, implantado por lei, estabelece que os alunos não sofram avaliação de cobrança de resultados ao longo de todo o ensino fundamental, de nove anos, de forma que não aconteça repetência, mesmo para crianças que não conseguem se alfabetizar. Cleci argumenta não ser “possível avaliar um aluno de seis anos e fazê-lo reprovar porque não atingiu determinados objetivos, mas não se pode ser complacente nas avaliações de alunos de quinta série”. Ela propõe: “O que se aceita hoje é um sistema misto, no qual, nas últimas séries, o aluno ficaria em dependência nas disciplinas que não atingiu a nota para passar para a série seguinte”.

Outra imposição do sistema de ciclos é que os profissionais que atendem primeira, segunda e terceira séries, fundamentais na alfabetização, fiquem somente três dias por semana com o aluno. Os dois dias restantes são preenchidos com os professores de educação física e artística. Para Cleci, “esse tempo não é suficiente para criar vínculo do professor, que precisa alfabetizar, com as crianças. Eles precisam de uma referência”.

As conseqüências desta política podem ser identificadas pelo grande número de evasão que esses alunos vão apresentar ao concluir o Fundamental do

¹⁹⁶ JURACH, Cleci. **Entrevista concedida a Sonia Santos**. Porto Alegre, 29 abr. 2009. (Íntegra no Apêndice H)

município e ingressar no Ensino Médio estadual. Neste novo nível, os alunos do sistema de ciclos se deparam finalmente com a avaliação por rendimento e a conseqüente reprovação. Esta reprovação acaba fazendo-os desistir ante a adversidade para a qual não foram preparados.

A insatisfação do porto-alegrense medida em 27,7% em relação à educação, é corroborada por um dado: a posição do município no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), hoje, é a décima quarta, atrás de capitais do Nordeste e de estados pequenos.

A intendência de Montevideú responde apenas pelas Guarderías, as creches que acolhem cinco mil crianças em idade pré-escolar. O ensino fundamental – como todos os níveis de Educação no Uruguai – é de responsabilidade do governo central. Estas diretrizes datam de 1848, com a primeira Reforma Educativa, que ocorreu na ditadura do general La Torre, em 1877, que estabeleceu os preceitos de obrigatoriedade de freqüentar a escola, laicidade e gratuidade que regem a Educação uruguaia até os dias de hoje.¹⁹⁷

Quando observamos a avaliação que a população entrevistada faz do quesito saúde, percebemos que mais da metade (52,2%) dos porto-alegrenses qualifica como ruim o serviço de saúde. Já em Montevideú, menos de um terço (31,5%) dos entrevistados têm opinião ruim a respeito do serviço de saúde prestado pelo Estado.

¹⁹⁷ CONSULADO DO URUGUAI. **Comunicação verbal**. Porto Alegre, 16 mar. 2009.

Como avalia a qualidade dos serviços de sua cidade no quesito: Saúde

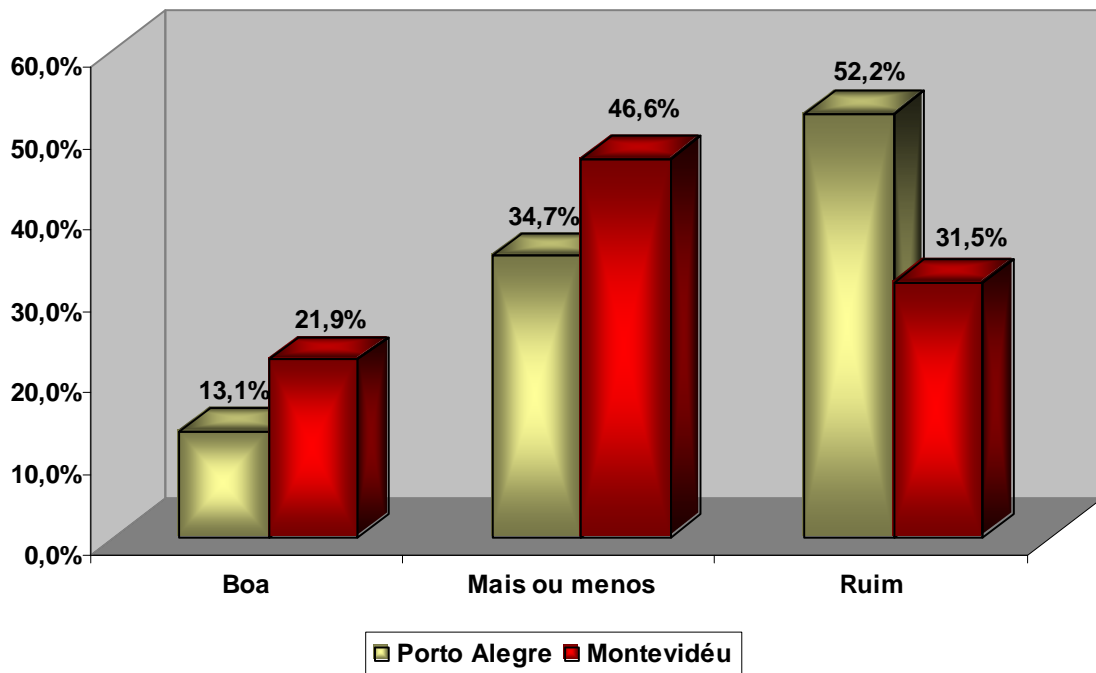


Gráfico 3 – Saúde

Fonte: adaptado de NUPESAL/UFRGS (2005)

Em sentido inverso, dos que consideram Boa a prestação de serviço de saúde, a proporção positiva em Montevidéu é ainda maior do que em Porto Alegre, num índice de 21,9% contra 13,1%, respectivamente. Se somarmos a avaliação Mais ou menos (46,6%) com a Boa (21,9%), a satisfação com os serviços de saúde, em Montevidéu, chega a 68,5%, ou seja, mais de dois terços dos montevideanos avaliam a saúde tendendo à positividade. Em Porto Alegre, esta soma de tendência positiva não atinge a marca de 50%, e a avaliação de tendência negativa, Mais ou menos (46,6%) somada à Ruim (52,2%), atinge o índice de 86,9% dos que reprovam o desempenho institucional. Em Montevidéu, 78,1% da população manifesta a tendência de avaliação negativa.

Em Porto Alegre, a autoridade institucional informa que a situação tem evoluído positivamente. O Secretário de Saúde substituto, Marinon Porto, lembra que os números de saúde do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre têm, gradativamente, melhorado. O indicador mais representativo é o da mortalidade infantil. Em Porto Alegre, é de 11,6 óbitos a cada um mil nascidos vivos. Há 30 anos, eram 25 ou 30 óbitos a cada um mil nascimentos. Uma das razões para a melhora do índice é o fato de hoje toda gestante no Brasil tem o direito universal de

acompanhamento da gravidez e do parto de forma gratuita pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com o mínimo de sete consultas pré-natal. Comparativamente a outras capitais brasileiras, o coeficiente de mortalidade infantil de Porto Alegre é o menor, “perto de menos de um dígito de óbitos por cada um mil nascimentos”, confirma Porto.¹⁹⁸ Quanto à sua estrutura física, a capital gaúcha dispõe de quarenta e cinco Unidades Básicas de Saúde (UBS), seis centros de saúde, quatro pronto atendimentos e dois hospitais, além de setenta e cinco equipes de saúde da família e cinco farmácias.

Outro indicador de saúde muito importante e objetivo é da expectativa de vida que tem aumentado gradativamente na cidade de Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. Os dados estatísticos são medidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Secretaria de Saúde. Segundo o censo do IBGE de 2007, a expectativa de vida dos gaúchos é de 75 anos.

A Ministra da Saúde do Uruguai, María Julia Muñoz, assinou, em 2008, a Reforma de la Salud, na qual se introduziu a universalização dos atendimentos e serviços de saúde.¹⁹⁹ No entanto, em Montevidéu, o Diretor Financeiro da Intendência Municipal, Enrique Cabrera, sustenta que o atendimento de Saúde pública oferecido à população através de uma rede de vinte Policlínicas bem equipadas instrumentalmente e contando com quadro qualificado de médicos, possui qualidade melhor do que o oferecido em Porto Alegre.²⁰⁰

A satisfação das comunidades em relação aos serviços de transporte é examinada no gráfico 4. Nestes números é que o estudo identifica a inversão do quadro que vinha se verificando e a mais significativa disparidade dentre os aspectos em comum observados nas duas cidades. Porto Alegre manifesta avaliação positiva sobre a prestação institucional do serviço de transporte, com 59,4% dos entrevistados se considerando bem servidos pelo sistema oferecido aos passageiros. Já em Montevidéu, apenas 32,6% aprovam o serviço que lhes é proporcionado, numa diferença de 26,8% a mais de satisfação para os porto-alegrenses.

¹⁹⁸ PORTO, Marinon. **Entrevista concedida a Sonia Santos**. Porto Alegre, 15 abr. 2009. (Íntegra no Apêndice F).

¹⁹⁹ CONSULADO DO URUGUAI. **Comunicação verbal**. Porto Alegre, 15 mar. 2009.

²⁰⁰ CABRERA, Enrique. **Entrevista concedida a Sonia Santos**. Montevidéu, 11 dez. 2008. (Íntegra no Apêndice M)

Como avalia a qualidade dos serviços de sua cidade no quesito:
Transporte

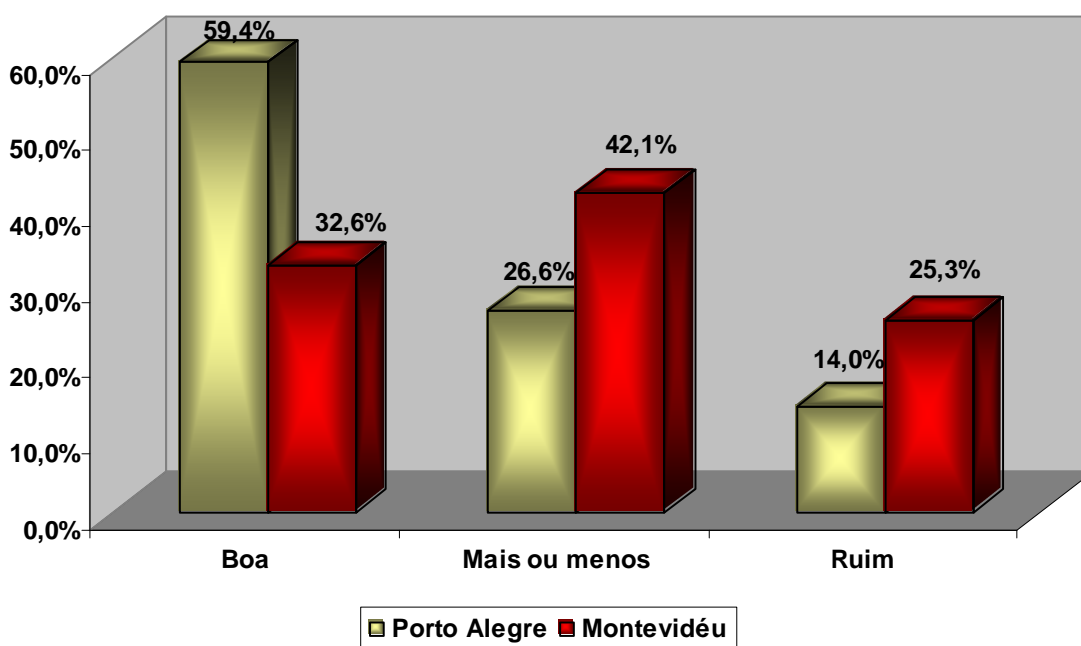


Gráfico 4 – Transportes

Fonte: adaptado de NUPESAL/UFRGS (2005)

Verificando tendências, se somarmos as avaliações Boas (59,4%) às Mais ou menos (26,6%), teremos 86% dos porto-alegrenses avaliando com tendência positiva este aspecto contra o montante de 74,7% de notação dos montevideanos, uma diferença de 11,2% a favor dos porto-alegrenses.

Na conformação histórica da cidade, sob influência positivista na sua disposição arquitetônica, bem como em algumas experiências pioneiras implementadas no próprio sistema viário durante o último regime militar, residem, conforme o Secretário do Transporte de Porto Alegre, Luiz Afonso Sena, características que podem explicar os níveis de satisfação em relação ao serviço de transporte em Porto Alegre. Ele destaca ainda o fato de a municipalidade deter a regulamentação e participar também da prestação do serviço através da companhia pública Carris, que compete com as empresas privadas de ônibus concessionárias. O sistema, além dos ônibus, é complementado por uma rede de linhas de lotações rápidas, pioneira no Brasil.²⁰¹

²⁰¹ SENA, Luiz Afonso. **Entrevista concedida a Sonia Santos**. Porto Alegre, 6 abr. 2009. (Íntegra no Apêndice B)

O aspecto tecnológico e o conforto oferecidos aos passageiros também têm forte peso na opinião positiva que Porto Alegre apresenta em relação ao seu Transporte. Essas características são garantidas através da preocupação com a renovação de frota, garantindo que os veículos em circulação sejam substituídos por outros mais modernos sempre que atinjam idade média de cinco anos. Na renovação, incorporam equipamentos como roletas eletrônicas facilitadoras dos serviços de bilhetagem, e o conforto de aparelhos de ar condicionado.

O sistema de transporte público por ônibus em Porto Alegre é constituído pelas chamadas bacias operacionais que distribuem linhas a três consórcios de empresas privadas permissionárias. A empresa pública Carris, de propriedade da Prefeitura Municipal, tem reservadas as linhas transversais, entre outras. A frota atual é formada por 1.578 ônibus distribuídos em cerca de 370 linhas, viajando 9.520.954,60 km por mês em 7.373.500 percursos percorridos.

Do total de ônibus, cerca de 35% já são adaptados para facilitar o acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais, obedecendo à legislação municipal. Cerca de 300 milhões de passageiros são transportados por ano, numa média de 25 milhões por mês, considerando os cerca de 20% deste total que não pagam passagem, beneficiados por isenções legais que instituíram inclusive um dia por mês de transporte sem cobrança de passagem em todo o sistema.²⁰²

Sena conhece o transporte público oferecido pela frota da capital uruguaia, que considera “muito velha”, além da atuação das empresas apresentarem problemas: “forma artesanal de funcionamento, que difere da de Porto Alegre, que é industrial”. Isso explica, em parte, a rejeição dos entrevistados, em Montevideu, ao sistema de transporte local. A insatisfação avalia certamente o baixo investimento resultante do fato que, desde 1975, o transporte é prestado por concessão a cooperativas, algumas de trabalhadores, sem capacidade de responder por renovação ou modernização de frota que o poder concedente, além de não exigir, ainda precisa subsidiar, como diz Enrique Cabrera, diretor financeiro da Intendência Municipal de Montevideu. Ele explica que o plano de subsídio ao transporte coletivo visa à manutenção do preço da passagem, que está sem aumento há seis anos, o que é positivo, mas – reconhece – não permite a melhoria da qualidade de vida das

²⁰² ASSOCIAÇÃO DOS TRANSPORTADORES DE PASSAGEIROS DE PORTO ALEGRE. **Comunicação verbal.** Porto Alegre, 10 abr. 2009.

peças com um serviço de maior eficiência e conforto. Sem atuação direta de empresa pública, como acontece em Porto Alegre, a frota de ônibus das cooperativas é velha. Cerca de seiscentos mil passageiros por dia são transportados no sistema de Montevideú.

A renovação da frota de 1.501 ônibus das cinco cooperativas concessionárias tem acontecido lentamente, no limite de 14% ao ano. Há projeto de que, em cinco anos, ocorra uma renovação maior que incorpore principalmente a operação de esquema de racionalização do circuito do passageiro pelo sistema, desde a impressão da passagem até transbordos de linhas e serviços agregados.

Ao analisarmos o gráfico 5, que aborda a percepção das duas comunidades em relação à qualidade dos serviços públicos oferecidos institucionalmente na especialidade de Esporte, lazer e cultura, percebe-se novamente a inversão do quadro que vinha se verificando. Neste aspecto, assim como no quesito Transporte, a avaliação dos porto-alegrenses é superior àquela feita pelos montevidéanos a respeito do que a Intendência lhes oferece. Dos entrevistados em Porto Alegre, 38,6% julgaram como Boa a qualidade dos serviços de Esporte, lazer e cultura, contra 30,7% dos montevidéanos, uma diferença de menos de oito pontos percentuais.

Como avalia a qualidade dos serviços de sua cidade no quesito: Esporte, Lazer e Cultura

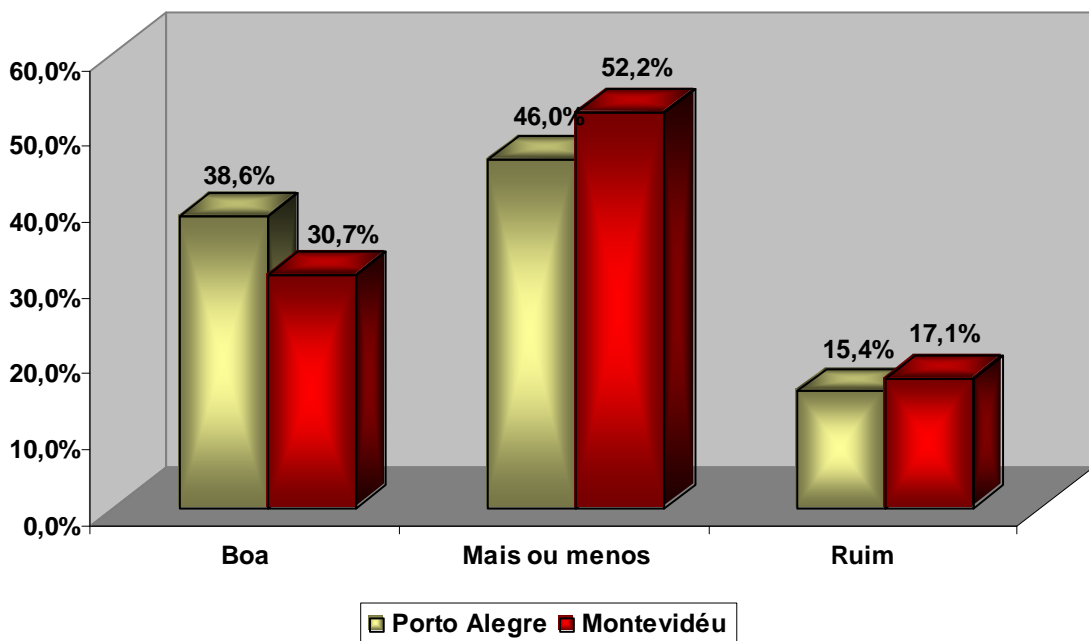


Gráfico 5 – Esporte, lazer e cultura
Fonte: adaptado de NUPESAL/UFRGS (2005)

Se somarmos a avaliação Mais ou Menos com a Boa, a diferença cai para 1,7%, mas ainda assim é superior à avaliação em Porto Alegre, perfazendo 84,6%, comparativamente à de Montevideu com 82,9%.

O comportamento diferente, em Porto Alegre, na relação da população com o desempenho institucional na oferta de serviços de esporte e lazer tem uma explicação no histórico-positivista que emprestou à estruturação da cidade a preocupação com espaços amplos e organizados para parques e práticas de esporte. Em 1926 já existia o Serviço de Recreação Pública em praças, que, mais recentemente, levou às periferias sete piscinas públicas. Segundo o secretário de Esporte, João Bosco Vaz, a recreação pública foi pioneira na América do Sul: a Alto da Bronze foi a primeira praça de recreação pública de Porto Alegre. Lá, oferecia-se, sem custo, esporte à população. Essa e outras praças deram origem aos jardins de infância e à Secretaria Municipal de Educação (SMED)".²⁰³

Porto Alegre é a cidade mais arborizada do Brasil, com 1,2 milhão de árvores, somente nos passeios, canteiros centrais e rótulas e 571 praças urbanizadas. Desde 1986, desenvolve o projeto de adoção de praças, que, segundo o engenheiro florestal e Supervisor da Supervisão de Praças, Parques e Jardins (SUPPJ), da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Luiz Alberto Carvalho Júnior, intensifica a relação da sociedade com a cidade. O município é pioneiro por constituir a Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Brasil, no ano de 1976.²⁰⁴

Na cultura, também se compreende o desempenho institucional melhor na avaliação das comunidades, levando-se em conta a característica da sociedade de Porto Alegre ser bem mais jovem do que a média da sociedade de Montevideu. O Secretário Municipal de Cultura, Sérgio Gonzaga, sustenta que o fato de os jovens saírem do país, em grande parte em razão da falta de perspectiva para o futuro, contribui para que Montevideu recue na sua vida cultural, pois essa parte da população desfruta mais da cultura. De acordo com ele, uma pesquisa inglesa comprova isso. O estudo faz um levantamento daquilo que hoje se chamaria economia da cultura e constata que o perfil do espectador médio de cinema e teatro,

²⁰³ VAZ, João Bosco. **Entrevista concedida a Sonia Santos**. Porto Alegre, 14 abr. 2009. (Íntegra no Apêndice E)

²⁰⁴ CARVALHO JÚNIOR, Luiz Alberto. **Entrevista concedida a Sonia Santos**. Porto Alegre, 14 abr. 2009. (Íntegra no Apêndice D)

por exemplo, é jovem; se forem levados em consideração os shows de música, o índice é muito maior: pessoas entre 17 e 35 anos. Para Gonzaga, o resultado da pesquisa é o reflexo da realidade mundial.²⁰⁵

O gráfico 6 apresenta a avaliação da população quanto ao quesito Segurança pública. Ambas as cidades apresentaram a tendência de avaliar negativamente este aspecto, sendo que, em Montevidéu, menos da metade – 49,7% – julgam a segurança pública como ruim, enquanto que mais de dois terços – 68,3% – dos porto-alegrenses assim avaliam este ponto, com uma diferença de 18,6% podendo-se dizer que, em Porto Alegre, a sensação de insegurança é 30% maior do que em Montevidéu. A insatisfação é maior em Porto Alegre.

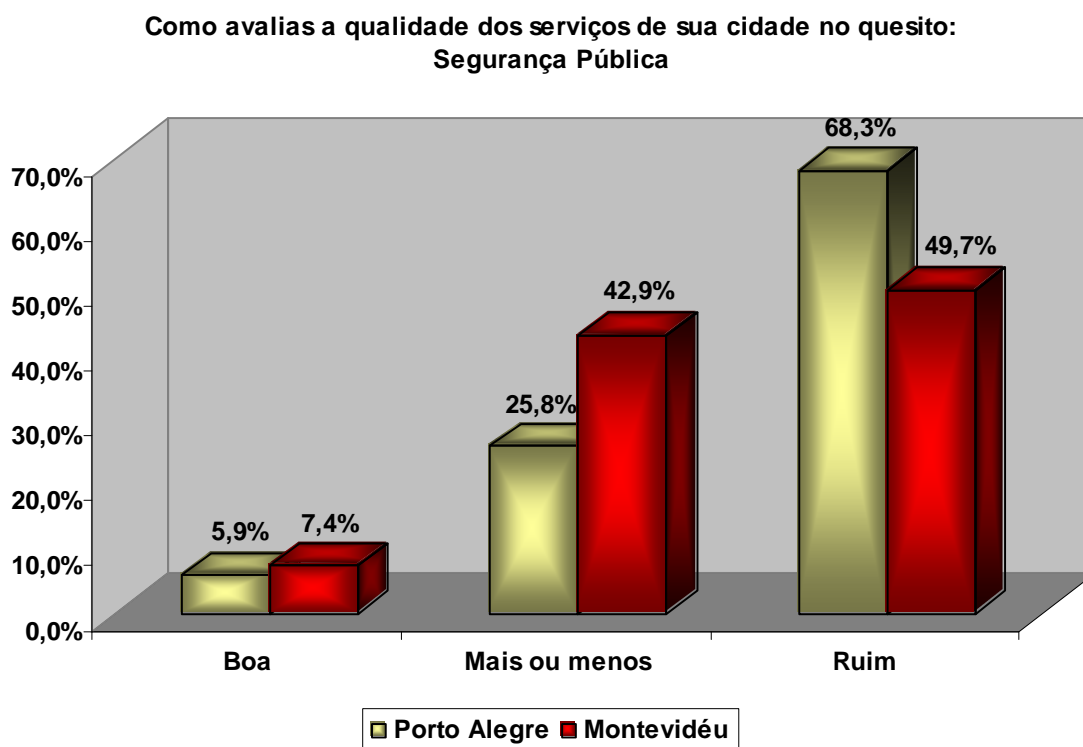


Gráfico 6 – Segurança pública
Fonte: adaptado de NUPESAL/UFRGS (2005)

Se aditarmos a avaliação média com a negativa, ainda assim a percepção dos montevidéanos é menos negativa do que a dos porto-alegrenses. Na soma, 92,6% dos entrevistados em Montevidéu se dizem insatisfeitos com os serviços de segurança pública e 94,1% dos entrevistados em Porto Alegre assim se consideram.

²⁰⁵ GONZAGA, Sergius. **Entrevista concedida a Sonia Santos**. Porto Alegre, 8 abr. 2009. (Íntegra no Apêndice C)

O descontentamento de hoje do porto-alegrense em relação à segurança pública pode ser explicado, segundo o vice-presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Rio Grande do Sul (ASDEP), Ivair Maynard, por um processo histórico, que levou a imagem da instituição a se desgastar frente à população. Por volta da década de 1920, a polícia era violenta e servia aos coronéis, que detinham o poder econômico. “Não existe como dissociar a questão sociológica da econômica”, avalia.²⁰⁶

Durante a ditadura militar, o sistema de segurança pública do país deixou de ser da sociedade e passou a ser do Estado. Por isso, os órgãos de repressão política eram os mais bem equipados da polícia. Maynard considera que hoje ainda se paga um preço por isso: “muitos policiais que entraram na época ficaram com a idéia de que a polícia serve para dar segurança ao Estado e não ao cidadão, como está escrito na Constituição”. Ele relata que as forças policiais não estavam preparadas para a abertura política e ficaram estigmatizadas.

Além do processo histórico, o vice-presidente da ASDEP justifica a insegurança que o cidadão de Porto Alegre sente com a falta de infra-estrutura: “somos um país onde, durante anos, não se construiu escolas nem presídios”.

No Uruguai, o tema segurança é uma das bases da oposição contra a Frente Ampla. A sensação de insegurança se formou a partir dos informativos televisivos, pois a violência encabeça os noticiários com até trinta minutos. Se exige-se pulso firme do governo, argumentam que é repressão.

Em Montevideu e em todas as cidades uruguaias não existe polícia municipal. Toda a força de ordem pública é de responsabilidade do Ministério do Interior. Os municípios têm somente um corpo de inspeção de trânsito, que multa os infratores.

Vimos que, cotejando o índice de capital social e a avaliação dos serviços públicos prestados, há uma tendência de os uruguaios terem índice de CS maior do que Porto Alegre, conseqüentemente, um maior índice de satisfação com os serviços prestados.

Vejamos agora o cruzamento dos dados para verificar o grau de associação entre variáveis CS e Satisfação com os serviços públicos.

²⁰⁶ MAYNARD, Ivair. **Entrevista concedida a Sonia Santos**. Porto Alegre, 17 abr. 2009. (Íntegra no Apêndice G)

3.3 CRUZANDO VARIÁVEIS

Cruzando os dados com o auxílio do software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), sobre a relação da avaliação de desempenho Boa nas diferentes áreas com a confiança nas associações comunitárias, em Porto Alegre e em Montevideu, obtém-se indicações que confirmam nossa tese de que quanto maior o índice de confiança societal, interpessoal, vizinhos, associações, maior será a satisfação manifestada pelas pessoas em relação às instituições.²⁰⁷ É prudente observar, no entanto, que o teste não foi aplicado com o quesito transporte, pois está ligado, nos orçamentos, a obras.

Tabela 1 – Avaliação dos Serviços Públicos e Confiança nas Associações – Porto Alegre

Avaliação de Desempenho por Área (Avaliação Boa)	PORTO ALEGRE	
	Confiança nas associações comunitárias	
	Confia muito	Não confia
Saúde	37,9%*	15,5%
Educação	38,2%**	13,7%
Esporte e Lazer	39,3%***	16,8%
Segurança	40,7%	18,5%

Fonte: Pesquisa Desenvolvimento Sustentável e Capital Social na Promoção da Cidadania e Qualidade de Vida na América Latina – NEM/NUPELAL/UFRGS/CNPQ – 2005.

*Porto Alegre $N=510/X^2= 10,638 - P.<0.05$

**Porto Alegre $N=510/X^2= 21,460 - P.<0.05$

***Porto Alegre $N=510/X^2= 33,782 - P.<0.05$

Nota: o índice não soma 100%, porque somente a avaliação Boa está sendo considerada.

Conforme a tabela 1, relativa a Porto Alegre, pode-se perceber que, das pessoas entrevistadas que dizem confiar muito nas associações comunitárias, 37,9% avaliam a saúde como Boa enquanto os que responderam que não confiam, nas associações comunitárias, o número caiu para 15,5%. A tendência segue dos que responderam que confiam muito nas associações comunitárias, 38,2%, das

²⁰⁷ Escolhemos esta pergunta entre várias que indicam a existência de capital social numa determinada sociedade, poderíamos ter também selecionado a confiança interpessoal, nos vizinhos etc. Todavia esta pergunta mostrou um maior grau de associação. Em estudos posteriores pode-se incluir as demais, entretanto, dados os objetivos deste trabalho e seus limites de investigação e tempo, optamos em trabalhar somente com esta variável.

peças consideram Boa a prestação dos serviços na área da educação. Por outro lado, dos que dizem não confiar nesta instituição o número despenca para 13,7%. Assim, 39,3% daqueles que confiam muito nas associações comunitárias, avaliaram em Boa os serviços prestados na área de esporte e lazer; por outro lado, dos que referiram não confiar nestas associações, apenas 16,8% optaram por esta avaliação positiva, ou seja, cai a confiança, cai a avaliação positiva. Por fim, dentre os entrevistados de Porto Alegre, das pessoas que confiam muito nas associações comunitárias, 40,7% avalia como Boa a prestação de serviços de segurança, ao passo que, dentre os que dizem não confiar nas referidas associações, o número diminui para 18,5%.

Muito embora os números comprovem esta tendência, aplicamos o teste estatístico *chi square* com o objetivo de avaliar se havia associação entre estas variáveis, confiança nas associações comunitárias e avaliação satisfatória dos serviços.

Dos quatro quesitos analisados – saúde, educação e esporte e lazer e segurança –, comprovamos que apenas a segurança não encontrou significância estatística, todos os restantes mostraram forte associação.

Tabela 2 – Avaliação dos Serviços Públicos e Confiança nas Associações – Montevideu

Montevideu		
Avaliação de Desempenho por Área (Avaliação Boa)	Confiança nas associações comunitárias	
	Confia muito	Não confia
Saúde	53,4%	9,7%
Educação	53,0%	7,5%
Esporte e Lazer	52,8%*	4,9%
Segurança	45,9%**	8,1%

Fonte: Pesquisa Desenvolvimento Sustentável e Capital Social na Promoção da Cidadania e Qualidade de Vida na América Latina – NEM/NUPELAL/UFRGS/CNPQ – 2005.

*Montevideu N= 500/X²=36,725- P.<0.05

**Montevideu N= 500/X²=24,462- P.<0.05

Em Montevideu, na tabela 2, como podemos observar, seguimos a mesma constatação da tabela de Porto Alegre. Verifica-se, no cruzamento de dados entre confiança nas associações comunitárias e avaliação Boa nas áreas, uma tendência de que as pessoas que confiam mais, avaliam como Boa o desempenho das instituições, portanto dos serviços públicos prestados. Dos que confiam nas associações comunitárias, 53,4% avaliaram como Boa a saúde; e dos que não

confiam, a avaliação foi de 9,7%. Se observarmos a educação, daqueles que confiam muito, 53% avaliaram a educação como Boa, já entre os que não confiam este percentual caiu para 7,5%. No esporte e lazer, 52,8% das pessoas que disseram confiar nas associações, disseram também que a prestação de serviços de esporte e lazer era Boa, ao passo que 4,9% declararam não confiar nas associações.

Na segurança, dos que confiam nas associações comunitárias, 45,9% avaliam como Boa, e os que não confiam, avaliaram a menor (8,1%).

Os cruzamentos realizados comprovam que quanto maior o nível de confiança nas associações comunitárias, mais positivamente as pessoas avaliam os serviços prestados pelas instituições governamentais, em Montevideu como em Porto Alegre. Aplicando-se também o teste estatístico *chi square* com o objetivo de avaliar se havia associação entre estas variáveis, confiança nas associações comunitárias e avaliação satisfatória dos serviços, constatamos que esporte e lazer e segurança apresentaram significância, saúde e educação não.

Na seqüência, analisaremos, de cima para baixo, o impacto das dotações orçamentárias na avaliação dos serviços governamentais pelas populações de Porto Alegre e Montevideu.

3.4 DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Passamos agora à checagem do valor de investimentos feitos em cada uma das áreas analisadas nas duas cidades em tela. Por ter sido realizada a fotografia social no primeiro semestre do ano de 2005, optou-se por trabalhar com os balancetes do ano anterior, 2004, por entender-se que seriam eles que estariam refletidos nas respostas dadas aos questionamentos do *survey*.

Antes, porém, de passarmos à análise propriamente dita, se faz importante referir que entre as cidades de Porto Alegre e Montevideu, há significativa distinção de competências estabelecidas e de destinações orçamentárias fixadas para os recursos das instituições apreciadas por este trabalho.

Há que se apontar que é constitucionalmente imputado aos municípios brasileiros um percentual do mínimo de investimentos que deverão ser obedecidos

nas áreas de educação e de saúde, a saber, o artigo 212 da Constituição Federal, diz que “vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências” deve ser destinada à “manutenção e desenvolvimento do ensino”. Na saúde, de acordo com a Emenda Constitucional 29, de 13 de setembro de 2000, os municípios devem aplicar pelo menos 15% do produto da arrecadação dos impostos, como forma de garantir os serviços desta área.

Já no universo platino, a educação não compete à Intendência Municipal, mas ao governo nacional, salvo a administração das creches, que recebem o aporte de recursos por parte da Intendência. Também na saúde a competência é do governo nacional, ressaltando a atuação das policlínicas nas quais há destinação de recursos orçamentários da Intendência. Cabe ressaltar que a gestão da política pública tanto de educação quanto de saúde é feita no âmbito nacional, cabendo à Intendência tão-somente a gestão orientada.

Com relação ao quesito segurança pública, deve-se expor que no Brasil as atribuições constitucionais dividem as competências entre os entes federal e estaduais, restando aos municípios as questões de trânsito e a guarda dos seus próprios públicos.

No Uruguai, a gestão da segurança pública compete igualmente ao governo central e é realizada pelo Ministério do Interior, de acordo com a Constituição.

A tabela a seguir mostra os volumes de investimentos, em moeda brasileira, em Porto Alegre e em Montevideu²⁰⁸, em cada uma das cinco instituições estudadas, tendo por base os orçamentos publicados pelos respectivos governos, no ano de 2004.²⁰⁹

²⁰⁸ Nos números de Montevideu, os itens marcados com asteriscos são resultantes de equação que considera o total do orçamento nacional da área, dividido pela população do país, finalmente multiplicado pelo número da população da cidade indicado na última linha da tabela.

²⁰⁹ Em Montevideu, na área de Saúde, o valor indicado é o total orçamentário destinado pela *Intendencia Municipal* à rede de policlínicas, visto que os outros serviços são mantidos pelo orçamento nacional. Já na Segurança, diferenciando-se do que ocorre em Porto Alegre, a *Intendencia Municipal de Montevideo* investe um valor próprio significativo.

Tabela 3 – Gastos Comparados nos Serviços Públicos por Área – 2004

	Porto Alegre	Montevidéu
Educação e cultura*	R\$ 262.470.679,00	R\$ 530.076.106,07
Saúde	R\$ 478.927.276,60	R\$ 147.259.499,06
Transporte e obras*	R\$ 133.636.632,24	R\$ 13.575.526,04
Esporte, lazer/Deporte*	R\$ 7.450.480,58	R\$ 7.704.242,01
Segurança	R\$ 12.565.694,68	R\$ 119.310.086,97
Total dos gastos	R\$ 895.050.763,10	R\$ 817.925.460,15
Número de Habitantes		
Número de habitantes	1.360.590	1.325.853

Fonte: Tribunal de Contas do Estado e pesquisa “Capital social e desenvolvimento sustentável na construção da cidadania e melhoria da qualidade de vida: estudo comparado entre cidades do Brasil, Uruguai e Chile” - NUPESAL/UFRGS

Desdobrando os valores investidos em cada área, descritos acima, pelo número total de habitantes, a tabela a seguir mostra a relação do valor gasto por cada indivíduo de Porto Alegre e de Montevidéu.

Tabela 4 – Gastos Comparados por Habitante nos Serviços Públicos – Montevidéu e Porto Alegre – 2004

	Porto Alegre	Montevidéu
Educação e cultura	R\$ 192,91	R\$ 399,80
Saúde	R\$ 352,00	R\$ 111,07
Transporte e obras	R\$ 98,22	R\$ 10,24
Esporte, lazer/Deporte	R\$ 5,48	R\$ 5,81
Segurança	R\$ 9,24	R\$ 89,99
Número de Habitantes	1.360.590	1.325.853

Fonte: Intendência Municipal de Montevidéu e pesquisa “Capital social e desenvolvimento sustentável na construção da cidadania e melhoria da qualidade de vida: estudo comparado entre cidades do Brasil, Uruguai e Chile” - NUPESAL/UFRGS

Como podemos observar numa primeira leitura, Porto Alegre investiu mais em Saúde, Transporte e Obras; já Montevidéu, em Educação, Cultura e Segurança.

As tabelas seguintes relacionam o grau de satisfação, avaliação Boa, com o valor gasto por indivíduo nas cinco instituições, em cada uma das duas cidades, a começar por Porto Alegre.

Tabela 5 – Gastos por Habitante e Satisfação com Serviços Públicos – Porto Alegre – 2004

	Avaliação Boa	Porto Alegre
Educação e cultura	22,7%	R\$ 192,91
Saúde	13,1%	R\$ 352,00
Transporte e obras	59,4%	R\$ 98,22
Esporte, lazer / Deporte	38,6%	R\$ 5,48
Segurança	5,9%	R\$ 9,24
Número de Habitantes		1.360.590

Fonte: Tribunal de Contas do Estado e pesquisa “Capital social e desenvolvimento sustentável na construção da cidadania e melhoria da qualidade de vida: estudo comparado entre cidades do Brasil, Uruguai e Chile” - NUPESAL/UFRGS.

Como podemos observar, comparando as duas cidades, Porto Alegre investe mais em Saúde e Transporte e seus índices de aprovação (ou seja, avaliação Boa) foram de 13,1% e 59,4%, respectivamente. Comparando com Montevidéu que obteve 32,6% de aprovação no transporte, Porto Alegre investiu mais, por isso teve a aprovação maior, mas na saúde, Montevidéu teve 21,9%, uma aprovação ligeiramente maior com investimento menor. Aqui talvez o capital social possa explicar a avaliação mais positiva do Uruguai em comparação a Porto Alegre.

Também em Montevidéu, a tabela abaixo relaciona a Avaliação Boa e os gastos das instituições.

Tabela 6 – Gastos por habitante e Satisfação com Serviços Públicos – Montevidéu – 2004

	Avaliação Boa	Montevidéu
Educação e cultura	27,3%	R\$ 399,80
Saúde	21,9%	R\$ 111,07
Transporte e obras	32,6%	R\$ 10,24
Esporte, lazer/Deporte	30,7%	R\$ 5,81
Segurança	7,4%	R\$ 89,99
Número de Habitantes		1.325.853

Fonte: Intendência Municipal de Montevidéu e pesquisa “Capital social e desenvolvimento sustentável na construção da cidadania e melhoria da qualidade de vida: estudo comparado entre cidades do Brasil, Uruguai e Chile” - NUPESAL/UFRGS.

Montevidéu investe mais em Educação e Segurança e obteve aprovação de 27,3% e 7,4%, respectivamente, contra 22,7% e 5,9% de Porto Alegre, ou seja, há uma tendência de que mais investimentos públicos tragam mais satisfação aos habitantes. O mesmo ocorreu nos municípios da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio dos Sinos e do Nordeste, que têm avaliações positivas nos seus serviços públicos na área da educação de forma geral e isso

precisamente pode ser explicado pela legislação que estabelece percentuais mínimos de investimentos nesta área, conforme Everton Santos, Jucelaine Bitarello e Valdir Pedde.²¹⁰

A apresentação dos dados referentes às dotações orçamentárias teve o propósito de demonstrar neste trabalho a relação existente entre satisfação com serviços públicos e investimentos numa primeira aproximação. Entretanto, algumas ressalvas precisam ser feitas. Como não tivemos comparações longitudinais que pudessem aferir ano a ano o investimento e a satisfação das populações pesquisadas (pelos limites desta pesquisa), nossos dados não são definitivos, justamente pelo fato de que o valor orçamentário investido pode não ser o suficiente para aquela realidade, fazendo com que um orçamento maior em Porto Alegre, como vimos, não altere significativamente a satisfação daquela população, pois o problema é muito mais grave do que em Montevideu, por exemplo. Daí a importância novamente das análises longitudinais para se ver alterações sob o impacto de determinadas políticas. Então, esta linearidade entre investimento e satisfação deve ser relativizada.

Por outro lado também, procuramos demonstrar que o capital social impacta positivamente sobre a satisfação dos serviços públicos nas diferentes cidades. Quanto maior é a “confiança horizontal” dos cidadãos para além da família, maiores são as chances destes serviços serem melhor avaliados, ou, em outras palavras, que estes serviços funcionem adequadamente para o cidadão.

Esta combinação entre a cultura política de uma determinada região ou localidade (capital social) e suas iniciativas institucionais (dotações orçamentárias) pode facilitar a implementação de políticas públicas pelos gestores. Procuramos aqui dimensionar seus impactos, aludindo para o sinergismo possível entre ambas variáveis, uma de curto prazo, como as dotações orçamentárias, e outra de médio e longo prazo, como o capital social.

²¹⁰ SANTOS, Everton; BITARELLO, Jucelaine; PEDDE, Valdir. **Contrastes Regionais que Fazem a Diferença**. Relatório de pesquisa parcial. 2009.

CONCLUSÃO

Na busca por identificar a possível sinergia entre o capital social definido por Putnam e o desempenho institucional influenciando a eficiência das políticas públicas implementadas nas cidades de Porto Alegre e de Montevideu, a presente dissertação nos levou ao estudo comparado da construção identitária destas comunidades. Partimos da comum raiz ibérica de duas nações desbravadoras e belicosas que buscavam o controle espacial da margem alta do rio do Prata, ao sul do Novo Mundo. Nos conjuntos sociais que se formavam, de um lado portugueses, povos autóctones e escravos trazidos da África se caldeavam como uma etnia nova que seria marcada por uma organização social vertical e patrimonialista; de outro lado, os espanhóis se impunham aos nativos pelo aniquilamento e instalavam uma estrutura social e política aos moldes da corte, de natureza conservadora que ainda se revela na presente investigação. No decorrer de quatro séculos, as duas comunidades se dividiram em guerras ou demonstraram solidariedade uma com a outra em repetidos momentos de dificuldade econômica ou de tensão política. Definiram-se nas personalidades próprias norteadoras das suas relações com as estruturas públicas e civis, aquelas o objeto da análise.

O preponderante peso do Estado sobreposto à sociedade civil, nas duas cidades, provoca um retardamento do processo da democracia, na comparação do que ocorre nas democracias que se apresentam mais abertas para as contribuições culturais e as do próprio capital social ao desenvolvimento das políticas públicas destinadas a promover o bem-estar. Assim, é o Estado que vai ditar a forma e a velocidade das transformações para atender os anseios das comunidades em foco.

Por vezes, o Estado pode ser agudo impulsor de avanços sociais, como ocorre no Uruguai, em 1876, quando Lorenzo Latorre, coronel do Exército ferido na Guerra do Paraguai, ascende ao poder com um programa de reformas ousadas para a época. Destaca-se a reforma da educação fundamental, implantada por Jose Pedro Varela, que tornou o ensino básico igualitário, universal, obrigatório e gratuito, base sólida para uma sociedade urbana que se orgulha do menor índice de analfabetismo da América do Sul.

Depois de consolidadas as fronteiras no traçado que conhecemos hoje, o Uruguai, no início do século XX, era um país em desenvolvimento que ainda

agregava à sua economia forte contribuição de estrangeiros. Pelo porto de Montevideu ingressavam imigrantes e recursos estrangeiros que assentam a organização administrativa da cidade, melhoram suas comunicações e modernizam a produção. Na população de um milhão de habitantes do país, Montevideu possui mais de trezentos mil habitantes, quase a metade constituída de estrangeiros atraídos por uma fase de estabilidade institucional.

Sob Jorge Batlle y Ordoñez, as mulheres têm o direito ao voto universal garantido na Constituição uruguaia de 1917, assim como os operários e os imigrantes na modernização de um período em que se estabeleceu a jornada de trabalho de oito horas, o descanso semanal obrigatório, a indenização laboral, a proibição do trabalho de menores e a proteção ao trabalho das mulheres, e uma insipiente seguridade social. O Uruguai promulga a primeira lei na América Latina pela qual a mulher pode tomar a iniciativa do divórcio, cria os Liceus de ensino médio em todas as capitais de províncias e estabelece a laicização do Estado.

O Estado uruguaio, que gera profundas modernizações, provoca também a sedimentação do conservadorismo que se manifesta na Assembléia Nacional Constituinte, barrando a onda reformista do líder Batlle, que tentava mitigar a concentração de poder do Executivo. Com o apoio da população conservadora, o Estado é impedido de modernizar o próprio Estado.

Já no Brasil, o comportamento dos gaúchos e dos porto-alegrenses não é o mesmo da época da Revolução Farroupilha, tampouco está dominado pela influência positivista, mas neste período do início do século XX começa a se distinguir no cotejo de forças do controle do poder central. O governador do Rio Grande do Sul Getúlio Vargas lidera processo revolucionário que derruba o governo de oligarquias da região Sudeste e culmina num novo momento da história nacional. O Estado passa a promover as mudanças que modernizam as relações sociais. As mulheres também começam a votar, em 1932, e o país avança em direitos sociais e trabalhistas, como acontecera no Uruguai e igualmente influenciado por movimentos modernizadores da Europa.

Nas bem traçadas ruas de Porto Alegre, a população experimenta avanços institucionais que, pela inspiração positivista na formação das suas elites políticas, traduz-se mais em obras de planejamento urbano do que em programas sociais. É possível entender, por este aspecto, parte da satisfação que os institutos do

Transporte e do Lazer, cultura e esporte obtêm junto à população da capital gaúcha, conforme refletido nos números positivos dos gráficos pesquisados em 2005.

No aspecto do capital social em sua influência sinérgica sobre as medições realizadas pela pesquisa, Sen e Kliksberg ressaltam quatro componentes a serem considerados: a influência da confiança nas relações entre as pessoas, a capacidade de se associar em cooperação, a consciência cidadã e os valores éticos. Na primeira observação, o nível de confiança interpessoal medido identifica em Montevideu números maiores do que os verificados em Porto Alegre, refletindo índice maior de consistência no tecido social da capital platina.

A maioria dos gráficos apresentados mostra que os números que mediram o grau de satisfação da comunidade de Montevideu com as suas instituições reforçam a compreensão conservadora e confiante da sociedade em relação ao poder público, isso na comparação com a avaliação dos resultados obtidos na população de Porto Alegre que se revela mais crítica quanto aos serviços públicos. Os números das colunas “ruim” e “boa” se alternam como maiores ou menores entre as duas cidades. Porém, na coluna “mais ou menos” invariavelmente os números de Montevideu são maiores do que os de Porto Alegre, denotando a resistência da sua “população conservadora” em se manifestar criticamente quanto ao Estado.

Nos resultados encontrados a partir da aplicação dos testes de Chi Square no SPSS, constata-se que de fato a confiança interpessoal tem relação com a avaliação positiva dos serviços públicos, que o capital social impacta positivamente sobre as instituições públicas.

Quando se relaciona os números da avaliação “boa” com os valores de investimentos orçamentários destinados aos serviços pesquisados nas duas cidades, os dados de Porto Alegre sobre a Saúde e a Educação revelam que o volume de verbas aplicado não produz o grau de satisfação proporcional que se verifica em Montevideu. Isso pode ser produzido pelo menor índice de capital social que se mede na sociedade porto-alegrense, mais crítica e negativa na percepção dos serviços públicos.

As avaliações positivas e superiores da comunidade de Porto Alegre, no quesito Esporte, cultura e lazer indicam que a satisfação no lazer pode ter explicação no fato de Porto Alegre ser a cidade mais arborizada do país com quinhentos e setenta e uma praças, oito parques urbanos e sete piscinas públicas. Na cultura há incentivo ao teatro, dança, festivais de música, Feira do Livro, entre

outros. No esporte, a tradição positivista vem desde o ano de 1926, quando foi criado o serviço de recreação pública no município.

Quanto à destacada satisfação em Porto Alegre com o Transporte, item que tem dotação orçamentária, deve-se referir, além do orçamento público nominal ser consideravelmente maior do que o de Montevideu, o papel regulador do poder público e a atuação da iniciativa privada operando o sistema de movimentação de passageiros por concessão pública e em concorrência com uma companhia pública, industrializando o sistema que proporciona alguma eficiência e conforto, embora o preço alto da tarifa.

Destacamos, no investimento em Saúde, que se em Montevideu os volumes são menores, o atendimento público à população por meio de uma rede de 20 policlínicas bem equipadas instrumentalmente e contando com quadro qualificado de médicos, resultam numa avaliação melhor do que aquela que a Saúde em Porto Alegre, que investe muito mais no setor.

Na Educação, Montevideu investe bem mais do que Porto Alegre e em correspondência obtêm satisfação também superior no quesito que orgulha a comunidade uruguaia.

Importante enfatizar que, apesar da garantia constitucional de investimentos orçamentários destinados às áreas de saúde e educação, no caso brasileiro, isto não se reflete no grau de satisfação da população com estes quesitos, o que podemos atribuir ao baixo índice de capital social que a sociedade porto-alegrense apresenta e que interfere negativamente na percepção dos serviços públicos prestados.

Relativamente às avaliações superiores nos quesitos esporte, cultura e lazer, além do transporte público, cabe mencionar que, no primeiro ponto, composto por três itens, poder-se-ia dissecá-los e a cada um traçar considerações justificadas. No último dos pontos, lazer, talvez a explicação esteja no fato também, como já mencionamos, de Porto Alegre ser a cidade mais arborizada do país, com suas praças e parques. Quanto ao aspecto cultura, há uma tradição, estimulada pelo poder público, há várias administrações, de fomentar a cultura através de festivais, Feira do Livro, apoio a shows, peças de teatro, dança e música. Quanto ao transporte, uma referência deve ser feita: é uma concessão pública explorada pela iniciativa privada, o que industrializa o sistema.

Com base nesta investigação comparada, os dados sugerem algumas ações que podem vir a se constituir em políticas públicas adotadas nestas cidades, visando o desenvolvimento das localidades e, conseqüentemente, a inclusão social de setores expressivos destas populações. No sistema de educação de Porto Alegre, sugere-se a reavaliação do ensino por ciclos, pois ele dificulta o desenvolvimento dos alunos e parece desmotivá-los para o ato de estudar. Propõe-se uma estrutura mista, na qual, até a quarta série, as escolas seguem com os ciclos e, a partir da quinta série, permite-se que o estudante fique em dependência nas disciplinas que não atingiu a nota para passar para a série seguinte.

A violência em Porto Alegre constitui outro ponto que influencia negativamente na confiança da população nas instituições do Estado. O combate à violência passa pelo espaço público que ocupa o cidadão. Segundo Gidens, é preciso ocupar os espaços públicos. Alguns parques de Porto Alegre, à noite, são focos de criminalidade; logo, não são ocupados. Para que essa ocupação aconteça, é preciso iluminar, limpar e garantir a segurança desses espaços, desenvolver projetos que sejam socialmente inclusivos e ações que ocupem fisicamente esses locais.

Em relação ao Transporte de Montevideú, é preciso acelerar a renovação da frota e tirar as empresas que controlam o funcionamento do sistema do estágio artesanal e industrializá-las, pois, como relata Cabrera, desde o ano de 1975, o transporte é prestado por concessão a cooperativas, algumas de trabalhadores, sem capacidade de responder por renovação ou modernização de frota, subsidiadas pelo poder público.

Por fim, este trabalho representa também um indicador para que os gestores invistam na qualidade das suas sociedades, invistam em políticas públicas, por exemplo, que incentivem o dinamismo e a ativação da sociedade, quer seja na construção de parques e praças ou na diminuição da criminalidade. Essas políticas podem favorecer a interação interpessoal e portanto facilitar a própria ação do Estado. As dotações orçamentárias dos governos locais podem e devem ser combinadas com esta ativação da sociedade para juntas, sinergeticamente produzirem serviços públicos de melhor qualidade e conseqüentemente possibilitarem a inclusão de parcelas significativas destas populações locais que se encontram historicamente marginalizadas dos benefícios produzidos pelo Estado.

É importante ressaltar ainda que este estudo, muito embora limitado aos cinco itens demonstrados nos gráficos expostos, não teve a pretensão de abarcar a totalidade da complexidade das relações entre Estado e sociedade nestas duas cidades estudadas, mas tão-somente propor uma perspectiva de análise que chamasse a atenção para o importante papel protagonista que pode exercer a sociedade latina.

REFERÊNCIAS

ACHUGAR, Hugo. **La Balsa de la Medusa**. Ensayos sobre identidad, cultura y fin de siglo en Uruguay. Montevideo: Ediciones Trilce, 1993.

ADORNO, Theodor. W. **Escritos Sociológicos I: obra completa**, 8. Madrid: Ediciones Akal, 2004.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University Press, 1989.

AMADO, Jorge. **Vida de Luiz Carlos Prestes: el Caballero de la esperanza**. Buenos Aires: Editorial Claridad, 1942.

ARANA, Mariano. **Entrevista concedida a Sonia Santos**. Montevideú, 10 dez. 2008.

_____. **La Descentralización en Montevideo**. Disponível em: <<http://www.municipalesps.com/biblioteca/BIBLIO.html>>. Acesso em: 20 jan. 2009.

ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ASSOCIAÇÃO DOS TRANSPORTADORES DE PASSAGEIROS DE PORTO ALEGRE. **Comunicação verbal**. Porto Alegre, 10 abr. 2009.

BAKOS, Margaret M. **Porto Alegre e seus Eternos Intendentes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BAQUERO, Marcello. **Democracia e Desigualdades na América Latina: novas perspectivas**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benjamín. **Batlle, los Estancieros y el Imperio Británico**: la derrota del batllismo. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1987. t. VIII.

BARROS, José D'Assunção. História Comparada – um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.hcomparada.ifcs.ufrj.br/revistahc/vol1-n1-jun2007/modo dever.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2008.

BAUMAN, Zigmunt. O Mal-estar da Pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Os Reis Taumaturgos**: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BERETTA CURI, Alcides. Inmigración y aprendizajes empresariales durante la temprana industrialización del Uruguay, 1875/1914. **Revista Theomai**, Quilmes (Argentina), n. 4, edición electrónica, 2001. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/124/12400403.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de F. Tomaz. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. São Paulo: UNESP, 2002.

CABRERA, Enrique. **Entrevista concedida a Sonia Santos**. Montevideú, 11 dez. 2008.

CAETANO, Gerardo. Notas para una revisión histórica sobre la “cuestión nacional” en el Uruguay. *In*: ACHUGAR, Hugo. **Cultura(s) y Nación en el Uruguay de Fin de Siglo**. Montevideo: Ediciones Trilce, 1991, p. 17-45.

_____; RILLA, Jose. **Breve Historia de la Dictadura**. Montevideo: CLAEH : Ediciones de la Banda Oriental, 1991.

_____; RILLA, José. **Historia Contemporánea del Uruguay, de la Colonia al Siglo XXI**. Montevideo: CLAEH : Fin de Siglo, 2008.

CARDOSO, Fernando H. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO, José M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO JÚNIOR, Luiz Alberto. **Entrevista concedida a Sonia Santos**. Porto Alegre, 14 abr. 2009.

CASTAGNOLA, José L. Las relaciones Del sistema político y la sociedad civil. Entre novedad y tradición. *In*: SIERRA, Jerónimo de; CASTAGNOLA, José L. **La Democratización y el Debate Sobre la Modernización**. Montevideo: CIEDUR/CLAEH - Ediciones de la Banda Oriental, 1989, p. 13.

CONSULADO DO URUGUAI. **Comunicação verbal**. Porto Alegre, 15 mar. 2009.

_____. **Comunicação verbal**. Porto Alegre, 16 mar. 2009.

_____. **Comunicação verbal a Sonia Santos**. Porto Alegre, 20 mar. 2009.

COSTA, Rogério H.; Moreira, Igor A. G. **Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

CUCHE, Denys. **A Noção da Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

DAHL, Robert. **Poliarquia**: Participação e Oposição. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

DEL GROSSO, Anna Maria Lazzarino. O “aprendizado” de Garibaldi na América Latina: a “scuola delle palle” e a “escola moral”. *In*: BARROS FILHO, Omar L.; SEELIG, Ricardo Vaz; BOJUNGA, Sylvia (Orgs.). **Os Caminhos de Garibaldi na América**. Brasília: Senado Federal, 2008, p. 73-86.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o Incomparável**. Aparecida: Idéias & Letras, 2004.

DI CANDIA, Cesar. **Entrevista concedida a Sonia Santos**. Montevidéo, 11 dez. 2009.

_____. **Memoria el Camino de la Violencia Uruguay (1940-1973)**. Montevideo: Ed. de El País, 2006, p. 9-12. v. 1.

DORATIOTO, Francisco F. M. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FERNANDES, Rubem C. "O que é o Terceiro Setor?". *In*: IOSCPE, Evelyn. **Terceiro Setor**: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, p. 25-33.

FREIRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

GAMOU, Carlos. **Entrevista concedida a Sonia Santos**. Montevidéo, 9. dez. 2008.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GONZAGA, Sergius. **Entrevista concedida a Sonia Santos**. Porto Alegre, 8 abr. 2009.

GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. **Geografia Humana**: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Uma cena campeira na avenida Central: políticos rio-grandenses e a Revolução de 30. *In*: GRIJÓ, Luiz A. *et al.* (Orgs.). **Capítulos da História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 291-320.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **História Contemporânea da América Latina**: 1960-1990. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____. O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados-nações e regiões províncias no Rio do Prata. *In*: GRIJÓ, Luiz A. *et al.* (Orgs.). **Capítulos da História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 91-119.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As Três Versões do Neo-Institucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, p. 193-224, 2003.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBBSBAWN, Eric. **A Era do Capital, 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

JURACH, Cleci. **Entrevista concedida a Sonia Santos**. Porto Alegre, 29 abr. 2009.

KRISCHKE, Jair. **Entrevista concedida a Sonia Santos**. Porto Alegre, 5 dez. 2008.

KUHN, Thomas. S. **The Structure of Scientific Revolutions**. 2nd. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1970, p. 113. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~chibeni/texdid/structure-sintese.htm>>. Acesso em: 23 set. 2008.

LE GOFF, Jacques. **La Vieja Europa y el Mundo Moderno**. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

LESSA, Alfonso. **La Revolución Imposible**. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2004.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **História de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

MAIZTEGUI, Humberto. **Uruguay en el Proceso de Institucionalización Rioplatense/1**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1994.

MARONESE, Luiz. **Porto Alegre em Dois Cenários**: a nostalgia da modernidade no olhar dos cronistas. 258f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e

Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

MARSHALL, Thomas Humprey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MAYNART, Ivair. **Entrevista concedida a Sonia Santos**. Porto Alegre, 17 abr. 2009.

MELLO, Carlos E. de. **Charruismo Y el Etnocidio de Salsipuedes**. Disponible em: <<http://ruedadeprensa.ning.com/profiles/blogs/charruismo-y-el-etnocidio-de>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

MORAES, Antonio C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

NAHUM, Benjamin. **Empresas Públicas Uruguayas**. Origen y gestión. Montevideo: EBO, 1993.

NOGARA, Raquel Lubartowski. **Visibles Historias Invisibles**. Disponível em: <http://www.querencia.psico.edu.uy/revista_nro3/raquel_lubartowski.htm>. Acesso em: 4 jan. 2009.

NORTH, Douglass. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. New York: Cambridge University Press, 2007.

OLIVEIRA, Clóvis S. **Porto Alegre: a cidade e sua formação**. Porto Alegre: Gráfica Metrópole, 1993.

OLIVEN, Ruben G. **A Parte e o Todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. O processo de construção da identidade gaúcha. *In*: RECKZIEGEL, Ana L. S.; FÉLIX, Loiva O. **Rio Grande do Sul: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 163-190.

PASQUET, Ope. **Entrevista concedida a Sonia Santos**. Montevideú, 9. dez. 2008.

PELLEGRINO, Adela; CABELLA, Wanda. Una estimación de la emigración internacional uruguaya entre 1963 y 2004. **Serie Documentos de Trabajo**, Montevideo (Uruguay), n. 70, p. 12, nov. 2005.

PESAVENTO, Sandra J. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **História do Rio Grande do Sul**. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002a.

_____. **O Imaginário da Cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002b.

PINHEIRO, Luiz A. C. **Jânio, Jango & Cia**. Brasília: Eco, 1988.

PINTO, Celi R. J. **Positivismo**: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930). Porto Alegre: L&PM, 1986.

PORTO, Marinon. **Entrevista concedida a Sonia Santos**. Porto Alegre, 15 abr. 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974.

PRADO, Luiz Fernando Silva. **História contemporânea da América Latina: 1930-1960**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

PRZEWORSKI, Adam. A última instância. As instituições são a causa primordial do desenvolvimento econômico? **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 72, p. 65-66, jul. 2005.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

QUEVEDO, Júlio. **História Compacta do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.

RAMA, Germán. **La Democracia en Uruguay**: uma perspectiva de interpretación. Buenos Aires: GEL, 1987.

RANINCHESKI, Sonia. Capital social e cultura política em tempos de crise econômica: os casos de Brasil e Uruguai. *In*: BAQUERO, Marcelo (Org.). **Capital Social, Desenvolvimento Sustentável e Democracia na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 169-194.

RAMIREZ, Gonzalo Aguirre. **Tres Aportes Históricos**. Montevideo: Ediciones de La Plaza, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **O Processo Civilizatório**: estudos de antropologia da civilização: etapas da evolução sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ROMERO, José L. **América Latina**: as cidades e as idéias. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

SANTOS, Boaventura dos. **Quais os Limites e Possibilidades da Cidadania Planetária?** Palestra proferida em: 28 jan. 2002. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/w3/fsmrn/fsm2002/paineis/boaventura.html>>. Acesso em: 13 fev. 2009.

SANTOS, Everton *et al.* Os desafios da democratização do Estado: instituições e cultura política. **Revista do ICSA – Gestão e Desenvolvimento**, Porto Alegre, ano VI, v. 6, n. 1, p. 141, jan. 2009.

SANTOS, Everton; BITARELLO, Jucelaine; PEDDE, Valdir. **Contrastes Regionais que Fazem a Diferença**. Relatório de pesquisa parcial. 2009.

SANTOS, Everton Rodrigo; FERREIRA, Gustavo Assed. **Capital Social e Políticas Públicas**: um estudo comparado sobre o Desempenho Institucional na América Latina. Canoas: ULBRA, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Território, Territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SAUTER, Cristina Silva. **O “Comércio Volante” de Porto Alegre (1897-1918)**. 116f. Dissertação (Mestrado em História Ibero-Americana) – Pós-Graduação em História Ibero-Americana, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 1997.

SCHINCA, Milton. **Boulevard Sarandí**: memória anecdótica de Montevideo. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 2003.

SCHWARTZMAN, Simon. **As Causas da Pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

_____. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Campus, 1988. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/bases/capit2.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Comunicação verbal a Sonia Santos**. Porto Alegre, 20 mar. 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____; KLIKSBURG, Bernardo. **Primero la Gente**. Barcelona: Ediciones Deusto, 2007, p. 265.

SENA, Luiz Afonso. **Entrevista concedida a Sonia Santos**. Porto Alegre, 6 abr. 2009.

SIERRA, Jerónimo de; CASTAGNOLA, José L. **La Democratización y el Debate Sobre la Modernización**. Montevideo: CIEDUR/CLAEH - Ediciones de la Banda Oriental, 1989.

SORJ, Bernardo. **A Nova Sociedade Brasileira**. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SOUZA, Marcos Alves de. **A Cultura Política do “Batllismo” no Uruguay: 1903-1958.** São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracy in America.** London: Penguin Books, 2003.

VAZ, Fernando. **Próceres y Villanos.** Montevideo: Monte Mayor, 1986.

VAZ, João Bosco. **Entrevista concedida a Sonia Santos.** Porto Alegre, 14 abr. 2009.

VILLALOBOS, Marco Antonio. **Tiranos, Tremei! – Ditadura e resistência popular no Uruguai (1968-1985).** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

VIÑAR, Maren y Marcelo. **Fracturas de Memoria.** Crónicas para una memoria por venir. Montevideo: Ediciones Trilce, 1993.

VOITURET, Jorge. **Entrevista concedida a Sonia Santos.** Montevideú, 11 dez. 2008.

WASSERMAN, Claudia. **História Contemporânea da América Latina: 1900-1930.** 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

WILSON, Jose de Torres. **Brevisima Historia del Uruguay.** Montevideo: Ediciones de La Planta, 1984.

W.K.KELLOG FOUNDATION. *Trustees* da Fundação Kellogg Prestigiam Evento. **Interação – Notícias da América Latina e Caribe**, n. 26, dez. 2007/jan. 2008. Disponível em: <<http://www.pilla.vares.nom.br/textos/democrac.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

ZUBILLAGA, Carlos. **Hacer la América:** estudios históricos sobre la inmigración Española al Uruguay. Montevideo: Fin de Siglo, 1993.

ZUM FELDE, Alberto. **Proceso intelectual del Uruguay.** Montevideo: Ediciones del Nuevo Mundo, 1967. t. I.

_____. **Proceso Historico del Uruguay.** Esquema de una sociología nacional. Montevideo: Maximino García, 1919.

APÊNDICES

Apêndice A – Jair Krischke

Apêndice B – Luiz Afonso Sena

Apêndice C – Sergius Gonzaga

Apêndice D – Luiz Alberto Carvalho Junior

Apêndice E – João Bosco Vaz

Apêndice F – Marinon Porto

Apêndice G – Ivair Maynart

Apêndice H – Cleci Jurach

Apêndice I – Ope Pasquet

Apêndice J – Carlos Gamou

Apêndice L – Mariano Arana

Apêndice M – Enrique Cabrera

Apêndice N – Teresa Gomes Perez e Jorge Voituret Pazos

Apêndice O – César Di Candia

Apêndice A – Jair Krischke

Entrevista concedida à autora desta dissertação na sede do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre, em 5 de dezembro de 2008 – duração do áudio: 1h15min

Jair Krischke é advogado e ativista dos direitos humanos, com atuação no Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai. Em 1979, ele fundou o Movimento de Justiça e Direitos Humanos – a principal Organização Não-Governamental ligada aos Direitos Humanos da Região Sul, e o Comitê de Solidariedade com o Povo Chileno. Em 2004, recebeu a Medalha do Mérito Farroupilha.

- Qual a importância geopolítica do Uruguai e qual a influência que o porto exerce nesse aspecto?

O Uruguai, geopoliticamente falando, é muito importante na questão estratégica, apesar de seu tamanho. Uruguai não é nome, mas posição geográfica, endereço, pois República Oriental do Uruguai significa uma República que se localiza ao oriente do Rio Uruguai. O país é uma invenção inglesa, para resolver, por exemplo, o problema de porto e a saída da carne. Se houvesse problema aqui, sairia por Montevideu. Então, tiveram que inventar um país. É pela razão da posição geográfica estratégica que o Brasil já invadiu o Uruguai e governou o país.

A rua Demétrio Ribeiro é em homenagem a um arquiteto que estudou em Montevideu. Ele foi o primeiro arquiteto formado que atuou aqui. O Uruguai se embebeu de cultura européia, mas têm orgulho de sua descendência charrua. Estão começando a fazer um resgate histórico, principalmente na região de Salsipuede, onde aconteceu um massacre de índios.

O Exército uruguaio era composto majoritariamente de negros e índios. É típico da nossa região os grandes líderes políticos cooptarem negros para formar seus Exércitos. Assim fez Artigas e também na Revolução Farroupilha aconteceu. O Paraguai é o único país da América do Sul que não teve escravos. Quando fui a Assunción, deparei-me com uma comunidade de negros e pensei: “O que eles fazem aqui?”. São os negros de Artigas, que ficou exilado no Paraguai e levou seu Exército. Os índios se mesclaram e os negros estão lá, vivendo em guetos. Muitos dos negros combatentes da Revolução Farroupilha que não tiveram honrada a promessa de abolição da escravatura foram para o Uruguai. Os charruas que ficaram no Uruguai foram massacrados. Essa história tem muita similitude com a da nossa região. Muitos personagens também são relacionados ou comuns. A esposa do Bento Gonçalves é uruguaia, ele tinha terras naquele país e roubava os cavalos do Artigas e trazia para cá.

Netto, antes de terminar a Revolução Farroupilha, vai para sua fazenda no Uruguai. Mais recentemente, Gumercindo Saraiva e Aparício Saravia são irmãos. Este é uma figura cantada em prosa e verso no Uruguai como um homem do Partido Branco, líder do Partido Nacional. Há essas nuances que se confundem.

A modernização vem com Ordoñez. Os lotes de imigrantes são uma combinação de fatores. Os ingleses vão para lá e precisam de mão-de-obra qualificada para os frigoríficos, por isso, levam lotes de imigrantes ingleses, escoceses, irlandeses, italianos, alemães e espanhóis. Isso parte do desenvolvimento capitalista. Vir para a América representava ter a oportunidade que

faltava aos europeus no seu continente. A Europa ainda vivia episódios de fome e falta de emprego. É um período pré-Primeira Guerra. Eles sofriam também com a transição da migração do campo para a cidade. À medida que a industrialização se consolidava, as pessoas começaram a ficar descontentes. Vir para a América seria uma solução. Vieram as lideranças e as pessoas que faziam as coisas funcionarem. Para estes, oferecia-se um salário maior e a visão de que poderiam “fazer a América”. Outra razão da imigração é a perseguição aos anarquistas que os governos europeus promoviam. Aqui, eles foram os fundadores dos sindicatos que conhecemos hoje.

A Argentina, mais industrializada que o Uruguai, recebe mais anarquistas. Antes de fazer uma “matança”, o governo de Buenos Aires começa a expulsá-los. Porém, eles desciam do navio em Montevideu. E eram aceitos. Um desses anarquistas desembarcou em Montevideu, a polícia uruguaia o prende e o põe em outro navio. Os anarquistas de Montevideu vão protestar junto ao governo. No primeiro porto depois da partida, o cônsul uruguaio pede desculpas ao anarquista e lhe dá uma passagem de volta a Montevideu.

Outra questão aconteceu na Argentina, na província de Santa Cruz, com os anarquistas: o governo democrático dá uma imensidão de terras na Patagônia aos ingleses, irlandeses e escoceses que estavam nas Malvinas criando ovelhas. Eles precisavam de mão-de-obra para essas terras. Aí, vem anarquistas espanhóis, italianos e ao menos um alemão. Eles começam a se reunir para formar a Federação do Trabalhador, mesmo levando, a cavalo, uma semana para se chegar de uma fazenda a outra. Eles fazem uma greve reivindicando uma melhoria salarial, porque haviam rebaixado o salário em função da crise do mercado internacional de lã. Outra reivindicação era de mais um pacote de velas por mês, pois, na Patagônia, às 15h, já é noite. E eles precisavam da luz para ler. Queriam também que os letreiros, placas e anúncios fossem escritos também em espanhol, não somente em inglês.

Fez-se um acordo e eles interromperam a greve. Porém, algum tempo depois, a Argentina pára de cumprir com o acordo e os anarquistas iniciam outra greve. Todos eles são mortos por um coronel do Exército. Há uma obra de um descendente de alemães que se chama “A Patagônia Rebelde”.

Os anarquistas participaram da grande fuga do Penal de Punta Carretas, onde hoje existe um shopping center. Eles compram a carvoaria em frente ao presídio e cavam um túnel até o Penal e libertam os presos. Modernamente, também houve uma fuga assim: eles lembraram do que tinham feito os anarquistas e cavaram um túnel com traçado semelhante.

- Como funciona a assistência médica no Uruguai?

Hoje, a assistência médica tu recebes via mutualista, tu te associas. Isso é uma marca dos anarquistas e funciona. De certa forma, exonera o Estado. Eles criam os sindicatos, que têm um perfil muito diferente dos brasileiros. Dirigente sindical trabalha no Uruguai. Ele não é um dirigente sindical profissional, como é o nosso. Ele não tem vínculo com o Estado.

Aqui, ficam muito bravos comigo quando eu digo que o Getúlio Vargas, para organizar o trabalho no país, copiou a Carta de Lavoro do Mussolini. Então, aqui, todo o universo sindical é comandado pelo Estado. Lá, o sindicato tem vida própria e autônoma.

Em Rio Grande, vi uma ata do século XIX de uma associação de mútuo auxílio, que seria um primeiro passo para a criação de sindicatos. Foi feita pelos

anarquistas, que já sabiam ler e escrever naquela época. Hoje, o Uruguai tem apenas 2% da população analfabeta. Lá, existe um ensino de qualidade. O Varela faz uma reforma no ensino. No Uruguai, a escola particular é rara. O Ensino Médio, que lá se chama Liceu, é excelente, adota o padrão francês. Eles não caíram na esparrela de mudar a matriz do ensino, como nós fizemos. O governo tem muito pouca margem para alterar o currículo – os professores têm mais autonomia que o governo. É uma salva-guarda constitucional. É tão interessante que, durante a Ditadura, aumentou um pouco o número de analfabetos, pois descuidaram da educação. O Ensino Superior continua de altíssimo nível.

Se fores um profissional da Saúde formado no Uruguai, tens emprego em qualquer país da Europa. É claro que se tem que considerar que o Uruguai tem três milhões de habitantes (o número é pouco maior do que da população da Região Metropolitana de Porto Alegre) e é um país muito pequeno. Com essa população, eles conseguem ter um ensino de qualidade. Nos últimos três ou quatro anos, o Uruguai cresceu, mas, mesmo assim, é grande o número de jovens que saem todos os dias do país. É a mão-de-obra qualificada que sai.

Tinha um amigo que dizia: “No Uruguai, enquanto nós tínhamos 32 vacas por habitante, éramos a Suíça. Quando essa relação começou a diminuir, começaram a existir os problemas”. O país exportava carne, mas a conjuntura internacional mudou, pois hoje se sabe que a carne pode ser prejudicial à saúde. O Uruguai, durante a Ditadura, faz um exercício e passa a ser uma praça financeira. Mais: a legislação financeira do Uruguai de hoje é herança da Ditadura, o que possibilita a empresa off shore. Tu vais em um escritório de contabilidade de Montevideu e compras uma empresa off shore por US\$ 1.500,00. Então, tu passarás a ser dono de uma empresa, que terá um nome, mas também um sigilo garantido. Tu vais pagar de imposto 3% do que tu faturares no exterior. Tu vais a um banco no Uruguai e abres uma conta em dólar. Quando estávamos denunciando as máquinas caça-níquel, o Joãozinho da Silva tinha 1% do capital. 99% desse capital era uma empresa off shore uruguaia.

Sérgio Sombra, acusado de matar o prefeito de Santo André, é sócio de uma empresa de ônibus goiana, juntamente com uma off shore uruguaia. É lavagem de dinheiro, pois tu não tens que dar explicação. Essas empresas podem, por exemplo, adquirir uma fazenda no Uruguai. E não se pode dizer o nome do dono da empresa, apenas o nome dado à empresa, como Cruzeiro do Sul. É uma legislação da Ditadura que a democracia mantém. Se a carne já não tem mais peso, vamos fazer, então, uma praça financeira, uma Suíça.

Há uma outra coisa fantástica no Uruguai: a exportação de ouro. Ele é um grande exportador. Eu tenho um amigo que foi no Ministério de Economia e pediu qual a quantidade de ouro que o Uruguai possui. Não conseguiu o dado, pois a legislação não obriga a registrar a exportação de ouro. O grande importador de ouro do Uruguai são os Estados Unidos. Então, ele pediu quanto o Uruguai exportou para os Estados Unidos. Tinha tudo, menos o ouro. Então, ele foi na Embaixada norte-americana e pediu quanto os Estados Unidos importaram do Uruguai. Diminuiu o número da exportação do da importação e descobriu a quantidade de ouro. Foi o Samuel Blicksen quem fez isso.

O ouro que eles exportam é do Brasil, especialmente de Serra Pelada. Eles faziam assim: o ouro vinha e era depositado no Aeroporto do Galeão, em umas bolsas de lona. Eles despachavam de Montevideu com uma fatura de tantos quilos de ouro. Dentro, havia pedra e dava aquele peso. Normalmente, ia para Nova Iorque. Na escala no Rio de Janeiro, fazia-se a troca de pedra por ouro. Quem fazia

isso eram funcionários contratados que tinham interesse. É uma rede muito poderosa.

- Quais as alternativas para o Uruguai, já não consegue ter uma indústria forte por causa do pequeno número de consumidores?

Já que a exportação de carne de gado não dá tanto lucro, já que não é possível produzir em escala industrial para uma população tão pequena, os uruguaios investiram em serviço. Hoje, está se criando no Uruguai um pólo de informática. Estão trabalhando nisso como uma possibilidade. Eles têm que encontrar uma atividade que ocupe os jovens e que dê uma certa renda.

A intervenção brasileira é muito forte. Existem muitos brasileiros comprando terra lá, sobretudo de arroz, pois a taxa de juros para esse produto é de 6% ao ano. Ainda é possível fazer contrabando de máquinas agrícolas. Os importantes frigoríficos uruguaios estão sendo comprados por brasileiros. Há uma presença econômica brasileira muito forte. Existe uma “guerra do frango”. O Brasil quer vender o produto. O frango produzido no Uruguai é mais caro, pois eles compram de nós, mas o governo breca, dizendo que é proibido importar frango do Brasil.

O porto de Montevideu é importantíssimo. É melhor que o de Buenos Aires em termos de profundidade e de localização. Lá, há uma multidão de containeres e, muitos deles, vêm para o Brasil. O porto da capital uruguaia é muito organizado e dinâmico. Muita mercadoria que vem para o Brasil faz o trajeto de navio da Europa até Montevideu, depois, em um caminhão, é levado até São Paulo. Tem algumas sacanagens. Nós descobrimos, por exemplo, que lixo químico europeu era depositado em uma empresa de Estância Velha, o que ocasionou o episódio da mortandade de peixes. Esse lixo vinha em containeres até o porto de Montevideu e seguia até o destino em caminhões uruguaios. Isso porque a legislação ecológica na Europa é rigorosa. Muito era lixo radioativo, como cápsulas de césio usadas nas máquinas de raio-x. O porto de Montevideu presta serviços. É uma das saídas que o país encontrou para poder competir no mercado internacional.

Nas discussões do Mercosul, o Paraguai e o Uruguai são “tratoados”, não são levados em conta. Então, o quadro hoje é este: um país que tem qualidade na educação, mas que toda a mão-de-obra qualificada vai embora. As comunidades uruguaias no exterior são enormes. No Canadá, há uma colônia imensa. Há ainda uruguaios que não voltaram do exílio estão na Suécia, Dinamarca, Noruega e Holanda. O número de emigração dos jovens é próximo a 50 pessoas por dia que saem do Uruguai. Raramente, via-se crianças no país. É um país de velhos.

- Qual a relação entre Brasil e Uruguai? Como foi essa relação desde a chegada dos primeiros colonizadores?

De ajuda mútua. Em 1980, a ONU trouxe de Montevideu para Porto Alegre 80 familiares de perseguidos políticos para serem entrevistados. Eu, como representante do Movimento dos Direitos Humanos, ajudei no processo. Queríamos ouvir relatos de violação aos direitos humanos no Uruguai.

Apêndice B – Luiz Afonso Sena

Entrevista com Luiz Afonso Sena, Secretário do Transporte de Porto Alegre, concedida à autora deste trabalho em 6 de abril de 2009, na sede da secretaria Municipal de Transporte – duração do áudio: 52min

- O que é de responsabilidade do governo em relação ao transporte?

O poder público é muito forte em Porto Alegre na área dos transportes. Não como operador, mas como regulador. Então, o papel da EPTC [Empresa Pública de Transporte e Circulação], hoje, só está mais aguçado porque a gente tem trabalhado muito nessa linha - como regulador, é ser o regulador mais duro possível. A tradução disso, para a população, é um bom serviço.

Isso, mesmo na época do PT, já acontecia. A EPTC é assim desde antes de a Secretaria Municipal de Transportes ser a responsável pela regulação. A grande mudança de paradigma que aconteceu em Porto Alegre aconteceu quando o PT fez a intervenção no sistema de ônibus. A tradição das empresas de ônibus em Porto Alegre era a de empresas familiares, onde o filho administrava, o neto, a segunda, a terceira geração, ou seja, era quase um cartório, e com um nível muito baixo de gestão, de qualidade de gestão, era muito artesanal. Com a intervenção, ele entrou e depois teve que sair, obviamente, por questões políticas, econômicas, etc., mas o legado disso foi a necessidade da profissionalização do setor.

Os bons alunos da engenharia da UFRGS, hoje, estão trabalhando nessas empresas, contratados como gerentes, executivos, engenheiros, etc. Então, eles se profissionalizaram. Com o surgimento da EPTC, ao mesmo tempo, a qualidade melhorou e houve um up grade no quadro público, que é o regulador, porque teve concurso. Entrou um monte de gente nova: engenheiros, arquitetos, economistas, advogados, etc. Essas pessoas oxigenaram o setor público e o resultado, então, é um bom serviço. Porto Alegre realmente conta com um belíssimo serviço de transporte, não só por ônibus, mas também por lotação. Aliás, a lotação é um serviço absolutamente diferenciado, que já nasceu regulado, na década de 1970, e é o grande case internacional de transporte seletivo que funciona, absolutamente, a contento. E o sistema de ônibus, até por estas coisas todas que eu disse, e tendo sempre o poder público como regulador forte, acabou impondo para o sistema um bom nível.

- Como é a frota de Porto Alegre?

Porto Alegre tem uma frota, hoje, e já possuía em 2004, com idade média de cinco anos - média que nenhuma outra cidade brasileira tem. Significa que a média da frota é muito nova. Já lá em Montevidéu, é muito velha. O problema de Montevidéu é muito parecido com o restante da América Latina na área de transporte. Eles não são empresas organizadas como aqui. Lá, o sistema pode ser considerado artesanal. Acho que a diferença é que Porto Alegre tem um sistema industrial, uma produção como uma indústria, profissional, e lá tu tens uma gestão artesanal. Isso gera essa diferença na qualidade. Aqui em Porto Alegre, além disso, tem também essa dimensão da organização da cidade. A taxa de motorização é extremamente alta. Tem uma classe média alta em Porto Alegre. E a taxa de motorização vem crescendo. Em 2004, nós tínhamos um veículo para cada 2,4 pessoas. Hoje, nós já

estamos com um veículo para cada 2,2 pessoas e, muito provavelmente, nos próximos cinco ou seis anos, vai cair abaixo de um veículo para cada dois habitantes. Vai ser um veículo para cada pessoa. Só para comparação, existem cidades no interior que têm tantos veículos quanto pessoas. Santa Cruz é uma delas.

Mas isso, por um lado, mostra também que a cidade consegue, razoavelmente, resolver bem essa questão da circulação, do tráfego na cidade. Apesar de, desde 2004, o número de automóveis ter crescido muito, outros indicadores, como o número de acidentes, por exemplo, e o número de mortes nos acidentes, vem decrescendo. Isso também é uma coisa que as pessoas intuitivamente atribuem um pouquinho de valor. Nesse preâmbulo, sem dúvida, o diferencial é isso: tu tens o poder público forte, atuante, regulador, no sentido mais amplo da palavra, cobrando das empresas, que, à exceção de uma, são privadas.

- E a Carris? Como avalia a qualidade do serviço prestado pela companhia?

Em relação à Carris, tem duas coisas: no governo do PT o pessoal jogou muitos recursos, muito dinheiro mesmo, para tentar passar a idéia de que a Carris era uma empresa de alto nível, alta qualificação. E realmente ela é: tem ISO 9000, 9001, etc. Mas, isso a um custo extremamente alto, muito alto, tanto é que agora a gente meio que está pagando esse preço. Porto Alegre, hoje, está estruturada da seguinte forma: tem uma câmara de compensação, e todas as empresas recebem, a tarifa é única, todo mundo paga. A arrecadação diária, mensal, anual, etc. entra para uma caixa única e, depois, volta e é redistribuída para as empresas que estão no consórcio também operando. Aí, cada uma recebe um proporcional ao seu custo. Só que o custo da Carris é muito mais alto do que o custo das outras. Então, como a tarifa é única, o custo dela é mais alto, tem uma certa ineficiência sistêmica, porque é uma empresa pública onde os funcionários não podem ser demitidos. Existe uma série de questões que, nas empresas privadas, não existem. Parte desse custo é repassada para o sistema. O que eu quero dizer com isso é que, talvez, se a Carris conseguisse operar, do ponto de vista da gestão, como as outras, a tarifa poderia ser um pouquinho mais baixa. Como ela é mais alta, e isso se socializa, o preço da tarifa acaba sendo alto também.

E quanto à questão de como chegar ao nível de eficiência das empresas privadas, talvez a Carris não consiga, porque ela tem freios institucionais. Por exemplo: demitir um funcionário ineficiente é muito difícil, enquanto que, na empresa privada, é fácil. Sobre a aquisição de veículos, de insumos para produção: à medida que a empresa privada faz isto pelo telefone, a Carris tem que montar um processo licitatório. Tu tens um custo, por ser uma empresa pública, que, naturalmente, acaba sendo maior que nas empresas privadas. Mas ela tem um bom nível. E, na Carris, acontecem algumas coisas que são meio paradoxais. Nós criamos agora o T11, que é uma linha que sai lá do aeroporto e vai até o extremo da zona sul, lá em Ipanema. É uma das linhas que a população está vendo – e que o pessoal do governo está vendo nas pesquisas. É considerada, na área de lotação, obviamente, como uma das maiores ações que o governo Fogaça fez. E simplesmente foi criar uma linha. A renovação dela é alta, ou seja, a gente vê todas as camadas sociais usando harmonicamente. É lindo de ver. Ao mesmo tempo, tem algumas dessas linhas que são maravilhosas, do ponto de vista dos traçados, mas que passam por alguns bairros mais complicados e que o ônibus acaba andando muito cheio, porque ele é um sucesso tão grande que fica cheio. Olha aqui que paradoxo! A avaliação cai porque está cheio. Então, a Carris tem esses dois tempos: linhas maravilhosas e

algumas que são muito criticadas, mas absolutamente imprescindíveis. Porque nós temos um sistema que é radial, concêntrico na nossa cidade e que simplesmente interliga transversalmente a cidade.

- E os corredores de ônibus?

Os corredores de ônibus foram implantados em 1979 e são parte dessa percepção das pessoas, porque tu defines claramente: a prioridade é o transporte público. Eu gosto de dizer assim, por exemplo, na calçada, é muito claro, não pode passar carro. Ela é para pedestre; aquela via, a rua mesmo, a rua é para os automóveis. Então, se alguém estiver caminhando ali, está se arriscando. A prioridade é do automóvel; e, aí, se cria aqui o terceiro elemento, que é o corredor de ônibus, que é uma dimensão de que aquele espaço é para quem anda de ônibus, não é para andar carro. Hoje, tem uma discussão muito grande sobre a Sertório, por exemplo. As pessoas dizem assim: “ah, é um absurdo um corredor vazio”. Eu digo: “não, o absurdo é o outro lado cheio”. Elas perguntam: “quando é que vocês vão botar carro dentro do corredor?”. Nunca, porque ali é um espaço das pessoas que andam de ônibus, então, um ônibus vale por 50 carros. Tem 50 pessoas ali dentro, 60 pessoas, o que valeria por 50 carros. Então, a prioridade é essa. Essa concepção começou em 79, 78. Os grandes projetos que definiram isto são da década de 1970, de meados da década de 1970: 1975, 1976.

Isso é um paradoxo que fica. Isso é regime autoritário e, aí, tu percebes que, enquanto nesses outros países não aconteceu, por exemplo, em Montevideu não houve essa mesma percepção. Esses corredores de ônibus em Porto Alegre, na realidade, são referência. Quando tu falavas em qual cidade estudar, a primeira que me ocorreu seria Bogotá. Porque, em Bogotá, houve uma revolução. Ela é mais recente, mas o pessoal, com o sistema de ônibus, fez uma alteração urbanística e de inclusão social que é referência. O pessoal do Banco Mundial, a ONU [Organização das Nações Unidas], eu já fui várias vezes lá, pessoas do mundo inteiro que trabalham com transporte vão lá para conhecer o sistema de ônibus operando. Só que aquele sistema que foi implantado lá em Bogotá foi copiado aqui de Porto Alegre. Os técnicos daqui dessa Secretaria, da Secretaria de Transporte, participaram das equipes que conceberam aquele sistema lá. E, lá, foi legal, porque eles deram prioridade para o transporte público e, ao mesmo tempo, a todo um desenvolvimento urbano no entorno, de reestruturação urbanística, construindo casas para o pessoal. Claro, lá tinha uma particularidade. Lá tinha interesse dos Estados Unidos e, obviamente, através do banco de fomento, o Banco Mundial, BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento], etc, jogaram muito dinheiro para lá em função da questão do narcotráfico. Mas, de qualquer forma, a revolução urbana que eles fizeram foi feita tendo como vetor principal a dimensão do transporte público. E, realmente, hoje, é invejável: ônibus maravilhosos, gestão e, principalmente, capacidade. Eles criaram empresas, também meio parecidas com as daqui: consórcios de empresas. Então, na realidade, a gente, já desde a década de 1970, começou a ter essa evolução. Confesso-te que não sei explicar.

Quando tu me perguntas a quanto tempo há essa concepção estratégica no que tange ao transporte, posso dizer que era uma estratégia, não foi episódico. Como estava estruturado o sistema de transporte no país? Tu tinhas o Geipot [Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes], que era o órgão pensante. Era estratégico, em termos de transporte. Servia para todos os tipos de transporte - não só transporte de pessoas, no âmbito urbano. Pensava nas rodovias, ferrovias, na movimentação e na logística do país. Mas tu tinhas também a EBTU, que era a

Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, que buscava recursos, tanto de orçamento como recursos de fora, recursos do BID, BNDES, etc, para produzir estudos para as cidades. Então, na realidade, era uma política de Estado, uma política estratégica de desenvolvimento. Eu nunca parei muito para pensar a dimensão político-ideológica, mas, provavelmente, tinha, até de domínio, talvez. Alguns dos dirigentes da EBTU e do Geipot, por exemplo - principalmente da EBTU, eram gaúchos, porto-alegrenses, e, aí, começaram a colocar muito Porto Alegre como sendo um dos focos, dos cases para eles resolverem. O maior legado ficou sendo esse. Mas acho que o paradoxo fica, depois de tudo isso, por conta de que, quando tu tens um sistema razoável de transporte, realmente ele é inclusivo, ele distribui renda. Isso é uma questão que eu acho interessante.

Porto Alegre sempre foi numa linha crescente e contínua. Isso é uma coisa interessante, porque começa a redemocratização do país, entra o PT, e continua, aliás, uma coisa interessante: o PT acaba incrementando ainda aquela lógica que vinha antes, não apenas não rompeu como incrementou. E, na realidade, essa encampação foi o grande motivador para tu gerares este momento que temos. Ele desarranjou as estruturas que, no discurso, não conseguiria. Foi uma medida de força que teve o efeito colateral positivo, quer dizer, hoje, realmente, tem um sistema invejável. É invejável: eu recebo aqui gente do mundo inteiro para vir conhecer o sistema de Porto Alegre. A gente diz isso e, às vezes, parece que é exagero, mas vem gente da Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, pessoal da universidade que eu estudei vem para cá e voltam encantados de ver. Quer dizer, boa parte da Europa não tem a qualidade que se tem aqui. Claro, lá eles têm ônibus mais ricos, as taxas de ocupação são menores, mas, como organização, como uma indústria produzindo para a sua população, é raro, realmente é raro.

Então, entra PT, faz aquilo ali, fica por 16 anos e entrega o que nós temos hoje, o que eu administro aqui como secretário. Eu tenho uma herança, a minha não é uma maldita, eu sempre digo isso, não é maldita, é uma herança. Tem coisas que não são perfeitas, como qualquer coisa, mas, como sistema, é uma herança bendita porque a cidade é muito bem servida.

Vale lembrar que em todas as administrações, todas, começando lá na década de 1970, nunca houve ruptura. A única ruptura foi essa do PT, que, na realidade, virou o grande salto de qualidade. Aí, entra uma outra dimensão, a figura do clandestino. Aqui em Porto Alegre jamais teve a figura do clandestino, em nenhuma das administrações, porque a melhor forma de se combater isso é ter um bom sistema regular.

- Como avalia o transporte no restante do Brasil?

Em Curitiba, nós temos um Brasil, do ponto de vista de sistema de transporte, com regularidade e organização. De Curitiba para cima, tu entras numa dimensão que o Estado não consegue prover o transporte. Isso gera toda uma estrutura para-estatal de fornecimento de transporte, que são as vans e as lotações. São aquele horror, ao ponto de Brasília ser um absurdo. Talvez Brasília seja o pior caso de todos, porque lá não é nem para-estatal, é totalmente anárquico. Cada um pega o carrinho e transporta as pessoas. Mas, então, tu tens essa estruturação, que não foi rompida nas mudanças de governo, nem nos governos indicados: sempre teve essa constância, sempre na mesma direção. Agora, entra o Fogaça e dá essa continuidade também.

A grande discussão no Brasil inteiro é a questão das licitações. Essas empresas que operam em Porto Alegre, a exemplo de todas as cidades brasileiras, foram se

constituindo ao longo do tempo, são os pioneiros, para boa parte delas não houve um processo licitatório, mas elas se consolidaram prestando esse serviço. Agora, a Constituição definiu que precisam ser licitados novamente, todos do serviço público precisam ser licitados. A prestação de serviço também. Então, a lei diz que todas as cidades precisam licitar os seus sistemas até 2010. Aqui em Porto Alegre, eu não sei bem o que vai acontecer ainda. Mas tem várias coisas que já estão acontecendo, como a implantação da bilhetagem eletrônica. Uma série de ações que vem sendo consolidadas na área de transporte, planos diretores de circulação e de transporte público, vão fazendo com que o objeto da licitação não fique bem claro. O que tu vais licitar? Tu vais licitar uma linha? Tu vais licitar o conjunto de linhas? Tu vais licitar um corredor ou tu vais fazer uma licitação para a cidade inteira? Então, na realidade, não está muito claro qual é o objeto da licitação. Mas, em algum momento no futuro, vai acontecer.

- Como é a estrutura do transporte aqui em Porto Alegre?

Hoje, nós temos quatro consórcios na cidade, tem quinze empresas e quatro consórcios, na realidade três consórcios mais a empresa pública, a Carris. Então eu colocaria assim: desde a implantação dos corredores até a estruturação das empresas, passando pela formação de consórcios, o que aconteceu é que o sistema se estruturou. Antes, tu tinhas uma certa competição dentro dos corredores que era danosa, uma competição que o resultado não era um melhor serviço. Houve um acordo operacional: tu tens no eixo norte, da Assis Brasil, o Conorte, tu tens o Unibus, do eixo da Protásio, e, no eixo sul, o STS. Cada um desses consórcios tem um grupo de empresas que faz a gestão operacional, eles não são uma empresa, são várias empresas que operam de forma consorciada. Tu vais ver os ônibus e são todos pintados iguais, só que cada um daqueles ônibus é de uma empresa. Além desses três consórcios, nós temos a Carris, que faz as linhas transversais. Para a evolução do sistema (corredor, ônibus operando em consórcio), a intervenção do PT, se tu fores olhar numa linha temporal, foi só uma aceleração do processo de modernização.

Quanto à parte viária, lá na década de 1970, uma das heranças dos militares (eles eram organizados) foi o planejamento. Com o fim do regime militar, isso acabou, não tem mais. Aliás, até hoje, ninguém está pensando estrategicamente o país. Na infraestrutura, por exemplo, tu tinhas o Geipot, tu tinhas a Escola Superior de Guerra, a EBTU, tu tinhas uma série de instituições, nas várias áreas, que ficavam pensando estrategicamente, coordenando o orçamento com esses objetivos estratégicos. Com a redemocratização, isso se rompe, a ponto de hoje a gente só estar administrando o curto prazo. Essa idéia passou para a União, estados e Municípios - houve uma certa falência do planejamento. E o que a gente vai observar é que esses exemplos todos citados são todos da década de 1950, 1960, 1970. Na década de 1980, parou.

Então, nós estamos há vinte e poucos anos sem ninguém olhar para frente, a gente só esta administrando o cotidiano, a rotina, o dia-a-dia. Mas, ao mesmo tempo, começam a aparecer novos elementos que incluem a questão urbana. Eu uso sempre o exemplo da Farrapos. Quando o Loureiro da Silva foi fazer a Farrapos, ele fez mais ou menos o seguinte: fez uma reta e disse para tirar tudo o que tinha na frente. A Farrapos é isso: uma reta pela qual derrubaram o que estava no caminho da construção, passaram o trator e tiraram tudo. Agora, te deslocas no tempo, vem para os dias atuais e diz: "bom, vamos fazer uma avenida agora passando pelo Moinhos de Vento". Aí, entra a dimensão do meio ambiente, que é agora o nosso

grande ditador, a ditadura das idéias. Hoje, árvore, eu costumo dizer, se chama indivíduo arbóreo, assim como grama é indivíduo gramíneo.

Então, de qualquer forma, hoje, tu não consegues derrubar árvore nem o patrimônio cultural. Tu não derrubas casas. Para tu fazeres grandes eixos como foram feitos, logo aquela idéia de eixos, hoje ficou muito mais complicado. Hoje, tu não constróis uma nova Farrapos, pois teria que fazer desapropriações e derrubar árvores. A Perimetral foi construída porque a área já tinha sido reservada desde a década de 1940, 1950, 1960. Agora, onde não tem reserva de espaço, não se constrói. Nós vamos ter que trabalhar em como é que se vai sair dessa equação. Acho que aí tem uma questão que eu tenho colocado muito: Porto Alegre não é a primeira cidade do mundo que tem muito carro. Eu diria que é muito pelo contrário: o Brasil teve várias décadas perdidas. Agora, eu acho que está tendo uma década achada, do ponto de vista econômico. Vai ter muitos carros, só que todos os países desenvolvidos já passaram por esse processo de desenvolvimento em que o aumento da classe média leva necessariamente a ter novos hábitos de consumo, e o carro é o item um na lista de consumo de bens duráveis. Então, o que as cidades européias fizeram e que agora os Estados Unidos vão ter que fazer, forçados por esta crise internacional, é, primeiro, ter um sistema de transporte público. Na Europa, as pessoas vão ao teatro de casaco de pele de trem, de ônibus. Aqui vai ter que se quebrar um pouquinho aquele paradigma das castas.

Não são somente os pobres que utilizam o transporte público. Isso é uma coisa que nós temos trabalhado muito. O fato de as pessoas terem muitos carros não significa que elas vão andar de carro o tempo todo. Temos trabalhado no sentido de qualificar o sistema de transporte. A bilhetagem eletrônica é uma das etapas. O projeto de Portais da Cidade é uma das formas de dar um up grade no sistema. Isso tudo vai dar alternativas para as pessoas se deslocarem na cidade. Também é preciso investir no uso de recursos eletrônicos para administrar a cidade: semáforos integrados, câmeras, etc. Nós criamos uma sala que concentra esses equipamentos. Para sintetizar, como é que a gente vai resolver os problemas desse número crescente de automóveis? Tu não tens como impedir, porque o governo reduz o IPI [Imposto sobre Produtos Industrializados]. Para as motos, tirou o Cofins [Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social]. A política pública do governo, hoje, está desarticulada. Tu não tens uma política estratégica, em nível de União, que tenha a ver com o que está acontecendo aqui embaixo. Então, fico eu, aqui, sendo criticado. A própria imprensa está perdida. Para falar a verdade, essa área de transporte é uma área muito pobre, principalmente no que diz respeito à gestão, ao nível intelectual da gestão, em todos os níveis.

Eu digo sempre: por exemplo, na área da Justiça, tu não consegues admitir alguém, um ministro da Justiça, um secretário da Justiça, que não tenha, que não seja iniciado no assunto. Na área de saúde, na educação, se tu vais ver, em todas as áreas, há pessoas que têm uma mínima noção da área em que vão trabalhar. Mas tem uma área que é “terra de ninguém”: a do transporte. Eu tenho uma missão, que eu mesmo me dei. Eu quero jogar um pouco de luz nessa área, trabalhar com a consciência das pessoas. É um trabalho de formiguinha. Mas, tem esse problema de o transporte ser uma área de “segunda divisão”, vamos dizer. E é assim no Brasil inteiro. E agora eu acho que, aos poucos, a gente vai mudando. A minha expectativa é que, em uns quinze anos, isso mude.

- Mas está havendo um esforço para que aconteçam mudanças?

se está havendo uma mudança, no sentido de haver um laboratório, uma oficina de pensamento, um planejamento, um trabalho prospectivo? Não. Individualmente, sim, pessoas estão se juntando em todo o Brasil. Eu faço parte de um grupo que faz isso. Agora, quero chamar atenção para o papel das agências reguladoras.

As agências, na minha visão, são a evolução do Estado. Quando as pessoas falam de governança, na realidade, tu estás falando em como é que tu envolves a sociedade, como é que tu tiras coisas, como, ao invés do Estado ser o produtor, ele realmente cuidar para que a coisa funcione. Mas não precisa ter operário, como já teve em uma fábrica de soutien na década de 1970. O Estado começa a ter essa evolução.

A dimensão regulação, no transporte público, na cidade de Porto Alegre, é extremamente consolidada e bem resolvida. Então, a questão da falta de regulação, que botou o mundo nessa crise de proporções incalculáveis, nessa cidade, está bem resolvida.

Apêndice C – Sergius Gonzaga

Entrevista com Sérgio Gonzaga, Secretário Municipal de Cultura, concedida à autora desta dissertação em 8 de abril, na sede da Secretaria de Cultura de Porto Alegre – duração do áudio: 45min

- O porto-alegrense avaliou melhor a oferta de cultura da cidade que o montevideano. Terias alguma explicação para isso?

Porto Alegre tem uma vida cultural maior, comparativamente com Montevideu. A diminuição da vida cultural em Montevideu se deveu à grave crise e também ao fato de que parte das atividades culturais são fruídas principalmente por jovens. Isso é uma pesquisa feita por um duque inglês, é uma pesquisa muito interessante, que gerou um livro. Ele faz um levantamento daquilo que hoje se chamaria economia da cultura. Por exemplo: cinema, qual é o perfil do espectador médio de cinema? Qual é o perfil do espectador médio de teatro? Em ambos os casos, são pessoas jovens, sem contar shows de música onde esse índice seria muito maior, pessoas entre 17 e 35 anos, jovens solteiros, jovens casais. Isso é mundial. Acontece também em Porto Alegre.

E isso contribui também, me parece, para que Montevideu recue na sua vida cultural, porque os jovens debandam massivamente. No caso de Porto Alegre, a cidade vive um processo muito forte em várias atividades culturais que talvez justifiquem o resultado dessa pesquisa. Talvez, se eu especificasse área por área, pudesse se entender melhor. No que diz respeito à literatura, por exemplo, Porto Alegre é a capital do Brasil onde mais se lê. Além disso, é a capital do Brasil que apresenta, disparadamente, o maior número de oficinas literárias, se a gente tirar e mensurar com população. Se você comparar, por exemplo, com Curitiba, nós temos muito mais editoras, nós temos mais livrarias, nós temos uma Feira do Livro que é espetacular, nós temos uma série de eventos na área, não só de literatura, mas também das idéias, gênero Fronteira do Pensamento. Mas não é só isso: há uma profusão de cursos, a própria prefeitura promove vários, outras entidades também, como as universidades. É o único local do Brasil em que os escritores são reverenciados e considerados personalidades quase pop. Se a gente andar na rua com o Luis Fernando [Veríssimo], com o [Moacir] Scliar, com a Lya Luft ou com a Martha Medeiros, apenas para citar talvez os mais lidos, é detido. As pessoas pedem autógrafos, mesmo as que não leram esses autores. Isso é a singularidade: pedem autógrafos, emitem frases a respeito. Tu saís na rua com o Scliar, por exemplo, e ouve o pipoqueiro, que diz: “Ah, dá neles lá na Academia, dá-lhe gaúcho!” e coisas do gênero. Então, a literatura criou isso e vale para o teatro, vale para a música e talvez valha para as artes plásticas. A literatura criou um sistema próprio.

Criou-se um circuito regular e permanente de autores, obras e público. Na medida em que se constitui um público de forma permanente, constitui-se o que se chama de tradição. E retorna: é um moto contínuo. Se eu escrevo um livro, e tenho uma ressonância do meu livro, talvez eu queira escrever outro. Se eu escrevesse um livro e ninguém lesse e ninguém comentasse, interrompia-se o ciclo, quer dizer, o sistema realimenta o processo. Nesse sistema, o fator fundamental é o público, porque, tendo público, há autores, e, tendo autores, há obras. Então, forma-se essa

espécie de círculo. Porto Alegre tem isso na literatura. Tanto é que o Rio Grande do Sul tem um pouco disso, porque há autores como Charles Kiefer, apenas para citar um exemplo, que só é conhecido aqui. O Assis Brasil só é conhecido aqui, o Tabajara Ruas, virtualmente, só é conhecido aqui. No entanto, são autores que têm público, que têm livros, que têm vendas, que dão autógrafos e que dão palestras.

Ao criar esse sistema cultural, ao criar essa roda que gira sem cessar, tu crias a tradição. Seja alguém que diga: “Bom eu não quero escrever como o Tabajara Ruas, mas eu não gosto do Tabajara Ruas ou eu gosto”. Tu tens um referencial permanente, por exemplo, para um jovem escritor. Há referenciais contínuos. Formou-se, então, essa linha de continuidade.

Isso a literatura tem, isso o teatro tem. É um fato que muitas pessoas vivem do teatro, hoje, em Porto Alegre, o que era inimaginável há 30, 40 anos. Bastava abrir o jornal para constatar que, em 1961, quando eu cheguei aqui, durante dias, e, muitas vezes, durante semanas, não havia nenhum espetáculo teatral em Porto Alegre. Nenhum. Produzido aqui, então, era raríssimo. Tinha um grupo de Teatro de Equipe, que produzia espetáculos esporadicamente.

Hoje, se tu abres o jornal (é até interessante, eu não computo, tenho até que computar para saber) numa quinta-feira, por exemplo, tu vais encontrar um sem-número de atividades teatrais. Tu vais encontrar no Teatro de Câmara, no Teatro Renascença, no Teatro de Arena, no Teatro Bruno Kiefer. Tu vais encontrar, no mínimo, 20 espetáculos de teatro rolando na cidade, entre quinta e domingo. E diferentes: teatro infantil, teatro adulto, no mínimo. Talvez até mais. Isso significa que tem público. Antes, não havia público regular, havia público esporádico. Havendo um público regular, isto é, um conjunto de pessoas que costumam ir ao teatro, tu comesças a dar sustentabilidade àquela atividade, aquele gênero cultural. E, dando isso, tu dás retorno, tu dás tradição. Se tu estás num local onde não tem essa tradição, essa continuidade, terá que, automaticamente, começar do zero, pois ela não tem referenciais do passado, são perdidos, é um elo distante.

Aqui, o grupo que está iniciando tem, diante de si, 20 grupos, que ele pode não concordar, mas até isto pode ser útil. “Bom, eu não gosto desse estilo, não gosto dessa maneira de pôr em cena o espetáculo, não gosto dessa coreografia, não gosto disso, não gosto daquilo”. Então, o grupo se realimenta pela negação ou pela concordância, dizendo: “Bom, aquilo foi legal, uma solução legal, eu posso botar no meu espetáculo aqui”. Imagina o que representa, para um artista, chegar num teatro e ele estar vazio. Tu te desestimulas. Era o caso de Porto Alegre. A cidade não tinha atores velhos até um tempo atrás. Alguns tinham ido para Rio e São Paulo. Então, para representar velhos, tu tinhas que pintar de branco a cabeça de um ator.

- Mas já tínhamos autores consagrados...

Quando tu referes que, há alguns anos, nós já tínhamos nossos autores consagrados, nós tínhamos autores, porque, na verdade, nós tínhamos monumentos autorais. Tinha o Mário [Quintana], mas tu não tinhas uma vida intensa própria. Hoje, tu não tens um Erico, tu não tens um Mário Quintana, mas isso são circunstâncias determinadas por leis insondáveis, porque tem um gênio em um dado momento e em outro, não. A gente pode até ver as condições objetivas históricas que possibilitam a emergência dos gênios, mas, na verdade, tu não podes saber por que o Leonardo da Vinci tinha aquela coisa ou por que um Michelangelo surgiu. Tu podes até dizer: “Bom, naquela época, valorizava-se muito a pintura”. Mas existiram outras épocas em que se valoriza e não surge nenhum da Vinci.

Eu acho que, na época, tu tinhas essas figuras. Não posso dizer que não tinha uma certa vida literária. Mas, por exemplo, eu me lembro, eu fui à Feira do Livro em 1961 pela primeira vez, e tinha uma meia dúzia de bancas, meia dúzia de pessoas. Hoje, alguns calculam que dois milhões de indivíduos passam por ela. Não compram livros, necessariamente, mas passam por lá, o que já é uma reverência ao livro. Quer dizer, às vezes, até os livreiros se queixam, mas é uma reverência: o cara vai passar, mas vai passar, vai olhar, não é uma livrofobia que tu encontras em outras circunstâncias.

- E as demais áreas da cultura, como o teatro, a música e a dança?

Mas isso que vale para o teatro, acho que também começou a acontecer na dança. Porto Alegre sempre foi um relativo centro de dança, mas muito centrado na escola. Então, quando a escola apresentava um espetáculo, tinha um público. Cada escola apresentava, em geral, um, dois ou três espetáculos anuais. Hoje, a gente tem também atividade permanente. Abrindo o jornal, existem, no mínimo, dois, três ou quatro espetáculos de dança toda semana. A área das artes cênicas também constituiu o seu público.

Idem com a música. Eu me lembro do Lupicínio [Rodrigues]. Embora fosse um dos compositores mais tocados do Brasil, a gente o encontrava, como eu o vi, nos anos 1960, na Cidade Baixa, tocando por cerveja. Ele era bedel, teve que permanecer sempre como bedel da Ufrgs, funcionário do direito, para poder ter um salariozinho fixo mixuruca. E as pessoas pagavam cerveja e ele tocava de graça.

Hoje, tu tens também, na música, um sistema de curtição, que é muito interessante, porque é dividido por gêneros. Cada um tem o seu público. Tu tens, hoje, um gênero “popularesco”, do qual fazem parte duplas como o Enzo e Rodrigo. A cidade tem grupos sertanejos. E isso é uma característica muito especial de Porto Alegre. Tu tens aqui todos os tipos de músicas imagináveis e inimagináveis, algo que só acontece no Rio e em São Paulo. Aqui, tu tens um forte movimento roqueiro: Porto Alegre é a cidade mais roqueira do Brasil. Tu tens um movimento interessante, mas não muito valorizado, de samba, pagode e música popular. Entre esses, o samba sempre foi forte na cidade. Tem sambistas, como o Vilson Nei, que é o sambista que lota o Renascença. As pessoas que vão assisti-lo sabem decor todas as suas canções. E tu tens também um forte movimento da música tradicionalista, que, aqui em Porto Alegre, continua forte. Talvez tenha decaído um pouco, mas dela surgiram os grandes instrumentistas, como o Borghetti, o Borges, anteriormente, o Gaúcho da Fronteira, o Yamandú. A música regional já foi mais curtida em Porto Alegre. Tinha bares exclusivos, que só tocavam música regional. Mas eles deram lugar aos grupos “Tchê”, que fazem os bailões. Eles têm um visual que mescla gaúcho com roqueiro, pop com tradição. As canções têm uma mistura que lembra o vanerão, a música gauchesca, e têm uma pitada de temática de música sertaneja. É uma música híbrida e de grande apelo popular, que atrai milhares de pessoas.

Mas tu tens música erudita também. Porto Alegre é uma cidade importante nessa área, mas é verdade que não tem muito espaço para se apresentar. Tu tens a orquestra da PUC, tu tens a orquestra da Ulbra, que, na verdade, é de Porto Alegre. Tu tens a OSPA, sem contar os conjuntos que são de Câmara, que são muitos, e uma boa tradição de cantores de excelente nível. Este é o único ponto que ela caiu: tinha uma certa tradição de ópera em Porto Alegre. Havia uma época em que todo ano encenava-se uma ópera inteira aqui. Isso caiu, mas tem público.

Tem também um tipo de música ligada ao rock, mas é pop, feita, por exemplo, pelo Papas na Língua. Existe também o Chimarruts. Há também a tradição de jazz, há os

corais. Depois de Rio e São Paulo, Porto Alegre é a cidade que mais tem tradição de pequenos grupos de jazz.

Enquanto em outros estados se fica restrito a um estilo, Porto Alegre tem uma variedade infinita. Aqui, se tu precisares de um conjunto de maracatu, tu tens. Se tu precisas de um conjunto que toque tango, tem mais de um. Se tu precisas de um conjunto de chorinho, tu tens. Se tu precisas de um conjunto de pagode, tu tens dezenas.

Porto Alegre é uma cidade que tem bandas também. As bandas são ditas marciais, mas, na verdade, tocam música à base, principalmente, de sopro. Existe a Banda Municipal, que está muito bem dirigida por um maestro espetacular. A Banda do Colégio São João, que dá gosto, só toca aquelas músicas dançantes, Glen Muller. Existem, ainda, orquestras. Tem algo muito forte que são os bailes, uma série de conjuntos que animam bailes.

A música é muito variada. Ela é muito diversificada. Antes a gente tinha a Elis Regina, o Lupicínio. Mas, hoje, fazem sucesso também no eixo Rio-São Paulo Adriana Calcanhoto, Bebeto Alves, Antonio Villeroy, Yamandú, Kleiton e Kledir e Vitor Ramil. A música também criou o seu sistema, tem os seus ouvintes, tem o seu público. O Nei Lisboa é um sujeito que vive da música que produz. Tem muita gente que vive da música, então, se criou o sistema da música.

Nas artes plásticas, isso é um pouco menos. É um problema do mundo. É muito difícil alcançar o patamar de artista. Talvez, agora, nos últimos 10, 20 anos, em função das Bienais, tenha melhorado. As artes plásticas exigem um conhecimento. Música, tu pões um disco e ouves; literatura, tu pegas um livro e lê; enquanto as artes, tu até podes pegar uma reprodução, mas a percepção é mais difícil. A experiência da arte, até alguns anos atrás, era praticamente limitada ao porto-alegrense: tu só tinhas o antigo Margs [Museu de Arte do Rio Grande do Sul], com meia dúzia de obras. Mas, a despeito disso, temos artistas de renome, como Iberê [Camargo], Chico Stockinger, Danúbio, o grupo de Bagé, nossas Alices, Gutierrez, Magliani, uma expressionista gaúcha. Apesar das dificuldades, há o crescimento e a Bienal cumpre um papel importante. O Iberê [a Fundação Cultural Iberê Camargo] passou a ser uma referência arquitetônica da cidade. Porto Alegre saiu na frente na questão ambiental que diz respeito à cultura, mas não demorou muito para entrar na questão patrimonial. E, quando chegou, veio de maneira um pouco excessiva. Hoje, muita coisa está listada. Por exemplo, metade da Voluntários [da Pátria] está listada. Agora, tem a questão que o Sisa criou, e se tornou um referencial estético revolucionário na cidade. Essa questão de arquitetura resulta da falta de oportunidade de ter experiência estética. Se eu vou a Barcelona, a Paris, a Nova York, eu passo diante de um prédio e tenho a percepção de uma tendência - e isso é importante.

No cinema, ainda que a produção cinematográfica local seja numericamente, em termos absolutos, pequena, Porto Alegre tem, desde os verdes anos, uma produção contínua. Já existe um cinema gaúcho. Se pode falar no cinema rio-grandense, que é, em última instância, produzido em Porto Alegre. Às vezes, o cenário não é aqui, mas a produção é aqui. Contribuí muito este projeto da RBS, o das Histórias Curtas. Estão formando uma geração de gente capaz de manipular bem a câmera, de dirigir, seja para a televisão, seja para o cinema. Mas tem uma peculiaridade: Porto Alegre é a cidade que, na sua proporção, tem mais cinemas do país. Então, é um público acostumado, Porto Alegre gosta, mais do que qualquer cidade brasileira, de cinema. Aqui se tem o maior consumo per capita de cinema do Brasil. O cinema também faz parte de uma tradição.

E tu tens, por fim, o nativismo, essa festa cultural popular de grande expressão, e, de outro, o carnaval. Mas isso mostra também a diversidade de Porto Alegre, porque, no carnaval, tu tens um carnaval de bairro e tem, acima de tudo, um carnaval de escola de samba, que é o terceiro maior do país. Em termos de desfile de escolas de samba, só perde para Rio e São Paulo. Tu tens essa festa nativista, que mobiliza mais de um milhão de pessoas visitantes. É um negócio muito rico. Embora alguns porto-alegrenses tenham preconceito, eu mesmo acho que tinha preconceito, até que veio aqui uma diretora de teatro badaladíssima chamada Muchikin, criadora do Teatro de Soleil, que deu origem ao Circo de Soleil. Um cara que trabalhava com ela criou o Circo de Soleil. Ela é a bambambam do teatro mundial. E ela estava aqui no Porto Alegre em Cena e correspondeu exatamente à época do acampamento. Ela ia todos os dias para o acampamento. Ela ficou fissurada. Dizia que aquilo ali tinha uma energia vital: bebida, comida, música, alegria e sexo. Ela via aquelas chinas chegando, à noite, ali das imediações. Ela viu aquilo como uma coisa vital, primitiva, de grande força, de grande energia humana. Ela ficou encantada. Aí, eu pensei: “Mas é claro que é isso, a questão não é discutir se eles estão pela tradição do Rio Grande. Eles estão lá, é uma festa para eles. Tanto é que tem pessoas que tiram férias. Eu tenho funcionários que tiram férias para irem ao acampamento”.

Se não me escapou nada, o poder público atua forte no Carnaval, no Acampamento Farroupilha, no apoio à Feira do Livro, ao Porto Alegre em Cena. A Feira do Livro, na verdade, é organizado pela Câmara Rio-Grandense do Livro. Nos últimos anos, a Prefeitura começou a apoiar o evento.

Em 2007, foi feita uma pesquisa para saber qual a melhor secretaria. A da Cultura ficou em primeiro lugar. A gente sente um gostar de Porto Alegre. O caso típico é o Reveillon. O último foi o maior baile de todos os tempos. A Brigada Militar calculou em torno de 45 mil pessoas. No nosso trabalho, vamos atrás de um sentimento pré-existente e o potencializamos. Há uma sensação favorável do porto-alegrense. As melhorias na cidade também dão ao cidadão uma sensação positiva da sua cidade e ele vê a cultura como um elemento disso.

A mim não surpreende a avaliação dos porto-alegrenses em relação à cultura. Penso que, se essa pesquisa fosse feita quando a Prefeitura estava sob a administração de outro partido, o resultado seria o mesmo. Nós abrimos o atelier digital (atelier livre), o Teatro Elis Regina, a praça de esculturas, pintamos a Usina do Gasômetro. Estamos montando uma biblioteca pequena, com cerca de dois mil livros. Nós treinamos, damos computador, renovamos o acervo e fornecemos a verba para a manutenção.

Apêndice D – Luiz Alberto Carvalho Júnior

Entrevista com Luiz Alberto Carvalho Júnior, engenheiro florestal, Supervisor da SUPPJ (Supervisão de Praças, Parques e Jardins), da secretaria Municipal do Meio Ambiente, concedida à autora desta dissertação em 14 de abril de 2009, na sede da Secretaria de Meio Ambiente de Porto Alegre – duração do áudio: 37min

- Como explicarias o grau de satisfação dos porto-alegrenses em relação aos espaços de lazer?

As linhas políticas, no que diz respeito ao meio ambiente, foram seguidas. Hoje, Porto Alegre é conhecida como a capital das praças, a cidade mais arborizada do país, com 1,2 milhão de árvores, somente nos passeios, canteiros centrais e rótulas da cidade. Isso vem dos primórdios do planejamento do município de Porto Alegre e se encontra facilmente em livros de arquitetura. De acordo com a literatura e fotografias antigas, podemos observar que os plantios de árvores se intensificaram a partir da década de 1930.

Nas ruas de Porto Alegre são encontradas 173 espécies arbóreas. Dessas, 18 são predominantes. As mais comuns são extremosa e ligustro. Os bairros mais antigos são identificados pelo predomínio de uma espécie arbórea. No Centro e na Cidade Baixa, por exemplo, é o ligustro e no Bom Fim, o jacarandá.

As praças serviram como elemento essencial para a conformação dos bairros e ruas. Então, antes de ser um elemento ambiental, elas surgiram como elemento para auxiliar na arquitetura e na distribuição espacial dos bairros da cidade, das vias e das avenidas. As praças e os parques da cidade funcionaram da mesma maneira. Hoje, Porto Alegre possui 571 praças urbanizadas, o que significa que todas essas praças possuem projeto arquitetônico, equipamentos de lazer, equipamentos de ginástica e de atividades físicas. Enfim, normalmente, possuem uma estrutura que está adequada à demanda da comunidade que vive no entorno.

- E os parques? Como estão distribuídos?

Olhando-se, no mapa, a localização desses parques, nós vamos observar que eles estão relativamente bem distribuídos na cidade. Soma-se aos oito parques urbanos que nós temos aqui em Porto Alegre a orla do Guaíba, que também contribui de maneira fantástica.

- Qual a história da secretaria?

Porto Alegre possui a primeira Secretaria de Meio Ambiente do Brasil. O Estado nem pensava ainda no programa Siga ou no programa de habilitação de municípios para licenciamento ambiental, quando Porto Alegre, por si só, já possuía um convênio direto dando atribuição. A Secretaria tem 33 anos de existência, surgiu em 1976. Desde o começo havia essa preocupação, porque as praças, que no início serviam como um balizador, um elemento físico para ajudar na conformação de ruas e avenidas, passaram a ser um fator de importância no que diz respeito à questão ambiental. Sempre foi do porto-alegrense, por conta própria, levar árvores às praças, o que hoje nos traz um problema. Nós ainda temos cidadãos que plantam em praças e a gente procura orientar para que não faça isso, porque depende de espécie certa no local certo e pode gerar um conflito com equipamentos públicos ou privados.

Historicamente, a Secretaria priorizou a ampliação e a gestão de áreas verdes urbanas. A partir da década de 1990, ela se estruturou para promover políticas de proteção ao meio impactável e controlar as atividades impactantes. Atualmente, o trabalho de fiscalização da Smam está centrado no Licenciamento Ambiental.

Porto Alegre está intimamente ligada com as praças, parques e, no que diz respeito à questão ambiental, com o verde em geral e com o Guaíba. Nós temos conflitos históricos, como o da ONG Agapam, que nasceu em Porto Alegre e foi uma das primeiras ONGs brasileiras. Ela marca sua passagem com aquela foto histórica do cidadão que sobe numa árvore para ela não cair. Falando em dualismo e na formação do gaúcho, e principalmente do porto-alegrense, começa aí a questão daqueles que são totalmente progressistas, para quem os atos independem da conservação do meio ambiente e, por outro lado, outro extremo é o dos extremamente sectários, fundamentalistas, para quem é necessário manter a árvore não interessa o que tu queiras fazer.

A agente sabe que às vezes se perde tempo, se chama a atenção da mídia. Aqui no interior, nas áreas rurais de Porto Alegre, estão sendo cortadas árvores, tem manchas de florestas remanescentes que ainda possuem uma propriedade de conservação de um micro-ecossistema importante e se está lutando por uma árvore que às vezes é uma espécie exótica, que pode ser, sem dúvida nenhuma, compensada com o plantio de outras nativas.

Voltando à questão das praças. Porto Alegre, desde 1986, tem o projeto de adoção de praças, que intensifica a relação da sociedade com a cidade. Essa prática de adoção sempre existiu e tem se intensificado ao longo do tempo. Nós temos até uma praça e um parque que servem de símbolo dessa época. É um caso bem sucedido a Praça da Encol, pois mesmo que a Encol já não exista mais, foi adotada pelo Hospital Mãe de Deus. O Parcão, que é adotado pelo Hospital Moinhos de Vento e pelo Zaffari, que também é dessa época, serve como fotografia desse projeto bem sucedido. Além desses exemplos muito conhecidos, hoje, há também adoções não apenas por empresas e instituições grandes, mas por cooperativas, creches e até escolas.

- Qual a relação do porto-alegrense com a cidade?

O porto-alegrense é orgulhoso da cidade que tem. Contribui para isso, além de toda essa estrutura de praças e parques, o Anfiteatro Pôr-do-Sol, que é um prolongamento do Harmonia. O Acampamento Farroupilha retrata o crescimento: hoje não é mais uma semana, mas um mês, no qual o parque é todo loteado. Começou assim: as pessoas que vinham de fora colocavam barracas. Aos poucos, em vez de barracas, as pessoas começaram a botar costaneiras e galpões. A cada acampamento, aumenta o número de galpões. Hoje, a gente tenta botar um limite, pois isso tem impacto no parque. E mais: outros estados, outras cidades do país não entendem o acampamento. O Acampamento é realizado no Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, inaugurado no início da década de 1980. Ele já se chamou Porto dos Casais e Parque da Harmonia.

O único espaço público para receber shows, hoje, é o anfiteatro Pôr-do-Sol. Tínhamos o Araújo Vianna, que está parado faz algum tempo. A questão da área rural não pesa na avaliação que o porto-alegrense faz da cidade.

As pessoas que vivem na Zona Sul são diferentes das da Zona Norte, porque aquele tem um contato menor com a "selva de pedra". Na Zona Sul, não temos prédios altos, mas casas. A percepção de alguém que mora em uma casa, tem seu pátio e seu cachorro é diferente da de alguém que mora em um prédio e tem que descer

todos os dias para passear com o cachorro na coleira e com um saquinho para recolher os dejetos. Os diferentes tipos de ambientes e equipamentos compõem a percepção de lazer. Na Zona Sul, existem praias, como Ipanema, Lami e Guarujá. Temos área pra banho.

- Para finalizar, temos áreas de conservação na cidade?

Em Porto Alegre, existem três unidades de conservação municipal. No Brasil, a única reserva biológica em cidade é a do Lami. De acordo com a legislação federal, a Lei 9985, de 2000, estabelece dois tipos de categorias de áreas de conservação: a de proteção integral e a sustentável. Em Porto Alegre, temos três unidades de proteção integral. Uma é o Parque Saint'Hilaire, apesar de estar na categoria de proteção integral, possibilita lazer. A reserva biológica do Lami possibilita somente pesquisa científica e educação ambiental orientada. Ela visa 98% de preservação e 0,2% de pesquisa. A reserva do Lami foi criada com o objetivo de preservar a Efedra, uma trepadeira nativa. Já o Morro do Osso e o Saint'Hilaire são utilizados para o contato com a natureza e o lazer.

Apêndice E – João Bosco Vaz

Entrevista com João Bosco Vaz, secretário de Esporte de Porto Alegre, concedida à autora desta dissertação em 14 de abril de 2009, na sede da secretaria de Esporte, em Porto Alegre - duração do áudio: 34min

- Como podemos explicar a satisfação do porto-alegrense em relação ao esporte?

A satisfação do porto-alegrense em relação ao esporte e lazer tem origem no Serviço de Recreação Pública, criado em 1926, pelo professor Frederico Guilherme Gaelzer. Ele fundou as unidades recreativas: Alto da Bronze, Garibaldi, Jaime Telles (na avenida Bento Gonçalves), Florida e General Pinheiro Machado. A Florida e a Pinheiro Machado ficam na Farrapos. Na época, elas eram a periferia de Porto Alegre e tinham equipes de basquete e vôlei que disputavam os torneios municipais. Depois, surgiram as unidades Araribóia, Tamandaré, Alim Pedro, Guilherme Gaelzer e Tristezense. A recreação pública de Porto Alegre foi pioneira na América do Sul. A Alto da Bronze foi a primeira praça de recreação pública da cidade. Lá, oferecia-se, sem custo, esporte à população. Essa e outras praças deram origem aos “jardins de infância” e à Smed.

O SRP era ligado ao gabinete do prefeito e, depois passou a ser uma divisão subordinada à antiga Smed. A pasta de Esportes, Recreação e Lazer foi a última a ser fundada na cidade, em outubro de 1993, durante o governo Tarso Genro. Até alguns anos atrás, 90% dos atendimentos nos centros de esporte da Prefeitura eram feitos para crianças. A inclusão do idoso iniciou com as canchas de bocha. A primeira foi a Ramiro Souto, na Redenção, fundada, mais ou menos, em 1975. A segunda foi criada no IAPI.

- Como são desenvolvidas as atividades e quantas pessoas atingem as ações da secretaria?

Hoje, o SRP faz 125 mil atendimentos por mês, entre crianças e adolescentes. No Ginásio Tesourinha, por exemplo, as atividades são praticadas por 1.800 alunos por mês. 90% deles são carentes. O número de adultos e de pessoas na terceira idade aumentou muito se compararmos com alguns anos atrás. O índice de crianças diminuiu muito por causa da violência. Muitos pais têm medo de deixar seus filhos freqüentarem as atividades. Outra coisa é a aposentadoria. Hoje, uma pessoa que se aposenta com 50 anos recomeça a fazer esporte. Há alguns anos, uma pessoa de 50 anos morria pouco tempo depois de se aposentar. Então, a procura pela recreação, entre a população mais idosa, aumentou significativamente e movimentou as unidades. Os campeonatos municipais de bocha têm uma média de 600 atletas participantes. No Parque Araribóia, são atendidos 700 alunos por mês.

Existe também o ônibus brincalhão. Em comemoração ao Dia das Mães, em 2008, a gente fez uma ação na Redenção com cama elástica, piscina de bolas, perna de pau, oficina de flores e escalada. Os campeonatos municipais incluem o de bocha, de várzea, vôlei, basquete, futebol, futsal, atletismo, handball, xadrez, futebol de campo e todas as modalidades esportivas. Todos os eventos são abertos. A Maratona de Porto Alegre é apoiada pela Secretaria.

Durante a Semana de Porto Alegre de 2009, tiveram dez eventos. A Rústica de Porto Alegre teve 1.500 inscritos, o Campeonato de Xadrez, no Mercado Público, teve 200 participantes, a Regata Municipal teve 100 pessoas inscritas e o Campeonato de Futebol de Botão teve 50 inscritos. Tem um projeto, com duas mil crianças, que ensina futebol. Em cada escola há 70 alunos. O porto-alegrense tem dezenas - talvez centenas – de opções de lazer. O esporte cresceu tanto na cidade que foi preciso fazer a associação dos usuários dos centros para administrar melhor. Além dos eventos que a secretaria proporciona, ela ainda ajuda nos eventos que as comunidades organizam. Por exemplo: empresta e leva um palco para show, som e cama elástica. Apesar disso, há depredação. No Parcão, por exemplo, em quatro anos, foram trocados 18 chuveiros.

No Tesourinha, hoje, são oferecidas aulas das 7 às 22 horas. Lá, se pode praticar ginástica, caminhada orientada, dança e exercícios de academia. Tem também uma clínica de fisioterapia. São 15 profissionais envolvidos nas aulas do ginásio. As aulas de natação custam R\$ 20,00 por semestre e o pagamento não é obrigatório. Porém, 95% dos alunos paga a taxa. O Tesourinha dá retorno, pois todo o dinheiro arrecadado é aplicado lá mesmo.

Existem sete centros comunitários com piscina pública, cada um com 700, 800 alunos. No verão, cada uma das sete piscinas públicas recebe uma média de 1 mil visitantes diariamente, durante três meses. O tecido social abrangido por essas piscinas envolve os bairros Sarandi, Glória, Restinga, Cavahada, Medianeira e Vila Cruzeiro. São espaços construídos no governo Villela, há 40 anos.

- Qual a relação do esporte com a questão social?

O esporte é uma forma de inclusão social, resgata a auto-estima. Ele repete a vida: há choro, alegria, tensão, etc. A Secretaria atende 200 crianças carentes por mês: fornece alimentação e banho. Não é possível combater às drogas entre as crianças e adolescentes se não se oferecer esporte. O lazer, a recreação e o esporte são fundamentais. O caso da bocha, por exemplo. Joga o pai, a mãe e os filhos. No Tesourinha, o filho pode fazer um esporte e a mãe, outro. O que motiva a Secretaria a melhorar são exemplos como o de um menino que fazia atletismo na Sogipa e, por mérito, ganhou uma bolsa integral no Colégio Pastor Dohms. O Grêmio escolheu um menino das escolinhas de futebol da Prefeitura para jogar nas categorias de base do time. Ofereceu um lugar para sua família morar e emprego para a mãe dele.

Apêndice F – Marinon Porto

Entrevista com Marinon Porto, Secretário de Saúde substituto, concedida à autora desta dissertação na secretaria de Saúde de Porto Alegre em 15 de abril de 2009 – duração do áudio: 50min

- Como avalia o resultado da pesquisa?

Eu não sei se essa pesquisa [a utilizada na dissertação] não é dogma. Eu tenho uma pesquisa da Solus (terceirizada que administra 95 postos de saúde da família, que corresponde a um universo de cerca de 4 mil pessoas assistidas) que demonstra que o resultado é diferente: mostra que a avaliação da população em relação à saúde nesta gestão municipal é boa. Há também outra pesquisa realizada pelo Ibope [Instituto Brasileiro de Opinião e Pesquisa] a pedido da Prefeitura. Ela demonstra que a satisfação em relação à área da saúde é boa.

Na saúde, há uma mensuração objetiva, que são os indicadores de saúde, e isso é resultado. Os números de saúde do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre têm gradativamente melhorado. O indicador mais representativo é o da mortalidade infantil. Em Porto Alegre, é de 11,6 óbitos a cada um mil nascidos vivos. Há 30 anos, eram 25 ou 30 óbitos a cada um mil nascimento em que o bebê sobrevivia. O índice melhorou, pois, hoje, toda gestante do SUS [Sistema Único de Saúde] tem direito a sete consultas pré-natal durante a gravidez. Isso, há 30 anos, somente as pessoas que possuíam recursos podiam fazer. Hoje, há uma intensa campanha para que se acompanhe o bebê desde o momento em que foi descoberta a gravidez. Existem mais UTIs [Unidades de Tratamento Intensivo] neonatais, para bebês que nascem em situação de risco. A mortalidade infantil mede também saneamento, o destino dos dejetos e da água. Se abrirmos os jornais, haverá muitas reclamações em relação à saúde. Se chegarmos na fila de um posto e perguntarmos, certamente existirão queixas. Porém, se verificarmos a mortalidade infantil em Porto Alegre, todos os anos ela está caindo.

De outra sorte, outro indicador de saúde muito importante e objetivo é a expectativa de vida. Ela tem aumentado gradativamente na cidade e no Rio Grande do Sul. Essas estatísticas existem e são medidas pelo IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística], pela Secretaria de Saúde. Desde 1970, a Secretaria Estadual de Saúde publica um anuário estatístico.

Como se pode dizer que a saúde está muito mal, se as pessoas estão vivendo mais, por exemplo? Nos países desenvolvidos, há diversos condicionantes da saúde (como lazer e habitação, por exemplo) que são melhores se comparados aos do Brasil. Mas, lá, as pessoas também morrem. A diferença são as causas: de câncer, doenças ligadas ao sistema circulatório e de questões mais naturais. No Brasil, em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul, o perfil epidemiológico mudou. Antes da década de 1970, morria-se muito de doenças infecciosas. No verão, as gastroenterites eram clássicas. As crianças morriam muito de diarreia. Hoje, esse tipo de mortalidade decresceu muito, pois as condições de saúde – e principalmente a educação para a saúde – melhoraram muito. Hoje, estamos morrendo de doenças de Primeiro Mundo. As doenças “evitáveis” estão sendo combatidas. A cobertura vacinal hoje é muito grande. Não se morre mais de varíola, sarampo ou paralisia infantil, por exemplo. A vacinação contra o influenza (gripe) é importante para a

população idosa. As internações diminuíram drasticamente depois do início da vacinação.

- Como evoluiu historicamente a questão da saúde em Porto Alegre?

Quem tinha condições financeiras, até uns anos atrás, empregava-as na saúde. Utilizava o Hospital Moinhos de Vento, tinha o médico da família e atendimentos médicos de aposentadoria privada. Mas o meio mais humilde adoecia, vendia o que tinha e, até que pudesse, tratava-se. Na década de 1960, as pessoas ligadas à saúde começaram a questionar o sistema de saúde brasileiro, que privilegiava quem tinha mais. Isso foi o embrião do SUS, que, antes, recebia outras denominações, como SUDS [Sistema Único e Descentralizado de Saúde]. Eu, por exemplo, estava no estado. A Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul se encarregava, principalmente, de prevenção e acompanhamento de doenças, como tuberculose, hanseníase, etc. O atendimento em hospitais e consultas era de responsabilidade do Inamps [Instituto Nacional de Previdência Social]. Existia também o INPS [Instituto Nacional de Previdência Social]. Então, começou-se a questionar a razão de haver duas instituições. Surgiu a idéia de integrá-las. Porém, as culturas das instituições eram muito diferentes, os salários eram muito diferentes. Criaram-se, então, as Ações Integradas de Saúde. Os funcionários do Inamps e do INPS sentavam para discutir o que cada um faria. Isso desembocou no SUS. Quando ele começou a se consolidar, entra uma questão que considero chave. Os nossos constituintes – da Constituição de 1988 – registraram e divulgaram que a saúde era um direito do cidadão e um dever do Estado. O que é isso? Saúde de qualidade para todos. Até então, as pessoas estavam quietas, em seus cantos, pensando: “Eu não tenho direito mesmo, eu sou pobre!”. Aí, lhe disseram: “Tu tens direito, vai a um posto de saúde que tu consegues”. Depois cresceram: “Não tens dinheiro para os remédios? Vai ao Judiciário, pega uma ordem judicial e terão que te dar o medicamento de graça”.

Criou-se uma expectativa muito grande na população. Claro que não é só isso. Porém, as necessidades da população sempre estão acima da capacidade do gestor. Na Europa, existem queixas na área da saúde. É esse jogo que vai aprimorando a qualidade. Em outros países, na França, por exemplo, a pessoa pode fazer uma cirurgia eletiva (quando não corre perigo de morte). Pode marcá-la para depois de seis meses que fé a consulta. Na Dinamarca, o governo, se a pessoa não quer esperar seis meses, dá uma ajuda de custo para que o cidadão faça a cirurgia na hora, na Alemanha. Tem um jogo de pressão que aprimora a qualidade. Mas, aqui, há um grau de insatisfação que, muitas vezes, é decorrente disso.

Se a pessoa precisa de um medicamento que o vizinho tem e pelo qual não precisou pagar, ela também vai querer. Se precisar, vai em busca de uma ordem judicial. Depois de consegui-la, vai em uma farmácia do Estado e reclama porque teve que esperar quatro horas na fila. Isso é do ser humano. A população fica descontente, pois sabe que tem direito.

Meu vizinho disse que a mãe, de Cidreira, precisou do Pronto-socorro de Porto Alegre, pois quebrou o colo do fêmur. Ele constatou que o hospital estava ruim. Perguntei o porquê. Ele respondeu que faltam alguns materiais e que os funcionários comentavam os problemas. Questionei a razão pela qual não atenderam a mãe dele em Cidreira. Ele deu a resposta que o médico havia lhe dado.

Porém, o médico não quis atender à senhora em Cidreira, pois recebe R\$ 200,00 ou R\$ 300,00 do SUS pela cirurgia. E o médico terá que “casar” com essa paciente, pois essa cirurgia não é daquelas em que se realiza o procedimento e o

doente pode ir para casa. Então, eles mandam para Porto Alegre. E o Pronto-socorro está aberto 24 horas por dia, todos os dias, 365 dias por ano. A pessoa chega e é atendida. Atende-se 200 mil pessoas no Pronto-socorro por ano. Alguém vai ficar descontente. De repente, a enfermeira não estava muito disposta aquele dia, estava um pouco cansada, pois aconteceu uma coisa e outra. Nós somos seres humanos. Mas a maioria das pessoas sabe que lá tem bom atendimento. Atende-se, por dia, uma média de 1 mil a 3 mil pessoas no HPS. O grau de insatisfação decorre, em grande parte, do fato de as pessoas sentirem que têm o direito. Não quero dizer, porém, que elas não têm direito.

- Consegues fazer alguma relação com o Uruguai?

No Uruguai, que é pequeno, é possível ter um sistema de saúde centralizado. No Brasil, não. Nós já tivemos essa experiência uma vez, até 1980, quando se iniciou o processo de municipalização da saúde. A administração de Porto Alegre assinou, em 1994, o documento de municipalização da área. Mas, na prática, o que o município assumiu na época foi a vigilância sanitária. Os 70 postos de saúde que a cidade tinha eram administrados pelo estado. Os hospitais continuaram federais por algum tempo. Em 1996, aconteceu a municipalização plena, quando o estado repassou todos os postos de saúde e os profissionais e os recursos do Ministério. De um salto só, foram assumidos 80 ou 90 postos. Logo depois, o Hospital Presidente Vargas. A Prefeitura não estava aparelhada para tamanha responsabilidade. Todo o processo se deu sob o manto da Constituição de 1988, que faculta aos municípios a gestão plena da saúde.

Muitas vezes, ocorrem parcerias com o estado ou com o governo federal. À época da municipalização, somente grandes municípios, como Santa Maria e Caxias do Sul, geriam a área da saúde. Nos demais, era de responsabilidade do estado. No Norte e Nordeste pobre do Brasil, dependia da União, através de uma fundação.

Alguém com olhos mais históricos vê que há um belíssimo crescimento na área da saúde. Não são somente os médicos, os remédios e os hospitais que melhoraram os indicadores, mas também o saneamento, a alimentação, etc. Hoje, as pessoas sabem se alimentar melhor, por exemplo. Há campanhas conscientizando sobre o fumo, o uso de camisinha. Temos percalços também. A tuberculose estava sob controle. Com o advento da Aids, cresceu o número de infectados, pois o HIV baixa as defesas do organismo e doenças se instalam mais facilmente. A febre amarela estava erradicada desde a de 1940. Mas isso faz parte do jogo. Não é possível exterminar um mosquito que vive dentro da mata. Com a dengue, é diferente: o mosquito é urbano. É uma vitória enorme da população e da saúde não termos casos de dengue em Porto Alegre.

Comparativamente com outras capitais, o coeficiente de mortalidade infantil de Porto Alegre é o menor – estamos perto de menos de um dígito de óbitos por cada um mil nascimentos. Pode existir outra capital do Brasil com uma expectativa de vida mais alta, mas nossa cidade está bem colocada nesse ranking. Os indicadores ruins de Porto Alegre são o da tuberculose, no qual somos a terceira capital com os piores índices. Isso tem me incomodado. Algumas zonas são piores. Uma delas é a do Partenon. Temos problema também em relação aos moradores de rua e os presidiários. Porém, se olharmos um conjunto, Porto Alegre tem uma das melhores condições de saúde do país. Aids também nos aflige. O sistema de saúde mental chega a ser criminoso desde que foi implantada a reforma psiquiátrica. Mas os convênios com o Mãe de Deus e com a Ulbra beneficiaram a área.

Os registros de saúde (notificação compulsória, acompanhamento epidemiológico) são fiéis desde a década de 1960, quando se implantou uma política para isso. Estão sempre atualizados. O sistema de informação é muito bom. Por isso é que estamos bem. Saúde é prioridade no palanque. Mas, como tudo na vida, a saúde se mede pelos recursos destinados a ela. Existe o preceito constitucional que o município deve investir, pelo menos, 15% da receita em saúde. Porém, Porto Alegre destina mais recursos do que isso – cerca de quase 20%.

A Emenda Constitucional 29 tem que delimitar quais os valores e o que é saúde. É difícil definir o que é saúde. Moradia é saúde, saneamento básico é saúde. O estado, em 2008, gastou entre 6 e 7% da verba com a área, enquanto deveria gastar 12%. Segundo a Lei, a União deve despende 10% de seus recursos para a saúde. Porém, o governo federal inventou outro sistema: para a saúde, deveriam ir os recursos iguais aos do ano anterior somados a uma determinada porcentagem. Mas a discussão sobre esse projeto ainda existe. A partir dessa proposta, começaram a ser misturados os recursos da saúde e da seguridade social.

O Programa de Saúde da Família foi lançado, no Rio Grande do Sul, em 1999 ou 2000. Porto Alegre demorou a aderir à proposta. Diz-se que o PT não gostava desse programa. Quando o governo Fogaça assumiu, eram 65 PSFs. Desses, 35 tinham médico. Hoje, existem 95 equipes com médicos. 207 seria o número ideal de PSFs para o município, pois abrangeria 50% da população e receberíamos mais recursos para a área. Esse número é uma meta para a atual administração. O forte da saúde é a prevenção. Se se administra vacina contra a gripe, a pessoa não adoece, não precisa de internação, não precisa de medicamentos e não sofre. O estado saiu de uma crise forte e está melhorando as condições aos poucos. O objetivo, agora, é aprovar a Emenda 29, que estabelece os percentuais que devem ser investidos e relata o que é exatamente a saúde.

No Brasil, aplica-se muito pouco (não somente pouco, muito pouco) em saúde. Não podemos comparar com Suécia e Canadá, por exemplo. O problema é que investimos menos que a Argentina e o Chile. As pessoas não estão satisfeitas, pois, naturalmente, têm uma expectativa muito maior. O posto é feio, não há todos os medicamentos, os médicos atendem às vezes, fecha às 18 horas. O nosso obstáculo é o recurso financeiro – se repassarem mais, é possível fazer mais.

Apêndice G – Ivair Maynard

Entrevista com Ivair Maynard, vice-presidente da Asdep (Associação dos Delegados de Polícia do Rio Grande do Sul), concedida à autora desta dissertação em 17 de abril de 2009, na sede da Asdep, em Porto Alegre – duração do áudio: 2h55min

- Podes contar um pouco da história da segurança pública no Brasil e no Estado?

A Polícia Civil surgiu no Brasil com a criação do cargo de Intendente Geral de Polícia. No Rio Grande do Sul, a Polícia Civil foi fundada em 1896. Foi criado o órgão, mas sem uma estrutura. Havia um chefe de polícia, as delegacias de cada cidade. Porto Alegre tinha diversas delegacias. Lá, os delegados eram nomeados pelo comandante do Estado, sem precisar prestar concurso. Só se começa a ouvir falar em força policial lá pela década de 1920, com os capitães de mato, os coronéis, que tinham suas milícias. O delegado chega no bar, bate em dois ou três cidadãos e os leva presos por um ou dois dias para servirem de exemplo. Era uma polícia truculenta e a serviço dos coronéis. A Brigada Militar não fazia policiamento de rua. Era uma força quartelada do governo que servia para defender as fronteiras do estado.

Não há como dissociar a questão sociológica da econômica. Na década de 1920, o poder econômico influenciava diretamente o Judiciário e as polícias. Eram os coronéis quem mandavam. A polícia era levada pelos interesses desses coronéis. Nessa época, menos de um quarto da população vivia nas cidades.

A depressão de 1930 afetou o mundo todo. Começou o populismo. O rádio dava as informações que o governo pretendia. De 1930 a 1950, tivemos uma série de mudanças. Surgiu a legislação trabalhista. Houve a Segunda Guerra Mundial, que também mexeu com a estrutura fundiária do país. Muitas pessoas chegavam por causa dos conflitos e essas pessoas precisavam trabalhar. Investir em agricultura e pecuária seria muito demorado. Então, o país seguiu o rumo da industrialização. O que motivou ao êxodo rural que criou bolsões nas cidades grandes.

Depois de 1950, o Brasil voltou-se para o mercado internacional e à captação de capital estrangeiro. Tivemos um boom. Veio para o Brasil a indústria automobilística. Foi o período de maior explosão econômica que o país teve. Tivemos uma lei que foi o primeiro instrumento de organização da polícia civil. Dividiu em delegacias, departamentos e por atividades. Criou a Escola de Polícia e uma estrutura que a polícia não tinha. Foi uma forma inicial da organização que conhecemos hoje. A Brigada Militar apoiou Leonel Brizola na campanha da Legalidade.

Também foi importante, na década de 1950, o surgimento da questão da terra. Morrem os pais e como fica a situação da terra? O operário rural é uma pessoa altamente qualificada, mas somente na zona rural. Quando ele vem para a cidade, não tem qualificação nenhuma. Aí, o que acontece é que ele fica desempregado e vai morar com um parente em uma vila. Isso se torna um processo social com profunda influência na segurança pública.

- E durante a Ditadura?

Até 1964, havia guardas civis, que foram substituídos pela Brigada Militar. A visão do policial é de um cidadão que cometeu um crime e precisa ser penalizado por isso. Para o Exército, é um inimigo que precisa ser destruído. De um lado, tinha a polícia. De outro, a sociedade. Durante a Ditadura, a Brigada Militar substituiu a Guarda Civil, porque os militares fizeram uma soma e viram que o exército de civis era maior do que o que eles tinham na mão. Então, procuraram desestabilizar pra não haver uma força armada maior que a deles.

De 1964 em diante, a migração da zona rural para a urbana foi contida “na marra”, porque os governos ditos revolucionários transformavam qualquer questão social em algo político por causa da Ditadura. O assalto a banco era tido como crime de segurança nacional. As celas das cadeias das delegacias estavam cheias de presos que não deveriam estar ali. E promotores e juízes sabiam, mas era uma época de exceção. Aquilo funcionava como uma panela de pressão. Não existiam leis. Elas eram feitas pelos comandantes do momento. A polícia da época era autorizada a trabalhar fora das normas legais normais.

Durante a Ditadura, havia a polícia política e a polícia propriamente dita. Para a polícia política, não havia hábeas corpus. Para a polícia propriamente dita, sim. O sistema de segurança pública do país deixou de ser da sociedade e passou a ser do Estado. Os órgãos de repressão política eram os mais bem equipados da polícia. Hoje, ainda se paga um preço por isso: muitos policiais que entraram na época ficaram com a idéia de que a polícia serve para dar segurança ao Estado e não ao cidadão, como está escrito na Constituição.

Quando houve a abertura política, as forças policiais estavam desacostumadas a alguns rigores legais, não estavam preparadas para a volta da democracia e ficaram estigmatizadas. Antes da Constituição, qualquer autoridade policial tinha o poder de busca e apreensão domiciliar. Com a redemocratização, só com autorização judicial. Essa decisão travou uma série de investigações da polícia.

Houve uma abertura e as pessoas passaram a poder falar o que quisessem. A imprensa noticiou todos os defeitos do órgão. Os governos tinham vergonha de investir em segurança pública, porque a instituição estava estigmatizada. Foi como se a polícia tivesse feito a Ditadura. Então, de 1985 em diante, governo que gastasse em segurança pública era estigmatizado pela oposição. E era preciso se reeleger. Foram nessa época os menores investimentos em número de pessoal, viaturas e treinamento. E, enquanto não se investia, a criminalidade crescia.

- Quais as principais razões dos índices de criminalidade hoje serem tão altos?

Já se dizia há 20 anos que perderíamos a guerra contra as drogas. Na década de 1970, os Estados Unidos tinham em torno de 20 milhões de usuários cadastrados – somente os cadastrados. O Brasil, no mesmo período, tinha um número perto de zero. Nos Estados Unidos, fez-se uma campanha intensa contra o uso de cocaína. Isso comprimiu o consumo lá e jogou a droga para a América Latina e para a Europa. Antes, a Europa tinha heroína, mas cocaína ainda não era popular. Ao mesmo tempo em que a polícia se desorganizou, ela não se preparou para o combate ao uso de drogas. A sociedade não se preparou para manter um homem no campo, com assistência técnica e tudo o que ele precisa. Em razão disso, surgiram movimentos, como o MST, de forma até um pouco violenta. Alguns setores da sociedade, da política e da polícia criminalizaram esses movimentos. Existe um processo histórico – tudo o que acontece hoje era previsível. Eu acreditava nas Farc. Elas eram movimentos sociais legítimos, mas se transformaram em traficantes de cocaína.

Muito pela questão do êxodo rural, surgiram pólos de violência, como Caxias do Sul, Santa Maria, Passo Fundo, Alvorada e Porto Alegre. Então, surgiram policiólogos. A alta criminalidade sempre existiu. Existem crimes econômicos de alta sofisticação, como quando é remarcado o preço do arroz, por exemplo. Se ele aumenta R\$ 1,00, isso vai tornar a população pobre mais pobre ainda e contribuir para a criminalidade. Acontece de forma muito sutil e não era tratado pela polícia. Somente de uns anos para cá vem sendo combatido.

Cada vez mais, aumentam-se as penas. A de tráfico de drogas passou de 3 a 8 anos para de 5 a 15 anos. O aumento da pena, por si só, não resolve o problema da criminalidade. A segurança pública, na verdade, é um sistema: as Polícias Civil e Militar, o Ministério Público, o Judiciário, o Juiz de Execução Penal e a Autoridade Penitenciária. Esse é o sistema. O Ministério Público e o Judiciário estão bem aparelhados e a Polícia, não. Os presídios estão em condições precárias e não atendem à demanda. Por isso, quebrou-se um sistema que funcionava, emperrou. O que adianta aumentar a pena se não tem presídio?

Somos um país onde, durante anos, não se construiu escolas nem presídios. O projeto do Darcy Ribeiro, regulamentado pelo Brizola, do Ciep era fantástico! A criança ficava em turno integral na escola. Tinha dentista e praticava esporte. Se se tivesse construído Ciep em número suficiente, teríamos as crianças, que hoje ficam na rua, nas escolas. Hoje, uma criança aprende a ótica do irmão, que pode estar envolvido com drogas e crimes, e não a da professora. Até pouco tempo atrás, a professora era respeitada. Hoje, ela pode ser espancada na escola.

Apêndice H – Cleci Jurach

Entrevista com Cleci Jurach, secretária de Educação, concedida à autora desta dissertação em 29 de abril de 2009, na sede da Secretaria de Educação de Porto Alegre – duração do áudio: 51min

- Como é constituída a rede municipal de ensino? Como avalia o serviço de ensino oferecido à população?

A rede municipal de educação possui 94 escolas e atende em torno de 155 mil alunos. Em Porto Alegre, a rede estadual é composta de 255 escolas, o que resulta na assistência de 200 mil alunos. O que se confunde muito, quando se fala em escola pública em Porto Alegre, é o que é Estado e o que é município. Ao longo dos anos, o município absteve-se de construir escolas para administrar: ele construía escolas em seus terrenos e as repassava ao estado. A maioria das 255 escolas estaduais de Porto Alegre decorre dessa prática: o terreno e o prédio são do município, mas a gestão é do estado. Isso, hoje, não acontece mais.

O município tem melhorado a qualidade da educação e das suas escolas, tanto da oferta quanto da formação dos professores. O Estado, pela deficiência e por ter que atender a um universo bem maior, enfrenta dificuldades financeiras. Por essa razão, existem muitas escolas estaduais sucateadas, que não é o caso do município. Porto Alegre paga aos professores um dos melhores salários do país. Existe plano de carreira e a formação do corpo docente é sistêmica e periódica e envolve convidados locais, nacionais e internacionais.

- O que diz a lei sobre o regulamento do ensino no Brasil?

A Constituição define que o Ensino Infantil é prioritariamente do município, o (ensino) Fundamental é de atribuição do município, mas pode ser compartilhado com o Estado e o Médio é somente de competência do Estado. É a partir da nova Constituição que se pode ter um olhar mínimo de definições, mas, mesmo assim, em Porto Alegre, isso se perde. E no momento em que isso foi definido, algumas escolas tiveram de ser passadas para o município, mas a administração do Estado nunca sentou conosco para conversar sobre o assunto, porque descaracterizaria as escolas estaduais dentro de Porto Alegre. Outro ponto a respeito da municipalização é a Lei do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação): o Estado passa a não receber mais o repasse de verbas federais, se entrega a escola para o município administrar.

Essa situação - de a população de Porto Alegre ainda dizer que o ensino público não é o ideal - é uma percepção confusa, pois, no ensino público, não se sabe o que é do Estado e o que é do município.

Um professor municipal de início de carreira que trabalha 20 horas semanais ganha R\$ 1.800,00. Um professor do Estado com 40 horas por semana tem um salário, quando se aposenta, em torno de R\$ 1.800,00. 95% dos professores municipais têm formação acadêmica superior ao ingresso na carreira. Muitos cursaram uma pós-graduação, mestrado ou doutorado. É prática do município fazer formações pedagógicas, tanto que se chegou ao nível de ter contatos internacionais. Todas as 94 escolas do município têm laboratório de informática com banda larga, disponível ao aluno. O acervo bibliográfico é enorme. A manutenção das escolas se

faz permanentemente. Algumas deixam a desejar, mas estamos tentando resgatar isso. Até porque o nosso repasse de verbas é bimensal e alto. As nossas escolas, de dois em dois meses, ganham mais de R\$ 9 mil para manter as suas demandas. Recursos, nós temos. Não é a situação do Estado. A mesma escola, vizinha da nossa, está caindo, a direção não tem recursos para manter, não tem laboratório de informática e o professor normalmente é contratado e não terminou a faculdade ainda. Como isso passa para o público?

- E o sistema de ciclos?

Não vou dizer que o município não tenha problemas, pois, com tudo isso, nossos índices de Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) são baixos, mais baixos que os das escolas do Estado. Isso tem a ver com o sistema de ciclos. Eles têm que ser revistos! É uma lei. A lei tem que ser mudada. Para isso, as direções das escolas precisam querer mudar e isso é uma questão política.

O sistema de ciclos é uma defesa ideológica. Minas Gerais, por exemplo, utiliza o sistema de ciclos, mas somente nas séries iniciais. Isso é mais lógico, pois não é possível avaliar um aluno de 6 anos e fazê-lo reprovar porque não atingiu determinados objetivos, mas não se pode ser obrigado a ser complacente nas avaliações de alunos de quinta série. O que se aceita hoje é um sistema misto, no qual, nas últimas séries, o aluno ficaria em dependência nas disciplinas que não atingiu a nota para passar para a série seguinte.

Eu não sei de que forma o professor está se impondo com o aluno e por que o aluno não está entendendo o que o professor fala. O ser humano evolui à medida que supera seus desafios. O aluno vem com dificuldades e o professor o ajuda. Porém, se o aluno sabe que sua aprovação está garantida, por que vai se esforçar? Se não houver estrutura familiar, ele também não tem incentivo para estudar.

Os professores com vínculo de 20 horas semanais trabalham 16 horas em sala de aula e 4 ficam para corrigir trabalhos e provas e preparar aulas. Ao longo dos 16 anos anteriores aos da gestão do Fogaça, os profissionais que atendiam ao primeiro ciclo, ou seja, primeira, segunda e terceira séries, ficavam somente três dias por semana com o aluno. Os dois dias restantes eram preenchidos com os professores de educação física e artística. Esse tempo não é suficiente para criar vínculo do professor, que precisa alfabetizar, com as crianças. Eles precisam de uma referência: o que eles chamam de "tia". Isso é um outro complicador. Eu não tiro muito da mística dos pais que dizem que há deficiências no ensino público em Porto Alegre. Mais: sabemos que a mídia trabalhou muito em cima do negativismo dos ciclos. O professor da rede municipal se preocupa muito na sua formação e se esquece que tudo o que ele aprende é para o aluno. Essa realidade é gritante: o professor do município tem uma noção de empáfia e de direitos e deveres pessoais. No Estado, as relações são humanizadas. No município, são estritamente profissionais.

Uma das cobranças em relação aos alunos do município é que eles não sabem ler nem escrever. Isso se nota no momento em que o aluno é transferido para uma escola estadual. É preciso levar em conta que a maioria dos alunos que concluiu o Ensino Fundamental em escola municipal vai procurar a rede estadual para cursar o Médio. As relações são muito diferentes, o aluno não consegue acompanhar e acaba sendo somado aos índices de evasão. Para nós, professores, qual a satisfação de ter o nosso trabalho avaliado dessa maneira? Estamos movendo esforços com orientações em separado com os alfabetizadores e com as direções, para que haja conscientização do papel do professor.

Os ciclos existem há 20 anos. Porto Alegre possui um sistema próprio: há o Conselho Municipal de Educação. Não é necessário reportar-se ao Conselho Estadual.

A partir do momento em que a Constituição estabeleceu os índices que os governos municipais e estaduais deveriam destinar à educação, a relação mudou e, em nível nacional, a educação tem recebido verbas de uma maneira diferenciada - para mais. O MEC tem desenvolvido algumas ações que até então ele não desenvolvia. Pra nós, é muito complicado ouvir dizer: "eu preciso que a creche comunitária seja legalizada para receber verba do Fundeb". Ela jamais vai receber verba do Fundeb, pois, apesar de o Rio Grande do Sul contribuir para o Fundo, o número de alunos é inferior ao do Nordeste, por exemplo. Então, a nossa cota por aluno (o que se investe por aluno) é sempre superior ao que o MEC estabelece para ele suplementar. Um aluno do município custa R\$ 2.400,00. O MEC estabeleceu, no início do ano, o valor de R\$ 1.400,00 por aluno. Então, nós nunca recebemos o complemento do MEC, pois estamos além do que foi determinado.

O MEC determinou que todas as escolas do Brasil tenham banda larga. Porém, Porto Alegre já tem essa proposta há três anos. Ao não aderir ao programa federal, a conotação fica distorcida. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) não mudou significativamente. Somente serviu para estabelecer parâmetros nacionais, pois eles já existiam em nível regional. Mais uma vez, ficou aquém do que se tinha aqui.

Já tivemos uma caminhada de matriz positivista, mas estamos começando a deixar a desejar. Estamos perdendo para Goiânia, por exemplo, e outros municípios bem menores que o nosso. Isso porque o Rio Grande do Sul tem uma história bem mais antiga que capitais novas. Essa história, se não for alimentada, sua tendência é sofrer com as avaliações que estão sendo apresentadas. Temos que nos preparar para essas avaliações como todo outro estado. Hoje, no Ideb, Porto Alegre está classificada em 14º lugar (atrás de capitais do Nordeste e de estados pequenos). O Rio Grande do Sul também está nessa situação. Os melhores níveis de educação hoje são de Santa Catarina (e não mais RS e Paraná), que é um estado novo e que fez uma reforma educacional bem expressiva. Ele implementou avaliações também dos professores e agora eles trabalham por mérito.

Temos uma chaga no sistema público que se chama direito adquirido. No momento em que tu adquires um cargo de direção, por exemplo, não existem mais objetivos, pois o patamar mais alto já foi atingido. É a mesma relação do ensino por ciclos, em que o aluno sempre passa. Os processos se vulgarizaram nos 16 anos de administração do PT.

- Quantas escolas o município são de responsabilidade do município atualmente?

Até 1997, o município dispunha de 34 escolas. Hoje, existem 54 escolas municipais de Ensino Fundamental completo (esse número cresceu nos últimos 10 anos). 33 são de Ensino Infantil. São mais sete jardins de praça, que não se pode considerar escola. São instituições antiqüíssimas, nas praças do município, que atendem crianças de 0 a 6 anos, mas são universos de 100, 120 alunos, no máximo.

Nos últimos anos, tirou-se o cunho ideológico dos concursos. No último, não se forneceu a bibliografia, apenas sugestões. Aí, vieram reclamações porque não havia obrigatoriedade de se ler determinados autores. Porém, a seleção foi boa.

Não existem estatísticas e ninguém está preocupado com isso. Existe um universo de pesquisa muito grande. Por exemplo, não se sabe a diferença entre o

desenvolvimento escolar de um aluno que veio do Ensino Infantil e de um que inicia sua vida escolar direto no Ensino Fundamental.

Levou-se 100 anos para universalizar o Ensino Fundamental (dos 6 aos 14 anos, em média) no Brasil. Hoje, o programa “Todos pela Educação” estabelece que, até 2022, nós tenhamos universalizado a educação dos 4 aos 17 anos. Para a rede municipal de Porto Alegre, o “Bolsa Família” é uma maneira de manter os alunos na escola.

Em Porto Alegre, não existe problema de matrícula. O aluno pode matricular-se onde precisar, pois há vagas. A alma da escola é a direção. Se a direção tem postura e está imbuída em fazer a diferença, aquela escola vai dar certo e seus alunos serão os que farão a diferença. A direção consegue fazer com que o professor se engaje e traga a comunidade para dentro da escola. Faz algum tempo que as direções das escolas de Porto Alegre não se reúnem para discutir propostas, objetivos e metas alcançadas. Assim, não se formam relações. A exceção é o grupo da Restinga, que criou um sistema de trocas. Não é possível que o município, com melhor estrutura física, formação de professores e mais recursos tenha um desempenho pior que o do estado. Muitas direções têm dificuldades de gerenciamento financeiro. Existem escolas com R\$ 170 mil na conta que pedem pra trocar uma tomada. O estado faz rifa, mas consegue gerir, pois a dificuldade faz com que se formem bons administradores. E isso gera capital social. Nós estamos em áreas de risco, “jorra” dinheiro e eles não conseguem fazer a ligação entre a comunidade e a escola. Isso não cria identidade, não existe rede. Falta humanização na escola municipal. Sabe onde se encontra afeto na escola municipal? Nas escolas especiais!

Apêndice I – Ope Pasquet

Entrevista concedida à autora desta dissertação em 9 de dezembro de 2008, em seu escritório de advocacia – duração do áudio: 1h20min

Ope Pasquet é advogado de formação e ativista do Partido Colorado. É integrante de uma geração de jovens políticos que iniciaram como opositores da ditadura cívico-militar de 1973-1985. Pasquet foi nomeado subsecretario de Relaciones Exteriores em 1985. Em 2003 fundou o setor Batllismo Abierto, com a intención de reconstruir o Partido Colorado. Nas eleições internas de 2004, se candidatou a precandidato à Presidência da República.

Sonia: ¿Como ves la parte histórica? ¿Cuáles son los recuerdos? ¿Cuáles son los puntos que juzgas más importantes de la constitución del Estado Uruguayo?

Ope Pasquet: E, primero por supuesto hay sobre la historia Uruguay, los Uruguayos tenemos visiones distintas. Hay una diferencia entre tradicional que es entre Blancos y Colorados, los dos partidos históricos. Entorno de la cual se hizo la historia nacional. Desde 1836 que cuando aparecen los dos bandos enfrentados, prácticamente hasta finales del siglo 20. Ahí hay un primera, la tradición Colorada de la historia, yo soy Colorado y una tradición Blanca que fue el antagonismo clásico, pero ahí hay una visión de la izquierda que esta la del Frente Amplio que es otra visión diferente. Que no empieza con el Frente Amplio, empieza de antes, distintos grupos de izquierda que no formaban parte de los partidos tradicionales y alentaban una visión propia de la historia nacional distinta de la visión que tenían Blancos y Colorados. Se que hay por lo menos, 3 vertientes, 3 visiones diferentes opuestas a la mía, que es la visión de los Colorados, que en definitiva fueron los que gobernaron el Uruguay durante la mayor parte de su historia. Si empezamos, si contamos desde 1830, que es la fecha de la primera constitución, y bueno el primer presidente constitucional fue Fructuoso Rivera, fundador del Partido Colorado y de los 178 años que van de 1830 hasta hoy, el partido Colorado gobernó en el Uruguay prácticamente durante 140 años poco más, poco menos, o sea, que es realmente la, digamos el partido que ha sido el eje de la constitución de la historia Uruguay. Yo pertenezco a esta vertiente, a esta visión de las cosas ¿no? podríamos hablar horas de la historia del país y como se armó, pero yo diría así muy sintéticamente, que la historia nuestra en el siglo XIX, desde 1830 hasta 1904, nuestro siglo XIX termina en 1904 y cuando empieza el XX. Es una historia de turbulencia, de guerras civiles, de grande inestabilidad política. Alguien contó más de 70 revoluciones en Uruguay, había una revolución que era una guerra civil, enfrentamiento de Blancos contra Colorados y viceversa y otros cruces que había en el país. Era tanta la sangre derramada en esta sucesión de enfrentamientos que un ingles que estuvo por aquí, Guillermo Hudson escribió un libro sobre la Banda Oriental y lo llamó: La Tierra Purpurea. Purpurea por la sangre, y fíjese se que nosotros estábamos en esto: en las luchas civiles, en las revoluciones, en los derramamientos de sangre. Y estuvimos en esto hasta 1904, cuando Argentina en cambio ya había logrado un cierto grado importante de estabilidad política y consolidación nacional desde Mitre en delante de 1862 en la presidencia de Mitre. Fuimos un caso de maduración tardía de la construcción política en el país. Sin embargo, aún en estos, en este siglo XIX tan sangriento, tuvimos solamente una constitución, la de 1830, que no se aplico, no

se respetó más que un plazo de tiempo muy fugaz, por poco tiempo. Pero que era referente, era ideal común de todos los bandos. Sí todo el mundo decía que lo que quería era, que rigiera la constitución, nadie se revelaba contra la constitución. El motivo era el de siempre: que el del otro lado no respetaban la constitución, razón por la cual se levantaban en armas, esa era la historia, pero el punto de referencia era siempre la constitución. De un lado y de el otro. Y una constitución, por supuesto, siglo XIX muy republicana pero censitaria, restringía los derechos políticos, lo que era usual en la época ¿no? Solamente los hombres, las mujeres no existían. Pero la constitución de puramente republicana con separación de poderes, ninguna magistratura extraordinaria. No había ni senadores vitalicios, ni presidente vitalicio, ni cosa por el estilo. Y eso, esta ortodoxia republicana, fue fiel a lo que fue el ideario Artiguista, yo empecé el cuento en 1830 que era la primera constitución, pero antes de esto esta Artigas ¿no? Artigas fue también absolutamente republicano desde el primer momento. Nunca especulo con la monarquía, con traer a los Bourbon o a gente, u otra casa europea para que viniera a reinar aquí. Siempre fue republicano radical. Y eso quedo: acá nunca nadie soñó con reyes con este la aristocracia o con cosa de este estilo. Fue una base igualitaria muy fuerte en el país que se expresaba ya en el siglo pasado con la frase atribuida a los gauchos: aquí naides es más que naides, o sea, lo correcto es nadie es más que nadie, pero los gauchos decían: naides es más que naides. Este substrato igualitario siempre estuvo presente en la sociedad Uruguaya. Esto tiene que ver, con la condición de país ganadero que fue sin esclavos, más que por poco tiempo en tareas relativamente menores, la cría del ganado, los gauchos, de la vida ecuestre, generó una sociedad de mucho enfrentamiento, pero con gente que tenía una gran independencia, que no se conchababa, que no se empleaba como peón por mucho tiempo sin tener libertad de irse en cualquier momento y el mismo otro que trabajaba cuidando las vacas, después se incorporaba como soldado a la guerra civil. Esto es una causa que mantiene la guerra civil en todo Uruguay hasta el fin del siglo XIX. Estoy siendo muy desordenado pero la cosa empieza a terminarse cuando en 1876, durante la dictadura de La Torre, que es una dictadura militar se empieza a poner orden en este país turbulento y La Torre hace lo que se llama el alambramiento de los campos, que es una etapa muy importante de la organización ,del hábitat rural. Empieza a separarse las propiedades por alambrado, que hasta este momento no estaban. Entonces, las separaciones por alambrado van marcando la propiedad y deja afuera a la gente que no pertenecía, que no trabajaba en ninguna estancia, que no tenía ningún lugar fijo donde estar y que en este momento estaba porque bueno, porque hasta este momento se circulaba libremente por el territorio, a caballo. Esto, cuando esto termina, se forman pueblos de ratas en el borde de las estancias y esto sigue siendo una fuente de reclutamiento para la guerra civil, porque los caudillos venían a buscar a esta gente que no estaba haciendo nada para levantarla contra el poder de turno. Esto va a mantener, todavía, por un tiempo más la situación está de turbulencia y enfrentamiento hasta 1904, que es el año que termina el siglo XIX y empieza el siglo XX. Porque en 1904, el presidente de la república Batlle y Ordoñez un hombre importante que conocía toda la historia este, Batlle sabe, un hombre que entendía la circunstancia histórica, tenía a su frente al principal caudillo Blanco que en ese momento era Aparicio Saravia, un caudillo rural, hombre que tenía su estancia y que no venía más que raras veces a Montevideo, que diríamos era la encarnación del Uruguay rural. Batlle era la encarnación del Uruguay urbano. Estos se enfrentan. Eran dos centros de poder, prácticamente dos presidentes, un oficial y otro no. Hay el primer amago de guerra en 1903 que no concluye. En 1904 sí, se

desata la revolución de Saravia, pero ahí ya Batlle tenía un ejército con armas modernas que utilizaba para desplazarse en la vía férrea, que había sido extendida en los últimos años. Era la lucha de un ejército moderno contra el antiguo ejército rural, de a caballo. Acá pasa como en los Estados Unidos, allá ganaron los yanquis contra los sureños. Y acá son los Colorados., urbanos, modernos contra los Blancos que eran rurales, tradicionales, patriarcales. De este lado estaba el ejército profesional; del otro lado estaba el ejército, el Gaucho. Y el triunfo de Batlle y Ordoñez del gobierno constitucional liquida para siempre el tema de las guerras civiles. Ahí el país empieza un tiempo de paz, de organización institucional. Y empieza realmente una etapa nueva de su historia, donde se termino la violencia armada, no habrá más hasta los Tupamaros en los años 60, otra cosa totalmente diferente y en esta paz, el país construye sus instituciones y se transforma de la Tierra Purpurea en el siglo XIX a la Suiza de América del siglo XX. Por la Batlle es el triunfo en 1904. Este, los Blancos tienen una visión muy optimista de su propia historia. Dicen que ellos construyeron, este, la legalidad en el país, la legalidad electoral a respecto del sufragio y todo lo demás. Lo cual es imposible porque perdieron militarmente y el gobierno quedo absolutamente en manos de Los Colorados porque con el poder absoluto en las manos no lo usaron para perpetuarse como Porfirio Díaz en México, por ejemplo. Sino que Batlle respetó la constitución y termino su mandato de 4 años y no busco la reelección buscó a sus sucesores y fue para Europa. Volvió, fue elegido de nuevo y en su segundo mandato promovió una reforma constitucional. Este, que el país venía hablando de una reforma desde mucho tiempo atrás, que nunca se podía concretar. Batlle promueve la reforma con la idea revolucionaria en su momento de substituir la presidencia de la república por un colegiado de 9 miembros. Se armó un lio que duró 50 años. Este, su propio partido se dividió. Este, había una fuerte resistencia de la idea colegialista. Los Blancos eran anti colegialistas. Pero Batlle insistía porque decía que había que despersonalizar el poder, que el país se jugaba su destino a cara o cruz cada cuatro años. Cara o cruz es la moneda ¿no? Es que, todo dependía del carácter del hombre que fundara la primera magistratura y había que terminar con esto. El había estado en Suiza cuando estuvo en Europa. En Suiza nadie conoce el nombre del presidente de la república porque el gobierno es un consejo federal, este, y todo transcurre plácidamente y no es la voluntad de un hombre la que determina la vida de la gente. Entonces viene con esta idea, que le permitía otra, otra, finalidad, era no solo de despersonalizar el poder, sino de darle cabida a Los Blancos en el poder. Los Blancos habían quedado afuera. Habían sido derrotados militarmente y no habían participado en la última elección porque no sentían que tenían garantías. Entonces no participaban y estaba la mitad del país sin participar del sistema político. Batlle dice, "No, vamos a incorporarlos y vamos a crear un ejecutivo de 9 miembros, cuyos miembros se eligen y se van renovando anualmente" y entonces, este, bueno basta que Los Blancos ganen una elección para que ya tengan un miembro en este, en este, en este ejecutivo colegiado" no me viene la expresión. Entonces, se desata una gran campaña a favor y contra estas ideas en el país. Batlle publica los apuntes para el colegiado en 1913, siendo él presidente. Era presidente y periodista, era dueño de lo que era en ese momento el principal diario del Uruguay que era el diario El Día. Entonces, Batlle hace propaganda de sus ideas desde el diario El Día y se desata una gran campaña a favor y contra. El país se apasiona con el tema y en 1916 se elige una convención nacional constituyente. Por primera vez con voto secreto, con todas las garantías y ahí el proyecto, el batllismo es derrotado. La propuesta de la reforma colegialista es derrotada, este, se forma

una asamblea constituyente donde el batllismo es minoría frente al partido Colorado no reformista y es minoría frente al partido nacional. Pero Batlle logra maniobrar, era un político muy hábil y logra una solución de equilibrio donde se crea lo que se llama "El Ejecutivo Bicéfalo": ejecutivo con dos cabezas. Un presidente de la república se retiene solamente la cartera de defensa interiores y relaciones exteriores y un consejo nacional de administración: colegiado, que se ocupa de todo lo demás. Hay dos centros de poder ejecutivo: sería digamos la presidencia francesa de hoy...La presidencia de la quinta república, pero en vez del primer ministro, un consejo nacional de administración que tiene todas estas tareas. Esta constitución es aprobada en plebiscito por el pueblo. Acá las reformas constitucionales van a plebiscito desde 1919 que es esa fecha. No hay reforma sin la participación del pueblo desde 1919, es nuestra segunda constitución. El pueblo la aprueba porque está de acuerdo con partidos atrás, este, y empieza a regir y así empieza la segunda república. Este que dura desde de primero de marzo de 1919, fecha en que el presidente Baltasar Brum, uno de dos discípulos directos de Batlle, llega a la presidencia con unos 35 años. Un presidente más joven, un tipo de cambio de la renovación y juventud. Y ahí viene digamos un tipo muy rico de formación de cinismo Uruguayo. Ahí los Blancos se incorporan con toda la vida política. Ahí tenemos elecciones a cada dos años. A veces entre un año y otro también porque se da el cruce, las elecciones nacionales y parlamentares. El Uruguay vive en campaña electoral permanente de 1919 a 1933 más o menos. Con intensa vida política, diarios, asambleas por todos lados, se van formando partidos políticos. Se forma el partido comunista, el socialista tiene un nuevo vigor y ahí la unión cívica que es un grupo católico. Todo esto se expresa con gran vigor en el parlamento, en el consejo nacional de administración, donde estaba la presidencia que es la presidencia tradicional. En estos años en 1924 y 1925 se sancionan 3 leyes electorales que son están vigentes hasta hoy. Leyes que organizan el registro cívico nacional, se eliminan todos los registros viejos que tenían anotaciones fraudulentas, dolosas. Se hace un registro nuevo con indicación dactiloscópica, de ciudadanos. Este, se organiza un régimen electoral que consagra la representación proporcional de la aplicación de banca en el parlamento, en todos los órdenes de la representación política. Y a partir de ahí el país no tiene más problema de fraude electoral. Alguna vez se dijo con fines propagandísticos, pero rápidamente las elecciones son limpias. Y hay mantenido esto hasta hoy. La legalidad electoral comienza con estas leyes de 1924 y 1925 y no tiene quiebre prácticamente hasta hoy. Hay títulos Argentinos, por ejemplo, que en 1930 tienen la beca de infame, los militares que quieren irse del poder, pero intervienen en las elecciones para evitar que ganen, la Unión Cívica radical, Como años después van a incidir para que no ganen los Peronistas. Acá es al revés. Acá en estos años, mientras en Argentina están en eso, acá, en estos años se asegura, se afirma la legalidad electoral y queda esto como un común activo de todos ¿no? Pasará lo que pase, nosotros sabemos que las elecciones son limpias y ganen los que ganen, es así. Y aun durante la dictadura militar, mucho tiempo después, que empezó en 1973 y terminó recién en 1985. La dictadura en 1980 hace un plebiscito, Plantea su proyecto de reforma constitucional, y en algún momento se duda, dudamos todos de que fueran respetados los resultados reales del plebiscito, que se respetara esta sin fraude. Pero no intentaron nada. Funcionó todo como si fuera una elección normal, por lo menos en el momento de la votación y del escrutinio. Se respetó los resultados de todas las mesas. No hubo fraude, no hubo intento de fraude. Perdieron, y dijeron perdimos, hubieron tantos votos, o sea, que el sistema funcionó aun en esta

condición. Yo creo que esto tiene mucho que ver con la generación de cierta confianza básica de que esto no se toca. Hasta hoy por lo menos hay sido así. Y hoy por hoy tenemos una corte electoral que fue elegida hace 15 años por asamblea general, que debió haber cambiado hace mucho tiempo y no se cambió por un juego de circunstancias políticas en ese momento. O sea que esta corte tiene su mandato vencido desde hace 10 años, y sin embargo esta corte fue la que venció las elecciones anteriores, las elecciones pasadas en 2004 donde gano el Frente Amplio por amplísima mayoría. No hubo ninguna irregularidad, ninguna protesta, fue todo placido y tranquilo y sin ningún problema. Es que estas cosas el país las ha mantenido siempre. En todas las circunstancias distintas. Queda por ver, cuando al Frente le toque perder, si todo va a ser así. Pero bueno, este, es la Interrogante que está ahí planteada. Este, bueno yo decía que el siglo XX empieza en 1904 y el país empieza a recorrer este camino de legalidad y el quiebre vino en 1933. Ahí hay un golpe de estado. Este, el golpe de estado lo da el presidente de la república, titular de la presidencia reducida a tres funciones y dice que con las herramientas que tiene no puede enfrentar la crisis económica que llega aquí luego del crac en 29 en Nueva York. Este, reclama más poderes y el parlamento no se lo da. Quiere promover una reforma constitucional, pero no quiere recorrer los caminos previstos en la constitución para la reforma, entonces dicen así no se puede. Y entonces él dice la mayoría me apoya yo, este, entiendo que el pueblo es soberano y con este argumento el da el golpe de Estado el 31 de marzo de 33 y al año siguiente ya propone la nueva constitución, la constitución de 1934 convoca plebiscito y la ciudadanía aprueba esta constitución. Con la abstención de los partidos de la oposición, que no participa de este tema de irregularidad. Pero el argumento del era que el pueblo en definitiva era el soberano y que no había ninguna, no era admisible ninguna barrera constitucional para que él pueblo ejerciera la soberanía. O sea, que el argumento del golpe de estado no deja de ser un argumento democrático, no un argumento constitucional, pero un argumento democrático, entonces frente a esta tesis que se llamó: La Doctrina de Marzo porque el golpe de Estado sería el 31 de Marzo de 33. Usted me lleva a lo que quiera hablar cuando estoy hablando libremente lo que a mi me gusta pero usted me corta y me dice no hablemos de tal cosa. Pero, frente a esto que fue la doctrina de marzo, que sostenía esto: el pueblo es soberano y hace lo que quiere, cuando quiere y como quiere se planteó lo que desde entonces quedo claro como la doctrina de la verdadera democracia. La soberanía no radica en el pueblo, si no que votan en domingo lo que quieren. La soberanía en toda su plenitud existe sobre todo a la nación. Los que están hoy, los que estaban ayer, los que están mañana. Y la nación ejerce su soberanía como dice la constitución, de modo que la constitución establece si votando en las ocasiones por procedimiento, por las formalidades previstas por la constitución. Toda esta doctrina en la soberanía nacional como contrapuesta a la soberanía popular lo explicó un profesor de derecho constitucional en su primera clase después del golpe de Estado cuando inauguró el curso de derecho constitucional en la facultad de derecho. Por la dictadura él asumió su cátedra y dijo, señores incurriría en exceso de abstracción si al empezar este curso de derecho constitucional sin hablar de las cosas que están pasando. Se ha dado un golpe de estado, con esto fundamento voy a refutarlo. Entonces planteó la refutación de la doctrina de golpe de Estado y esto quedó para siempre. Esas páginas luminosas de nuestro Derecho Constitucional, que pasan de generación, en generación de los estudiantes de Derecho constitucional. Este, y las cosas fueron haciendo carne en el país. Vino en 1934, la constitución de la dictadura, pero poco tiempo después ya había un gran clima de

reforma, este en el año 38, una gran manifestación popular, cuya consigna era por constitución y leyes democráticas. No eran consignas economicistas ni de partidos, sino de todo el mundo, socialista, comunista, Colorado, Blanco por constitución y leyes democráticas en 1938. Y este año es el año que vota por primera vez que la mujer. La habilitación constitucional ya estaba en la segunda constitución que se había aprobado en el plebiscito del año 19 pero la ley se dicta y la mujer ejerce el derecho en el año 38 y dicen que fue por esto que ganó el candidato más buen mozo que era un general, este, Baldomir, que fue presidente de 38 a 42, estaba vinculado a Terra y era medio pariente de Terra, tenía vinculaciones pero en el 42 creo es lo que se conoce en la historia política Uruguaya como el golpe bueno. Un golpe de estado pero no para generar la situación de facto sino para salir de la situación que se había generado en el 33. Entonces el golpe de estado permite a que todos los partidos vuelvan, todos participan y en el 42 se ha entendido siempre tradicionalmente que es el período que termina la dictadura y el país recupera el ejercicio democrático pleno con un presidente activo, o sea, ya no es aquel presidente de la segunda constitución que solo tenía algunas facultades en materia de defensa, relaciones exterior, sino que es un presidente como en 1930. Ejerce el poder ejecutivo justamente con su consejo de ministros, formato clásico sin mayores particularidades. Este, y eso dura hasta 1951 en el que estando siempre el partido Colorado en el poder durante este tiempo, con un presidente batllista, hay un clima digamos como de fiesta en el país, en 1950 fuimos campeones mundial, teníamos una situación económica exuberante, todos contentos, todo fantástico y el presidente de la República dice: creo que es el momento de realizar los ideales de Batlle Y Ordoñez, hagamos un ejecutivo colegiado. Pero a partir de ahora. Lo interesante de las circunstancias es que el hombre que estaba en el poder era el que proponía compartirlo con un consejo de gobierno. Entonces frente a una oferta tan tentadora, los blancos que toda la vida habían estado en contra, se les daba la oportunidad de entrar al poder, dijeron: si como no, si está bien, nosotros también somos partidarios, y así se hizo. Se hizo una reforma constitucional aprobada por muy pocos votos. La gente no quería eso ¿No? Lo que pasa es que todos los líderes dijeron, hay que hacerlo vamos por el colegiado, pero la ciudadanía no quería. Salió más por esto. Entonces se fue otra vez al colegiado. Donde seis lugares de nueve se le daba al partido más votado, como decimos acá, al lema más votado, y los otros tres lugares, al segundo lema más votado. Y bueno eso no funcionó bien porque era un pequeño senado que no tenía ejecutividad, las discusiones se eternizaban, había un choque permanente. Blancos y Colorados que frustraban la acción del ejecutivo. Había cambiado las circunstancias económicas, se había terminado la bonanza que siguió a la guerra de Corea, se había terminado, se había adoptado el proceso de sustitución de importaciones, y el país entro en un tiempo de estancamiento económico en la segunda mitad de la década del 50, que, bueno, generó rápidamente inflación, luchas sociales por el reparto del ingreso social que se había estancado y bueno la consiguiente tensión política. Como resultado de todo eso, la economía estancada, tensiones sociales De ingreso en 1958 se produce un hecho histórico y el partido Nacional, los Blancos ganan las elecciones. El partido Nacional y Blanco es lo mismo. Se llamaba históricamente el acto Blanco pero en 1872, a partir de ese día no son sino el partido de toda la Nación, nosotros que somos ¿marcianos?, pero ellos son de toda la Nación, entonces quedó partido Nacional, pero son lo mismo que los Blancos. Y bueno ganaron, y en 1958 ganaran por primera vez y se quedaron contentísimos, fue un gran triunfo. Y pese a que había rumores y versiones que el partido Colorado no iba a entregar el poder, que habría

un atentado, tensiones en las Fuerzas Armadas, todo eso fue como un fantasma que se desvanece con el sol. Cuando llego el día de la entrega del poder, se entrego sin problema, los Blancos se hicieron cargo del gobierno, no hubo ningún incidente, ningún altercado, ningún acto de resistencia. Y gobernaron dos períodos consecutivos: del 59 al 63 y del 63 al 67. En el 67, volvió el gobierno colorado. Ahora en el medio, durante los dos gobiernos Blancos, aparece un elemento nuevo en escena que es la guerrilla. La guerrilla de los tupas, Tupamaros, que realiza sus primeras acciones en 1963. En 1963 asaltan un club de Tiro que había en Nueva Helvecia, en el Departamento de Colonia. Se llamaba club de Tiro Suizo. Se meten ahí y se llevan todas las armas que había. Es importante la fecha, la precisión, que después en los últimos años, los Tupamaros han reconstruido su propia historia y poco menos que sostienen que en realidad ellos nacen para enfrentarse al gobierno de Pacheco Areco que va a empezar a gobernar 1966, 1967. Eso en 1967. No es cierto es históricamente falso. Las primeras acciones del MLN, Movimiento de Liberación Nacional, Tupamaros, esto esta absolutamente documentado y registrado, empieza en los años 60 con el gobierno del partido Nacional. Es el siglo de oro del partido Nacional. El origen de los tupas, el factor fundamental es la influencia de la revolución cubana. Es el impacto de la revolución cubana donde convence a mucha gente que es el único camino para llegar al poder por que electoralmente totalmente la izquierda era insignificante. Todavía en 1966, todos los partidos de izquierda sumados, más la Unión Cívica que era un pequeño partido católico de derecha, todos eso sumados, daba un 10% de los votantes. O sea que por la vía electoral parecía lejísimo toda posibilidad de llegar al poder. Blancos y Colorados se repartían el 90% del electorado. Es el momento en que un sociólogo uruguayo ya fallecido, escribe una nota que en su momento fue muy comentada, llamada "renqing para la izquierda". O sea, solo con 10% de los votos nunca llegarán al poder. Entonces, en ese clima veían que no llegaban y por otro lado Fidel Castro aparecía como el hombre que había podido llegar al poder con la guerrilla armada, porque en ese clima que surgen los tupas, como un grupo integrado fundamentalmente con gente de clase media, intelectuales, gente de Montevideo que resuelven iniciar ese camino. Este, sus acciones no son demasiado importantes en esta etapa, golpe y efecto, es una etapa que se llama Robin Hood, aparecen robando a gente muy acaudalada y repartían el dinero con las personas pobres de la ciudad. No parecía que fuera demasiado grave, nadie se lo tomaba demasiado en serio. La cosa se complicó después. En 1966, hay una nueva reforma constitucional. El país vuelve al régimen presidencial, deja el régimen colegiado y vuelve al régimen presidencial. Por eso digo, el lío que armó Batlle en 1913, con la publicación de los apuntes duró mas de 50 años. Porque se termino de sancionar recién con el retorno del presidencialismo en 1966. Ahí gana el partido Colorado, y es notable, porque ahí gana el partido Colorado con un candidato que era un general retirado, Oscar Gestido. El candidato Colorado era un retirado o que para mucha gente representaba la posibilidad del orden. La sociedad convulsionada por las luchas sindicales, que a esa altura eran muy importantes. Por la guerrilla que se mostraba con más fuerza, una sociedad desorientada que no veía por donde salía. Un político en aquellos años publicó un libro que se llamaba "Un país perdió el rumbo". Daba la sensación de desorientación y gana un general retirado. Lo interesante es que las elecciones siguientes, los Blancos, uno de los candidatos Blanco es también un general retirado, Aguerro, que es el jefe de la policía de Montevideo, los policiales duros y la izquierda cuando se constituye en la elección siguiente, en el 71 elige como candidato común a un general retirado, Líber Seregni. O sea que la

sociedad desde sus distintas vertientes buscaba orden por que se veía que aquello se había ido demás e iba a terminar mal. Pero bueno, no se logra ese orden dentro del marco constitucional, a la muerte de Gestido que dura, Gestido ejerce la presidencia por pocos meses. Va desde marzo hasta diciembre. Muere en diciembre del 67. Todo el país se, se sorprende, se acongoja. Me acuerdo que a mí que era niño me llevaron para ver pasar el carruaje, el féretro que llevaba a Gestido al cementerio. La gente se agolpaba en las calles. Acababa de llegar, acababa de ser presidente y muere, Y viene Pacheco Areco. Era un hombre del partido Colorado, del diario El Día, este, sin mayor protagonismo, sin mayor relieve hasta ese momento, un hombre de segunda fila, que asume la presidencia en un momento muy difícil. Crisis económica, el movimiento sindical, una guerrilla que había crecido mucho, y se revela como alguien que ejercía el mando sin ninguna inhibición y se revela un presidente enérgico, duro que rápidamente polariza la situación política entre el y la guerrilla. Sale a decir, yo estoy solo con mi pueblo. Empieza a gobernar de espaldas al Parlamento a través del Instituto de excepción que son Las Medidas Prontas de Seguridad que prevé la Constitución como elemento excepcional. Pacheco las utiliza como elemento cotidiano de gobierno. Entonces, gobierna en el filo de la Constitución pero con la prensa con su mayor parte funcionando libremente, el parlamento funcionando y en esa tensión de Pacheco por un lado y Tupamaros por el otro, nace el Frente Amplio que se nutre con el desprendimiento de los partidos tradicionales, más la izquierda tradicional y se llega a las elecciones del 71, donde algunos promueven la reelección de Pacheco. Gente fervorizada por la reelección de Pacheco. Pacheco de cualquier manera. Aparece un líder Blanco, un líder nacionalista nuevo, Wilson Ferreira Aldunate. Toma distancia del sector conservador de su partido y toma la bandera digamos de la reforma agraria, de la nacionalización de la Banca como de la izquierda en América. Y logra de esa manera un éxito muy importante dentro de su propio partido. Y nace el Frente que en la primera elección en 1971 logra el 18% de los votos. Había roto aquel techo de 10% que tenía hasta 1966. Este, la reelección no triunfa pero triunfa el partido Colorado y el Presidente es Juan María Bordaberry. Que era el delfín digamos de Pacheco Areco. Si la reelección no funcionaba llega el delfín que era Bordaberry. Gana Bordaberry, sigue la lucha contra los Tupamaros, con la presencia de militares académicos importantes, cada vez más fuerte, y finalmente ante la inexperiencia, la falta de oficio, la falta de vocación democrática y de talento político de Bordaberry, los militares dan el golpe de Estado en el año 73. Allí viene la dictadura, tenemos 12 años de dictadura y no está demás anotar ahí, que en febrero de 73, se produce el ensayo del golpe de Estado. Es el primer avance de las fuerzas Armadas sobre el poder civil. Ahí dicen que no van a reconocer al Ministro de Defensa, exigen que el poder político como lo llaman ellos se comprometa con una serie de medidas demagógicas. Este, y la izquierda toda apoya a los militares en ese momento. Hay un acto del Frente Amplio en la Avenida 8 de Octubre, una avenida importante acá en Montevideo, y el Frente levanta la tesis de que la verdadera contradicción, la contradicción importante, no es entre civiles y militares sino entre oligarquía o pueblo. El Diario del partido Comunista, que se llamaba El Popular editorializa en esos términos. La contradicción en el análisis marxista, la contradicción importante no es entre civiles y militares sino entre oligarquía y pueblo. Y los militares pertenecen al pueblo así que pueden ser una herramienta útil en la lucha contra la oligarquía, eran de misma institución pero ellos pasaban por cima. El único hombre de izquierda que se mantiene contra todo y ve con lucidez lo que se viene es Carlos Quijano, director de Marcha, que es un

periódico fundado en los años 30, de enorme prestigio, en la serie de intelectuales no solo uruguayo sino de buena parte de América, criticó, insobornable, implacable, en los gobiernos de los partidos tradicionales, pero en una posición de respeto a la Constitución y cuando los militares avanzan a dar el golpe de Estado dice: ojo, estos son gorilas, esto termina mal, entonces toda la izquierda se equivoca y aplaude a los militares porque creen que son militares peruanitas como estaban con Velazco Albarán en Perú, que venían con ideas de reformas sociales no fascistas. Eran gorilas, lo peor, dictadura, derecha, y eso es lo que pasa, las primeras víctimas son los de izquierda pero bueno, el país entra en eso. Pasamos 12 años de dictadura. En determinado momento los militares creen que toda la gente está contenta, que ellos pueden, este, legitimar la situación y ahí proponen la Reforma Constitucional de 1980 que era el instrumento para perpetuar la situación en el Poder y ahí se llevan la sorpresa de sus vidas por que no, la gente vota no. Rechaza el proyecto de reforma y a partir de ahí el tema es cuando entregan el poder y como lo entregan, nada más. Lo estiran, hacen todo lo posible para demorar la entrega, y algunos para no entregar, como Gregorio Álvarez por ejemplo, que fue Presidente desde el 81 hasta el 85, pero finalmente los militares entienden que la disyuntiva es entregar el Poder a los civiles o enfrentar más tarde o más temprano un baño de sangre y optan por entregar el Poder. Lo hacen de manera negociada. Eso fue el llamado Pacto del Club Naval, en el cual, el partido Colorado, el Frente Amplio y el partido Demócrata, el Frente que no estaba representado como tal. Estaba todavía formalmente proscrito, pero había dirigentes que lo habían representado. Acuerdan con los militares una forma, una transición para el retorno de la Democracia. El partido Nacional, está en contra, no participa del Pacto del Club Naval porque todavía está proscrito Wilson Ferreira Aldunate que era su líder. Había aparecido como líder en 1971. Había estado fuera del País todo ese tiempo y había criticado muy duramente a la Dictadura y estaba proscrito, no se le permitía ejercer su derecho político. Entonces los Blancos dicen: no, si Wilson no puede entonces no queremos ninguna solución. Los otros partidos dicen pero bueno salgamos todos, volvamos a la Democracia, va a ser mejor para todos aunque Wilson no pueda participar. Así se plantea la lucha electoral en 1984, si la gente va a votar con el partido Nacional para rechazar lo que había sido una salida, o si va a votar con el partido Colorado y va a respaldarlo. Bueno, gana Sanguinetti con el partido Colorado. Termina la Dictadura de esa manera, este, iniciamos el período democrático en el que estamos hoy. Donde el partido Colorado, gobernó durante tres períodos. Dos gobiernos de Sanguinetti, uno de Jorge Batlle, los Blancos gobernaron uno con La Calle y el Frente Amplio empezó a ganar con Montevideo en el 89 y a partir de ahí siguió creciendo hasta que ganó con más del 50 % de los votos en el 2004, ganando además siete Intendencias en todo el País, siete u ocho. Ocho. Sí por que son diez los Blancos, ocho el Frente y una el partido Colorado. Es ha sido la evolución muy sintéticamente contada desde 1830 hasta hoy. No se de todo esto que es lo que le sirve.

Sonia: Economía: puntos fuertes y débiles.

Ope Pasquet: Este, Bueno La Economía uruguayo estuvo siempre basada en la producción agropecuaria. Fundamentalmente en la ganadería y en muy menor medida en la agricultura. Esa es una historia en que Hernandarias introdujo la ganadería, este en los tiempos durante la colonia española, hasta hoy. El país intentó muy tímidamente en el último cuarto del siglo XIX en una industrialización ligera. No tuvo empuje realmente hasta las primeras décadas del siglo XX. Allí hay una sociedad que crece, una sociedad muy joven todavía, mucho más joven que la

de hoy, con inmigrantes que todavía llegan, con familias que tienen cinco y seis hijos. Estos no son los diez o doce hijos que tenían en el siglo XIX, pero son aún familias muy numerosas. Este, entonces la sociedad crece, Montevideo crece mucho, se extiende la ciudad y entonces ese crecimiento demográfico y urbano da margen para que crezcan las industrias ligeras. Fundamentalmente alimentos y bebidas. También la construcción. Este, y en determinado momento el País cree que puede avanzar en el proceso de la industrialización, ir más allá, desarrollar la industria textil por ejemplo. Los frigoríficos que empiezan a instalarse, se instalan en las primeras décadas del siglo XX y se nos meten con toda América Latina entonces el proceso de sustitución de importaciones y que preconizaba Raúl Pérez, de la CEPAL, pero esta sustitución de importaciones en el caso uruguayo con un mercado interno muy pequeño. 3 millones de habitantes encuentra su límite muy rápidamente y eso contribuye al estancamiento del que yo le hablaba a mediados de la década del 50. La producción agropecuaria ya no crecía. Se había estancado tecnológicamente desde los años 30. Las políticas gubernamentales no la favorecían por que la técnica era capturar el excedente agropecuario para subsidiar la industrialización. De esa manera crear puestos de trabajo para mejorar el estándar de vida en la ciudad pero entonces la gente del campo no invertía. Entonces llegamos al momento que se agotó la sustitución de importaciones. No había inversiones en el campo porque la producción ganadera estaba detenida y ahí llegamos a esa crisis de los años 50 que termina en el triunfo nacionalista del 58 y viene toda la crisis posterior y el País no sabe para donde agarrar. Este, empieza a haber pujos, aperturistas, pero se enfrenta con una cultura absolutamente reacia a todo esto. Este, a principio del 60 se forma la Comisión para la Inversión y el Desarrollo Económico, la CIDE. Fue creado desde el gobierno y reunía a técnicos de primerísima categoría en el país con la finalidad de hacer una especie de inventario de lo que era el Uruguay en ese momento. Medir, todo lo que se pudiera medir en todos los sentidos, hacer un censo, que no lo hacíamos desde 1908. Pasamos desde 1908 hasta 1963 sin censar la población. No había estadísticas en muchos ámbitos de la actividad. La CIDE hace todo eso. Uno de los que propone la creación de la CIDE en esos años, este la promueve, es Wilson Ferreira que en esa época es un joven Ministro que empieza con estas cosas a cimentar lo que sería luego su liderazgo. Y la CIDE empieza el concepto de que en un País de tan solo 3.000.000 de habitantes solo podría crecer hacia afuera. Entonces, había que terminar con esto de la sustitución de importaciones con aranceles altos para proteger a la industria nacional por que así no había crecimiento posible. El País tiene que crecer hacia afuera. Quienes empiezan con eso son los técnicos de la CIDE a principios de los años 60. En esos años también empezaba un fenómeno nuevo en el Uruguay que era la emigración. Estábamos convencidos de que históricamente habíamos sido un país de inmigración. En los años 60, empiezan a irse los uruguayos. Por que acá dentro no tienen que hacer, no encuentran lugar y empiezan a irse. Son todas cosas que van madurando la conciencia de la sociedad y que un día se da cuenta que los hijos se van, que la economía no crece, que no hay empleo, que no hay un tren de vida como se llevaba antes y que las promesas de movilidad no se cumplen y bueno todo eso se refleja entre otras tantas cosas que en el año 71 cuando el Frente aparece, una de sus piezas publicitarias para esa campaña electoral que se recuerda hasta hoy, tuvo un gran impacto era mostraban a un uruguayo con una valija, se iba y la voz en off decía hermano no te vayas ha nacido una esperanza era del Frente ¿No? Era la forma de traducir que políticamente la gente se iba. Ahora frente a esta situación de estancamiento económico y falta de respuestas, algunos

dirigentes políticos empiezan a hablar de apertura de la economía. Jorge Batlle, por ejemplo, lo hace. Era hijo de Luis Batlle que había sido la expresión culminante de la sustitución de la importación, la industrialización del país, el crecimiento hacia adentro. A la muerte de Luis Batlle, quien lo sucede es el hijo Jorge Batlle que fue Presidente hasta hace poco, que piensa exactamente lo contrario y entonces, este, choca con toda la prédica política del Batllismo tradicional por que se propone volver a la presidencia, desde el Colegiado pero además choca con la línea económica tradicional del Batllismo por el índice alto que además dice terminemos con la sustitución de importación, de industrialización, el papel de la intervención permanente del Estado. Vamos a empezar a abrir la economía, vamos a empezar a retirar al Estado, permitir más aire a la iniciativa privada, y todo eso es extremadamente repulsivo en su propio partido. Ahora, no se avanza tampoco por ese camino. La sociedad no estaba pronta para eso ni mucho menos. La parte política no conjuraban con esas ideas. Los Blancos habían llegado con una idea de cambiar totalmente el país. Cambiar la política del gobierno Batllista, de hecho termina prácticamente en lo mismo, o sea no cambia. Y bueno los cambios van a venir con la Dictadura. A partir del año 73, vienen cambios económicos importantes de la mano de Alejandro Velmillega, que fue el asesor económico principal de la Dictadura y es el que empieza la apertura comercial primero: Empieza a ordenar también lo financiero. Termina con el tipo de cambio múltiple, es decir: los dos mercados para el dólar, y digamos, empieza a introducir las reformas liberales, en el funcionamiento en la economía. Eso pasa durante la Dictadura y después más o menos se va a mantener después en la Democracia que no cambia substancialmente en esas cosas. Ahora, en Democracia el país intenta cambiar pero encuentra enorme resistencia hacia el cambio. Este, cuando el Presidente La Calle, el Presidente Blanco, esto fue presidente en 90 a 95, propone una semi privatización de Antel, que es la compañía telefónica, bueno, resistir a sus leyes, tiene mayoría parlamentario mientras la ley se vota pero los ciudadanía utiliza un instrumento que nuestra Constitución le da, que es el referéndum contra las leyes. Lleva la ley a referéndum y la ley es rebuscada porque la ciudadanía no quiere privatizar sus empresas públicas. Son muy pocas, acá no es como en México o Argentina que llevan siete años, acá son seis o siete, pero la gente no quiere tocar eso. Toque el referéndum contra, la privatización de Antel fue en el año 92 y en el año 2003 se vota una ley para, no para privatizar Ancap, sino para asociarla a alguna empresa petrolera internacional como Petrobras, o PDVS, por que se decía, Ancap, la empresa petrolera uruguaya no va a poder competir en el Mercosur cuando caen los valores estatales, o sea, sola como está se va, va a terminar arruinada por la competencia de las empresas poderosas que tienen su propio Petróleo, etc. Entonces se elabora una Ley que permite asociar a Ancap con empresas petroleras multinacional y esa ley también es adoptada en el referéndum. La gente junta firma, votan y o sea la gente no quiere tocar las empresas públicas. Este, entonces hay fuerte resistencia cultural a Ancap, que la gente no quiere tocar y concibe el progreso como restauración del Uruguay ideal de los años 50. Con fuerte presencia estatal que garantiza para todo, dirigismo estatal fuerte. Entonces la lucha para, el desarrollo económico es una lucha cultural para que la gente acepte el nuevo paradigma de la modernización. Mientras tanto no se acepta, quien logra el triunfo en las últimas elecciones es el Frente Amplio que levanta todas las banderas del Batllismo en los años 50. Es decir, este, protege a la industria Nacional. Los inversores extranjeros son piratas, con el parche. La inversión extranjera es una piratería que quieren robar lo que tenemos. Todo esto es la previa y la gente apoya eso. Apoyo mayoritariamente la elección pasada. Ahora,

los hechos tienen una dinámica que a veces es más fuerte que la dinámica de las ideas y las convicciones. El país vota, este, finalmente en el año 87 se vota una ley de impulso a la forestación. Es en el primer gobierno de Sanguinetti. Se vota una ley de fomento a la forestación que da derecho subsidiario para los que planten, exoneraciones tributarias, etc. Y a al amparo de esa ley el país tiene un éxito fantástico en el área forestal. Vienen empresas extranjeras importantes y se llega a forestar un millón de los 16 millones de hectáreas forestales que tiene el Uruguay en aéreas estiva. Y a la par de esa producción forestal que está allí se instala una empresa finlandesa, Botnia que produce pasta de celulosa. Entonces, este, se instala allí en Fray Bentos, a margen del río Uruguay, y eso va a dar un lío con Argentina que tenemos hasta hoy. Pero lo interesante es esto: que cuando los finlandeses quieren venir, piden primero un tratado de protección de inversiones. Dicen: nosotros vamos a hacer una inversión muy importante, 2000 millones de dólares. La más importante en la historia del Uruguay pero queremos que si tenemos problema con el gobierno uruguayo, podamos ir a una instancia de arbitraje internacional. El Frente Amplio que se oponía a la instalación de Botnia, se opone también al tratado de protección de inversión con Finlandia No lo vota y el tratado sale en el período de gobierno anterior con los votos de Blancos y Colorados. Y Botnia se instala en Fray Bentos y pasa todo lo que viene después. Ahora después gana el Frente que tiene que administrar la realidad. Se dan cuenta que tienen que defender esa gran inversión que le da trabajo a muchísima gente, entonces el gobierno del Frente se transforma en defensor de la papelera, choca con el gobierno de Kishner por ese motivo y respetan el tratado de protección e inversión con Finlandia. Entonces ahora como que toda la gente que antes, que todos estos años, yo diría que desde la apertura democrática hasta ahora estaba descontenta con los partidos tradicionales porque los veía defendiendo política de liberalización de la economía, la apertura de la economía, el cumplimiento de las organizaciones financieras con el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial, etc.. Ahora se dan cuenta que el Frente hace lo mismo, entonces se dan cuenta que a realidad es la misma para todos los partidos. Eso, por un lado a generado en un pequeño sector de la población un gran descontento con el Frente ha dado lugar a que se formara un grupo, partido político a la izquierda del Frente que no quiere saber nada con nada. Pero es una izquierda ultra radical Yo veo que el grueso de los frenteamplistas al contrario de tener una visión positiva, dicen: formamos parte de una realidad, no nos podemos pelear con el Fondo Monetario, no nos podemos pelear con los inversores internacionales, al contrario necesitamos que vengan, que inviertan porque de pronto de esa manera se genera aquí el trabajo que si no los uruguayos van a buscar afuera. Y uno de los candidatos del Frente, tal vez el que termine siendo candidato a la presidencia es Astori, que fue Ministro de Economía, es prácticamente un continuador de las políticas de Blancos y Colorados en el gobierno anterior. Entonces la economía pretende adaptarse a la nueva circunstancia internacional, abriendo las fronteras recibiendo la inversión externa y es tratando de insertarnos en los circuitos económicos internacionales por encima de las trabas ideológicas y culturales que durante muchísimo tiempo nos tuvieron frenados.

Sonia: Emigración, cultura y melting pot

Ope Pasquet: La emigración aquí fue muy importante hasta los primeros años del siglo XX. Después se detuvo; no se detuvo totalmente, hubo algunas rachas. La guerra civil española hizo que muchos españoles vieran para acá. La guerra...

Sonia: ¿De cuál zona? En el inicio eran vascos, gallegos. A principio eran un pueblo más duro. ¿Qué tipo de español vino con la guerra civil?

Ope Pasquet: Lo que conocemos por acá con gallegos y vascos, vascos y gallegos. Los inmigrantes españoles que llegaron hasta los años 50, a esa altura no ya huyendo de la guerra Civil española sino del hambre que había en España después de la guerra civil. Llegaba hasta los 50 y de lo que yo conozco son, básicamente gallegos y algunos vascos, básicamente gallegos. La otra inmigración se había detenido, vinieron muchos judíos como consecuencia de la segunda guerra mundial. Ya habían empezado a venir en los años 30; o sea ya habían empezado a venir antes pero la corriente se fortaleció en los años 30 cuando empiezan las persecuciones en Europa central...muchísimo. Y yo creo que ahí termino la corriente inmigratoria en el Uruguay. De otros países de América nunca fue muy significativa. Y a partir de los 60 comienza la emigración que se acentuó mucho en los años previos a la Dictadura y en los años inmediatamente siguientes al golpe de Estado. Que tuvo después altos y bajos pero que ha continuado hasta hoy, y se estima que hay entre 400 y 600 mil uruguayos viviendo fuera de frontera; 400mil si se cuenta los que nacieron acá, 600 mil si se cuentan los hijos de uruguayos que nacieron en el exterior, o sea que es mucho. Pero eso es la consecuencia de que el país no ha sabido resolver sus problemas económicos. Este, bueno, la gente va a buscar afuera los empleos que no se generan acá. Y es curioso pero aún hoy, cuando algunos proponen como casos a tomar en cuenta los de Irlanda o los de Chile, hay quien dice: no esas son políticas neoliberales, este han generado sociedades de gran desigualdad en la distribución del ingreso, y vos decís como, tanto Chile como Irlanda tienen balance migratorio positivo gente se va y nosotros no. En fin, vamos en esa discusión que vamos procesando. La emigración es por ahí la cosa.

Sonia: ¿La cultura y "Melting Pot?"

Ope Pasquet: La cultura nuestra es una cultura de raíz europea sin duda. Nosotros no tenemos población aborigen. Los indígenas uruguayos fueron pocos, este, y los emblemáticos charrúas nuestros no eran los más numerosos en el territorio nacional. Eran los guaraníes que fueron asimilados al resto de la población pero los charrúas nunca fueron asimilados y finalmente fueron exterminados en los años 1830. A partir de entonces terminó esa etnia en el Uruguay. La población aborigen es muy escasa. Los afro descendientes también son pocos, 6, 8 %, esto es básicamente una población, este, de ascendencia europea blanca, muy parecida a la de Rio Grande del Sur más o menos por ahí anda. Este, tenemos menos alemanes seguramente pero allá son unos cuantos. Pero españoles, italianos, son la mayoría. Y la cultura vino de ahí. La cultura que aquí se reconoce básicamente esa, la cultura de raíz europea con los aportes locales que se han ido generando en el curso de la historia, con algunas manifestaciones como el Tango por ejemplo, que compartimos con Argentina, o como el Candombe que tiene aquí una expresión más vigorosa porque Montevideo era Puerto de introducción de esclavos negros a esta parte de América, Buenos Aires no. Pero, esa es la cultura nuestra que impregna yo diría todas las formas del pensamiento y todas las disciplinas académicas. Nuestro Derecho es el Derecho románico, al igual que el resto de América Latina nuestro código descende del Código Napoleón, Nuestro pensamiento jurídico viene del pensamiento europeo, o sea que en ese sentido somos una recreación de lo europeo en América. No tenemos a diferencia de los países andinos, digamos una cultura indígena fuerte con aportes propios que dibujen una fisonomía distinta, acá no hay eso. Este, digo no existe otro Uruguay. Alguno le va a decir que sí, pero eso es fantasía, este, la verdad de la milanesa como decimos, esa cultura europea que ha impregnado todos los sectores sociales porque en definitiva en todos los sectores sociales los uruguayos

descendemos de los barcos como dicen los argentinos de ellos mismos, es cierto es así.

Sonia: Bien, lo que importa es que está disminuyendo eso, ¿No?

Ope Pasquet: sí, es más o menos lo mismo.

Sonia: Dictadura y apertura...

Ope Pasquet: Hablamos ya bastante de dictadura y apertura democrática. Yo creo que la apertura.

Sonia: ¿Fue una transición pacífica?

Ope Pasquet: Una transición pacífica esa es el dato fundamental. La promesa electoral que hace el partido Colorado en 1984 y que hace Sanguinetti, el cambio en paz. Ese es el Slogan: EL cambio en Paz. La gente opta por eso. Quiere el cambio en paz no quiere lío. Porque fue una salida negociada, una salida pactada. Las Fuerzas Armadas acá no se van derrotadas como fue en Argentina. Se van por que eligen irse por las buenas en vez de tener que irse por las malas un día en condiciones que significaran, como decían algunos de los militares, y nuestros nietos van a poder vivir acá, o sea, evitemos que eso suceda, vamos a arreglar pacíficamente antes. Y entregan así. Este, en algún momento hubo un intento del partido Nacional, de Wilson Ferreira por, digamos desbordar el régimen militar e imponer por así decir, una salida no negociada. Ese intento lo hace Wilson Ferreira cuando viene de Buenos Aires a Montevideo, el 16 de junio de 1984. Y el sabiéndose requerido por las Fuerzas Armadas que decían: que si viene lo ponemos preso, el dice: yo voy igual, yo voy igual, confiado de que se iba a producir una especie de levantamiento popular que iba a derrotar a reyes y que iba a hacer que todo cambiara. Vino, lo metieron preso y no paso nada. Estuvo preso hasta que los militares lo soltaron después de las elecciones. Esa fue la demostración del poder militar en cuanto poder militar era incontestable. O sea por las malas no era la cosa. Entonces se busco la negociación y se llegó al pacto del Club Naval, este.

Sonia: ¿Pacto?

Ope Pasquet: Pacto del Club Naval. El Club social de los oficiales de la Armada. Que fue una salida, este, negociada, donde no se habló, no se pactó digamos, la impunidad para los militares por los crímenes cometidos durante la dictadura. Por lo menos es lo que todos los participantes de las negociaciones del Club Naval sostienen hasta hoy que nunca se pacto nada de eso. Porque: dicen si hubiésemos planteado ese tema no hubiese habido acuerdo y no hubiese habido salida. Pero quedó como sobre entendido, subyacente decían algunos, sobrevolando decían otros, que bueno, no se podía poner preso a los que estaban entregando el poder por las buenas. Entonces cuando se restablece la democracia lo primero que se hace es votar una amnistía para los presos políticos que en ese momento eran los Tupamaros y comunistas y otra gente de izquierda que estaba presa. Algunas por sus ideas simplemente, porque eran comunistas pero otros, los tupamaros porque ellos habían atentado contra las instituciones, no contra la dictadura. Los tupamaros cuando llega la dictadura estaban totalmente derrotados y fuera de combate. Los tupamaros habían atentado contra las instituciones democráticas. Desde el 63 hasta el 72. En el 72 se termina. El Golpe fue en el 73. No tienen razón los tupamaros cuando pretenden que lucharon contra la dictadura, la dictadura empezó ellos ya habían terminado y no tienen razón los militares cuando pretenden justificar el golpe de Estado diciendo que era necesario para combatir a los Tupamaros. Ya los habían derrotado antes. Es todo mentira eso, de un lado y del otro. Pero lo cierto es que había presos tupamaros, presos comunistas, presos de gente que estaba presa por mera arbitrariedad. La Democracia vota ya en febrero del año 85, antes aún de que

se instalara el Presidente de la República en su cargo, que se instaló el 1º de marzo, antes, el 28 de febrero creó, votamos una Ley de Amnistía y salen todos presos. Excluimos expresamente a militares y policía porque nadie quería amnistiarlos en ese momento. Se decía bueno hay que esperar algo que pasa. La Justicia actuará. Cuando van pasando los meses se van dando cuenta de que los militares no iban a ir a declarar si no los llamaban. Había un pacto entre ellos. No iban a dar un golpe de Estado, no iban a substituir nuevamente a las autoridades. Pero tampoco iban a acatar una orden judicial. Entonces en el año 86 se comprende que esa es la situación y si el Poder Judicial pretende actuar contra los militares, lo que va a pasar es que quede de manifiesto que las instituciones están quebradas no pueden actuar. Entonces, el partido Nacional con Wilson Ferreira a la cabeza, propone una Ley de Amnistía que comprenda a los militares también. Sufre algunas modificaciones. Al final no se llama de Amnistía a los militares no quieren que se llame Amnistía porque ellos dicen que la Amnistía es para los que han cometido delitos y las Fuerzas Armadas no cometió ninguno. Entonces, hay que cambiarle el nombre y se pasa a llamar Ley de Caducidad de pretensión punitiva del Estado. Es un tecnicismo. Es lo mismo que decir la Ley de Amnistía. Se vota la Ley de Amnistía, la vota el partido Nacional, la vota el partido Colorado y no la vota el Frente Amplio. Lo cual da lugar a un durísimo choque entre el partido Nacional y el Frente Amplio, por que el partido Nacional dice: "Ustedes tienen la culpa de esto porque ustedes acordaron el Pacto del Club Naval, nosotros no. Nosotros venimos a resolver un problema que crearon ustedes y los Colorados al votar ese pacto al acordar con los militares esa salida negociada." En una punta los Colorados decíamos: "Nosotros hicimos el pacto, entendemos que esta es una de sus consecuencias, y estamos convencidos que este es el camino para el cambio en paz y votamos la Amnistía para los Tupamaros y la Amnistía para los militares. Nadie va preso y todos en paz hacia adelante." El Frente decía: "No, nosotros votamos pero los militares tienen que ir presos, los Tupamaros libres." Y los Blancos decían: "Y como, nosotros no participamos de esto. No tuvimos nada que ver, ese pacto lo hicieron ustedes y tenemos que venir a sacarles las castañas del fuego.", Es una expresión, no sé porque sino esto termina mal. En ese contexto se vota la Ley de Caducidad con votos de Colorados y Blancos, el Frente en contra y el Frente dice: "Nosotros no aceptamos esto. No puede ser. Vamos a juntar firmas y vamos a hacer un Referéndum contra la Ley de Caducidad." Juntan las firmas a través de dos años de campaña para recolectar las firmas por que la Constitución nuestra exige un 25% de las firmas de ciudadanos inscriptos y declarados para votar, son muchísima gente. Son como 500.000 firmas. Y el Frente se lanza, se constituye una comisión pro voto verde que se llama pro derogación de la Ley de Caducidad y hacen campaña durante dos años diciendo: "Esta materia lo tiene que decidir el pueblo. Que el pueblo decida, que el pueblo decida, nosotros acataremos lo que el pueblo decida pero tiene que decidir el pueblo." Y finalmente juntan las firmas, llegan más que bien al número que tenían que llegar y se convoca un Referéndum en el 16 de abril de 1989. Entonces ahí la gente tiene que votar si quiere la Ley de Caducidad o si la revoca la deja sin efecto para que los militares vayan presos. Ya estamos en el 89. Habían pasado 5 años de Democracia y era año de campaña electoral, porque había elecciones a fin de año. Pero se vota y la ciudadanía ratifica la Ley de Caducidad. O sea mantiene la Ley que queda vigente y el General Seregni era el primero y la comisión del voto verde dijeron: "Bueno perdimos, está bien". Y así se terminó. Y durante 5 años, los 5 años siguientes, no se habla más del tema de Caducidad parece un tema resuelto y terminado. Este, durante 5 años no se habla más del tema. En la segunda

presidencia de Sanguinetti empieza movimientos de distintos sectores de la izquierda diciendo no, bueno en realidad queremos saber que ha pasado con los desaparecidos que no sabemos cierto, no se nos da información sobre el destino de los desaparecidos. Queremos saber que pasó. El artículo 4 de la propia Ley de Caducidad prevé que se investigue haber el tema de los desaparecidos, no se ha cumplido. Y se genera un movimiento que empieza a cobrar fuerza al principio dentro de la propia izquierda y que bueno, que culmina durante este período de gobierno que el Presidente de la República promueve todas las investigaciones que se le piden. Utiliza determinados mecanismos de la ley para decir: estos casos no están comprendidos en la ley y estos tampoco y eso permite que vaya presa mucha gente: Bordaberry, Gregorio Álvarez, militares importantes de los años de la dictadura. Y actualmente hay una iniciativa de una gente que dice: "Vamos a introducir una reforma en la constitución que implique la anulación de la Ley de Caducidad." Jurídicamente es un disparate fenomenal, pero políticamente hay algunos sectores que los atraen.

Sonia: ¿Algún discurso?

Ope Pasquet: Claro. Y, bueno los que han sostenido esto. Los que promueven esto dicen: "Bueno que el pueblo decida. La gente tiene que decidir estas cosas." Dicen: "No, bueno, pero la Amnistía y la Ley de Caducidad es la Amnistía aunque los militares no hayan querido que se les llamara así." La Amnistía es lo que se llama jurídicamente un Instituto de Clemencia soberana que extingue el delito y la pena y todas sus consecuencias. Después que se ha extinguido un delito y por Amnistía, por ejemplo, no se le puede recrear por acto de voluntad política porque eso es algo así como restablecer leyes penales retroactivas o crear delitos para actos de voluntad política. Es la negación del estado de Derecho. Es la negación de los Derechos Humanos que los torturadores también los tienen. Es una cosa que dijo el general Seregni poco tiempo antes de morir: "Tenemos que darnos cuenta que los Derechos Humanos son para todos no solamente para la izquierda." Entonces, la anulación de la Ley de Caducidad con la pretensión de que implique el renacimiento de los delitos que los tipos habían cometido y fueron amnistiados hace veinte años es groseramente atentatoria contra todo eso pero hay una cosa buena porque si el pueblo lo quiere, el pueblo tiene derecho. Y lo he dicho: esto es hacer que renazca la vieja doctrina de Terra de marzo de 1933, cuando se dio el golpe de Estado, cuando Terra decía: "La voluntad del pueblo lo puede todo aún sobre la constitución." Y la doctrina de la Democracia nunca fue esa. La doctrina siempre fue: aún el poder de la nación soberana está limitado con la regla constitucional., o sea, ahora ya no se trata de que si los militares tienen que ir presos o no. Ahora se trata de que después del estado de derecho sanciona una Amnistía no puede recriminarle y pretender que los delitos renazcan porque eso es la inseguridad jurídica absoluta y contra cuanto derecho humano haya. Pero esa discusión está todavía en trámite, tenemos que ver en qué termina.

Sonia: Instituciones: ¿Como se constituyen?

Ope Pasquet: me encantaría seguir pero...

Apêndice J – Carlos Gamou

Entrevista concedida à autora desta dissertação em 9 de dezembro de 2008, na Câmara dos Deputados do Uruguai – duração do áudio: 1h23min
Carlos Gamou é deputado da Frente Ampla e politólogo.

Carlos Gamou: Para entender un poco cual es mi visión sobre el tema. Uruguay tubo su período de difusión más fuerte en las primeras tres décadas del siglo XX. Es decir el período que va de 1904 a 1930.

Sonia: ¿Los grandes cambios?

Carlos Gamou: El gran periodo de difusión donde se da un fenómeno muy interesante que es la politización de las clases sociales y la socialización de los partidos políticos. Eso genera que aquellos viejos partidos fundacionales como son, el Partido Nacional y el Partido Colorado generen un grado de representatividad de la sociedad muy fuerte. ¿Correcto? Bueno. Eso tiene su punto culminante en los dos gobiernos de José Batlle y Ordoñez. Es un gobierno inclusivo, democrático radical, etc. ¿Qué pasa? Por eso hablaba hoy de impulso y su freno. Este Batllismo, este Batllismo que implanta la Ley del divorcio, la ley de las ocho horas, en el caso maternal tiene un párate. Este libro habla del párate que se le da que culmina en la constitución de 1917. Acá lo va a tener todo. Que es el Uruguay moderno, el Uruguay del capital social, el Uruguay que consagra por ejemplo el voto secreto y obligatorio, que consagra la separación definitiva de la Iglesia y el Estado, que consagra una serie de cuestiones sociales muy importantes. Es inexplicable ese avance del capital social uruguayo si no tomamos en cuenta este libro. Este libro que es el que lo plantea, donde teníamos por un lado un partido Colorado batllista, muy jacobino y un partido nacional un poco más polifónico, mas volcado. Usted seguramente habrá analizado lo que fue la guerra civil uruguaya en 1904, entre aquel batllismo jacobino que miraba hacia Europa y un partido nacional que miraba más caudillesco hacia el Uruguay. . Eso tiene una guerra en 1904 que la gana Batlle y Ordoñez pero luego tiene todo un período muy fecundo que va desde 1904 a 1916 donde se dan las grandes discusiones políticas, y que se consagra en la constitución de 1917 que mal o bien es la constitución que está vigente hoy. Una constitución tan progresista que incluso llegó a tener un gobierno colegiado.

Sonia: Sí, duró hasta 1960

Carlos Gamou: Si, exacto. Con algunos cambios, pero básicamente es muy interesante. Este libro está hecho por un gran historiador nuestro que es José Pedro Barrán y Benjamín Nahu que incluso toman, la atmósfera radicalización de la vida política, electorado y regiones, esta todo acá. ¿No? El contenido social y económico de la derrota reformista, la imagen contemporánea, el alto de Viera.

El alto de Viera es en determinado momento un hombre proveniente del propio batllismo, o sea nos vamos a parar con las reformas tan progresista. Batlle y Ordoñez era un hombre, por ejemplo, que creía en el mandato imperativo; es decir que las convenciones partidarias, los afiliados al Partido Colorado, pudieran mandar a los diputados, a los senadores, al propio presidente, o sea esas cosas se dan, demasiado avanzadas para el Uruguay porque el Uruguay tenía una característica de ser un país muy conservador. ¿La puedo tutear, doctora? Y cuando tú me planteas, me parece interesantísima, capital social ¿Verdad?

Sonia: Son puntos orientadores de un diálogo

Carlos Gamou: ¿Y cuáles son tus puntos de, de tus variable de comparación para...? ¿Es una tesis no?

Sonia: Bueno, yo trabajo con variables. ¿Como? Estoy construyendo hipótesis, porque llegue a un momento en que...

Carlos Gamou: Y manejar el tema presupuestal, porque si bien es una república federal. El departamento de Montevideo, como intendencia municipal, si bien no tiene digamos el mismo grado de autonomía que tiene Porto Alegre. Sí tiene un presupuesto municipal muy importante. El día que le ponga un presupuesto nacional estamos hablando de aproximadamente, para lo que es el Uruguay, más de 9 millones de dólares diarios, quiere decir, 400 millones de dólares anuales. Es básicamente dividir el 10% pero que sea el presupuesto global nacional, o sea, no viene no de tanta día (¿??)

Sonia: No, solo tiene que haber una alteración. No es posible con el recorte que yo quería. Me retrasé. Comparar iguales. No tengo que comparar iguales, tengo que comparar diferentes. Esa es la adaptación que tendré que hacer.

Carlos Gamou: Caro, claro. Este, no es fácil ¿No? Este, capital social de uno y de otro. Es cierto, además que Montevideo es capital, o sea, Porto Alegre no.

Sonia: Es, es una comparación: la capital de un país con la capital de un estado que por 10 años fue un país.

Carlos Gamou: Tiene más que hablar. Uruguay es un barrio de San Pablo, 3 millones y poco de habitantes. Doctora, yo la invito a lo siguiente: Déjame cruzar en frente. Yo voy...Esto es como una guía de lectura ¿Verdad? ¿Usted lo quiere referido a Montevideo o al Uruguay en su conjunto?

Sonia: Uruguay en su conjunto y Montevideo componiendo su escenario como capital.

Carlos Gamou: Bueno, primer punto. Tema muy interesante. Uruguay se caracteriza por haber tenido primero, una Constitución y después haber generado el Estado, la Nación. Como tú sabes, Uruguay es una consecuencia de la Convención preliminar de paz, que firma Brasil y Argentina, a través de la mediación del embajador inglés, donde se decide que Uruguay sea un país independiente. Y a partir de eso, hacemos una Constitución y luego tenemos que construir una nacionalidad, un Estado porque en realidad, desde Artigas nosotros no veníamos formando parte, de lo que eran las Provincias Unidas del Río de la Plata. De lo que era el virreinato del Río de la Plata ¿Verdad? Que tanto si tú no analizas en una perspectiva de más larga visión, tú tienes a un Bolívar que creía en la gran Colombia. Después tienes, a un Artigas que creía en el virreinato del Río de la Plata, y quizás te podría decir hasta un San Martín que pensaba un poco en el virreinato del bajo Perú. Pero básicamente, el punto este, constitución de un Estado independiente es: primero hacemos una Constitución muy similar a las constituciones censitarias de esa época, ¿verdad?

Que había que tener, bueno, determinadas propiedades para poder votar, un Estado bicameral, es una copia de aquel maravilloso invento que se mandó Montesquieu cuando inventó la cámara alta y la cámara baja, ¿verdad? El noble Montesquieu no sabía cómo ubicarse él y brillantemente inventó la separación de poderes, el senado y la cámara de los comunes, ¿verdad?

Base democrática para lo que en aquel momento era el mundo, la base democrática estaba muy, y es interesante esto mira, yo le cambiaría, no es con base democrática, es con base representativa. Nadie hablaba en Uruguay ni en América Latina de Democracia. Es más, tú analízalo: El primero que habló de democracia fue

Eródoto , siglos antes de Cristo, el griego. Luego tiene una especie de exilio, en términos de democracia, lo retoma Robe Pierre en la Revolución francesa, en el cual ayuda a enterrarlo 100 años más. Pero en realidad ni Artigas habló de democracia, no se hablaba de democracia. Era la República representativa, ¿Verdad? Ahora bien. No voy a ser tan simplista doctora para no entender a lo que tú te refieres. Tu acá estas en democracia, en oposición en monarquía, democracia como oposición a subyugación eh? Entonces te diría, tuvimos una primera Constitución con una base de República representativa y con aquellas libertades que en definitiva surgían tanto del derecho de la declaración del hombre del derecho del Ciudadano de la revolución francesa, pero también muy influido por lo que fue la constitución norteamericana de Madison del 89 de los artículos de las confederaciones. No sé si eso más o menos te da una pauta. Una República unitaria, no federal, unitaria. Recordemos que en aquella vieja gran disputa que había en el Río de la Plata entre federales y unitarios, ¿Verdad?. el Partido Colorado, que dominaba las acciones en aquel momento, era profundamente unitario en oposición en lo que era el Partido Blanco que era más federal. En general Oribe como caudillo federal como Rivera como caudillo unitario, eran caudillos argentinos. Y es más, yo que he estudiado bastante la historia uruguaya: tú la puedes estudiar hasta 1872 como la historia de los caudillos argentinos.

Bueno, gobierno y su importancia: Estamos hablando de un Uruguay escasamente poblado, donde en realidad la labor del gobierno era muy limitada. Era un mantenimiento del orden, es ser un Estado juez y gendarme . El Estado no le diría liberal, porque es bastante autoritario, pero en el sentido de que se encargaba de asegurar que ese incipiente neo capitalismo, al surgir el mercantilismo, pudiera adaptarse a un estado muy endeudado, un estado en el cual los ingresos de Aduana se necesitaban porque eran los ingresos mayores; o sea un Estado muy ausente en realidad. Sí tenía importancia el gobierno en cuanto a la política exterior, eso es muy importante.

¿Porque? Porque en aquel momento, estoy hablando de 1830, 1835, 1840, en Montevideo, solamente el 15% de la población hablaba castellano. Había muchos franceses, ingles, portugueses, italianos, etc. Nuestra guerra grande formaba parte de la guerra entre los federales y los unitarios en Argentina. Una guerra que, como tú sabrás, se en contra básicamente una guerra para, de los caudillos federales en contra a la enorme influencia que tiene la provincia de Buenos Aires en cuanto al reparto de las riquezas. Pero básicamente te digo que el gobierno tenía importancia en temas de política exterior porque dependía del gobierno que estuviera a quien iba apoyar el Uruguay, y el Uruguay, sobre todo el puerto de Montevideo era una posición desde el punto de vista militar muy estratégica.

Yo no sé si estoy yendo demasiado para tras.

Sonia: no

Carlos Gamou: Economía, puntos fuertes y flacos. Mira, el Uruguay es como gran, yo te diría, hipótesis central del Uruguay es: puerto, pradera y frontera. Esto era así en 1820 y sigue siendo así hoy. Los puntos fuertes del Uruguay cuales son: un puerto de aguas profundas importante con es Montevideo, capaz de competir con Buenos Aires por una mejor posición en el mapa, y además porque es un puerto natural. Pradera porque nosotros tenemos aproximadamente 18 millones de hectáreas de territorio, de las cuales unos 16 millones son fértiles para desarrollar ganadería, etc,etc... y frontera porque tenemos una frontera seca, frontera seca con el Brasil, más o menos 700 kilómetros, y tenemos una frontera con Argentina muy importante a través del rio Uruguay, que además posibilita lo que muchas veces la

economía capitalista requiere en épocas de crisis que son esas válvulas de escape que son el contrabando. Nuestro gran héroe José Gervasio Artigas, fue contrabandista. Llevaba cosas. Y como frontera nosotros tenemos frontera entre los países y también frontera entre lo que era Brasil y Argentina en aquel momento. El Imperio brasilero terminaba acá y la influencia del Imperio argentino terminaba acá. Básicamente eso. Y a partir de ahí cuales son los puntos fuertes de nuestra economía. Bueno, ¿Tú me estás hablando históricamente u hoy?

Sonia: de allá para acá

Carlos Gamou: Para acá. A partir de esa hipótesis yo te diría:

Puntos fuertes: estabilidad, porque tenemos una sociedad que como conoció la época de las vacas gordas, tiene memoria histórica y se vuelve conservadora y estable. Conoció una época, durante la etapa de la sustitución de importaciones, nosotros tenemos una época de gran auge, sobretodo porque con la II Guerra Mundial y la guerra de Corea, las exportaciones de carne fueron altísimas, y el Estado a través de la sustitución de importaciones, a partir del ingresos de divisas generó una clase te diría pequeño burguesa urbana, que bueno fue generando, yo soy producto de eso. Mi padre era inspector de trabajo, mi madre funcionaria pública. Y fue generando una cierta estabilidad, ¿Verdad? Una estabilidad que se ve en el tiempo y que Uruguay es de esos países que por ejemplo hace un plebiscito para meter una dictadura, y pierde el gobierno militar. Hace un plebiscito para la privatización de las empresas públicas, ¿Verdad? En el año 92, en plena época del thatcherismo, del reaganismo y por un 83% el pueblo uruguayo dice: "No, queremos a las empresas públicas en mano del Estado. O sea que tenemos una sociedad, conservadora y estable. En algún momento Uruguay tuvo un plus cultural educativo que hoy no lo tenemos. Perdimos el tren. Nosotros durante la década del 60, 70, habíamos logrado un plus en cuanto a cultura general pero como nos quedamos atrás en todo lo que es ciencia básica, todo lo que es computación y demás, hoy tenemos un grande caos. Hoy no tenemos esa fuerza que teníamos antes.

Eh, seriedad, seriedad en el manejo de las cuentas públicas, que incluye respetar los compromisos de por ejemplo: de la deuda externa y creo que te he hablado de fortalezas y debilidades. La debilidad sin duda es que somos muy pocos, somos apenas 3 millones 200 mil. Quiere decir que el desarrollo como mercado interno es absolutamente imposible, sino que tenemos que aspirar a una economía de complementación con nuestros vecinos de la región con Brasil, que puede ser Argentina como somos muy pocos nosotros, como Pará. Yo diría somos muy pocos y tenemos gustos muy caros. Uruguay tiene 3.200.000 habitantes y hay 3.000.000 de celulares, de teléfonos celulares. Pero tenemos gente en situación de extrema pobreza. Entonces, hemos generado una sociedad muy consumista.

Inmigración: Nosotros somos producto de la inmigración. Si yo te cuento que yo tengo sangre india, escocesa, francesa, vasca, española, tu no lo crees que es así. Cosa que mi abuela es una india que se casó con un escocés que de ahí surgió una señora que se casó con un inmigrante vasco y esa es mi línea paterna y mi línea maternal es un italiano que se casó con una española. Nosotros somos fruto de la emigración. El Uruguay es un país que sufrió fuertes oleadas inmigratorias tanto en la primera década del siglo XX como en 1950, sobre todo de España, producto de no solamente de la guerra civil, sino de una crisis económica muy fuerte que sufrió. Inmigración europea, acá la población indígena es inexistente, no llega a un 0,5% y francamente somos una sociedad que bajo de los barcos migratorios

Sonia: a a a a ?

Carlos Gamou: Cultura. Culturalmente formamos parte de esa fuerte cultura enciclopedista, muy afrancesada, jugamos mucho con eso también, con fuertes componentes también de las generaciones españolas, la generación del 27, después tuvimos nuestra propia generación del 45, con Onetti, Benedetti, con toda esa barra. Pero bueno, como toda cultura afrancesada, siempre apuntando a las letras, siempre apuntando a la literatura, nunca apuntando a las ciencias. Por eso hoy estamos en ese rezago que yo te decía del punto de vista cultural. Los niños uruguayos son, bueno no lo niños, yo te diría, un hombre como yo de 49 años, te puede recitar versos de memoria como de la divina comedia de Dante del Quijote y demás, pero ahora tu me preguntas la fórmula de Einstein, de la relatividad me tengo que fijar en un cuaderno. ¿Por qué? Porque siempre le dimos más importancia a las letras que a las ciencias, estamos pagando el precio de eso. Y como "Melting Pot", siempre hubo acá una forma de ser uruguayo. Lo francés, lo italiano, lo gallego fueron realmente como un Melting Pot. ¿Verdad? En realidad hubo una integración muy fuerte. Acá no hay básicamente problemas de discriminación racial a los inmigrantes como puede suceder en Alemania con los turcos. Acá no, acá hay armenios, hay judíos, mas allá... no es chiste del judío, el chiste del turco, etc. Pero, realmente hay una integración importante.

Dictadura y abertura democrática: Acá también pesa la forma de ser uruguaya. Tú tienes por ejemplo en Brasil que primero fue Castelo Branco, después fue Geisel, o sea tú tienes los dictadores con nombres. Acá en Uruguay, no había una dictadura con nombre. Acá en Uruguay había una dictadura militar. Era una república militar. Yo te digo Chile, dictadura: Pinochet; Argentina, dictadura: Vidella; Bolivia, dictadura: Barza; Brasil, dictadura: Castelo Branco; Uruguay, dictadura, ah, eran 20 era una república militar. Era la junta de generales, que se iban turnando el uno al otro. En realidad, el que mejor lo entendió fue un paisano tuyo, creo que murió ahora, que hablaba de los regímenes burocráticos militares. No se si no fue Portantiero. No, Portantiero no fue. Otro que hablaba de los regímenes burocráticos militares, que fue lo que tuvimos acá. La apertura democrática fue, si tu quieres, en un momento donde más allá o más acá, la lucha del pueblo uruguayo, no olvidemos que estamos hablando de una época donde Brasil empieza a pugnar por las elecciones directas ya, donde en Argentina luego del desastre de las Malvinas, hay una abertura democrática, pero acá fue una transición en paz, acá no hubo ningún militar preso hasta unos tres años que lo metimos preso nosotros. Aparte Uruguay tiene un tema que yo lo subrayaría: Uruguay fue el único país de América Latina que cuando los militares hicieron un plebiscito para imponer una Constitución que consagraba las instituciones emanadas de la dictadura, es decir que renegaba a la democracia liberal representativa y imponía régimen militar, hubo un plebiscito y el gobierno militar lo perdió. Cosa que no pasó en Chile. En Chile ganó Pinochet. Acá, el gobierno militar lo perdió, lo cual por cierto habla muy bien de la cultura política de los uruguayos pero también habla bien de una dictadura que es capaz de hacer un plebiscito estando en el poder y perderlo. Digo, no es menor; si bien yo odio a la dictadura podrás ver, yo esas cosas las tengo que comunicar, perdieron y bancaran.

Instituciones: ¿Cómo se constituyen y organizan? Nosotros tenemos una República típica de América latina, con un régimen, como politólogo te diría, es más semi-presidencialista que semi-parlamentarista. En otras palabras: el poder ejecutivo, tiene mucha fuerza en Uruguay, mucha fuerza. Tenemos un poder legislativo bicameral, con cámara de senadores, cámara de diputados, pero tenemos una serie de instituciones por ejemplo las leyes que solamente puede mandar el poder ejecutivo, el veto presidencial, que hace que tener la presidencia de la República es

más importante ¿No? Luego tenemos un poder judicial independiente, salvo en el tema económico que por supuesto como legisladores, nosotros votamos los fondos. Es un régimen absolutamente unitario, acá no hay federalismo, es decir todo lo que signifique las políticas públicas referido a obras públicas, transporte, relaciones exteriores, depende del gobierno central, son muy centralista. De cualquier manera tenemos Uruguay dividido en 19 Departamentos. Acá lo llamamos departamentos con un grado de autonomía que les permite manejar por ejemplo, el recogimiento de la basura, las calles, los parques, etc., etc.,

Sonia: ¿Cuales son los recursos en el caso?

Carlos Gamou: volumen de receta da unión y de las unidades

Sonia: Porque nosotros tenemos sistemas que son un poco distintos. Tenemos los recursos que son transferidos de la Unión, un porcentaje y vuelve. Existe un ejercicio bien... Del que viven las Intendencias.

Carlos Gamou: Te explico, te entiendo perfectamente Mira. Eso es nuevo. Acá te diría así: básicamente. salvo Montevideo y Maldonado que tiene muchos recursos propios, el resto de los Departamentos, una mitad de los recursos, la mitad procede del gobierno central como transferencia y la otra mitad procede de impuestos que cobra, sea impuesto a los vehículos, o sea lo que se llama contribución inmobiliaria que es en base a la casa que tú tienes pagas tanto. Pero te diría mitad y mitad, salvo Montevideo, Maldonado por Punta del Este y quizás Canelones también.

¿Cuál a autonomía? ¿Quién define? La constitución la define

Sonia: No hay posibilidad de alteración, no hay movimiento de alteración...

Carlos Gamou: No, no. Es más. ¿Tú tienes la constitución del Uruguay? Te voy a conseguir una.

Carlos Gamou: Nosotros tenemos una constitución rígida y larga pero aparte tiene una solución de continuidad.. Yo te diría la junta departamental es el poder legislativo departamental. Son los diputados departamentales. Mira acá los tienes. Es, es página 100 a la 118, sección 16, yo te lo marco así. Esto te lo llevas. Acá tienes toda la reglamentación constitucional de los departamentos. En otras palabras, acá tienes las funciones legal del poder departamental. Eso te da un buen pantallazo de cómo, de cuáles son las autonomías que pueda ser un gobierno departamental, con eso andas bien. ¿A ver?

Sonia: Bueno. En el caso, acá fue que nosotros descentralizamos la constitución de 88. ¿Cuáles son las directrices?, ¿Cual es el principio? ¿Cómo funciona? ¿Cuáles son las líneas? ¿Eso cambia de gobierno a gobierno por corrientes políticas?

Carlos Gamou: Mira, en Montevideo, en realidad nosotros tenemos dos etapas claramente diferenciadas: hasta 1990 donde gobernó acá el Partido Colorado y el Partido Nacional, que nosotros llamamos La Derecha, muy cómodamente ¿No? A partir de ahí empezaron gobernar el Frente Amplio con Tabaré Vázquez. Ese hombre que tienes ahí. A partir de ahí el Frente Amplio empieza intentar hacer una política más social, políticas públicas más sociales. Entonces además de lo tradicional, que es recoger basura, limpiar calles, tapar pozos, empezamos con políticas más definidas en cuanto a la salud, con policlínicas, con medicina preventiva. También empezamos con la alimentación a través de comedores, etc. O sea una política más de redistribución a partir del gobierno municipal pero eso arranca desde 1990. Sigue hasta hoy porque hemos llegado al gobierno municipal, lo seguimos teniendo, van 18 años. Pero te diría políticas públicas de claro contenido social empiezan en 1990. No solamente porque nosotros somos muy buenos sino porque la crisis económicas te lleva a necesidades básicas. Teníamos realmente niños pasando hambre, niños revolviendo basura y bueno este, bueno

eso nos llevó en diversas áreas como salud, educación no, porque educación depende más del gobierno central, ahí no nos metemos pero si en cuanto a salud, en cuanto a alimentación, ahí sí hubo una cierta seguridad ¿No? Porque eso forma parte estrictamente del estado. Hay temas en los cuales no nos podemos meter, no como Brasil. Gobernador acá nada.

Sonia: En esa parte de la sociedad, en la cuestión de estructura. ¿Cómo se queda la actuación de los Sectores Terciarios? ¿De los organismos? ¿Cómo se mueve esa sociedad que tiene un alto capital social? ¿Ustedes tienen un nivel de cultura diferencial?

Carlos Gamou: Si, las ONG. Bueno acá tenemos un problema. Tú sabes porque tú eres científica. Tenemos dos tipo de barreras: aquellas que realmente trabajan y que realmente están para ayudar y aquellas ONG que consiguen dinero de algún país como puede ser Noruega, Dinamarca, para el sociólogo, para el psicólogo, etc. y no hacen nada. Las ONG tramposas que yo las llamo. He visto muchas ONG que han hecho cualquier desastre. De cualquier manera nosotros en Montevideo, hemos dado participación a algunas ONG serias, por ejemplo: hemos tercerizado la limpieza de algunas plazas y se lo hemos dado a ONG que nos garantizan tomar personal de barrios marginales, etc, etc. Nos ha ido bastante bien sobretodo con Gurises Unidos. Una gran preocupación que tenemos nosotros que es sacar a los adolescentes de las calles y darles algo para hacer. Nosotros les hemos dado participación, pero no participación en la toma de decisiones sino tercer izando servicios digamos. Autonomía ninguna, participación en la toma de decisiones ninguna, sino tercer izando servicios Autonomía ninguna, participación en la toma de decisiones ninguna. Si le hacemos contratos, por ejemplo: Tú te encargas de la limpieza, que se yo. Bueno, por ejemplo, la plaza Independencia es mantenida por una ONG que se llama Gurises Unidos que hacen ese tipo de cosas. También hay alguna cultural por ahí pero básicamente nosotros hemos optado por el sistema de no llamarlas a con gobernar y simplemente tercer izarlas. Porque el Uruguay es un país profundamente politizado, somos un país partidocrático. Acá lo que importa son los partidos políticos. Las organizaciones sociales no. Tú tienes un sindicato, pero en el tema de toma de decisiones políticas son los partidos políticos. O sea, no sé si te queda claro. Políticas públicas Esto ¿No? Implementación. En la implementación sí pero no en la toma de decisiones. Tenemos ahí alguna cosa."La pesquisa constató un nivel de capital superior"

Sonia: Yo puse en el sentido de que eso daría un indicador de que esa sociedad podría estar lista para participar más, aunque que no en la toma de decisiones. Por ejemplo, en Brasil con la modernización de gestión en el gobierno Fernando Henrique hubo toda una reforma administrativa, y fueron creadas legislaciones de organizaciones sociales:" OCIPS," Organización de la Sociedad Civil de los Intereses Públicos" en que, exactamente, no sería una tercerización pero una contratualización, con metas, con indicadores, con resultados. Una contratualización pasible de rompimiento, si no los cumple. Exactamente, el estado se queda en un plan estratégico. El Estado sería el tomador de decisiones, directrices y una gran parte de la ejecución de acciones de estado, por supuesto, pero no esenciales de Estado: seguridad. Serían publicitadas por esa contratualización Porque en Brasil nosotros, somos bien curiosos, los indicadores de crecimiento del Tercer Sector con IDG casi par y paso entonces la sociedad se muestra en condiciones de asumir y el Estado dejar de ser tan tentacular. Porque el estado va se quedando viejo, entonces a la necesidad que en ese cambio de estructura.

Carlos Gamou: Te diría básicamente y tú me hablas de descentralización. Es decir la capacidad que tiene, el gobierno municipal de Montevideo de descentralizar las decisiones que toma a partir de que lo local administre, eso acá no pasa...

Sonia: pero no sería decisión sino ejecución

Carlos Gamou: Tan poco. Tan poco pasa, porque acá hay una concepción muy central pero que además si tú observas la macrocefalia del Uruguay, donde estamos divididos. Eso es el Uruguay y Montevideo está acá y eso que es cultural también en lo pequeño existe. Todas las decisiones se quieren tomar centralmente. A eso agrégale que mal o bien por años y años de cultura democrática, hemos tenido gobiernos con "checks and balances" importantes. No hay alto grado de corrupción, por lo tanto la descentralización no es una necesidad perentoria para que los ciudadanos obtengan las cosas que precisan. Yo de esto me convencí ahora cuando estuve en Venezuela. Hablé con mis amigos los chavistas y me explicaron que ellos como tenían un Estado absolutamente corrupto tuvieron que inventar las misiones porque no confiaban ni en los ministerios, ni confiaban en las alcaldías. Entonces si tú tienes, en Caracas o en Venezuela, un grado de centralización donde no solamente toman las decisiones sino que además administran el dinero. Pero eso fue por necesidad, pero acá no acá no hay grandes nichos de corrupción. Pero además cual es el tema, en Montevideo somos un millón y medio de habitantes, es pequeño como para requerir. Yo ahora te invito a pasear, te hago recorrer Montevideo en dos horas, digo no tienes mayores problemas ¿Verdad? No se Porto Alegre. Porto Alegre me parece más grande. Pero básicamente no, ahora se va a tratar en el parlamento una ley de descentralización pero también es medio invento, si porque está de moda para la izquierda siempre está de moda la descentralización, la democratización, vienen con cosas raras mientras la cosa camina bien, ¿No?

Sonia: ¿Que torna al Brasil y al Uruguay iguales o diferentes en tu opinión?

Carlos Gamou: Si. Tenemos una diferencia importante. En Brasil yo por lo menos encuentro un orgullo nacional más fuerte que en Uruguay, es decir una idea de, por ejemplo, acá es impensable que la izquierda. La burguesía y los militares hagan un proyecto en común para la inserción del Uruguay en el mundo. En Brasil si, en Brasil tenemos una burguesía nacionalista, tenemos unas fuerzas armadas nacionalistas y tenemos una izquierda muy nacionalista. Yo creo que hay un mayor orgullo nacional de Brasil, yo creo que tu le preguntas a un brasilero, sea burgués proletario o militar donde debería estar Brasil te van a decir en el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas y en el G-9 cosa que acá es muy difícil llegar a ese acuerdo.

Sonia: ¿Con tanta politización?

Carlos Gamou: Si, si pero igual. Acá tenemos proyectos muy diversos. Hoy por ejemplo, en la izquierda nos está pasando, algunos tenemos una visión más latinoamericanistas, mas tenemos otra parte de la izquierda que por ejemplo ve más la inserción en Europa, la derecha más una relación carnal con los Estados Unidos. Acá es mucho más dividido

Sonia: ¿Lo que acerca o aleja?

Carlos Gamou: Mira lo que nos aproxima con Brasil. Esto es duro lo que voy a decir. En el uruguayo medio, no es mi caso, un anti argentinismo muy fuerte, no es mi caso, pero eso, digo, mira te lo pongo así: Mañana hay en el estadio Centenario un partido entre Brasil y Argentina y van 80000 personas en el estadio, va haber 79000 que hinchan por Brasil. Que es lo que nos distancia. Pero no es de siempre, es de ahora. Por ejemplo que Brasil no ha asumido el liderazgo regional que tendría que haber asumido. Brasil va al G-9, va al G-20, no va como América Latina, va como Brasil y hay un temita ahí que a nosotros nos hubiera gustado que Brasil hubiera

participado más en este conflicto que tenemos con Argentina por el tema de las papeleras. Tampoco es para culparlo ¿Verdad? Pero como que: no, no nos da importancia que creo que no es bueno para Brasil tampoco, porque digo, si a mí me dan importancia yo soy el primero en ir a las asamblea general de las Naciones Unidas y plantear una necesidad de Brasil, de seguridad o en el grupo g20, o daba la fuerza Brasil cuando va a negociar, bueno mira Brasil no está solo está interpretando a Uruguay, Argentina, Paraguay, Venezuela. Yo creo que hay un aislacionismo ahí. Tampoco han salido mal a los brasileros.

Sonia: Presupuesto participativo y Orçamento participativo. Y la cuestión de cooptación. Nosotros tenemos allá una cuestión muy clara de cooptación política.

Carlos Gamou: Mira Presupuesto participativo y Orçamento es lo mismo. Mira, acá el presupuesto participativo de lo que es el gobierno de Montevideo es un porcentaje mínimo. Se hace el presupuesto global de inversiones, gastos y transferencia y se deja un pedacito para que luego los vecinos de la zona voten, bueno vamos a hacer una plaza en tal lado, un monumento en tal otro. No es un auténtico presupuesto participativo. Si tú me preguntas, yo como presidente durante 5 años, no del presupuesto de Montevideo, de la comisión del presupuesto del parlamento nacional para todo el Uruguay, es imposible un presupuesto participativo por el grado de corporativismo. Que existe en la sociedad. Te piden, te piden y te piden, no entienden. Yo creo que estamos lejos de eso. Estamos muy lejos de la única manera que yo podría asumir a un presupuesto participativo diría mira gente hay tanto con esta plata se van a tener que arreglar. Limpieza, iluminación y por demás. Y cuando no hay más, no hay más. Esto es como un adorno que se dice, bueno tu participas, elije que placita hacemos. Pero te lo digo honestamente que es muy difícil te lo digo honestamente. Hemos estado hasta 45 días todo el día arreglando, arreglando, arreglando, pero siempre la gente pide más y no entienden. Todo el mundo te viene con él, no pero es muy poquito lo que yo te pido, es una cosita sí. Tú abres el cajón y cuando quieras saber todas las cositas que te piden suman miles de millones de dólares. Es imposible, entonces yo te digo presupuesto participativo sin responsabilidad es imposible. Tu lo podes hacer de esa manera o hay otra: diciéndole bueno todos los gastos que tú me dices, pero para tu zona los impuestos van a subir. Te voy a decir una cosa: uno de los ejemplos más interesantes en cuanto a descentralización, Caracas pero en cuanto a eficiencia toma un viaje a Lima, Perú. Han dividido Lima en 18 zonas donde cada uno cobra impuesto, cada alcalde cobra impuestos y tiene la limpieza, la seguridad, la iluminación, etc. Etc. Tú ves realmente diferencias notables entre una zona de Lima y otra. Mira que Lima es una ciudad de seis millones de habitantes, tampoco es ciudad de México, pero es interesantísimo me llama poderosamente la atención. ¿Sabes porque se llama Montevideo? ¿No sabes? Mira. Cuando vino un barco portugués: "Monte Vide Eo". El cerro de Montevideo. El cerro de Montevideo es el cerro más alto que tenemos. Monte Vide Eo y ahí le quedó el nombre

Apêndice L – Mariano Arana

Entrevista concedida à autora desta dissertação em 10 de dezembro de 2008, no Senado uruguaio – duração do áudio: 45min

Mariano Arana é arquiteto e político. Foi Ministro de Habitação, Organização Territorial e Meio Ambiente do Uruguai e Intendente de Montevideu. Atualmente, é Senador. Foi docente e diretor do Instituto de História da Arquitetura, fundador da Editorial Banda Oriental e presidente da Comissão de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural da Nação entre os anos de 1985 e 1989. Escreveu diversos livros – o último chama-se "5 Vertientes de la Izquierda".

Sonia: Hable como usted quiera de los puntos

Mariano Arana: ¿Constitución de estado independiente con base democrática?

Sonia: Si. Hacia la construcción de la historia. Hacia la historia de formación. Los gobiernos y su importancia. ¿Cuáles fueron?

Mariano Arana: Somos un estado independiente. Es imprecisa y discutible la fecha exacta en que pasa a ser un estado independiente el Uruguay. En todo caso comienza ese proceso de independización entre agosto de 1825 y queda plenamente confirmada con la primera Jura confirmada con la Primera Jura de la primera Constitución Nacional el 18 de julio de 1830. El gobierno y su importancia: Bueno. El gobierno es un gobierno unitario contrariamente a Argentina, Brasil, Estados Unidos que son gobiernos, este, son repúblicas federales ¿no? federativas como el caso de Brasil. Este es un gobierno unitario. De todas maneras consta de 19 Departamentos que tienen administraciones independientes con cierto grado de autonomía respecto al gobierno central. Si bien claro, estamos regidos por una constitución común y las leyes predominan en su importancia respecto a los decretos que decimos nosotros de los que pueden llamarse los gobiernos departamentales. Quien es el responsable de la conducción Nacional es el Presidente de la República electo por voto secreto, etc, y la gestión departamental está a cargo de un intendente. Ustedes suelen llamar prefeito pero no es exactamente lo mismo. En los 19 Departamentos, Montevideo es uno de los Departamentos. Los 19 Departamentos no son solamente ciudades, son territorios de mayor o menor importancia. Montevideo es el más pequeño. Son menos de 600 km² y los intendentes son digamos así responsables de la gestión departamental. Es algo más que prefeito porque en realidad quiere decir, intendente de la o las ciudades que existen en cada uno de los departamentos y a la vez es una especie de pequeño gobernador del Departamento en su conjunto. O sea que el intendente tiene injerencia en la ciudad o las ciudades que existan en cada Departamento y tiene injerencia también en la gestión del territorio rural no solamente urbana. Para dar diferenciación con respecto, a bueno. Economía: puntos fuertes y débiles.

Sonia: ¿Existe un parlamento en cada departamento?

Mariano Arana: Si. Obviamente hay un parlamento. Es bicameral, no como en Brasil y Argentina. Hay una cámara de senadores y una cámara de diputados a nivel nacional.

Sonia: ¿Y un parlamento?

Mariano Arana: Con 99 diputados que se eligen por voto secreto y hay una representación proporcional. Y senadores que son 30,30 senadores, mas el vicepresidente que preside el Senado. El Senado está constituido por 31 senadores.

Sonia: Una pregunta acá sobre las instituciones. ¿Cómo consigo esa estructura institucional? Esa estructura, por ejemplo

Mariano Arana: ¿La constitución nacional?

Sonia: No, la constitución la tengo. ¿No tiene un organograma, algo que se pueda ver?

Mariano Arana: No creo.

Sonia: Porque la constitución yo tengo.

Mariano Arana: No creo que tenga algo.

Sonia: ¿Los departamentos tienen parlamento?

Mariano Arana: Cada uno, así como existe una cámara de vareadores, para, en el caso de cada ciudad, para el caso de Montevideo y el caso de los 18 departamentos restantes tienen un parlamento municipal, digamos. En realidad deberíamos decir departamental porque municipal correspondería a una ciudad si bien se le llama así Junta Departamental, vendría a ser la cámara de vareadores, está constituida por 31 ediles

Sonia: ¿En cada uno de los departamentos?

Mariano Arana: En cada uno de los 19 Departamentos. La economía está basada fundamentalmente, sigue siendo muy importante todo lo que tiene que ver con la riqueza agropecuaria: carne, lana. Pero últimamente ha tenido una importancia creciente, producciones menos tradicionales pero hoy día muy importante, por ejemplo, el arroz, de altísima calidad. El Uruguay es el sexto, sexto productor de arroz en el mundo. ¡Asombroso!

Sonia: ¿Está creciendo o ya fue así?

Mariano Arana: No. Creo. Creo que se mantiene bien en calidad y cantidad. Desde luego que también tiene mucha importancia los productos derivados del ganado lechero, mucha importancia la lechería y todos sus derivados. Y hay una industria de relativa importancia. Se está tratando de recuperar aquello que en los años 90 se desarticuló mucho, tanto en Argentina como en el Uruguay ¿No?

Sonia: ¿Qué tipo de industria?

Mariano Arana: Y de pronto yo te voy a dar la copia de un trabajo que presenté, que acabo de escribir, actué como editor de un libro que me encargaron sobre Montevideo que va a salir en Ecuador, en Quito. Entonces te voy a hablar del trabajo inicial, la a presentación. Hemos, el país ha crecido en credibilidad, gracias a la estabilidad política. Yo creo que uno puede decir que a la seriedad con que se ha actuado del punto de vista económico fundamentalmente con este período de gobierno que ya lleva 4 años, 4 años, digamos. Nosotros entramos, el nuevo gobierno del Frente Amplio entró el 1º de marzo, el Presidente de la República Tabaré Vázquez asumió el 1º de marzo de 2005. El Parlamento siempre entra 15 días antes. Nosotros como parlamentarios asumimos el 15 de febrero de 2005, de manera que el Presidente todavía no cumplió los 4 años, los va a cumplir ahora, el 1º de marzo de 2009.

Sonia: ¿Y los senadores? ¿El mandato?

Mariano Arana: Son 5 años también, simultáneamente, 5 años entran casi simultáneamente los legisladores y el Presidente, 15 días antes y cesan 15 días antes también, 5 años.

Sonia: ¿Y las elecciones son por lista?

Mariano Arana: Por listas,

Sonia: ¿Y en la disputa interna? ¿Cómo funciona en los partidos?

Mariano Arana: Todo por rigurosa proporcionalidad.

Sonia: ¿Cuándo va a ocurrir la disputa interna?

Mariano Arana: Bueno, ahora vamos a tener, va a haber, y bueno, la disputa previa a la elección ¿Decís tu?

Sonia: Sí, porque tendrán la elección y ya necesitan las listas prontas.

Mariano Arana: ¿Las listas de qué? ¿Las listas para presidente?

Sonia: No, para diputados y senadores. ¿Cómo funcionan las elecciones?

Mariano Arana: En las elecciones nacionales se presentan por partidos, por lemas. Los grandes lemas: el partido Colorado es un lema, el partido Nacional es otro lema. Partido del Frente Amplio es otro lema. En realidad no somos un partido, es algo curioso. Es una coalición de partidos que vienen trabajando juntos desde hace años pero al mismo tiempo somos un movimiento porque tenemos un estatuto común, a pesar de que somos varios partidos, cada uno tiene su estatuto pero al mismo tiempo tenemos un estatuto común que rige a todos por igual a los que conformamos esta agrupación política. El Frente Amplio nació en 1971. Sorteó la dictadura. La dictadura duró más de 11 años, de junio del 73 hasta que se abre, hasta que entra el gobierno departamental, hasta que entra el gobierno democrático con el nuevo presidente, el 1º de marzo de 1985. Las elecciones se hacen al final del 84, las elecciones democráticas pero con muchos proscritos. Había proscripciones. De todas maneras las elecciones fueron libres, limpias y el nuevo gobierno democrático asume luego de la dictadura de más de 11 años, asume el 1º de marzo de 1985. En ese momento el partido colorado, el presidente fue Sanguinetti.

Sonia: ¿Y usted fue preso político?

Mariano Arana: No, yo estuve apenas unos días, no, no. Mucha gente fue preso político. Por eso es que me inventaron de candidato, porque mucha gente estaba proscrita. Como yo, porque salimos a defender la ciudad, como éramos docentes, y la ciudad la destrozaron. Los edificios que estaban tumbados como monumentos históricos, centenares fueron desafectados como monumentos, se produjeron demoliciones, locuras, toda suerte de barbaridad y entonces formamos un grupo para defender la ciudad que tuvo una resonancia enorme, arquitectos, jóvenes, estudiantes y alguna gente que no era arquitecto pero que acompañó con entusiasmo. Tuvo una resonancia popular enorme. No sé si en ese documento que te voy a dar, creo que lo decimos: un grupo de estudios urbanos fuimos a POA, fuimos a Sao Paulo. Nos invitaron de Buenos Aires, recorrimos el país. Nos ponían presos para declarar porque están haciendo eso. Pero eran unas horas, eran unos días, fue nada.

Sonia: ¿Entonces este movimiento empezó antes de la dictadura?

Mariano Arana: Claro en plena dictadura. De ahí que nos propusieron como candidatos. En la primera, de manera que tuvimos el Frente Amplio creció mucho pero no llegó al gobierno todavía en el primero momento, conducido con la emblemática figura de Líber Seregni. Nosotros no ganamos en primera instancia la intendencia. La ganamos en el segundo período y yo propuse que fuera candidato el actual Presidente Tabaré Vázquez. Ganamos en aquel momento. Se ganó con el 34%. En el siguiente período me propusieron a mí; ganamos con el 45%. De 1995 hasta el 2000 en el primer período. Luego me propusieron un segundo período, como intendente se puede reiterar, como Presidente no. Yo estuve dos períodos, 10 años. Así que en el primero, 34%, después 45% y yo gané después con el 58%. Así que estuve de 1995 al 2000 y del 2000 al 2005.

Sonia: ¿Entonces todos los cambios de la ciudad pasarán por tus manos?

Mariano Arana: Sí. Por un equipo Mira. Con un equipo muy bueno. Lo mejor que hice fue elegir un buen equipo. Mi mejor virtud fue elegir un buen equipo.

Sonia: ¿Había personas que nunca militaron?

Mariano Arana: Yo, personalmente, nunca había estado en política, solamente en la Universidad, pero claro habíamos trabajado mucho con movimientos populares, porque me dedique como arquitecto en un instituto de asistencia técnica que es muy conocido en Brasil, el centro cooperativista Uruguayo, conocido en Brasil, en Porto Alegre y conocido también en Sao Paulo y trabajamos mucho en cooperativas de vivienda para sectores populares tanto cooperativas de ahorro previo, ahorro, como se dice ahorro? Orçamento previo y también y fundamentalmente con cooperativas por el sistema de "mutirao". Nosotros le llamamos de ayuda mutua. Eso ayudó también al conocimiento y además como yo era docente me encantaba dar clases. Yo tuve la sensación como que era una continuidad de lo que habíamos hecho por que la concepción nuestra es que los gobiernos no se hacen solamente de los escritorios sino en contacto con los barrios y en contacto con la gente. Muy bien, acá me preguntan de la inmigración, cultura, Si claro, somos un producto de acá tenéis, mira, ahí está, esta es la introducción de un futuro libro que va a salir, esto posiblemente te sirva un poquito para una cantidad de cosas.

Sonia: ¿Puedo escribirte para saber cuándo va a salir el libro?

Mariano Arana: Claro. Si quieres te doy el nombre de la persona encargada en Quito para que le preguntes también. La persona en Quito se llama Fernando Carrión ahora te pasamos el mail de Carrión. Evidentemente somos un país de emigrantes. La población nativa, así como tiene un peso enorme en México, también algo en Argentina, a pesar que en Argentina y acá fue una guerra de exterminio, aquí fue terrible. Eran poblaciones con una estructuración, poco, muy distinto a lo que hubo en la zona del pacífico o en el norte de América, en América Central, México. Nada que ver con la cultura Maya, o otra cultura de la zona del Norte, nada que ver con la cultura Inca que tenía una verdadera organización. Estas eran poblaciones menos avanzadas con culturas poco estables, eran más bien nómade, cazadores y algunas de las tribus bastante agresivas de manera que eran producto de una matanza y un exterminio muy complicado.

Sonia: Pero los Guaranís son mas calmos. Los Charrúas son más guerreros:

Mariano Arana: Bueno el exterminio de los charrúas hacia 1830 fue tremendo y hay un fuerte en el inconsciente colectivo uruguayo, hay una gran adición, hay un gran rechazo a ese exterminio que se produjo hace 170 años atrás, una vergüenza.

Sonia: ¿Y las matrices?

Mariano Arana: Las matrices son fundamentalmente italianos y españoles.

Sonia: ¿Pocos alemanes?

Mariano Arana: Pocos alemanes. No tenemos tanta importancia como tuvo en el sur del Brasil, en Rio Grande del Sur, la importancia de la cultura alemana, también la hubo en Chile por ejemplo, en Paraguay creo pero no así no tanto en, si bien en un inicio sobre todo en el siglo XIX, había una multiplicidad de extranjeros, franceses, algo de ingleses, algo de alemanes, pero lo fundamental, fundamentalmente con las migraciones, este, que tuvieron lugar antes de fin de siglo en la segunda mitad del siglo XIX y hasta bien avanzado el siglo XX, las migraciones dominantes, muy dominantes tanto acá como en Buenos Aires y en Argentina en general. Sobre todo en el Rio de la Plata, Buenos Aires y Montevideo, fueron muy potentes las migraciones, tanto españolas como de Italia, de la Italia del sur, también genoveses y de la España del Norte fundamentalmente gallegos y asturianos. Si bien hay

también algunos catalanes, algunos sevillanos pero altamente predominante fue gallegos, asturianos, vascos, del país vasco también.

Sonia: ¿de dónde viene "Arana"?

Mariano Arana: vascos y Lobo Sánchez, gallego total.

Mariano Arana: Instituciones: cómo se constituyen, organizan,

Sonia: más o menos

Mariano Arana: te lo dije: volumen da receta de Unión...

Sonia: Es que no hay unidades federativas. Lógico, pero las transferencias para los departamentos. Nosotros tenemos el fondo de participación de municipio para las rentas de las...

Mariano Arana: A bueno, la última constitución determina que debe haber transferencias de recursos desde el ámbito central hacia las distintas intendencias, digamos a los distintos gobiernos departamentales.

Sonia: ¿Y cómo se hace esto?

Mariano Arana: Recién ahora con nuestro gobierno, a través de lo que se llama la comisión sectorial de descentralización que está, que actúa dentro de lo que llamamos la oficina de planeamiento y presupuesto. El gobierno actual tiene 13 ministerios y aparte de 13 ministerios, hay una organización bien importante que asesora directamente a la presidencia de la república. Y el director de la oficina de planeamiento y presupuesto tiene un cargo casi ministerial. Dentro de esa oficina de planeamiento y presupuesto, esa oficina coordina lo que se llama la comisión sectorial de descentralización que es la que fijó reglas claras y objetivas para hacer las transferencias a los distintos gobiernos departamentales. Eso es muy importante porque yo estuve 10 años como intendente de Montevideo, sufrí la discriminación atroz del gobierno central por una razón, porque no había concordancia del punto de vista ideológico y político. Creo que hemos superado esas situaciones felizmente porque se establecieron reglas claras y objetivas de manera que se le brinda el apoyo que corresponde a cada gobierno teniendo los siguientes parámetros: los apoyos tienen que ser proporcionales a la extensión territorial, proporcionales al volumen poblacional y proporcionales también, digamos a la proporción de... como te voy a decir de o inversamente proporcional a la riqueza del Departamento.

Sonia: Si, compensatório

Mariano Arana: Para tratar de ser auténticamente equitativo. Independientemente de eso, las distintas intendencias pueden proponer planes de actuación de desarrollo local. Si esos planes se encuadran dentro de los lineamientos genéricos que del punto de vista de la infraestructura del país se entiende de importancia, se apoya además a esas propuestas en la medida que estén bien fundamentadas. ¿Y cómo se votan en esa comisión? Hay 6 delegados del Poder Ejecutivo y 6 delegados del Congreso Nacional de intendentes. El Congreso Nacional de Intendentes está constituido por 19 jefes departamentales. Ese congreso elige 6 que actúan, digamos, en condiciones paritarias con los representantes del gobierno central. En general se aprueba, si están bien los planos se aprueba todos, todos los planes. El límite está en las disponibilidades totales.

Sonia: ¿Estos criterios que este gobierno esta eligiendo, pueden ser cambiados por un gobierno caso no sea?

Mariano Arana: Y Podría ser, podría ser. Podrían cambiar si.

Sonia: ¿Entonces no hay garantía? ¿No tienen como hacer?

Mariano Arana: La garantía está, la garantía está en el conocimiento que pueda llegar a tener la población del trato que se les hace a los gobiernos democráticamente electos. Una de las posibilidades que yo tuve de credibilidad

entre los ciudadanos es que salí a combatir la manera absolutamente ilegítima, a mi modo de ver, y hasta te diría anti ética con que actuaba el gobierno central con respecto a los montevideanos pero yo decía es una manera de discriminación que deja de rehén a los montevideanos pero fundamentalmente a los más debilitados de los montevideanos, simplemente por razones político sectoriales. Bueno, a ver. ¿Cómo se constituyen y organizan las instituciones? Volumen de receta como se...
A partir de 88

Sonia: Si, esto no se puede comparar. Nosotros descentralizamos y no tiene esto porque...

Mariano Arana: Acá la política desnecesarias

Sonia: Hablar porque no tenía conocimiento para hacer. ¿Cómo se hace la política pública acá? ¿Cual el plan? ¿La idea? ¿La matriz: que se hace, porque?

Mariano Arana: Bueno, en este gobierno, en Montevideo decís tú, a bueno, mira nosotros apostamos a un sistema de descentralización desde el 1er gobierno del Frente Amplio que se inició no en la apertura democrática como te digo sino a partir del segundo período, a partir del 89, en realidad a partir de 1990. Y ya en ese momento se decidió y ahí creo que te lo vas a encontrar... creo que está más o menos simplificado. Fíjate otro trabajo mío...ahora te voy a dar...Entonces, nosotros tenemos, hemos dividido el Departamento de Montevideo en 18 zonales. Cada zonal tiene un consejo de vecinos con representación proporcional de los vecinos de cada área y una junta local constituida por delegados de los distintos partidos políticos que tienen representación en el parlamento municipal.

Sonia: Entonces ya responde la pregunta de la computadora que hay abajo

Mariano Arana: Por eso yo te digo así Pero en el siguiente documento lo vas a tener escrito. Cualquier duda nos escribís.

Sonia: Van a llamar el presupuesto...

Mariano Arana: Eso es una apuesta a la descentralización local, aparte de nosotros, ahí está indicado. Nosotros ahora estamos tratando de apostar ya que somos gobierno nacional a la descentralización del país. Pero ya tenemos el antecedente de haber hecho la descentralización a nivel del micro territorio de Montevideo, que es el Departamento más pequeño pero el más poblado porque tiene un 42 o 44% de la población total. La población total del país es un barrio de San Pablo. Todo el Uruguay son 3.500.000 o menos. De todas maneras entonces descentralizamos. De manera que apostamos a la descentralización y a la participación de la ciudadanía. No es el Intendente el que define las prioridades para cada área local. Son los ámbitos comunales que año a año establecen sus propios planes. Se hizo un sistema de descentralización con participación ciudadana. Ahora en este cuarto gobierno del Frente Amplio en Montevideo se hizo, una transformación en cuanto a las asignaciones presupuestales. Se está haciendo una cosa interesante que es que el jefe comunal, el intendente con su gabinete define el monto que va a repartir entre las 18 zonas de Montevideo y la gente de cada zona elige cuales son la cantidad de proyectos que le interesaría tener para su zona. Obviamente no alcanza para hacer todo lo que la gente quisiera.

Sonia: ¿Tienen que elegir?

Mariano Arana: La asignación tiene un tope. Dentro de esos proyectos definidos por la gente, se estudia en una comisión especial cuales son, si no hay contradicciones del punto de vista normativo y si no hay limitaciones técnicas para lo que se propone. No sé, te digo cualquier cosa: Que se quiera poner un volumen de iluminación y que no tiene posibilidades de localización porque no hay una potencia tal. Así que son una limitación presupuestal...

Sonia: ¿Y una física? ¿material?

Mariano Arana: Una. Una limitación normativa y una limitación también del punto de vista técnico, a ver si técnicamente es viable. Aquellas cosas que son considerable viables, entonces por votación secreta, los ciudadanos de cada zona eligen 4, 5 proyectos y aquellos que son elegidos por su orden son aquellos que van a tener la prioridad para llevarse adelante. Siempre claro está su presupuestación no esté por encima de su asignación presupuestal.

Sonia: Sí, sí ¿Para la división?

Mariano Arana: Claro. Si hay 5 proyectos elegidos y los 5 proyectos se pueden financiar con lo asignado perfecto. Si no quedan 4 Y los siguientes quedan fuera o se los elegirá para el próximo año. Pero es un escalón más para darle capacidad de decisión a la gente a través de un presupuesto que efectivamente es un presupuesto participativo. Entonces se está tratando de hacer no solo en Montevideo, sino también a través de otras intendencias del interior que están siendo gobernadas por nuestra fuerza política. Por ejemplo: el Departamento de Paysandú cerca de Brasil, cerca del Norte, Departamento del norte del Uruguay contra el río Uruguay.

Sonia: ¿Como están las oportunidades del partido para las elecciones? ¿Quién será el candidato?

Mariano Arana: Quizás se pueda saber en el congreso de este sábado que viene.

Sonia: ¿Depende mucho del candidato, no?

Mariano Arana: Si, claro. Tenemos un gran lío ahí que no sabemos cómo se va a resolver, ya se verá.

Sonia: ¿Y cómo están los otros partidos con sus candidatos?

Mariano Arana: El Partido Colorado que fue siempre tradicionalmente el partido del gobierno, Sanguinetti es del Partido Colorado, fue presidente por dos veces, tiene el 9 %. El partido nacional tiene 36 o 37% y nuestro partido tiene 42 o 43% pero estuvo bajando. Yo creo que por esas deudas de candidatura y esas peleas por la candidatura. Yo estoy muy mortificado. Bueno, ¿qué más?

Sonia: ¿No podría ser tu nombre para la candidatura?

Mariano Arana: No, tengo 75 años, hay que buscar gente joven, gente joven

Sonia: ¿no puede ir hasta los 90?

Mariano Arana: Imposible. Haber: sociedad, actuación y autonomía

Sonia: Acá. Sociedad ¿Cómo se organiza? Cuando habla de capital social, podemos ver que hay un tejido social fuerte, un nivel de confianza, ¿Cómo la sociedad se organiza?

Mariano Arana: Existen muchas organizaciones no gubernamentales. Nosotros trabajamos en la Intendencia con muchas de ellas. Y después cuando fui ministro de vivienda, durante los tres primeros años, de gobierno fui ministro de vivienda, territorio y ambiente. Tanto en el ministerio como sobretodo en la Intendencia de Montevideo, trabajamos muchos con organizaciones no gubernamentales. El actual ministerio de Desarrollo Social también. Eso sí, tratamos de hacer llamados y de seleccionar a las organizaciones no gubernamentales por su capacidad técnica, por su organización, su inserción social, en fin con una serie de parámetros. Y además trabajamos con organizaciones barriales: sindicatos, cooperativas, en fin, conjunto de vecinos. ¿No?

Sonia: En la forma actuante existen alianzas. ¿En la Importación de políticas públicas también? Parece rezando en Brasil, con la modernización administrativa, en el gobierno Fernando Henrique fueron creadas legislaciones que permitieron publicitación, formando partido en el gobierno con algunas organizaciones. Nuestro estado ahora ha hecho la más moderna y la más avanzada que llamamos de

OCPS," Organización de la Sociedad Civil de los Intereses Públicos". Entonces es una organización que se catastra y que se cualifica que se cualifica como organización social para hacer alianzas con el gobierno. Se crean, eligen puntos que deben ser atendidos. Es hecho un contrato, que pasa por auditoria, todo un acompañamiento, entrega de libros de caja. Si no los cumple, el gobierno rompe el contrato. Entonces el gobierno no hace la punta, el gobierno trabaja en la estrategia y designa a sus a través de un contrato, esta actuación.

Mariano Arana: Entonces, en primer lugar, hemos tratado de mejorar la administración, difícil tarea te aviso, difícil tarea. Es también una preocupación absoluta del Presidente de la República y del director de esta oficina de Planeamiento y Presupuesto que tiene por objetivo mejorar la administración que está haciendo cosas, avances importantes y está promoviendo una ley de transformación democrática del Estado para simplificar los trámites dentro de las garantías institucionales, ¿no? Simplificación de trámites, mayor transparencias, facilitarle las tramitaciones a la gente sin necesidad de ir hasta las oficinas centrales.

Sonia: Burocratización

Mariano Arana: O venir hasta la capital del país. Disminuir todos los escoyos burocráticos que son inmensos. Hay un enorme esfuerzo y sobretodo una voluntad firme, política para tratar de ir avanzando en esto y si es posible votar en este último año de gobierno que nos queda, si es posible esa ley. Que además va a descentralizar la administración municipal creando alcaldes, independientemente de la, para todas aquellas poblaciones mayores de 2000 habitantes, pequeños alcaldes, o sea, tendríamos si eso se acepta además de los intendentes tendríamos además alcaldes. Alcalde es algo así como prefeito. En Brasil hay miles de prefectos.

Sonia: tenemos 5.500

Mariano Arana: Si, pero, también en España, también Francia. Cantidad. Incluso en pequeñas localidades Este es el otro documento que también te digo, vas a ver cosas comunes y pronto.

Sonia: Si, si, si. Bueno, Las tres últimas preguntas rápidamente. ¿Lo que transforma al Uruguay y a Brasil igual y o que los hace diferentes? En su opinión

Mariano Arana: Brasil es muy pequeño y Uruguay enorme.

Sonia: ¿ Lo que aproxima o lo aleja de nosotros?

Mariano Arana: Hay una gran simpatía por Brasil, una gran simpatía. Hay una gran admiración por sus artistas y por sus músicos. La música la llevan en el torrente sanguíneo, y parece mentira. Tenemos gran admiración por el cine brasileño y en cambio conocemos poquísimo de la literatura, increíble, extraordinario. Yo participo en una editorial hace más de 40 años, desde el 61. Hicimos un gran esfuerzo para traducir y dar a conocer pequeños relatos pero tienen una cantidad de escritores soberbios y acá se conocen poquísimos, parece mentira mientras que en Brasil se conocen muchos de toda América Latina, incluso Uruguay. Es que los brasileños proporcionalmente hablan más español que nosotros portugués. Ahora hay una decisión de poner en la enseñanza pública también el Portugués por que teniendo un país que es un continente como Brasil, ni que hablar. Soy de los que estoy absolutamente convencido que hay que tratar a consolidar la integración regional. Yo digo integración y complementación regional; y creo que Brasil debería ser anotar, el papel que le corresponde, el papel de liderar esa necesidad de profundizar esa integración y hasta ahora no lo ha cumplido. Yo un poco lamento que no lo haya hecho. No es fácil porque claro es muy difícil tan solo con 4 países que tienen asimetrías tan grandes que eso se pueda hacer en forma fácil. Yo quisiera que se multiplicara todavía más. No sé si quedará integrado sí o no Venezuela, aparte de

Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay. Si entra o no Venezuela, si estará o no Bolivia, no lo sé pero en todos los casos me parece que hay que buscar lo que logró la Unión Europea, que es buscar un sistema capaz de generar las compensaciones para las notorias asimetrías que existen en los países.

Sonia: La unión Europea se quedó como un proyecto por más de 30 años, en la idea que se desarrollo en la década de 2mil. Efectivamente cuando la moneda se fortaleció fue cuando ellos lograron. Tuvieron la misma moneda que amalgamó verdaderamente...

Mariano Arana: Sin duda, sin duda.

Sonia: Porque en la idea, ya eran 30 años.

Mariano Arana: Vamos a decir la verdad, es cierto que la Unión Europea no se hizo de la mañana a la noche por que todo eso vino desde la 2ª Guerra Mundial en el 47,48.

Sonia: Las tratativas fueron por más de 30 años. La idea venia desde la segunda guerra, pero las tratativas iniciales ...

Mariano Arana: Se fue profundizando y bueno todavía hoy tiene problemas pero yo creo que han logrado ir consolidando en forma civilizada para la compensación de las notorias asimetrías y bueno los problemas que se generan por que la vida tiene problemas no es todo lubricado y fácil.

Sonia: ¿Cuál es la proyección de futuro para el Uruguay?

Mariano Arana: Nosotros creo que estamos siendo muy consecuentes con la idea del Uruguay Natural y apostando mucho a la biodiversidad y a la defensa del equilibrio ecológico. Yo lo dije para ser sintético. Me opongo a la disyuntiva demasiado simplificadora entre crecimiento económico y equilibrio ecológico. ¿No? En todo caso me niego a aceptar cualquier tipo de inversión con un sentido puro y exclusivamente economicista y productivista por considerarlo socialmente irresponsable, éticamente incompatible y políticamente regresivo. Por eso es que me siento orgullosísimo en pertenecer como vice-presidente de un centro ¿Como se llama Tierra América Centro? Acabamos de estar hace pocos meses atrás en Manaus, en plena Amazonia. Así que me siento orgulloso como vicepresidente de una organización, centro de divulgación y de reflexión Tierra América cuya presidencia la tiene una figura muy querida y muy emblemática que la acabo de ver hace pocos días atrás en Foz de Iguazú, que es Marina Silva, que es la ex Ministra de Medio Ambiente y senadora de La República de Brasil. Extraordinaria persona. Gran Técnica, gran política y sobre todo, muy buena gente.

Apêndice M – Enrique Cabrera

Entrevista concedida à autora desta dissertação em 11 de dezembro de 2008, na Intendência Municipal de Montevideu – duração do áudio: 1h07min

Enrique Cabrera é diretor do Departamento de Recursos Financeiros da Intendência de Montevideu. É contador público. Foi diretor da Divisão de Execução Orçamentária da Intendência de 2000 a 2005. Especializou-se na elaboração de orçamentos e formulação de projetos de financiamento e variados trabalhos com instituições internacionais (BID, Agências Europeias de Cooperação) e organizações governamentais e não governamentais. É docente da Universidad de la República, na Faculdade de Ciências Econômicas.

Enrique Cabrera: Bueno, un poco mas de 50% de los gastos de la intendencia estaba orientado, tenía una orientación social y nosotros teníamos otro análisis. ¿Por qué? Porque entre los gastos de orientación social ponían las invasiones que había en saneamiento con él. Nosotros la consideramos como una obra de infraestructura. Entonces en la otra edición básicamente el componente es la intendencia hasta unos 50 y 1 % de en obras y servicios. Básicamente ahí la parte es limpieza y saneamiento. Tienes un 30% de gasto social y ahí la política pública de más peso. Del punto de vista material tienes el subsidio al transporte. Después tienes los programas de cultura, los programas de salud pública. Y los programas de atención a la infancia mas de política de género: la mujer, política de infancia, situaciones con capacidad diferentes. Este, juventud. Este es otro comportamiento par alegato es un 30, 31%. Y al resto, es lo que llamo el costo del aparato, el funcionamiento de, de la intendencia. Básicamente este esquema de y mañana te podó dar todo esto.

Sonia: ¿Cuánto son las inversiones? ¿Cuánto es?

Enrique Cabrera: Hoy tenemos un presupuesto que sean en torno de 400 millones de dólares anuales. De estos 400 millones de dólares y tenéis, 30 %, que son en torno de 160 millones de dólares que están destinados a política social.

Sonia: Sí y, y este dinero, ¿viene de donde?

Enrique Cabrera: Básicamente son recursos propios. Sí, reciben en este último quinquenio, transferencia del gobierno nacional que es 7% de presupuesto. Antes no era nada, entre 1 y 2%. Resulta en un trabajo, del punto de vista de las políticas sociales, alguno elemento interesante es todo el tema en tramado de contención social en la capital, yo diría que en la zona metropolitana, fue absuelto por Montevideo, sobretudo en la crisis en 2002. Ahí tienes los programas de alimentación, de infancia tiene un plan de alimentación bastante importantes. Ahí, este, sobretudo se trajo con situaciones de infancia de mucha carencia. Estamos hablando de los 2 a 6 años, de lugares y madres solteras. Hay un fuerte arete de trabajo importante, de solo infancia. Después fue la coordinación de hojas, de hojas populares ya, que en el periodo de la crisis, este, nosotros implementamos un plan alimentario específico. Ate que nacional. Y esto fue bastante importante, después

Sonia: ¿los alimentos?

Enrique Cabrera: Después en 2001 empezamos con un programa para la gente en situación de calle, el plan de Frio Polar, llaman con Frio Polar, este, después llaman

plan indiano. Este, esto, primer programa que ahora el ministerio de desarrollo social tomo esta línea de trabajo y le entró a implementar. El tema de trabajo, este, control es un programa muy interesante que fue el programa Barrio Toni al que es un empleo temporario básicamente para madres solteras. Se considera empleo temporario por los 3 meses, 4 meses. Entonces la madre consiguió un ingreso, pero en el momento sí le, lo tema de sus hijos, vinculados a una guardería, de la intendencia y bon para asegurarse el ingreso, selecciona atención de salud. Había gente que nunca tenía una atención de un médico por un todo y es por esto generalmente la táctica, ¿no? No era que instruíamos empleos, sino que usábamos el empleo como una práctica de integración, de inclusión. Después la madre se encachaba en el circuito laboral. Esto desvía mucho el auto estima la. Es un programa muy lindo, muy...

Sonia: ¿Y cuántos años tiene este programa?

Enrique Cabrera: Este programa, llegamos fue en 2002. 6 años.

Sonia: ¿Y después dese periodo? ¿Siguen sin trabajo, todos? ¿Como estas personas se insertaran laboralmente en el medio?

Enrique Cabrera: Se insertaran porque básicamente generaran una relación muy importante en el medio donde se empeñaran y en seguida conseguirán trabajo, en casa de familia o actividad muy vinculadas a eso, en comercio. Lo más importante es la situación de inclusión de esta persona. Tenía una cantidad de servicio que no llegaba.

Sonia: ¿Usted habló de las guarderías, cuantas tiene la intendencia? ¿A cuántos años existen las guarderías?

Enrique Cabrera: Este programa que hace, tenía un financiamiento externo y ahora solamente la intendencia, empieza flojo en el año 1995 aproximadamente. Voces ahí pare que te sigo hablando. También hicimos un trabajo interno do que lo hace a concejo del trabajo momentáneo que fue técnicamente llamado trabajo por Montevideo. Después el gobierno nacional lo tomo por trabajo por Uruguay. Todo esto desarrollo acá. Son empleo temporal, de 6 a 7 meses también destinado a inclusión. Y hay una asignación de una partida de ingreso contra una contrapartida ¿no? Este, y ahí tu diría en termino de conclusión lo que se logro fue una experiencia piloto que después fue aplicada en el gobierno nacional, o sea, con mayor recursos y que mucho dos que lo está haciendo surge en el MIS. Surge del trabajo pleno de hecho da secretaria, da subsecretaria del ministerio de desarrollo social y da directora de la intendencia y mucha gente de acá fue y la encargada del programa "Mujer" del intendencia paso al MI, el encargado del ministerio de la ley de infancia paso al MI. Ay un trabajo bastante mayor.

Sonia: ¿La intendencia fue un laboratorio?

Enrique Cabrera: La intendencia fue un laboratorio.

Sonia: Formador de pessoa técnica. ¿De propuestas de peso a técnica capaz de tocar en nivel nacional?

Enrique Cabrera: Sí, sí, claro

Sonia: Nosotros tenemos la "Leí Orgánica" en la constitución de nuestro municipio, Porto Alegre. ¿Tiene una carta mayor, como se dice acá, la intendencia?

Enrique Cabrera: Sí, sí La Leí de Ordenancita Municipal. Esto lo puedes acceder en la página web. Es Montevideo, punto Bu, punto Bu Es Bu con B larga. Con B larga. Ahí tiene toda página de digitación.

Sonia: Ok Leí Orgánica, ok y entonces estos y la no tenemos como obtener los datos: ¿Cuánto del presupuesto nacional viene en cada una de estas áreas es aplicado acá? ¿No hay como saber?

Enrique Cabrera: No hay transferencia. El gobierno nacional asigna transferencia

Sonia: no, no transferencia

Enrique Cabrera: ¿Cuánto gasta el gobierno nacional?

Sonia: ¿Cuánto gastan acá? Porque las escuelas están acá, la universidad es acá, el hospital es acá...

Enrique Cabrera: Te lo puedo conseguir. No, lo puedes sacar por ministerio, por ministerio. Pero todo hace. Acá es muy claro ¿no? se algo tenéis. Hay un gasto, por esto está en presupuesto, un gasto que está orientado por ministerio y los ministerios son muy particulares ¿no? Se puede construir, se puede construir. Este, ahora, se puede construir porque cada, este, cada ministerio tiene un centro de costo localizado paralelamente

Sonia: Alocado el recurso. Internamente ellos tienen. En la página no tiene. Por ejemplo en Montevideo, cuánto va para lo hospital X, cuánto va para lo centro de salud Y...

Enrique Cabrera: Sí, esto se puede hacer. Yo no tengo capacidad de lanzarlo, pero yo puedo pedir, pero, este, yo puedo pedirlo. Que pasa, yo les explico porque no los de los gastos. Una, porque hay una carencia para obtenerlo y otra porque el presupuesto nacional hay una asignación de 75% del gasto orientado por departamento. Entonces, seguramente esto no se cumple, entonces, por esto

Sonia: que nosotros, inclusive me llamo la atención que todo presupuesto tenía un volumen, que debería ser destinado, y o obligado y la economía. En todos ellos tienen esto.

Enrique Cabrera: En el artículo 998 de la constitución hay un porcentaje de dinero que se debe colocar al gobierno y a los gobiernos del interior. No, Montevideo. Dese 100%, 25% a partir de transferencia que está registrado y que recen en este gobierno se cumplió esta transferencia y ahí los 75% que teóricamente se tiene que registrar, ahora como no hay una costumbre de cumplir con este 75%, este, creo que está vinculado en generar información para que la gente lo

Sonia: Lo que conseguirás? Pporque se me consigues el presupuesto de acá, todo lo que me des, es muy importante. Si consiguieras por áreas: salud, educación, obras, saneamiento. Deporte y recreación son importantes porque generan relación entre las personas. Ir a la plaza, tomar mate Convivir es importante. Deporte es importante para generar...

Enrique Cabrera: Sí, que pasa es que te poso decir una cosa. En termo de gastos, cumplir, sobre todo la intención que tú tienes de ver, es muy fuerte, los gastos que hace la intendencia de Montevideo, es muy fuerte, muy fuerte porque.... Primera cosa porque efectivamente tras la. Este, con resultado importante, por ejemplo, todo el tema de saneamiento

Sonia: ¿Es de acá?

Enrique Cabrera: Sí. Saneamiento, Es el único municipio que tiene saneamiento a su costo es el municipio de Montevideo.

Sonia: Pero las plazas son de ustedes.

Enrique Cabrera: Sí

Enrique Cabrera: Todas las plazas de deporte son nostras

Sonia: Entonces, saneamiento y las plazas

Enrique Cabrera: Las canchas de futbol son todas nostras.

Sonia: Yo puedo comparar porque es de Montevideo y de Porto Alegre. Voy a tener que cambiar o explicar la diferencia...

Enrique Cabrera: Hay mucha infra estructura que es de Montevideo. Por ejemplo, de todas canchas en Uruguay son muy especiales. Todas las cuadras de futbol de

primera edición son todos de Montevideo y las cuadras de segunda división también son de Montevideo. Hay una o dos cuadras que son fuera de Montevideo. Uruguay es una cosa mucho más chica que el Rio Grande. Entonces tenemos, bien típico que en primera edición. Creo que son dos o tres que las canchas son de, propiedad del club. El estadio más grande de acá, El Centenario, es propiedad municipal. Las plazas deportivas, son propiedad nuestra. Los parques son nuestros, este, bueno la cancha de futbol, la cancha de básquet bol, la mayoría son en terreno municipal. Las escuelas donde están muchos internados y parques.

Sonia: Las guarderías que ustedes tienen

Enrique Cabrera: Pero son estructuras muy chicas, son...

Sonia: Sí pero, ¿cuántos niños atienden?

Enrique Cabrera: En el momento unas 5000 niños.

Sonia: Dentro de poco da para comparar. Yo tengo que encontrar un punto de comparación, Enrique En este sentido. ¿Y ahí en relación a la salud, ustedes invisten dinero?

Enrique Cabrera: La salud. Yo diría que las policlínicas mejor desarrolladas son las nuestras

Sonia: Entonces ustedes invierten en salud. ¿Educación?

Enrique Cabrera: Educación, no

Sonia: Solo en la guardería. Ahí tengo que hacer esta...

Enrique Cabrera: Sí. En la guardería, más que un programa de educación es un programa de alimentación

Sonia: Ahí tendría que ver un grado.... Bueno pero encuentro.

Enrique Cabrera: Educación, yo diría que es cero y no

Sonia: las guarderías son eso... atienden esto y la educación es nacional y el volumen de recursos aproximado. Yo tengo que hacer eso para que atender mi necesidad. Entonces así; si me consigues lo que tienes ya estaré muy contenta. Si consiguieras un poco a mas, de la salud y educación...

Enrique Cabrera: De las cosas que me llamó, porque hay un mayor nivel de aceptación Con el aseso de Frente Amplio al gobierno, este, hubo una área de centralización que se desarrollo de forma importante, y una de la gestión política de la intendencia es la consulta con el vecino. Pero con o vecino con un cierto grado de organización, este, hay una norma nueva que se planteo por el año, por el año 98. Hace 20 años, 98 que fue la creación de los consejos vecinales. O sea, en el territorio de Montevideo, se repartió en 18 sigo flexiones, las cuales tienen una junta política: que son delegados políticos y un consejo deliberativo que se el consejo vecinal, la cual, hay los vecinos que se eligen para cuestionar, acompañar, acompañamiento, de la gestión. Esto genera una dinámica de mayor llegada con el vecino ¿no? con el ciudadano. Este, a esto hay una práctica política bastante importante en la cual el intendente, la persona electa, el intendente periódicamente va someterse a rendir cuenta con lo vecino. Este, esto lo hace por lo menos a cada territorio dos veces al año. Independientemente de alguna convocatoria particular, que puede ser, al intendente, o cualquier de los electores. En el caso concreto mío, se un consejo vecino me pide un día: bueno, queremos ver porque se gasto tanta plata en esto. Yo concuro y discuto con lo vecino, este, porque se hace determinada orientación. Este, esto es una cosa muy fuerte, enseñó desde el 90 hace aquí y salió profundizado. Y esto ha generar que, al nivel nacional, se esté aprobando, creo que en ese momento, antes de diciembre, una ley de descentralización. Esto es un proceso que termina ahora con una ley nueva, que genere que en Montevideo pasamos a tener a parte un intendente, posiblemente 6 alcaldes. 6 personas que

deben ser electas por con determinada capacidad de gastos. Este, esto es un avance en Montevideo del punto de vista político, da la base de la ciudadanía. Sí. ¡Ahí está! Esto generaba este movimiento bastante interesante de origen política y un crecimiento en la ciudadanía. Y en estos últimos 5 años, nosotros estamos, en general la gente que tenía, se armaba un presupuesto medio global y se decía: bueno, este, por cada área y con tanta plata para gastar en de, tanta plata para gastar en saneamiento, tanta plata para gastar en el espacio público, tanta plata para gastar en cultura; esto se vuelta va al consejo vecinal y los consejos vecinales opinaban y se hacia un plan en función de la opinión del consejo vecinal. Ya hay un compromiso de gestión al Fuente Uno, en la primera foto. Ahora en los últimos 5 años se crio un compromiso frente al Fuente Dos; que es: cada consejo vecinal tiene una partida que gira en torno de unos 150 mil, 350 mil, 900 mil dólares ¿uh? Entonces sobre estos 100 mil dólares, los grupos de vecinos pueden a presentar proyectos, o sea, mejorar la plaza aquella, poner un semáforo, este, los bancos, la vereda, este, locales de atención del tema de la mujer, los más diversos. Son cosas que la gente se organiza y lo pide y honrar la ciudad. Mejorar al teatro. Entonces, esto se formula, se pasa una revisión técnica y después se somete a votación y se va asignando los cupos en función de la votación que tiene cada consejo vecinal. Esto sería en la Segunda Fuente. Es menos en la cantidad de dinero pero aun más la motivación porque es una cosa específica. Lo otro es en función del departamento general, este, hay una litación un poco más aterrizada por parte de lo consejo pelo que se haga ¿no? Estas dos formas persisten y, este, bastante interesante en termos de la dinámica social que se da a partir de esto.

Sonia: ¿Cual es el porcentaje de participación?

Enrique Cabrera: Y ahí en, en la elección nacional en la parte solidaria en el departamento votan un millón de personas

Sonia: ¿Y cómo se hacen las elecciones?

Enrique Cabrera: Y ahí en estas votan en torno de entre 70 mil y 100 mil personas

Sonia: ¿Y viene aumentando con los años?

Enrique Cabrera: No. Este, es, este, yo voy no se puede comparar porque ahí, este, la gente que más se moldeó es la que está más interesada en el proyecto. El otro ya resolvió por delegación. La Frente Uno ya resolvió por delegación, o sea, se someta al que el consejero opina. El otro como hay la convocatoria. ¿La votación que les van a mudar? Substancialmente lo que se moviliza a partir de triunfo tal y cual otro objeto. También estamos haciendo una escuela porque es muy posible que en dos años que nos quieren instrumentemos un proyecto en lo cual participen jóvenes. Aparte de jóvenes, niños, llevarlo a la escuela para que lo creen. Bueno esta votación, la ley nacional, la ley electoral, implica que aquí están autorizados a votar los mayores de 18 años con documentos. En esta pueden votar mayores de 16. Se ha dado un fenómeno muy interesante porque en algunos proyectos que favorecen a una escuela, son los niños los que se mueven pero tienen que convocar a los mayores y hay una discusión en el centro educativo por tal proyecto o porque tal otro y hacen dinámicas para captar votos. Lo de las escuela es claro. Acá hay un fenómeno interesante a nivel deportivo. A nivel social, hay futbol, babi futbol, futbol de menores; no se reproduce en el babi futbol la estructura del futbol profesional, o sea, en una zona muy chica hay montones de jugadores. Ponerle que acá haya entre 40 a 50 cuadros profesionales y haya, flojo unos 500 cuadros de chicos, que no tiene por qué tener una impresión para el futbol profesional y esos 500 cuadros se debe de estar manejando cada uno en el entorno de 200 chicos más o menos. Hay veces que también a partir de eso se genera, a veces en vez de pedir una

reforma para la escuela, te piden una mejora para la canchita que generalmente es un predio de la intendencia. Eso también genera una dinámica social bastante importante que la gente se vincula políticamente desde chico. Ya hay una forma

Sonia: de crear una conciencia, una participación...

Enrique Cabrera: Exacto, es interesante, muy interesante. Hay una gran aceptación. Una experiencia muy buena, eso lo hizo la iglesia de los salesianos, que es que en el período, en el primer gobierno de Mariano, en el 95, 96,97. Acá hay determinadas áreas que se le denominan zonas rojas. Zonas rojas se le denomina a donde hay determinado grado de violencia bastante importante. En una zona roja había un padre salesiano que ahora está de director en de las colonias del instituto del INAU, el padre Mateo. El hizo una experiencia bastante importante del punto de vista de vinculación de lo socioeducativo en el cual articuló muy bien con la intendencia de Montevideo. Se crearon lo que se llamó convenios educativos laborales. Básicamente en una estructura, el estaba inserto en una zona que lo institucional no llegaba, lo institucional público ¿no? Entonces con los grupos de jóvenes desarrollaban una tarea con la intendencia. Básicamente se dedicaban a la parte de barrido. Esos chicos se vinculaban a la intendencia a través de esa organización, es el movimiento Tacurú, trabajaban en el entorno de 2 años, no era un empleo permanente y a los dos años egresaban y se incorporaban a otra forma de trabajo. Es todo un tema con respecto al tema de la institución ¿por qué? Porque la persona recibía un ingreso pero esa persona debía hacer el trabajo, asistir a un complemento educativo que lo dictaba la propia organización Tacurú o se lo dictaba un centro público de enseñanza. Tenía asistencia médica y asistencia odontológica, y se le subsidiaba el transporte. Así recibía una parte en dinero como salario y recibía pasaje para el trasladarse. Eso fue un impacto importante.

Sonia: ¿Cuánto tiempo fue el proyecto? ¿Desde cuándo?

Enrique Cabrera: Se sigue trabajando El movimiento es anterior al 90, pero empezaron en el 97,98.

Sonia: Me dijiste que fue hecho un convenio con la Intendencia. Una de las preguntas que quería hacer es como es el Tercer Sector en Montevideo, Uruguay, Montevideo. ¿La sociedad participa? ¿Ella hace acuerdos con el gobierno municipal? ¿Cómo sucedió eso?

Enrique Cabrera: Si, metodológicamente fue un elemento importante que se dio.

Sonia: ¿Pero no es un caso eventual?

Enrique Cabrera: A partir de eso se tuvo un desarrollo

Sonia: Entonces el padre Mateo abrió la puerta?

Enrique Cabrera: El padre Mateo, Es un fenómeno interesante, porque se abrió esa zona. Si vas hoy a esa zona es muy distinta, aparte los chicos, tú los sacaste de esa zona. Iban a trabajar a otras zonas y se involucraban con la población. Conocieron otra realidad a partir de su trabajo y de su re inserción en la educación. Eso fue con el movimiento Tacurú. Después, también hay otro cura, este es de los salesianos.; Este era jesuita, este, que era el padre Cacho. Esa persona falleció. Que él trabajaba más con los hurgadores, los que viven de la basura. Este era otro movimiento. Zonalmente están muy vinculados, el de los hurgadores. El los organizó y hoy se encargan de, hay una parte de ellos que se encargan del trabajo de los residuos de grande volumen. Residuos que reciben un dinero por contratarlos y tienen un lugar de destino de esos residuos. También el padre Cacho trabajo en distintos aspectos. Esa gente trabaja mucho con transporte que es el carro y un caballo. Entonces se orientó, se hizo un trabajo de sensibilización de cómo hacer ese trabajo, localizar fuente de clasificado, etc. Hoy está un poquito más deteriorado,

este, porque hay un fenómeno que nosotros estamos trabajando, intentando de ver, que es el trabajo infantil. La recolección de residuos que trabaja con, recolector hay mucho trabajo infantil ahí que si bien ha disminuido, es una problemática nueva. Anterior a la crisis del 2002 era solamente el adulto que salía a recolectar, ahora sale el niño a recolectar. También hay una vinculación interesante que la intendencia fue

Sonia: ¿Qué tipo de convenio es eso? La prefectura pasa recursos y cuáles son los criterios,

Enrique Cabrera: Ahí lo que se hace es una, la licitación del convenio, se licita y se dice: hay tanta disponibilidad de recurso para hacer este trabajo, en ese marco, se le da esta característica. Es decir, no es solamente que me recoja los residuos, tiene que ser para determinado grupo un tipo de gente y que en el convenio implica recolectar los residuos y hacer determinadas actividades

Sonia: ¿Y eso es en todas las áreas? En el foco del trabajo, tanto de jóvenes con y fuera eso, como funciona la alimentación, el complemento alimentar. ¿Qué tipo de trabajo es eso que la intendencia hace?

Enrique Cabrera: ¿El del alimento? No ay básicamente son comunidades que necesitan determinada orientación en relación a la alimentación.

Sonia: ¿orientación, no alimentación directa?

Enrique Cabrera: No, y después la Intendencia transfiere el dinero para la cuenta

Sonia: ¿Entonces hay recursos para la alimentación?

Enrique Cabrera: Claro, lo que pasa este, no es el dinero solamente si no que hay una orientación, hacer una dieta. Es un. Poco, más integrado

Sonia: ¿Y por cuánto tiempo? Indefinidamente si alguien precisa o...

Enrique Cabrera: Es continuado. Lo que pasa es que hay que ver las circunstancias.

Sonia: ¿Sí, pero hay personas que salen, ascienden y declinan del recurso? ¿Ahí entran otras personas?

Enrique Cabrera: Ahí entran otras, depende de la evaluación permanente ¿no? De la necesidad.

Sonia: ¿y con La crisis aumentó mucho en los últimos anos, disminuyó ahora?

Enrique Cabrera: Lo que pasa es, desde el 2005 en adelante. Porque ¿qué pasa? En 2005 al ganar el Gobierno nacional entra el Ministerio

Sonia: ¿Ahí entra el Ministerio para ayudar?

Enrique Cabrera: Claro, entonces hay mayor complementación

Sonia: ¿Como esta siendo la emigración dentro del Uruguay? ¿Mucha gente ha venido del interior para Montevideo o no?

Enrique Cabrera: Sí, hay mucha gente que, yo te diría que ahora hay menos traslados lo que pasa que, nosotros tenemos una población en torno de un millón quinientos ponle, el 10 % se nos vino en los últimos 10 años a la zona de la periferia.

Sonia: Porque ellos tienen un modelo mental diferente en función del campo, para trabajar esa persona, para insertarla en el mercado de trabajo acá en la capital. Es un poco diferente.

Enrique Cabrera: Si, lo que pasa, por ejemplo, es que la zona es un poco diferente. ¿Uruguay es así, no? La gente se ubica acá, acá en Rivera. O sea, la gente que venía del campo hacia la ciudad ya se trasladó. Entonces acá hay un movimiento transversal. La gente del litoral, o se venía acá o mucha gente se iba hacia la Argentina. Este es el río Uruguay ¿no? La gente de esta zona no viene para acá, se va para Argentina. Es un fenómeno raro el de la emigración. Después, otra zona que creció es la zona de la frontera, acá, esto es Rivera, Esto es Chuy, la frontera con Rio Grande ¿no? ¿Por qué? Porque acá se desplazaba mucho jubilado, porque?,

porque acá el costo era mucho menor, acá esta zona vive mucho del comercio con esta zona, entonces, una jubilación en Montevideo le valía por 100 y acá le valía por 200 por un costo menor porque compraba del otro lado. Recibía los ingresos acá y compraba en el otro lado, este es otro fenómeno de la migración. Y acá en esta zona puede venir alguno que ni estaba acá ni acá y el desplazamiento de mucha gente que tenía empleos de baja calificación que al no tenerlos, el costo de vivir en la ciudad los hacía vivir en la periferia. Eso ha generado que en los últimos 15 años se ha planteado generaciones que no conoce lo que es un trabajo estable. Es la zona donde hay mayor natalidad, pero también donde hay mayor mortalidad infantil. Se generan determinadas situaciones que no son las tradicionales son un poco más compleja. ¿No? Estos fenómenos son muy nuevos aquí. Lo que pasa es que viste, a nivel social, la gente que integró la acreción del municipio, venimos todos de trabajo social, sobretodo trabajo social vinculado con la Iglesia. Yo no soy creyente pero mucha gente vinculada al trabajo social con la Iglesia. Por ejemplo, Mariana que era el intendente, el caso mío... de la última elección. Éramos ocho a nivel de dirección., en el gabinete ¿no? Acá tienes el intendente y 8 que son los directores. Más de la mitad venían de actividades del movimiento social, de base. Yo y Mariano veníamos del movimiento cooperativo, cooperativismo de vivienda. Muy fuerte, mucho peso. Entonces esa vinculación es natural. Se da normalmente. Éramos mucho mas de la mitad. Yo venía de trabajar en El campo. Eso es una línea. Y eso se está desmontando. El peso que había en el partido, el poder hoy no existe. De hecho el partido Colorado tiene hoy una baja opción por que como no tiene esa estructura clientelar disminuye esa opción de votos, esto la gente va a resolver, hay una tendencia que la gente va a resolver.

Sonia: Cuando esa estructura clientelar, disculpa yo te cortar,

Enrique Cabrera: clientelar. De Clientelismo

Sonia: si, si, si, para dentro da estructura estatal o para fuera de la estructura estatal, da burocracia ¿A quién pertenece ese funcionalismo políticamente?

Enrique Cabrera: A nadie

Sonia: ¿No son Frenteampelistas, no adhieran por la causa?

Enrique Cabrera: No, adhieren sí, pero no están en esa relación de dependencia. Ahora la opción es, lo que yo te digo es: antes había esa opción de dependencia, ahora es más variada esa opción. Lo que tú juegas es a que la gente opte por quien gobierna mejor. En los hechos se ha dado así. Con cosas que afecta en toda la población. El Plan Nacional de Salud incorporó en el entorno de, más de 400.000mil niños a la atención de salud. Los planes de subsidio al transporte, nunca había, salvo en Montevideo que había un plan específico al transporte, el gobierno nacional apareció con subsidio al transporte lo que generó, eso genera que por ejemplo el precio del tique del boleto es el mismo que hace cinco años, seis años. Eso repercute en la gente. Repercute en su calidad de vida.

Sonia: ¿Y las empresas son privadas?

Enrique Cabrera: Las empresas son privadas

Sonia: ¿No hay ninguna empresa pública?

Enrique Cabrera: Había, hace mucho tiempo. Son todas privadas pero la concesión es pública.

Sonia: ¿Y cómo se queda la cobranza en relación a la calidad del servicio de los ómnibus? ¿Cómo está la ganancia de las empresas privadas?

Enrique Cabrera: Es una tarifa que fija El gobierno, el gobierno municipal

Sonia: Porque yo anduve en ómnibus hoy y comparando con Porto Alegre ¿Conoces Porto Alegre? ¿Ya anduviste en ómnibus en Porto Alegre?

Enrique Cabrera: Si, si.

Sonia: Entonces nuestros ómnibus son un poco mejores. Pienso que los pasajes sean infinitamente y otra relación no voy hablar de esto. Si hubiera una mayor acción porcentual que forzase que ese valor fuera totalmente adicionado.

Enrique Cabrera: Hay un cambio de flota, está un poco atrasado. Los vehículos se compraron en Brasil, en La zona de

Sonia: Caxias, Marcopolo.

Enrique Cabrera: Marcopolo. Hay un problema de entrega importante en Brasil. Hay una demanda en toda La zona. Digamos que el año pasado hubo una compra importante de parte del... Se está mejorando y hay todo un sistema de transporte que estamos en un plan y en cinco años hay una mejora sustancial. Hay una impresora eléctrica de boleto. Eso está vinculado al BPS, Eso tiene una cantidad de servicios que se van a trasplantar a término medio, servicios exclusivos, una cantidad de cosas, te cuento. Esa es una cuestión. Hay otra cosa que la izquierda tiene una ventaja a nivel de la movilización. Si bien es menor que hace unos años, es muy superior a los partidos políticos de derecha. Tiene un nivel de llegada importante en la gente. Tiene unidades territoriales, visión política, hay un debate importante, y un movimiento sindical también interés ante en la cual nosotros empezamos con, el gobierno anterior empezó con 200.000 afiliados sindicalmente y hoy está en torno de los 800.000, este, eso genera una inclusión bastante importante. Un crecimiento del salario en los últimos 5 años en torno del 15 o 16% en términos reales. En términos reales fue mucho mejor. Mucho más que un 15 o 16%, mucho mayor. Entonces hay una fuerza de acompañamiento en la propia izquierda, bastante importante, significativa. Yo ya estoy acostumbrado. Inclusive hay cosas de gesto, por ejemplo: El uso de La locomoción estatal, era un abuso. La Intendencia debe de tener la mejor locomoción estatal que hay. Hace más años que estamos. Pero por ejemplo, yo me traslado de mi casa, no me traslado en locomoción pública. El traslado en locomoción pública es para actividades del gobierno. La mayoría del gobierno se traslada así. O sea, no hay una, no hay lo que era un abuso. Esos son términos de gesto que eso le llega, le llega a la gente. Hay mucho, este, hay una fuerte ética en lo que son

Sonia: o gasto público

Enrique Cabrera: Si

Sonia: Una pregunta: Usted habló que tiene 30 y alguna cosa por ciento del dinero de inversión para

Enrique Cabrera: de tipo social

Sonia: si, y el resto para financiar la estructura. ¿Cuánto de este resto es para las personas, el personal?

Enrique Cabrera: Para el personal 50%.

Sonia: 50%. Como están las perspectivas de jubilación, los cambios de personal, cambio... Porque te pregunto ¿nosotros tenemos, no solo por la previdencia sostener a esas personas, pero necesitamos de manos para trabajar, personas para trabajar? Entonces nosotros tenemos un proyecto con la modernización administrativa.

Enrique Cabrera Hay poca discusión. Primero por falta de tiempo. Falta sistematizar por ejemplo la experiencia de Montevideo. Hay mucha cosa de Montevideo para sistematizar. Sistematizar implica profundizar lo que se está haciendo bien y corregir lo que se está haciendo mal. El tema de personal, de los recursos humanos en el Estado, creo que necesariamente hay que darle una revisión importante. ¿Por qué? Básicamente, nosotros desde la izquierda, lo que analizas es bueno, los años que

tiene la población de trabajadores y después aspectos muy primarios por ejemplo desde que está el gobierno de izquierda la selección del personal es por concurso o por sorteo. Eso es una revolución para el Estado, porque el Estado estaba pensado en la estructura clientelar. E so fue un cambio fundamental.

Sonia: ¿Hay estabilidad?

Enrique Cabrera: Sí, sí. El segundo punto: fue que se registraron las carreras, Se registraron todas las carreras. Eso generó, este, que, un funcionamiento más eficiente del Estado, en este caso la Intendencia. Pero igual, yo tengo una crítica en ese sentido: que es muy vertical. Yo creo que el funcionamiento del estado tiene que ser más horizontal, mucho más integrado. Pero igual con respecto a lo que veníamos antes, mejoró substancialmente. Ahí creo que si bien los sindicatos acá son mucho más maduros que en la media de América Latina, en el área pública creo que no hay una gran madurez. Este, entonces se aferra mucho a la situación, al estatus quo. Entonces es un problema en restructuración de la negociación, este es un problema. En ese sentido hay un sentido en cambiar algunas categorías. Yo creo que la inmovilidad no puede ser general. Es entendible la movilidad en los cargos menores, pero no la movilidad en los cargos gerenciales. Y la realidad es que la inmovilidad hoy, la usufructúan los cargos gerenciales, ese es un problema. No hay mucha discusión y yo te estoy diciendo que soy muy polémico en este sentido. Por ejemplo, nosotros hoy, toda el área social nuestra, en la Intendencia es prácticamente nueva. Por ejemplo, los perfiles: asistentes sociales, urbanistas, demógrafos.

Sonia: técnicos profesionales con foco.

Enrique Cabrera: Claro, eso nos dio muy buen resultado. Comunicadores, pero esa gente nueva que entró, entro en conflicto con lo que ya estaba. Si hoy tú mantienes lo que ya estaba, te complica en términos de modificar esta situación más allá que sea de izquierda o de derecha. Te complica para modificar esta situación. Es un tema que en manejo de personal es un tema que se tiene que sistematizar, trabajar.

Sonia: Eso si hablamos de estructuras de Estado; el peso acompañaba la estructura de estado

Enrique Cabrera: Sí, hay determinado servicio que antes estaba bien que lo cumpla el estado pero hay otros que ahora está mal que los cumpla el Estado. Creo que una de las dinámicas es la integración con el tercer sector.

Sonia: el tercer sector, la sociedad civil; si tú quisieras te mando el proyecto para que leas...

Enrique Cabrera: Ese es un tema importante de trabajo. Por ejemplo todo El tema de La construcción, de la vivienda popular acá está muy ligado al cooperativismo. Yo creo que recién ahora se podría estar ligando., sin embargo todo el tema de cooperativismo de vivienda acá es un movimiento muy fuerte, muy fuerte acá. Tuvo la orientación de resguardar el pago de los que ya estaban viviendo y no de los que necesitaban una vivienda. Esa realidad es que tú dentro de los movimientos sociales capaz que en algunos casos conservadora destinada a consolidar el estatus quo cuando Otra nueva realidad, otra parte cambió Por ejemplo te pongo un caso, nosotros tenemos acá 100 personas destinadas a la producción de software pela intendencia.

Sonia: software que es la salida. Una de las salidas que Uruguay tendría.

Enrique Cabrera: Si. Yo te diría que en el año 95 al 2006 era de punta. 2007, el coeficiente se estancó porque, que pasa, es un grupo muy fuerte actitud no por el desarrollo sino por statu quo. En ese desarrollo si tú no intentas cambiar permanentemente se estanca. Entonces hoy tenéis un aérea que está estancado a

pesar que le damos de punta, el software público le damos de punta. Pero esas dinámicas hay que verlas. Tenemos una dinámica muy buena con la Universidad de la República. La cual no provee gente para trabajar en determinadas áreas por un plazo. Es un aprendizaje importante. Son un caso interesante esto, el caso de las pasantías. Es bastante interesante. Eso nos permite a nosotros encarar diferentes perfiles como comunicadores, dietistas, una serie de tecnicaturas especiales que las pudimos incorporar en la medida que existía la tecnicatura de los pasantes. Si no hubiera sido por eso hubiésemos quedado sometidos a la estructura que encontramos originalmente. Y hoy hay nuevas orientaciones a nivel disciplinarios muy diferentes a lo que era hace 5, 6 años atrás. Tenemos una receptividad muy importante. Después tenemos todo un paquete respecto al tema de la cultura. Eso es impresionante. Por que tenéis la cultura tradicional en el cual se ha avanzado mucho. Nosotros acá tenemos el elenco de la comedia, el elenco del teatro nacional, se llama Comedia Nacional pero lo paga la Intendencia. Después tenemos la Filarmónica, la banda sinfónica que se llama filarmónica, tenemos una escuela de teatro y una escuela de música de muy buen nivel, de muy buen nivel. Y esto viene del año 40 por lo menos.

Sonia: ¿Y se mantiene?

Enrique Cabrera: En el período del Frente mejoro sustancialmente, levanto mucho. Aparte hay algo interesante. Hubo ese desarrollo y la filarmónica y las actividades teatrales no se hacen en el centro sino que se lleva a los barrios. Eso es una cosa importantísima.

Sonia: El proyecto 5 esquinas.

Enrique Cabrera: No, eso de esquina es de ahora es nuevo, es reciente. Después lo que hicimos fue el desarrollo de actividades culturales. Por ejemplo: acá hay candombe. Hoy vas por los barrios y encontráis, se llama cuerda las agrupaciones, lo que sería como una banda, banda de candombe del barrio, un agrupamiento social que se hizo a partir del aprendizaje. Después tienes las actividades con los jóvenes lo que se llama movida joven. Se hace con los jóvenes hasta 29 años, las cuales se hacen talleres de murga, es un movimiento importantísimo, importantísimo. Te digo más, el carnaval acá dura de la mitad de enero a la mitad de marzo. Entonces se hace un concurso. Eso en general, las murgas eran de derecha, eran expresiones de derecha. Pero ahora con esta dinámica joven, la primera parte en el período de la dictadura aparecieron murgas que eran de la Universidad, de centros sociales que eran como opositoras. O sea en el momento de carnaval con muchas murgas, eran opositoras. Eso genera las murgas de la Unión y las murgas de La Teja. Las murgas de La Unión era más de derecha. Eran donde estaban los que vivían de las mujeres, la otra era más del sector laboral. Eso llevó a que por ejemplo cuando aparece el fenómeno de la movida joven se entró a captar jóvenes. Ahora no, ahora van las murgas, hacen un aprendizaje y van directo a cantar los grupos de jóvenes. Y tanto es así que por ejemplo yo diría que desde hace 10 años las que tiene mayor aceptación, las que tienen mayor creatividad, las que tiene mayor receptividad y aparte ganan, son las murgas jóvenes, son de otro tipo de movimiento, que buscan otra cosa ¿no? No son tipos a sueldo, o sea pasa por el arte de crear. Tanto es así que por ejemplo el Ministro de Economía del país, el que es hoy Ministro, que es amigo mío, escribía letras de murgas, de hecho le escribe letras a una murga, le escribe a una murga. Eso también desde el punto de vista cultural ha genera un movimiento muy interesante que nuclea la gente joven. A los viejos también. Hacen coros y eso, ellos, temas un movimiento cultural clásico que también tiene su llegada y otro de base, importantísimo, importantísimo.

Apêndice N – Teresa Gomez Perez e Jorge Voituret Pazos

Entrevista concedida à autora desta dissertação em 11 de dezembro de 2008, no Centro Cultural Museo de la Memoria, em Montevidéu – duração do áudio: 1h42min
Teresa Gomez Perez é doutora em medicina nefrológica, militante fundadora do partido Frente Amplio, em 1971. Foi presa Política de 27/11/80 a 8 /3/84. Esteve internada várias semanas no Hospital Militar de Montevideo por causa das torturas. Integrou o Comitê de Familiares de Presos Políticos do Uruguay e participou ativamente da denúncia da ditadura em nível internacional. Trabalhou em diversas organizações sociais de saúde.

Jorge Voituret Pazos foi militante de organizações católicas comprometidas socialmente na década de 1960. cursou Sociología da Educación e Sociologia no Instituto de Ciencias Sociales da Universidad de la Republica, entre 1967 e 1971. Integrou a Federação de Estudantes Universitários. Foi militante fundador do partido Frente Amplio, em 1971. Foi detido e processado de 27 /12/74 a 2/3/85. Participa do Movimiento de Defensa do Meio Ambiente do Uruguai e atualmente é Presidente da Associação de Preservação dos Recursos da Cuenca de Arroyo Carrasco (APRAC) e integrante do Grupo Ambiental Montevideo. É integrante do Museu da Memória da Intendência Municipal de Montevidéu.

Jorge Voituret: El sentido del ideario artiguista, en el sentido de cómo Artigas trató de nuclear a todos los sectores del pueblo, cómo apeló a los indios, cómo apeló a los criollos, a los mestizos y a los esclavos.

Sonia: ¿Tenía una idea de agregar?

Jorge Voituret: De un estado, basado en el conjunto, en todo el conjunto de las clases sociales, sobre los sectores sociales sobretodo los más pobres; como decía Artigas para incluirlos en el nuevo estado para darles un estado, y para darles una participación importante. Por esto decía Artigas que nada es... la soberanía está basada en, en, en...

Sonia: ¿En el poder?

Jorge Voituret: Si, si, pero el decía que... pero, no me acuerdo una frase muy sintética que el dice: “Nada podrán esperar si no de ustedes mismos”. ¿No? Esta era una de las cosas centrales de Artigas ¿no? y la otra era la que tenía que ver con que él sea representante de la voluntad popular, ¿no? este “que mi voluntad emana de vosotros y cesa ante vuestra voluntad soberana.” Esta es una cosa muy importante que dice Artigas. Además la idea de Artigas sobre todo es que Artigas no consiguió Uruguay como es hoy, si no que Artigas, la idea de Artigas es la banda oriental...

Sonia: Si, la banda oriental...

Jorge Voituret: Si la banda oriental, o sea, que se incluya la banda oriental. Incluía una parte del sur de Brasil, lo que es hoy el Uruguay, y después todo lo que son las provincias o lo que era el territorio argentino hasta el Paraná, prácticamente ¿no?, o sea la provincias unidas del Río de la Plata, lo que el llamaba la banda oriental eran las provincias unidas del Río de la Plata, y después con la acción, sobretodo de la diplomacia, de crear un estado que después fue el Uruguay. Un estado vamos a decir que no respetaba las ideas artiguistas, un estado que bloqueara esa unidad ¿no? y que dividiera Argentina, lo que fue Argentina, y por el Brasil por otro lado, y

que entonces estos fueron al campo de disputa del imperio británico, sobretodo el imperio británico, entre estas dos fuerzas.

Artigas peleó. ¿Con quien peleó por todo esto? Que no peleó con los doctores, el peleó con el pueblo, con la gente mas desposeída, y fue derrotado y se fue para el Paraguay en su exilio, y fue olvidado. No olvidado por los sectores de nuestro pueblo, sino olvidado por las aristocracias de estos países, que dominaban estos países.

Sonia: ¿Si puede decir: hubo un movimiento de masa en el país. ¿El éxodo?

Jorge Voituret: Si, el éxodo. Un hecho muy importante en nuestro país, porque, ¿el éxodo que fue? La marcha del pueblo de la banda oriental, era la marcha para fuera de Montevideo. Constituir las bases de una nueva nación, pero después fue derrotado y además es que fueron diezmados y los indios charrúas originarios de este país y otros sectores indígenas fueron diezmados directamente después de derrotado Artigas. Mataron, aniquilaron, sobretodo la batalla de Salsipuedes, que fue la ultima batalla del aniquilamiento de los indígenas Uruguayos. La constitución del estado independiente con base democrática en realidad, después de la constitución del estado 1825, representa una transacción. No es la idea del Artiguismo? ¿Verdad? Es en verdad la idea libertaria, quizás de los llamados 33 orientales, que vienen a constituir después la república en 1825. Pero con una gran influencia del patriciado porteño, y de las clases ricas de acá del Uruguay. Es la contradicción de la constitución de la independencia uruguaya en 1825.

Sonia: Pero la idea es exactamente recoger lo que está en la cabeza de las personas, lo que queda: la Guerra Grande, L a Torre y Batlle.

Jorge Voituret: Seguro, la Guerra Grande. Bueno, es una cosa que se ha casi ocultado sistemáticamente. La Guerra que significó el aniquilamiento del pueblo paraguayo, de los sectores más progresistas, de los programas más progresistas que había en este momento en el sur de América. Fue la confabulación de las clases dominantes del patriciado desde Brasil, Argentina y Uruguay, para aniquilarlo. Este, bueno, además de aniquilar al pueblo y a los pueblos autóctonos de la zona. No se ha escrito, no se reconoce, nadie ha querido todavía reconocer el crimen que significo La Guerra Grande. Se mataron. Murieron cientos de miles de personas en Paraguay.

Sonia: ¿La tierra purpúrea?

Jorge Voituret: Seguro, la tierra purpúrea que escribió el ingles Hudson. El gobierno de La Torre, fue un gobierno, una dictadura militar, que tuvo este y en realidad el papel de La Torre fue la incorporación del Uruguay al capitalismo moderno, no? Porque hubo dos cosas principales: una fue el alambramiento que no existía, solo acá en Uruguay. Lo único que existía era la estancia cimarrona y ella significaba que había sobrevivientes de las tribus indígenas y después muchos criollos que habían luchado con Artigas. Negros, zambos y criollos con los indios, que vivían de trabajos rurales y que se abastecían en estas estancias cimarrones, del ganado cimarrón que también se crían en estas estancias. Al alambrar los campos al este , significó que empezaron a constituir las primeras empresas capitalistas en el sector agropecuario. Delimitando los campos, se limitaron los ganados , se marcaron, cada uno marcaba sus ganados y por lo tanto quedaron al margen de todo este proceso de constitución de estas empresas quedaron una cantidad enorme de gente que vivía de todo eso, que comía de eso, que vivía de trabajo esporádicos del campo o que vivía de trabajos todo el tiempo manteniendo su cultura entoldarías, en rancheríos, en distintos puntos del territorio nacional y que inclusive se trasladaban hacia Brasil, o hacia Argentina o hacia el norte, hacia el Paraguay.

Sonia: ¿Eran nómades?

Jorge Voituret: Esa cultura una das contradicciones, de La Torre fue que al incorporar el alambrado hizo ingresar al Uruguay el sistema capitalista en el sentido de la producción agropecuaria y eso, de alguna forma, significo el desarrollo de las fuerzas productivas y también el desarrollo y surgimiento de nuevos sectores sociales, pero sectores sociales que empezaron lo que fueron luego los asalariados rurales y más adelante. La otra gran contradicción que también sucedió que fue el tema de la educación en la época de La Torre. José Pedro Varela desarrolla las primeras leyes de educación popular, o sea, que incorpora la educación popular como obligatoria en el Uruguay que acceda a la escuela pública. Bueno, contradictorio en el sentido que en un momento, en una etapa histórica de un gobierno de fuerza dictatorial, militarista, altamente militarista. Sin embargo, se incorpora ahí la escuela publica como obligatoria en el Uruguay, que significa acceder a la educación de muchos sectores que estaban absolutamente atrasados. Por un lado también hay una cosa que me di cuenta. ¿Qué pasa? Que el alambramiento y lo que significa la incorporación del Uruguay al modo de producción capitalista, tenía que estar acompañado por la educación, por la formación de la gente para poder incorporarlos al mercado de trabajo. A labor acción. Elevar el nivel cultural de una forma primaria por lo menos para incorporarlos al mercado de trabajo. O sea, el papel de La Torre fue contradictorio, en este sentido, incorporó al Uruguay al sistema capitalista e incorporó al Uruguay una educación popular muy avanzada en esa época. La escuela publica no era la escuela privada, porque acá esta la franciscana, o sea, habían congregaciones religiosas que eran los jesuitas, los franciscanos como en toda esa zona de América que tuvieron gran influencia. Esa influencia la siguieron teniendo en la clase dominante, sobretodo los jesuitas. Dámaso Antonio Larrañaga, que era el principal escribiente artiguista, era un sacerdote, era el redactor de las principales leyes inclusive, el estuvo en 1825. Eran distintas en el año 64... 63, 64 y sobre todo por influencia de la revolución cubana y distintas organizaciones políticas que eran: el MLN no existía todavía, era el MRO, el MIR que era el movimiento izquierda revolucionario que era pro chino, después estaba un sector de militantes católicos cristianos que se nucleaban en la zona de la Teja, y después estaban lo que le llamaban la base Pinera. Pinera fue un militante de la época que lo mataron, después estaba el Faro que era otra organización. El MRO, movimiento revolucionario oriental, y el Faro era la parte militar del MRO. Después habían otros militantes sindicales, sobretodo era la gente de Héctor Rodríguez, en esa época era la mayoría del gremio textil, y también habían gremios de la industria plástica y... Bueno, otros movimientos independientes y sobre todo era gente que provenía del partido socialista. Eso por un lado lo que se llamó una coordinadora, una coordinadora para discutir, este, las estrategias revolucionarias en Uruguay, sobretodo por la influencia cubana. Después se vino a los sectores que se apartaron, hubo algunos compañeros que se quedaron y otros que se apartaron y constituyeron el movimiento de liberación nacional. Dentro había muchas reuniones. Bueno estaban muchos sectores que, estaba La FAU: Federación anarquista del Uruguay, y Hugo Cores pertenecía a ella. Había distintas reuniones, había una reunión de coordinación que era de las cabezas, pero después habían distintas reuniones de que participaban gente del partido comunista, Paco Espínola por ejemplo que era militante comunista que murió justamente cuando el golpe en Uruguay en 73. murió el 27 de junio fue velado en el local central del partido comunista, el día del Golpe, brutal. Es un escritor Uruguayo muy conocido de mucha importancia sobretodo de cuentos camperos y del proletariado uruguayo. Había en

esta época una gran inquietud por cuales serian los caminos de la izquierda y los cambios en el Uruguay. Esta era la coordinadora, sobre todo postulaba la posibilidad para la coordinación para la lucha armada. Y la coordinadora funciona desde el año 64 hasta el año 66-65, por ahí, después se constituyó el MLN. Hubo acciones que fueron conjuntas como la del tiro Suizo. El tiro Suizo que fue una acción que fue hecha por la coordinadora, por la coordinadora esta, que fue el Tiro Suizo era un lugar, un polígono de tiro, en el departamento de Colonia, donde había fusiles. Entonces se tomó al tiro Suizo para apropiarse y expropiar los fusiles que habían ahí. Eran fusiles de un polígono público. En esta época había varios polígonos acá, en el parque de los Aliados. En 62 hubo varios intentos de unión del movimiento popular uruguayo, de unidad política. Uno fue en el año 62 y otro fue en el año 66. En del año 62, que fue de la unión popular, de la unión del partido socialista con un dirigente proveniente del partido nacional - que fue Enrique Erro- de mucho arraigo. Sobre todo, un hombre de una gran integridad, un gran defensor de los trabajadores, y bueno pero esa unión. La unión popular no tuvo mucho éxito del punto de vista electoral y después en el año 66 se creó el Fidel que fue el Frente Izquierda de liberación nacional . Sabes lo que significa la palabra Fidel: se llamaba Frente Izquierda. Y ahí también fue la unión popular que no lograron acuerdo y fueron a las elecciones las dos frentes pero que uno agrupaba el partido comunista, el Fidel, al MRO y ahora hay una cantidad de gente independiente de la izquierda Uruguaya que estaban también había gente proveniente del partido nacional, del Fidel, y alguno también que no recuerdo el nombre ahora

Sonia: ¿Ella es apasionada por política?

Jorge Voituret: Si, es apasionada por la política. Bueno..... Uruguay es un país muy particular en América Latina, del punto de vista de la organización popular. Uruguay es el único país que tiene una sola central de trabajadores en América. Es el único país que tiene una sola central de estudiantes, organización de estudiantes. Es el único país que tiene una organización política que nuclea toda la izquierda, inclusive hay también en Uruguay y en el partido Frente Amplio, se nuclea todo lo que era izquierda tradicional nacional y después las organizaciones que vinieron provenientes de los partidos tradicionales del Partido Colorado y el Partido Nacional. O sea, en la creación del Frente Amplio en 71 que se empieza a gestar en el año 70. Se llega a esto por todo un proceso de acumulación que viene de mucho tiempo antes y lo principal acá por un lado fue, este, que las luchas sociales, ¿no? El desarrollo de la organización de los trabajadores en Uruguay y el movimiento sindical ¿no? que llega a plasmar en 1964 en lo que fue la primera coordinación de todo movimiento sindical, el primer congreso del pueblo que nucleó a todas Las organizaciones de trabajadores, de pequeños productores, de intelectuales, de sectores de la iglesia, de la universidad. Entonces, el movimiento popular Uruguayo tiene tres vertientes importantes: una, las organizaciones políticas, otra, las organizaciones sociales cuyo, el papel principal es el movimiento sindical y la universidad: la intelectualidad. Esa, la unidad del movimiento popular uruguayo tiene esos tres pilares. Y yo te digo. Fíjate. En el año 58, el movimiento universitario luchó por la autonomía universitaria y la consiguió con una gran movilización popular que fue hecha no solamente por los estudiantes y todos los universitarios, docentes, funcionarios ,sino apoyada por el movimiento sindical porque en este momento, en el año 58, había muchas luchas, muchos conflictos sindicales y sobre todo conflictos de los sindicatos mas fuertes como eran los sindicatos de los trabajadores de la carne, los trabajadores de la lana, los trabajadores del cuero, los trabajadores de la construcción El Uruguay era sobre todo un país agro exportador cuyas principales

industrias provienen de la materia prima del sector agropecuario y en este momento la industria frigorífica estaba en crisis, sobre todo porque se quería liquidar lo que era el frigorífico nacional. Había una lucha ya de las empresas internacionales que querían afincarse, donde estaban los frigoríficos internacionales como el Anglo, el Swift... estaban acá y querían liquidar el frigorífico nacional que jugaba un papel de testigo, o sea, el frigorífico nacional ponía el precio de la carne para el mercado interno. Entonces molestaba a los frigoríficos internacionales que querían ellos manejar el precio de la carne en el Uruguay, de acuerdo con sus intereses y los vaivenes del mercado internacional. Todos esos sindicatos trabajaban intensamente junto con los universitarios luchando por la autonomía universitaria acá, en la principal Avenida 18 de julio, y en el cerro que era donde estaban los principales frigoríficos, a pesar de que ahí... ¿ Tu conociste el Cerro?

Sonia: No.

Jorge Voituret: Bueno, ahora, está todo destrozado. Porque las industrias han desaparecido, pero ahí había un frigorífico internacional donde trabajaban 10.000 trabajadores. O el frigorífico Anglo, que trabajaban 5.000 trabajadores, o el Swift, que trabajaban otro tanto, que todo el barrio vivía de esto. Acá el trabajador del frigorífico tenía su salario, etc., pero Además, todos los días les daban dos quilos de carne. Dos kilos de carne que lo repartían en el barrio a sus vecinos, o sea, era otro Uruguay. Entonces esos trabajadores acá en Av. 18 de julio, yo participé de manifestaciones, que los frigoríficos, los obreros de los frigoríficos, traían los camiones de ganado y los tiraban en Av. 18 de julio para correr a la policía que andaba a caballo. Y se alambraban, se alambro, porque la represión era a caballo ¿no? en esa época, era a caballo o en una camioneta que había, pero la policía andaba con palos en esta época. No había tiros, todavía se existieran, existieran escopetas, las chumberas. ¿No? Este, Existían unas granadas de gases que a mano la tiraban, no tenían ni las escopetas las escopetas Entonces ¿sabes lo que se hacía?, Se había un alambre finito que traían la gente que trabaja en la fabricación de cubiertas de Funsa, o de Grigel, que era otra empresa. Entonces se alambraban en 18 de julio, (18 de julio tenía árboles en toda la avenida en esta época), entonces ponían alambre de vereda a vereda, que no se veían, porque eran muy finitos. Entonces venían en los caballos o les tiraban las bolitas. Yo que se. Pero, ahí, trabajaban los que defendieron la autonomía universitaria, unidos los obreros con los estudiantes y ahí nació la famosa consigna: Obreros Estudiantes Unidos y Adelante. Entonces ese "urden", esa gran telaraña social se fue tejiendo de mucho tiempo, se fue tejiendo la unidad.

Sonia: ¿Y no abrió con la dictadura, no se rompió, no distendió con la dictadura, aún hoy tiene esto?

Jorge Voituret: Sí, ahora te voy a contar una cosa. Sí, bueno, esto y más el movimiento político ¿no? el partido comunista, y el partido. Primero partido socialista después se divide y se forma el partido comunista Después de la revolución, porque el partido socialista es de el principio de 1900 y después de la revolución rusa se crea el partido comunista acá en el Uruguay que surge de una discusión interna del partido socialista. Entonces estos dos partidos tuvieron una gran ascendencia sobre todo el movimiento obrero . El partido socialista tenía legisladores y el partido comunista también y los legisladores del partido comunista eran trabajadores, Julia Arévalo, por ejemplo, la primer mujer deputada era una trabajadora. Entonces: la unidad. Esos partidos siempre trabajaron, buscaron la unidad. Y la unidad se dio por cosas, por acontecimientos internacionales ¿no? como también se dieron diferencias que las mencionaran ahí. Por ejemplo, un movimiento que unió mucho acá fue la

revolución Española, la república, la lucha y acá hubo voluntarios que fueron a pelear por la república.

Sonia: ¿Vinieron algunos después de la revolución para acá? ¿Españoles?

Jorge Voituret: Si si, ¿la emigración decís tu o a pelear?

Sonia: Después de la pelea vinieron o durante la pelea se marcharon de allí? ¿Escaparon de Franco?"

Jorge Voituret: Ah no no, si si. Acá la emigración hubo dos grandes vertientes: una fue la española y otra la italiana. La española se asentó en el Uruguay, sobretodo. Asumirá la actividad económica y los españoles tienen mucho que ver con algunos sectores de comercio y el campo y los italianos sobre todo industrias. Las principales industrias acá en el Uruguay fueron fundadas por los italianos.

Sonia: Los italianos vinieron en la época de la 1ª modernización, en la época do La Torre cuando la Inglaterra tubo una injerencia aquí, trabajando con ganado.

Jorge Voituret: Bueno en esta época los ingleses, los ingleses, fueron los primeros grandes terratenientes y grandes ganaderos porque se introdujeron las razas inglesas, las razas inglesas, este, todas razas, tanto bovinos como de ovinos. Estas las introdujeron con algunas familias inglesas como los Stirling, los Cash,

Sonia: ¿Se quedaron o fueron?

Jorge Voituret: no, no, acá, se quedaron acá. Las principales tierras, las tierras mas ricas del Uruguay fueron de esas familias, que bueno, están en el toda la zona del departamento Río Negro, Paysandú, Mercedes, que es la principal zona agrícola en el Uruguay. El ganado: hubo una introducción que la hizo Hernandarias en 1600; los primeros ganados, si que fueron los soltaron, los que fueron los llamados cimarrón, criados libremente en los campos de los cuales vivían los mestizos, los indios y los zambos que acompañaban a Artigas, que vivían en tolderías en el campo.

Sonia: ¿Una etnia india?

Jorge Voituret: seguro

Jorge Voituret: Una mistura, una mezcla. Estamos hablando de acá del proceso de Unidad. El proceso de unidad hay este y vamos a decir. En el 58, que se aprueba la autonomía universitaria. Esto fue un hecho muy importante del punto de vista de la unidad, del movimiento obrero con el movimiento estudiantil y con la universidad. La intelectualidad Uruguaya trabajó mucho por el movimiento obrero, trabajo mucho defendiendo los intereses y legislando a favor de los trabajadores y polemizando. En el Uruguay, a través de la prensa y de todos los foros que fuera posible en defensa de los intereses de los trabajadores. Esto fue una cosa muy importante. Después, en el año 64, se realiza el primer congreso al pueblo, que definió el primer programa de todo el movimiento popular Uruguayo, el primer programa antiimperialista y ante oligárquico este que tuvo el movimiento la unidad del movimiento y en el año siguiente se constituye el año 1965, en el primero de octubre de 1965 en la Convención Nacional de Trabajadores que es la Central Única del Uruguay. Luego, mas adelante, las dos instancias, en esta época mas o menos en 62 y luego en el 66, de intentos de unidad política, o sea, ya teníamos la unidad de todo el movimiento obrero y entonces eso tubo una gran influencia y el congreso, el pueblo en, en...

Sonia: ¿Formación?

Jorge Voituret: sí, y además, una gran influencia en la discusión programática del movimiento político que luego va a plasmar en el 66 un avance en la unidad del movimiento político. En el 68 hay un salto muy importante porque acá en el Uruguay asume un gobierno que no fue una dictadura, pero un gobierno de fuerza, que fue de Pacheco Areco, Jorge Pacheco Areco, del partido colorado. Ahí se da todo un

proceso que es muy interesante acá que Hugo Cores , fue uno que trabajó mucho, junto con un sociólogo, profesor de la facultad acá, Jerónimo de Sierra que hicieron un estudio muy interesante sobre el proceso de como acompañó el proceso de acumulación y de concentración del capital con el proceso de concentración del poder político y por primera vez en Uruguay, en este gobierno de Pacheco Areco, en el ejecutivo. Los ministros fueron fieles representantes de los sectores dominantes, de la banca, que era Peirano Facio y del sector agropecuario que era Fred David. Después estaban los abogados de los grandes empresarios, o sea, fue el primer gobierno en que se expresó el poder concentrado y que la oligarquía directamente asumió cargos de gobierno ejecutivos y hubo un acompañamiento. Si uno mira al proceso de acumulación de capital y la concentración del capital de las empresas se corresponde con el proceso de gobierno de fuerza que se dio acá en el Uruguay, o sea, imponer el programa de estos sectores para imponerlo fue necesario un gobierno fuerte. Un gobierno de Pacheco Areco, el gobierno de Pacheco Areco fue una casualidad. Fue electo un general, que era un general

Sonia: ¿jubilado?

Jorge Voituret: Republicano que se llamaba Oscar Gestido que conformo su gabinete con personalidad como Enrique Herró, ministro de la industria, como Zelmira Miquelina, como Alba Robalo, que era la ministra de educación. Bueno, estos sectores cuando, Gestido se murió y el vice presidente era Pacheco Areco. Entonces cuando varió la política, renunciaron, se fueron. Que desde luego, estos dirigentes que eran de sectores Herró del partido nacional, Miquelini y Rovallo que eran dos columnas muy importantes en el partido colorado, que era el partido del gobierno. Después constituyen el Frente Amplio. Mas adelante, o sea, a partir 1967 cuando muere Gestido, acá se instaura una fuerza que prácticamente gobernó hasta el año 1971 como un gobierno con medidas de seguridad, permanentemente. O sea, impuso una política de congelación salarial...

Sonia: ¿Previa de la dictadura?

Jorge Voituret: Previa de la dictadura. Bueno, fue impuso una política de congelación salarial, de congelaciones de algunos precios y este reprimió, reprimió duramente la movilización sindical que se levantó a partir de esto. Militarizó los sindicatos, e ilegalizó partidos políticos. Y Cerro mucho de la prensa de oposición y...

Sonia: Pero así en una inspiración?

Jorge Voituret: Empezaron las primeras muertes en las movilizaciones.

Sonia: Pero dentro de ese manto que estaba tomando la América Latina, América del Sur, América Latina De dictaduras. En Brasil ya estaba implantada, Chile y ahí empezó.

Jorge Voituret: La reforma constitucional fue la expresión súper estructural de la concentración política

Sonia: Pero las reformas?

Jorge Voituret: le dio especiales poderes al ejecutivo y al presidente.

Sonia: Ok, ¿pero él no tiene que pasar un plebiscito? ¿El no hizo el plebiscito?

Jorge Voituret: Si, si.

Teresa: En la votación se votaba.

Jorge Voituret: Licitaron dos veces constituciones; la reforma amarilla y la reforma naranja, no.

Teresa: No, la naranja

Jorge Voituret: Si, era por eso era la amarilla o la naranja, el si o no. Perdón hubo dos constituciones una la que gano, que fue el gobierno, y otra que impulsaron los

sectores de izquierda que fue en el partido comunista. Y socialista. Y perdió. Y gana la reforma que impulsara la clase dominante.

Sonia: ¿Engañaron al pueblo? ¿O el pueblo optó por eso?

Teresa: Engañaron, sí.

Sonia: Engañaron. Las personas votaban en una cosa y no sabían lo que era?

Jorge Voituret: Seguro.

Teresa: A través del miedo.

Sonia: Entonces no fue engaño?

Teresa: Fue engañado.

Sonia: Ellos fueron conduciendo la opinión pública para votar en ellos?

Jorge Voituret: Seguro. El tema de la reforma constitucional tenía mucho que ver con el caos.

Sonia: ¿O las personas sabían lo que estaban votando? ¿Sabían que estaban destituyendo el colegiado y dando plenos poderes para aquel presidente? Las personas sabían esto? Así mismo decidieron por el sí?

Jorge Voituret: Seguro. Lo que pasa es que el gobierno colegiado era un gobierno de nueve miembros que se alternaban en la presidencia, de los colegiados y entonces todo eso ahí que se planteaba era que se necesitaba un gobierno más ejecutivo no, no.

Sonia: El discurso es ese.

Teresa: Que controlara...

Jorge Voituret: Sí que pudiera realizar cambios según ellos ¿Verdad? que esa forma de compartir el gobierno en colegiado lo único que hacía era enlentecía. Lo que pasa era que Uruguay en ese período se habían agotado todo el proceso de lo que se dio de desarrollo industrial en el Uruguay o de sustitución por la sustitución en importación. O sea, el tema de la guerra, de la segunda guerra mundial, significó para el Uruguay, como para estos países, el ingreso de muchas divisas, por las ventas de los productos primarios del sector agropecuario: carne, Lana y cuero. Eso, acompañado de que la industria de los países de Europa y Estados Unidos que estaban dirigido sobre todo a la industria de la guerra por lo tanto todos los bienes de consumo no había industria entonces este desarrollo aquí en Uruguay, en todos estos países: Argentina. Brasil, se desarrolló, en lo que se llamó la industria de sustitución de importación. Pero eso, en la medida que termino la guerra mundial y los países reconstruyeron su sector industrial. No teníamos posibilidad de competir. Entonces, empezó a importarse nuevamente los productos de consumo, de esos países y también, intermediarios, la industria nuestra se aniquiló ahí es donde entra en crisis. Es una grande desocupación, los precios internacionales también bajan de la carne, la lana, y este además los capitales internacionales empiezan a tener mucho mayor preponderancia en estas industrias, en la industria frigorífica, en la industria textil, y en la industria de cuero y eso hace que acá aumente mucho la desocupación. En el año 62 se firma la primera carta a intención con el fondo monetario internacional que significó una devaluación en el Uruguay, o sea, en el año 6 creo que la relación peso dólar era de 1 dólar 2 pesos, mas o menos, 1 peso y algo, casi 2 pesos y con la firma de la primera carta de intención se fue creo que a ocho pesos 1 dólar. Una devaluación muy importante.

Teresa: Que toda esta situación no era solo en el Uruguay.

Jorge Voituret: No, por supuesto.

Teresa: Entonces así como en el capitalismo concentro y fue un solo más imperialista tubo que controlar los territorios de países pobres de otra manera, como Colombia fue de otra manera.

Sonia: Esclavizar de otra forma?

Teresa: También surg la rebeldía, entonces surgió el movimiento de liberación nacional, la inflación.

Jorge Voituret: Pero esto es otra cosa. La crisis de todo este período por eso Lo que hablamos hoy de la concentración del capital. La concentración de capital que es un fenómeno internacional se expreso acá y la extranjerización también de las principales industrias en esta época empezó la extranjerización. Entonces esto significó para nosotros la congelación de los salarios y la desocupación y la represión fue muy fuerte. O sea, fue la primera reglamentación sindical, a partir de 68, el gobierno de Pacheco Areco, el artículo 168 de la constitución, que es un artículo que es una redacción de la constitución aprobada con la reforma, la reforma se hizo, se plebiscitó en la elección de 1967. La redacción del artículo 168 le daba plenos poderes al ejecutivo, cuando este se catalogara de caos social o era un... No me acuerdo que dice la letra, pero cuando vieran, una situación de este tipo de crisis social y se pusieran peligro las instituciones democráticas, el poder ejecutivo podía aplicar estas medidas prontas de seguridad. Había medidas prontas de seguridad. Controlaban la prensa, controlaban los partidos políticos y controlaban y la actividad sindical.

Sonia: Y eso viene en aquel momento en que toda América empieza a volver ante una grande presión Americana en función de la guerra fría. El Fidel?

Teresa: El encuentro que se hace en Punta Del Este.

Sonia: Exactamente.

Jorge Voituret: Bueno, esa es la conferencia que fue en Punta del Este que fue en 1961. Donde vino el Che. Vino el Che, vino Deán Husk, me acuerdo que era el cnsiller de los Estados Unidos, que en la Plaza Independencia vino a poner una ofrenda a Artigas y un estudiante, que se llamaba Rojas le escupió la cara. Y lo mataron a palo. Quedó mal para toda a vida. Bueno, ahí el Che hizo una famosa conferencia en Punta del este, en la reunión de Punta del este, porque ahí estaba la aplicación de lo que se llamaba "La Alianza para el Progreso" . La política el Che dice: ¿Que quieren? La Alianza para o Progreso era el planteo, según los Norte Americanos, de inversión en América. Para resolver los problemas sociales, de marginación. Entonces lo que decía. El Che que quería transformar la América latina en una gran letrina porque los Norte Americanos LO que hablaban era sobre todo obras sociales y de saneamiento, este tipo de cosa. e acuerdo que el partido comunista se instaló con buzos frente a la bahía que estaba muy custodiada y no se podía entrar a Punta del Este, Barcos de Guerra y todo y en medio, de esto se instalo como una isla flotante de goma, con una bandera Cubana en la bahía de Punta del Este. Una operación del partido comunista. Cuando salió de la universidad, cuando él se iba...tenían 3 autos, supuestamente el iba en uno que no fue, iba en otro y un grupo fascista que los llamaban los Binchas Blanca se reunían en un edificio que esta al lado del Liceo Francés y el periodista que se llamaba Carlos Maria Gutiérrez, que hizo toda La historia con los nombres y apellidos de cada uno de los integrantes que lo publico casa de las Américas, y cuenta como armaron el intento de matar el Che y entonces cuando disparan matan a un maestro que se llamaba Hárbelo Ramírez. Hárbelo Ramírez, fue cuando hablamos de violencia ya en el año 61 antes de Pacheco inclusive fue el primer muerto, que tubo acá, la izquierda uruguaya.

Sonia: ¿Fue muerto por engaño?

Jorge Voituret: Hárbelo Ramírez que el hijo se lo llevó El Che a vivir allá .Después volvió. Era un niño, luego fue un militante de izquierda del MLN.

El proceso de unidad: Los principales mojones son el Congreso Del Pueblo de 64. Año 65 la formación de la Central Única de Trabajadores. Año 66 los primeros grandes Esfuerzos por la unidad política. Año 68 una gran movilización popular de rechazo a toda la política autoritaria de Pacheco Areco. Año 64 primeras apariciones de organizaciones que desarrollan las luchas armadas. Año 66 la formación como tal el movimiento de liberación nacional. Y luego, bueno con todo este desarrollo que tubo, el movimiento nacional acá. 1971 fue la creación de el Frente Amplio. En la creación del Frente Amplio confluyeron todos los sectores de la izquierda Uruguaya partido comunista, partido socialista, MRO, un grupo de acción unificador, lo GAO y después 26 de marzo.

Enrique Erró con 4190, Zelmar Michellini de la lista 99, Rodrigues Camuso del Partido Nacional, el partido demócrata cristianos, de los sectores católicos y otros sectores independientes como por ejemplo el grupo de independiente de Marcha que era un semanario muy importante acá imperialista de cuño nacional con la posición tercerista de esta época. Marcha surge en la década de 50, como un semanario. El director era Quijano, Carlos Quijano, famoso periodista y luchador, nuestro y que después se transformó en lo que hoy tú conoces como Brecha, semanario Brecha. Sale todos los viernes. Es un semanario de izquierda independiente. Habian otros sectores del partido colorado también que no me acuerdo como se llamaban y el movimiento 26 de marzo.

Teresa: ¿El Fidel?

Jorge Voituret: no, no era otro sector independiente colorado. Después estaba el Fidel, que el Fidel era un grupo que era vinculado al partido comunista, pero de otros sectores, pequeño grupo que conformaban la izquierda y después estaban un grupo de militares constitucionalistas que fueron los que acompañaron a Líber Serení que fue el primer presidente del Frente Amplio. Destacados universitarios, como José Crotolilni que fue el Vice presidente del Frente Amplio que era decano de la facultad de medicina.

Sonia: Pero la primer elección del Frente Amplio fue...

Teresa: 71; no, 71 fue la construcción.

Sonia: Tubo una elección de parlamentar y no para presidente. El primer presidente es?

Teresa: Esta elección se la robaron a Wilson

Jorge Voituret: En el año 71, cuando la elección, el Frente Amplio sacó unos 205, 210 mil votos. La fuerza era mucho más que la fuerza acumulada de todos los otros sectores de izquierda , porque el Frente Amplio tubo una característica muy importante que nucleó una Cantidad de sectores independientes porque además venia mucha gente de los partidos tradicionales como yo te decía, Zelmar Miquelini, que la mataron en Buenos Aires, y Enrique Erro, que querían matar pero no lo pudieron matar y murió enfermo, exilado en Francia. En el año 71 cuando se va a la elección acá se postula Pacheco Areco para reelección entonces uno votaba y Pacheco Areco era el presidente que había quedado después que murió Gestido. Entonces ahí votaba por la reelección un plebiscito, una elección, que Pacheco Areco iba de presidente y Bordaberry vicepresidente y la otra era por sistema de cambio que era Bordaberry como presidente. Entonces, Bordaberry, este, la reelección no salió y Bordaberry quedó como presidente. Bordaberry era un hombre que provenía de un sector que se llamaba el ruralismo que fue la unión de sectores Blancos y Colorados muy reaccionarios de derecha sobretudo del sector rural, cuyo dirigente fue: este como se llamaba el apellido: Chicotazo, le decíamos, el nombre Benito Mardones Benito Mardones era un ruralista y tenia una audición de radio que

le hablaba a la gente de campo y tuvo una gran ascendencia este en las elecciones de 66 una gran ascendencia. Este tenía varios caudillos en el interior del país. Seguro. El hablaba a la gente que estaba sufriendo la crisis, producto de baja de los precios internacionales del producto del sector agro pecuario. Bueno, este Bordaberry asume el poder. Es un católico, de propiedad y familia. Católico, un católico de cómo se llama de La Opus Dei. Este de familia, tradición y propiedad que en Brasil tuvo un gran, Médici, creo que era una de las grandes líderes de Brasil y tener un hombre de este tipo y un bueno, había sido diputado por el partido nacional. También, después fue presidente por el partido colorado. Una cosa exacta no era un político de profesión. Era un outsider.

El Frente Amplio tenía mucho temor de que ganara Frente Amplio y hay muchos trabajos hechos inclusive yo he visto de entrevistas, visto un corto metraje de entrevistas a generales de Brasil que hablaban de la operación Poncho Verde. La operación Poncho Verde era una operación que Pacheco Areco que solicitaba apoyo a la dictadura brasileña en el caso de que ganara el Frente Amplio... Que en realidad era la preocupación mayor de la dictadura de Brasil. Había más interés de controlar el proceso Uruguayo por la fuerza que estaba teniendo. Acá había muchos, amigos y compañeros, yo conocí muchos exilados brasileños muchos que sobre este época estudiaba este mucho en la federación de estudiantes teníamos un servicio que era que llamamos de becarios que eran para estudiantes de interior que tenían su lugar para poder vivir y comedores estudiantiles para poder comer. Se le daban una beca. Entonces ya podían vivir y le pagaban el alojamiento y la comida de todos los días. Bueno y ellos, unos mas de cincuenta estudiantes brasileños que fueron incorporados al movimiento becario y pudieron salir estudiando. Vinieron de esta época, estudiantes de Brasil y Argentina también. Bueno de acá me acuerdo de Nieves, Neiva Moreira. Me acuerdo de Paulo Schilling, no sé si oíste hablar de un periodista Brasileño en Brasil. La hija militó en el movimiento de liberación nacional acá. Neiva Moreira fue una de las principales periodistas acá en el Uruguay de la prensa independiente. Los primeros diarios, grandes e independientes que coinciden con el auge de las luchas populares del año 68 que fueran clausurados sistemáticamente por Pacheco Areco. Neiva Moreira era un exilada de la dictadura Brasileña que acá fue director de unos diarios de Uruguay. Ahí en la dictadura. En el año 71 hablamos del frente. Bueno en el año 72 acá, el movimiento de liberación nacional que yo pertenecía cuando las elecciones, se analiza el tema elecciones y entonces hace un apoyo crítico al Frente Amplio, o sea apoya, hace plantea la tregua armada, o sea para todas las acciones militares con la expectativa de que el Frente tuviera fuerza. Y no complicar la acción del movimiento popular que iba, el movimiento no descartaba ninguna forma de lucha. Se planteo el apoyo político a Frente Amplio. No se participó directamente, pero se participó si de otra forma. Y la tregua armada. El movimiento de liberación nacional tuvo un gran movimiento de apoyo, entonces que hizo el movimiento: Generó todo un movimiento de masas organizados de apoyo, organizó una columna del movimiento de liberación nacional que era la columna setenta; fue la que organizó el movimiento de masas. La columna setenta que era una columna de la organización político militar. Formó, promovió la formación del movimiento independiente 26 de marzo. El movimiento independiente 26 de marzo fue una das fuerzas principales del Frente Amplio que nucleó toda la influencia del movimiento de liberación nacional y de la lucha armada en las masas de nuestro país. Luego vienen las elecciones y antes de las elecciones se hace la tregua pero hay unos hechos significativos como fugas muy importantes de presos políticos. Una se llamó el Abuso y la otra se llamó el Gallo.

Las mujeres se llamaba La Paloma de la cárcel de Cabildo. Entonces, después de las elecciones, ahí se da toda una discusión y se tomaron algunas. Y acá en el Uruguay en la época de Pachecos que se empezaron a haber organizaciones para militares que actuaran, reprimiendo, haciendo atentados. En aquella época se hacían atentados a los abogados, contra iglesias, contra sindicatos. Y después cuando se crió el comité del Frente Amplio. Con el comité Frente Amplio mataron, capturaron, y se llamó el escuadrón de la muerte, que ahora acaban de detener en Buenos Aires, hace unos tres meses, a Bardécio, se llamaba y trabajaba en la policía de Montevideo era quien coordinaba por radio todas las operaciones del escuadrón de la muerte que era formado por militares y policías y civiles vinculados al gobierno de Pacheco, algunos blancos también reaccionarios y asesorados en principio por el Dops, por Fleury que fue el principal de los entrenadores del escuadrón acá ;y después por Dan Anthony Mitrione que fue un norte americano que fue capturado y después ejecutado. El escuadrón de la muerte estaba actuando con mucha impunidad sobre todo después de haber ganado Bordaberry las elecciones. Mataron a muchos compañeros y entonces el IMLN se planteó una acción de ejecución de integrantes, de miembros del escuadrón, integrantes fehacientemente(indiscutiblemente) comprobados porque se capturó a este Bardécio, se le llevó a la cárcel del pueblo, se lo llamaba cárcel del pueblo, pero un lugar clandestino. Se le tuvo preso y cuando lo interrogó Mauricio Rosencof, que es el vice director de cultura de la intendencia de Montevideo, declaró todos los integrantes del escuadrón de la muerte, las conexiones con el servicio de inteligencia de la policía, del ejército y de la marina y las acciones que, habían hecho, los asesinatos que habían realizado. Y entonces ahí el IMLN denuncia todo eso y en el 14 de abril de 72 sale a ejecutar y como la respuesta como la represión del ejército ahí se militariza, se declara el estado de guerra y por lo tanto se habilita al ejército a reprimir o que hasta entonces era la policía. El ejército entra en la lucha y ahí se ejecuta. Los militares van a determinados locales del LMN. Y matan a varios compañeros. Bueno, eso ahí empieza la lucha, contra la guerrilla, tanto el LMN cuanto la OPER 33 que era un sector de origen anarquista, la FAU por resistencia estudiantil y después la organización popular revolucionaria que era la Opera. La violencia sigue en asenso. Hay medidas de seguridad en 72, y permanentes. Hay una denuncia parlamentaria y sistemática contra las políticas del gobierno represivas, en general.

Sonia: ¿quien quiera que fuera?

Jorge Voituret: Contra la política de represión del gobierno general y legalización, censura.

Teresa: Y prensas, y aparece todo proceso con la prensa?

Jorge Voituret: Seguro. A partir de l año 72 prácticamente el LMN desorganizados, pues caen presos la mayoría de sus integrantes. Hasta que se llegue al año 73 con una situación de creciente represión y militarismo, apoyaron los militares, y de injerencia de los militares en la política cada vez mayor hasta que se produce el golpe en junio de 1973. En febrero un grupo de militares teóricamente nacionalistas, sacan un comunicado que le llaman el comunicado 4 y 7. Esos comunicados, el LMN estaban en las cárceles. Entonces el LMN empieza, se abre un periodo de conversaciones con los sectores nacionalistas del ejército y se plantea la posibilidad de un programa para salir de esta situación que había, pero un programa que buscara solución a los problemas que tienen ahora. Entonces, estos sectores nacionalistas son contados por los fascistas, son desplazados y a la vez, la contra inteligencia detecta los movimientos y las relaciones y al ser desplazada esta gente

saca un comunicado 47, pero este el Frente Amplio rechaza en un acto que se hizo en Av. 8 de octubre y Comercio. Esto fue el primer intento de golpe, vamos a decir, que hubo acá, en una puja (licitación) entre los sectores más de derecha y los sectores nacionalistas, pero ganan los sectores de la derecha. En la puja interna ¿no? que son también de estos grupos de sectores nacionalistas prácticamente después se pasan, o sea no son ni siquiera reprimidos, sino que los copta.

Teresa: optaran por lo trabajo.

Jorge Voituret: No eso fue a después. Los van a matar como mataran a Michellini en 76. Bueno y después viene un golpe de estado, el golpe de estado de la central de trabajadores acá tiene una resolución de su formación de que si había un golpe de estado, se declaraba la huelga general contra el golpe de estado, resistencia que acá duró diez días, desde el 27 de junio hasta el 09. Este 27 de junio hasta el 9 de julio fue una huelga general en todo o país con la ocupación de las fábricas. Los militares iban a desocupar las fábricas. Se iban, se volvieron a ocupar no solamente fábricas grandes pero talleres chicos.

Teresa: los liceos, todos...

Jorge Voituret: Una gran movilización popular.

Teresa: los hospitales todos...

Jorge Voituret: Porque las fábricas fueron apoyadas por los barrios con alimentación. La iglesia apoyó. Se ha venia todo un proceso anterior de participación de la iglesia. En cuando la en el año 68 cuando el tema de la educación. Por ejemplo, en la iglesia se hicieron liceos populares. Se hicieron grandes ollas populares de apoyo al los gremios en conflictos. La iglesia estaba teniendo una gran influencia a todo que era el cosillo Vaticano Segundo, los curas progresistas, tercer mundistas, el pueblo ¿no? En Colombia fue muy importante.

Teresa: La teología en Brasil.

Jorge Voituret: la teología da liberación en Brasil, con Ángel Cámara, como el principal porta voz en Brasil. Este acá participo mucho y después cuando la dictadura también hubo o muchos sectores de la iglesia que se opusieron a la dictadura, El Monseñor, el jefe de la iglesia católica se llamaba Parteli era un hombre que cuando sacó y hacia sermones enfrentaba a la dictadura. Lo reprimieran. Y bueno y entonces la dictadura Ta esta huelga general, que se pasa, el golpe de estado nace con una gran resistencia popular, o sea, no logro, o sea, el golpe de estado fue la confluencia de Bordaberry con los militares, o sea los militares le impusieron un programa. Bordaberry lo aceptó, siendo el presidente electo, fue el presidente de la 1º etapa de la dictadura. Se disolvió el parlamento, disolvió el parlamento y se creó un consejo de estado. En el consejo de estado participó varios políticos de los partidos tradicionales también. La gente de la derecha que le fue, que le dio, como vamos a decir, un barniz, consejo de estado, un barniz legislativo, o sea, lo que podría ser la substitución de la cámara de senadores y diputados EL consejo de estado. Que pretendía ser poder legislativo, que jugaba un papel absolutamente decorativo. Yo tengo todos los libros, las actas de los ejecutados y vos ves que la cosa que dice y son por la galería ,o sea aprueba lo que los militares le dicen y fue una cobertura jurídica, legal que tubo la dictadura en esa primera etapa. Después directamente Bordaberry fue desplazado y nombraron a. Aparicio Mandes. No me acuerdo que otro presidente hubo.

Teresa: con el apoyo.

Jorge Voituret: La dictadura acá con el golpe de estado. El LMN, la mayoría de los militantes del movimiento de liberación nacional estaban presos. Y de cualquier

manera en el año 73, siguieron, varios sectores del LMN que siguieran cayendo detenidos hasta, yo, por ejemplo caí en el año 74.

Teresa: un aparato político?

Jorge Voituret: De toda la parte política de masa, que era el movimiento de 26 de marzo, movimiento independiente del 26 de marzo cayó. Primero fueron los cuadros militares, después fueron los sectores que estaban trabajando para el Frente Amplio, 73 y 74. Después en el año 75, ya la dictadura, la represión, bueno, también contra el sector del ROE del OPR, que eran de aquel grupo que provenía del anarquismo Uruguayo, de los sectores libertarios del Uruguay. Después en el año 75, ya la represión se generalizó, con el partido comunista, algunos del partido socialista, el GAU, el grupo de acción unificadora. Bueno y ahí cayó masivamente todo este aparato político militar que tenía también el partido comunista. Hasta el año...

Teresa: 79?

Jorge Voituret: 75 cuando empezaron a caer las personas del partido comunista, en el penal de Libertad, que era la cárcel de hombres. Había unos mil doscientos presos. Hasta el año 75, si unos mil quinientos, mil seiscientos presos y después en Punta Rieles que era, la cárcel de mujeres, había unas 200 o 300 compañeras que pertenecían sobre todo al LMN y la OPR. Después cuando cayó el partido comunista, este acá fue el país que en relación a población fue el país que mas presos políticos tuvo En el mundo y no solamente en América. Hubo más de 5mil presos políticos procesados, después detenidos y medidas de seguridad, llegaron 50 mil que pasaran uno, dos días.

Teresa: Pasaron por Libertad y Punta Rieles. Se calculan que fueran...

Sonia: Pero ¿el caso tuyo? ¿Tú fuiste preso?

Jorge Voituret: Ah, sí por 11 años. Esta también tuvo, ella tuvo de los 80.

Sonia: ¿Cuántos años?

Teresa: 4 años.

Sonia: Yo quiero saber un poquito de eso. ¿Cómo tú fuiste a parar en la cárcel? ¿Cual fue la acusación?

Jorge Voituret: Yo estaba, cuando el MLN, la represión grande del MLN, yo trabajaba. Cuando la represión grande con el MLN, hubo un grupo de compañeros que quedamos sueltos, se disolvió, vamos a decir. Las células en que estábamos organizados se fueron desorganizando porque caía uno y otro. Entonces hubo un repliegue en la parte política. La parte política que era la columna 70 y el movimiento 26 de marzo Entonces hubo un periodo en que yo particularmente yo tuve una doble militancia, o sea, seguía perteneciendo al aparato militar pero trabajaba en el sector político. Hacía alguna cosa de unos y una cosa de otros. Yo trabajé mucho en el Frente Amplio. Soy el fundador del Frente Amplio y ahí trabajaba en la comisión nacional de organización del Frente Amplio. Estuve mucho tiempo ahí. Durante el golpe de estado, nosotros, la comisión de organización se había dividido en 4 partes del país, 5 partes: el interior y Montevideo en 4 y nosotros trabajábamos clandestinamente con grupos en cada uno de esas regiones. Después de el año 74 hay ahí algunas caídas, detenciones, y ahí fue que yo caí preso en diciembre del año 74, y me detuvieron en la calle, en un contacto que fui. Ahí me agarraron y estaba rodeado el lugar. Estaba detectado el lugar donde yo iba. Yo salí de la casa de unos compañeros. Tenía una moto, la dejaba ahí después me iba al contacto a unas 5, 6 cuadras y cuando yo salgo de la casa ya estaba seguido, me habían seguido. Llegaron a esta casa este y después me agarraron a mí en el contacto. Llevaron

Sonia: ¿Ya eran casados?

Jorge Voituret: No. Después me detuvieron y yo fui a un Cuartel, 9 de caballería. Ahí estuve hasta marzo del año 75. Después de ahí nos llevaron a la Artillería 5, otro Cuartel donde fui hasta julio, por ahí. Después fuimos a otro Cuartel, que queda ahí en infantería.

Sonia: ¿Se quedaron aislados?

Jorge Voituret: Sí siempre, durante este periodo estábamos encapuchados, atados con alambre en las manos así y los pies. Atados y torturados, durante todos esos meses.

Sonia: ¿Durante 11 años?

Jorge Voituret: No. Durante, de mi detención hasta más o menos julio.

Sonia: ¿De diciembre a julio?

Jorge Voituret: Durante 7 meses más o menos. Ahí fuimos encapuchados, atados...

Sonia: ¿Fue ahí donde te quebraste la nariz?

Jorge Voituret: Eso. Las torturas fueron submarino, que es un tacho con excremento. Te ponían como en una parilla, te ataban en una parilla de acá a sacar la parilla de madera y entonces te levantaban, enchufaban un tacho lleno de agua. Entonces cuando estaba ahí yo pataleaba y entonces me levantaban la cabeza y me partieron con el filo del tacho. Era eso la picana, colgarte, te colgaban de acá. El caballete muy duro, es un fierro así de filo colgado y te sientan ahí. Entonces los caballetes con los pies quedas así del piso, entonces esta siempre colgado y días y días así.

Sonia: ¿Y como tú suportaste eso mentalmente?

Jorge Voituret: Pensando en otra cosa, pensando en los compañeros. A mí cuando me detuvieron en esta casa que yo te digo, ahí vivían dos compañeros que tenían dos hijos chicos. Y el compañero era muy amigo. Ahí se los llevaron presos porque la persona que me delató a mí, diciendo que yo lo había llevado a reuniones en distintos lados el me dijo de ese lugar. Bueno a esos compañeros que siempre me interrogaron mucho y yo siempre dije que no, que no sabía nada. Que un día me habían prestado la llave de la casa pero yo no sabía nada y lo liberaron. Cuando yo caí, en mi casa también cayó una compañera, que también la torturaron y la liberaron. Yo tuve más o menos 10 días, unos 10 días, creo que fue hasta el 7, 8 de enero que yo no decía nada. No decía mi nombre, decía solo mi nombre de guerra, entonces nunca supieron donde vivía. Nosotros teníamos una orden interna que era resistir 48 horas y no decir nada durante 48h. Y después, por supuesto, no delatar a nadie pero podías decir que vos eras o no eras. Que hacías vos... Cuando dije donde vivía, ahí fueron, cayeron a mi casa de mi viejo, me agarraron un transmisor que yo tenía del CIM, centro de oficiales de reserva de la marina. Ahí la organización había hecho una operación muy importante de captura de armas y dentro de esos nosotros nos habíamos llevado un transmisor. Con lo que detectábamos las transmisiones de ellos. Un transmisor grande.

Sonia: ¿Y Teresa? Fue presa porque, Teresa.

Teresa: Teresa fue presa por organizar el comité de familiares. En realidad, este, había un movimiento interno de presos. ¿Ahora como explico? En los dos campos de concentración los presos lucharon, para enfrentar a los milicos y para también de alguna manera defender su condición de vida y proteger a través de los familiares, la posibilidad de defensa de las vidas. Teníamos todo el problema en Argentina donde masacraron a los presos y después decían que se habían peleado entre ellos. ¿Que se yo? Acá este en el año 80 y apoyados por la iglesia, empieza a surgir el movimiento de SERPA de justicia y paz que en Uruguay no había, que en Argentina ya lo habían creado y en Brasil tenía mucho peso. Pero acá no lográbamos porque

los milicos no dejaban a un cura vivo. Además se los llevaban corriendo para el Vaticano. Así que trabajar en la iglesia les costó mucho a los curas. El hecho de abrir las iglesias para los familiares de los presos también protegía a los curas. Pasó en la Argentina con las madres. Las madres fueron muy importantes en los años de dictadura para armar paquetes, recibir dinero, sacar información para fuera, defender la situación de los presos, las madres fueron claves. Y yo fui, trabajaba, era médica ya, atendía a los familiares hace mucho, jugaba un rol en la convivencia con los familiares de los presos. Y empezamos a hacer en mayo de 80. Ya estábamos funcionando en las iglesias y ya de hecho existía el comité de familiares. En el exterior se nos apoyaba. Y en mayo ya no solo se usó la iglesia para los presos y armar los paquetes y juntar cosas para los presos y vender las cosas que hacían los presos, si no que fue el primer 1º de mayo que hubo en dictadura. Eso costo mucho. Cuando la dictadura estaba organizando, un cambio nuevo en la constitución, plebiscito para quedar, lo mismo que hizo Pinochet para quedar constitucionalizado como presidente el Goyo Álvarez. Y entonces se perpetuaba la dictadura, se reelegían. Entonces se empezó la lucha en el exilio. También los presos jugaban un rol porque recibían información de los familiares y había temor frente a la votación del NO que hubiera una masacre con los presos. Que usaran los presos como..., que anunciaban que habían los presos en Brasil organizados para venir, que había problema, sobretodo no con Argentina ya que todo el mundo sabía que habían matado a cuanto uruguayo había en Argentina, había información que habían matado a muchos uruguayos, en Brasil no teníamos mucha información. El que militaba si porque era la ruta de salida, en Uruguay, de los presos porque la ruta era el Brasil. Yo ayude a salir a mucha gente para Brasil, que eso los milicos, ellos lo sabrían. Los milicos sabían más de lo que te imaginas. Yo fui a Argentina aprovechando que había justo un curso de diálisis peritoneal que me gané el curso Internacional, aproveché para ir a verme con las madres de Plaza de Mayo que de alguna manera uno pensaba de acá que le daban inmunidad porque de alguna manera acababan de dar el premio, igual a Pérez Esquivel que le iban a dar el premio nobel de la paz que alguno de ellos salieran a decir y contar la situación uruguaya. Me vi con algunas de las madres, intenté verme con obispos, porque por lo menos apoyaron a tener un apoyo político de algunos obispos que más o menos se consideraban que podían dar un apoyo, esta información se tenía acá los curas tercer mundistas y para que le dieran apoyo y traer los documentos y que Serpa estaba reconocido en el Uruguay. Yo eso lo mandé todo por otra persona, por suerte. Hicimos un duplicado y yo traía esos documentos pero no estaban duplicados. Ahí surge legalmente el Serpa, el movimiento de justicia y paz en el Uruguay, porque fui a hacer el trámite, hice firmar a los obispos en argentina y quedó autorizado. Porque en ese momento, no me acuerdo como se llamaba, pero venía el responsable de la iglesia mundial, estaba en la Argentina y empezó y tuvo que firmar y bueno fue bastante público el movimiento en.

Jorge Voituret: con Pérez Esquivel.

Teresa: Pero no llegué a hablar con Pérez Esquivel por que en ese día se había ido para Europa. Igual al secretario le dejé todo y le explique y el recibió todo. Pérez Esquivel recibió todo. Yo llegué a Montevideo y en el aeropuerto veo que dejan pasar a todos y quedo ahí aislada pero cuando llegué yo vi a mi padre y lo saludé. Eran las nueve y pico de la noche y mi viejo me había ido a buscar al aeropuerto

Sonia: ¿Qué edad tú tenías?

Teresa: Yo que se.

Jorge Voituret: Teresa es del 46 y esto fue en el 80, o sea tenía 34 años. Perdona. Ahí Jair se movió mucho en Brasil.

Teresa: Bueno a eso iba. Cuando me secuestran en el aeropuerto, yo ya estaba en Montevideo y cuando salgo no había nadie. Habían sacado a toda la gente, yo vi fila de gente en la parada y vi que ahí vi a mi viejo, yo pego un grito. Y había 2 o 3 personas que después acompañaron a mi viejo, porque mi viejo pobre veía como me encapuchaban y me metían en una camioneta. Era una camioneta de helados Conaprole, el helado más famoso de acá. En esa camioneta camuflada me llevan. Me atan toda, me encapuchan y me pegan y me dicen: así que te haces la viva?, me gritó y me vio la gente, grite quien era, para que me vieran. Más que desesperación era saber de gente que hizo eso por las dudas de no desaparecer, que se yo. Entonces estas cosas que vos tenías la cultura de lo que habían hecho los presos cuando me llevaron al cuartel que me tiran acá traigo a la desaparecida. A la desaparecida estaba el padre, la vio el padre, gritó, no sé cuánto. Bueno, aquello fue como a los milicos que me llevaron, fue así, brutal le dieron una fiaba. Entonces después empezaron a darme a mí porque ellos tenían previsto, esa noche, mi viejo fue a hablar con un abogado que era amigo, trabajaba en la Universidad de la República, era secretario general de la universidad y como yo ya tenía la nacionalidad Española, José Vainer con mi viejo van a la embajada. Entonces me pide la embajada. Ahí ya se empezó a gatillar la locura. Pérez Esquivel me pide de Francia, y en Brasil los compañeros que se enteran de que me habían secuestrado y en el aeropuerto también.

Sonia: Te fuiste dada por desaparecida. Una pregunta ¿porque? Tú tenías militancia anterior?

Teresa: Si yo era militante del 26 de marzo y era del Frente Amplio. Y si, a nivel estudiantil En la etapa de la dictadura los que quedamos porque yo tuve una situación muy particular, yo no caí presa, el cayo el 27 de diciembre cuando llego a casa me estaban esperando unos amigos para que me fuera pero yo dije no, yo no me puedo ir ese día. Yo estaba muy enojada con el señor. Porque llovía, llovía a cantaros y yo me recibí de medico por ese día. Y yo decía: que pelotudo, con la moto con tal de no mojarse no viene a saber que me recibí. Después cuando llegué a mi casa no me dejaron entrar estos amigos querían que fuera a una casa que yo no quise ir, mis pobres viejos, o sea además, tal les conté cual era la situación les dije que yo me iba a quedar, ahí también les dije que era médico, entonces mi vieja hizo tallarines caseros para festejar que era médico y me regalaron un anillo... pobres, que ellos estaban con la esperanza en recibirme y después que mi viejo me vio en el aeropuerto, la verdad es que me salvó la vida...

Sonia: ¿si él no hubiese hecho eso tú habrías desaparecido?

Teresa: Sí, en realidad es que querían. Pusieron preso a varios familiares. Estábamos moviendo con una denuncia de que no hubiera una masacre...

Jorge Voituret: Sacaron de Libertad, porque en Libertad, nosotros empezamos una huelga de hambre.

Teresa: Y nosotros lo denunciarnos.

Jorge Voituret: Doscientos y algo de presos hicimos una huelga en Libertad y compañeros nuestros, sacan de libertad a los cuarteles, a nosotros nos aíslan en una sala de aislamiento. Y de esos que sacan, a uno lo matan. Que es Hugo Dermít, Hugo Dermít.

Teresa: Lo matan cuando me están interrogando a mí, me tiran arriba de él.

Jorge Voituret: Cuerpo muerto.

Teresa: A no, el todavía estaba vivo, querían que yo saliera en la televisión a denunciar que había presos antes de la votación del no. De que los presos iban a entrar, en el que estaba todo organizado y que los familiares nos habíamos organizado en el penal. Bueno había un verso totalmente en el ...

Jorge Voituret: Invasión del Brasil.

Teresa: Terrible y había políticos y yo tenía que denunciar todo eso, en la televisión terrible. Mujer, médica, que se yo. Me conocían casi todos los familiares que hubiese. En el penal ayudaba con muchos paquetes. Lo cierto es que, no sé si por locura o por ideología, decidí que yo eso, no lo iba a hacer. Y no lo iba a hacer por ellos que sabía que estaban haciendo la huelga de hambre, no lo iba a hacer por mis viejos que sabía...

Sonia: ¿Tú sabías que estaba vivo?

Teresa: Más bien, desde el 76 hasta que caí, lo fui a ver siempre. Nos casamos en el 73. Hice un poder con una escribana y nos casamos para yo lo pudiera ver.

Teresa: Salí y él ahí seguía preso y tuvimos mellizos. Una nena y un varón.

Jorge Voituret: Cuando yo Salí, ella se había ido, no estaba. Porque la invitaron de Cuba, el primer congreso de las mujeres cubanas y entonces fue a la cárcel a preguntarme ¿puedo ir? Si, anda. Así, cuando salí no estaba, estaba en Cuba.

Teresa: Te aviso que Fidel cuando estaba con todas las mujeres, hizo una cena preguntaba, "¿donde está la uruguayaya?", no lo puedo creer, no lo puedo creer

Jorge Voituret: Tiene las fotos con Fidel.

Teresa: Pero 11 años y ahora que él sale Ud. Está acá! No lo puedo creer, esto es bien de mujer dice Fidel, no lo puedo creer. Me dejaron llamarlo por teléfono, me hicieron pasar a una piecita y me dijeron línea libre: llámelo por teléfono, y llamé a Jorge desde Cuba.

Jorge Voituret: Como, lo que paso con la izquierda, con la dictadura una cosa importante que en el año 80 que fue el plebiscito por la reforma constitucional de los militares, perdieron, y no había ninguna organización porque el movimiento popular lo habían destrozado, no había ni partidos políticos, ni sindicatos, había una cantidad de gente si, aunque estaba prohibido reunirse, etc, etc, era heredera, la cabeza de todo ese proceso de unidad del movimiento popular. Eso también muestra, como decía un historiador nuestro acá, como eso que urdimbre que se teje no lo destruye nadie. En un determinado momento la gente no necesita organización, estructurada como para responder como en el caso de responder a este plebiscito, decirle no al.

Teresa: Alguien o estaba preso o estaba en el exilio. Y eso tenía un peso.

Sonia: Cosas: Un que es la mayoría sediciosa tenía esto gravado en medio de su corazón, mismo que no pudiera expresar hacía las cosas que tenía que hacer. Otra cosa, esto casamiento tú mantuve vivo. Porque si no tuviera la relación, no tenía quien reclamar por Ud. tan cerca, entonces como estaba casado, tenía una esposa una persona, no podría hacer mucho contra el.

Teresa: esto es lo que te mantuve vivo.

Sonia: no esto, pero que ayudo.

Jorge Voituret: Seguro.

Sonia: Porque tenía una esposa, tenía una relación, tenía alguien que podría reclamar y no alguien solo, pero alguien fuerte complicada, complicada en el sentido que hacía barullo no era fácil...

Teresa: mi suegra cuando la policía en la calle veía que llevábamos un paquetito, unas medias, algún gorro, se acusa, no lo podía creer, cuando se dio cuenta que Jorge estaba, iba a estar muchos años preso, que ya era grande dije bueno va a tener una soledad, en cambio así no. Estaba contentísimo, a los dos o tres años me

dice: pensar que me negué tanto y en la realidad pensé: no solo va a estar acompañado, cuando salga no va a volver a lo viejo, ya veo que no, así que militaba conmigo, era una madre bárbara.

Apêndice O – César Di Candia

Entrevista concedida à autora desta dissertação em 11 de dezembro de 2008, em sua residência em Montevideu – duração do áudio: 54min

César di Candia é escritor, jornalista e historiador. Faz parte da chamada “geração de 45”, descrita como brilhante, composta por escritores (em sua maioria), pintores e músicos. Escreveu diversos livros. Entre eles, “Grandes entrevistas uruguayas” e “Los años del odio, 1896 – 1904”.

César di Candia: Puedo contarle cosas que se desarrollan en un largo proceso. No, no yo puedo decirte el momento que el Uruguay se forma en 1825. Se declara la independencia de Brasil, fundamentalmente, pero se declara la anexión, la unión a las provincias unidas del Rio de La Plata. Quiere decir que por un lado la ley de la independencia, nos liberaba de Brasil, nos independizaba de Brasil, pero nos unía a Argentina.

Artículo uno: Independencia. Artículo dos: anexión de Argentina. Quiere decir, que no es una independencia total. Acá esto es una ficción, se, se es como una idea que se divulga a nivel escolar, digamos, a la independencia es en 25 de agosto de 1825. No es cierto. En el 25 uno se anexa, Uruguay se une a las provincias unidas do Rio del La Plata, que son efectúale son todas las provincias Argentinas. La verdadera independencia, la independencia total de Uruguay, hablo esto porque está muy debatido por historiadores muy, muy. A mí que esto es real y un poco vergonzoso, porque es vergonzoso. Este, en octubre de 1828, dice esta fecha que es muy importante. 28, por mediación del embajador de Inglaterra y del ministro de relaciones exteriores de Inglaterra, Konin, ellos, Inglaterra, Brasil y Argentina declaran que Uruguay es independiente, porque, porque a Inglaterra le interesa un país independiente acá. Metido como cuña entre Brasil y Argentina. A Inglaterra no le interesa que se tenga arriando siempre acá, Brasil de un lado y Argentina de otro y Uruguay en el medio porque lo que le interesa es colocar sus productos. Estamos hablando 1828, ya con la revolución industrial en marcha y cantidad de productos que no tenían salida en Inglaterra y querían colocar de alguna forma en esto ahí. Entonces, declaran un poco a la fuerza se declara la independencia uruguaya en 1828. Esto nunca se festeja, porque en Uruguay no se festeja ni se conoce. Nadie habla de la séquela de esto. Es un poco vergonzoso que sean los extranjeros que nos "regalen" la independencia. Nos la regalan para que nosotros no estemos guerreando más con nadie. A tal punto que esta Convención preliminar: Convención Preliminar de Paz, 1828. Una das clausulas es que la constitución de la República Oriental del Uruguay no puede ser cambiada sin autorización de Brasil y Argentina. Éramos dependientes totalmente. Hasta que en 1830, definitivamente, se jura la constitución Uruguaya en 1830. Muchos historiadores piensan que la verdadera independencia Uruguaya empieza en 1830 con la total liberación de los países vecinos, incluso de Inglaterra. Es una petición muy al estilo Norte Americano, en la cual no votan, no pueden votar, los esclavos, ni los asalariados. No votaban los asalariados, los que tenían salario no podían votar: se votaba la clase alta, nada más. Era muy poco los que votaban.

¿Cómo se elegía al presidente? El presidente le elegía una asamblea nacional. Se ponían de acuerdo los dos partidos políticos que eran el Blanco y el Colorado. Se

ponían de acuerdo y elegían el presidente. De acuerdo con la mayoría que hubiera en la asamblea. Lo que se votaban eran legisladores, asambleístas. No se votaban a un presidente. El presidente de la República recién se empezó a votar, como presidente muchísimos años después. Porque en 1917, se reforma la constitución y ahí hay voto directo. El pueblo vota al presidente, vicepresidente, diputados y senadores. No la asamblea como hasta este momento. Pero durante este periodo de 30 a 17, de 30 a 1904, es la última guerra civil y terminan los problemas en las cuchillas porque a este momento los gobiernos, como en toda América, se desarrollan muy, como le voy a decir, entre revoluciones, asonada, de levantamiento, todo el tiempo hay un levantamiento de un saudicito, pero las presidencias no terminan o terminan mal. Esto es larguísimo de explicar, pero no se estabiliza, no se estabilizan los gobiernos hasta que asume Batlle, José Batlle Ordóñez en 1903 y en 1904 gana la guerra civil. Ahí se termina y empieza el Uruguay civilizado, ahí. No dependiendo de las guerrillas y de los levantamientos militares, sino dependiendo de las instituciones.

1904 las instituciones se mantienen vigentes hasta 1933 en que hay un golpe de estado que da el presidente Gabriel Terra. Que lo da, porque según su criterio no podía gobernar porque estaba "muy atado" con la constitución. El asunto era así, lo explico rápidamente: En 1917 cuando se crea, de cierta forma la reducción, se empieza a votar en el presidente de la República. Se crea un organismo, que acá llamamos colegiado, multipartidario, con un ejecutivo que estaba dividido en dos funciones: una era la función de pos ejecutivo es asumir presidente de la república y otras funciones, por ejemplo, no me acuerdo exactamente, creo que ministerio de interior y ministerio de guerra la tenía el presidente, de economía. Pero otras funciones las ejercía un consejo de gobierno que también era elegido en la proporción, ¿no? Como se fuera una asamblea, una pequeña asamblea. Entonces el presidente Terra sostenía que no podía ejercer plenamente sus funciones de presidente porque el mandaba solamente acá y acá no podía mandar porque acá mandaba el consejo de gobierno. Procura reformar la constitución para poder tener poderes plenos. Como no puede reformarla, desde el puesto de vista constitucional, da un golpe de estado. Disuelve las cámaras, llama elecciones y la nueva asamblea reforma la constitución y todo esto... en cuestión de 34... Perdón... 34 promovida por el presidente Terra, después del golpe de estado le da al nuevo presidente, plenos poderes y disuelve este consejo este de estado que lo perturbaba. La constitución de 34 sigue vigente hasta el año 51 en el cual, de nuevo, se vuelve al Consejo de Estado, quiere decir, en el 17 había presidente por un lado con poderes pero, el Consejo de estado por otro también existía con otros poderes. Éste no podía gobernar. Disuelve las cámaras, le da plenos poderes al presidente. En 51, se considera de nuevo que otorgarle demasiados poderes al presidente era peligroso. Siempre se dijo esto. Es una vieja teoría de Batlle. Una vieja teoría de base de Don Pepe Batlle, que no se pueden otorgar demasiados poderes al presidente. Porque a la larga se convierten en dictadores. Entonces se resuelve, crear otro Consejo de Estado. Esta vez se llama Consejo Nacional de gobierno integrado por 9 personas, con un presidente rotativo. Cada año su presidente distinto, para que el presidente no tenga demasiados poderes. Entonces este consejo de 9 personas se dividen 6 de la mayoría y 3 de la minoría, supóngase en este momento fueran 6 del partido colorado y 3 del partido blanco. Pero acá le explico con detención y con cuidado porque es fundamental. Como los partidos tradicionales estaban muy subdivididos: fracción 1, fracción 2, fracción 3. La mayoría, los 6 de la mayoría respondían, 2 a una fracción, 2 a otra y 2 a otra. Y los 3 de la minoría, también respondían de

repente, 2 a una fracción y 1 a otra fracción. ¿Que pasaba? Empezaba a unirse 2 acá, 2 acá con 1 de acá y hacían mayoría en el consejo. 2 colorados, mas otro 2 colorados, mas 1 blanco ya son 5. Ya es la mayoría, 5 contra 4. Y el gobierno estaba un caos total, un caos total. Le cuento una pequeña anécdota cuando desaparece el colegiado porque ya no se podía gobernar más. Segundo problema el mundo después de la guerra, esto fue en 51, el mundo avanza tan rápidamente, se globaliza tan rápidamente. Los negocios se hacen tan rápido. 9 personas en un consejo de gobierno era muy conversado todo. Se pasaban conversando y no decidían nada porque eran 9 personas a decidir. No era el presidente que disponía las cosas. Conversaban, conversaban al final decidían algo, cuando ya era tarde generalmente. Entonces no funciona el consejo de gobierno. Primero porque había arreglito entre los partidos, segundo porque se conversaba todo el tiempo. A tal punto en el año 60, el último presidente de consejo de gobierno, fue un Blanco llamado Luis Alberto Heber, que gobernó muy mal del año 61, perdón, perdón, asumió el último consejo de gobierno asume en el 62 y termina en 66. Y fue un consejo de gobierno con mayoría Blanca o nacionalista. Hubo 2 consejos de gobierno con mayoría nacionalista. El del 58 y o de 62. El último presidente rotativo, fue Luis Alberto Heber y fue tal el problema que hubo, tal el problema que hubo de imposibilidad de gobernar que Luis Alberto Heber, presidente del consejo de gobierno decidió hacer una "huelga personal". ¡El presidente hizo huelga! Y dejó de asistir, Y dejó de asistir a las sesiones diciendo que al él no le ayudaba ni sus compañeros ni sus adversarios porque estaba solo. Entonces hizo huelga, el presidente de la república hizo huelga. Un hecho único en el mundo. En el año 66, se vota la reforma constitucional presidencialista y asume otro presidente, llamado Gestido. El presidente que había hecho huelga le entrega la banda presidencial llorando y le di: Lamento no haber podido gobernar! Y le pone la banda. Este, era un pobre señor, pelo menos tuvo honestidad. Gestido gobierna 9 meses, muere, asume Pacheco. Ya en la década de 60, 62, 63 empiezan movimientos terroristas. Tupamaros, año 63. Y toda esta década de 60 el Uruguay, el Uruguay está totalmente convulsionado por atentados terroristas, por secuestros, por muertes, por fugas masivas. Tupamaros se escaparon de la cárcel de la Punta Carretas, se fugaron 110 Tupamaros. La fuga más grande de la historia del mundo se fugaron 110. Hacia un paso y salían de otro lado. Comprando todo el personal de la cárcel porque para hacer el túnel tiene que sacar tierra ¿y la tierra donde la ponían? La ponían entre las celdas y tenían comprado a los carceleros para que no revisaran la celda si no verían la tierra. Una cosa grotesca que puso en ridículo al gobierno totalmente. Hubo 2.

Sonia: ¿Cuál era el objetivo del movimiento? ¿Donde querían llegar? ¿Qué influenciaba?

César di Candia: Yo estudié mucho. Yo no lo sé! Estos dicen que al principio, era un gobierno de resistencia al gobierno, al, al... era un movimiento de resistencia al gobierno porque era un gobierno de la derecha y estaban ahí a la sacho. Después "imaginaron" un gobierno socialista pero no tenían idea de que consistía un gobierno socialista. Esto me han dicho a mí los mismos caudillitos de los Tupamaros "Nosotros no sabíamos lo que era un gobierno socialista. Queríamos ser socialistas pero no sabíamos o que era". Para mí es un movimiento muy loco, muy falto de objetivo. Nunca lo entendí bien el movimiento esto. Muy duro. Muy agresivo, con mucha muerte, con mucho secuestro. Una vez en un campo un peón tenía una cueva en un campo, de refugio, para esconder gente y un pobre empleado se lo encuentra y ellos no tienen solución. O este empleado lo mata porque el peón va a

contar o lo mandan al exterior con el riesgo que el empleado vuelva y cuente y se desbarate todo. Entonces lo matan. Resuelven dar una inyección y o matan. Este, después es un movimiento muy deshumanizado, es falta de humanidad. Es muy frío, muy duro, con objetivos muy diluidos, muy difusos. Que a la larga después de derrotado por las fuerzas armadas que termina con ele tanto. Criaran 2 pesos durante las condiciones peores, porque los torturan, los metían en lo agio, lo metían en lo posos, los tenían... Hubo uno que tenían 11 años sin hablar con nadie preso en una celda, incluido el señor Mujica que hoy es senador y candidato a presidencia. Este tuvo 11 años en una celda, sin hablar con nadie. Estuvo loco, hablaba con las hormigas, hablaba con... el me lo contó esto. Tuvo muy loco porque... Estar solo 11 años no es cosa fácil. Entonces encontré unas hormiguitas y hablaba con ellas. Las escuchaba. Y se ellas me hablaban, y hacían ruiditos en el oído y yo les hablaba, "se quedó loco." Se salvó porque un día, una psicóloga le dio libros a leer. Entonces a empezar a leer, a pesar de cualquier cosa, el tipo, empezó a recuperar la conducta. No digo que esté muy normal hoy en día. Creo que está loco también. 11 años sin hablar con nadie.

Sonia: ¿Era Tupamaro?

César di Candia: 11 que le llamaban los rehenes. Que quería decir esto que donde hubiera cualquier adicción Tupamaro en la calle, lo mataban a uno. Entonces todos acá se quedaban quietos. Esta fue la técnica que usó el ejerció para terminar con la guerrilla. Esta es la historia de la violencia Uruguaya. En 6 tomos, síntoma y irrumpe el Fidelismo. El Fidelismo fue causa de todo. La guerrilla muestra su cara. El Uruguay tiene algo que reconocía. El contenido del avance Tupamaro. En escalar la dictadura también. y bueno.... ¿Que tienes para hacer?

Sonia: Una tesis de doctoramiento.

César di Candia: Mucho mas de...

César di Candia: ¿Yo te pudo decir lo mismo que está ahí escrito? El periodo de la violencia está todo acá. Esto se me editó El Diario del país cuando se vendió hace un par de años. Cada miércoles había un librito.

Sonia: Un Uruguay que nadie reconocía. ¿Cuál era la sensación de la sociedad tras esta violencia?

César di Candia: Es claro, porque no había ocurrido nunca un ataque de violencia antes. Hubieron guerras civiles 50 años antes, pero terrorismo no, nunca en la calle. Empezó con los Tupamaros. Los Tupamaros irritaron, enojaron al ejército. El ejército, esta es mi teoría y la teoría de muchos, el ejército empieza a adquirir conciencia de lo que vale porque el ejército nunca, siempre estaba alejado. También en los carteles adquiere conciencia de que es imprescindible y que el Uruguay se lave las manos y hay que, hay que guárnalo de alguna manera. Entonces dan el golpe de estado. Los Tupamaros amiguísimo. Hay una frase del doctor Sanguinetti, presidente de la república que dijo: Los Tupamaros no fueron la causa de la dictadura; pero si no existieran los tupamaros no habría dictadura. Sin Tupamaros no hay dictadura. Tupamaros no empujaron la dictadura pero se no hubieran existido, la dictadura no existía tanpoco.

Sonia: ¿Con el Fidelismo en la América Latina, fue el mundo bipolar?

César di Candia: Sí, totalmente. Cuando Europa y Fidel en los años 60 las asociaciones Uruguayas se dividen en 2, como en toda América, se dividen en 2, este, sobre todo los primeros años de Fidel cuando Fidel todavía tenía una posición ideológica de izquierda pero no asociada a Unión Soviética. Este, entonces la gente, yo incluido, era Fidelista. Este, y los partidos se dividen. Y la izquierda también se divide, de izquierda y de izquierda contra Fidel. Este, y, sobre todo la gente joven, y

vino acá el Che un par de veces también, la gente joven se empieza a levantar alrededor de la imagen de Fidel y cuando los Estados Unidos interviene, quiere intervenir en Plaza Jirón, invadiendo Cuba, la gente se irita más todavía. Más Fidelista y más anti Yanqui. Y cuando los Estados Unidos intervienen en Granada, más anti Yanqui. De modo que era todo. Si no hubiese existido Fidel, la mitad o la inmensa mayoría de todas las revueltas en la América Latina no hubieran ocurrido. Fidel se queda a pauta de que se puede pelear contra el imperialismo. Se puede. Antes era una teoría. Con Fidel se podía, ¡se ganaba! Aguanta en una isla contra los Estados Unidos durante 50 años, aguanta. No pasa nada. Entonces es la imagen de la resistencia, la imagen del “sí, se puede”.

Sonia: Pero era un movimiento ideológico en que el país iba bien económicamente; la sociedad estaba estable. Había o no había focos sociales para esa convulsión. ¿Era una cuestión ideológica o era una cuestión ideológica con fondo social? ¿De necesidad?

César di Candia: Pero, siempre hubo en Uruguay partido de izquierda, pero siempre fueran muy chicos, mínimo con un porcentaje de votantes socialistas y comunistas. ¡Eran muy poquitos! Un diputado, dos diputados y de allí no salía. Con Fidel la cosa cambia porque, ya te digo, este, Fidel llevaba a pauta de que se puede crecer y al amparo de Fidelismo crecen y después, un grupo de la izquierda, Los Tupamaros, integrado por varios grupitos, se, se lanzan en la revolución directa, a la acción directa. Con explosivos y con secuestros, ya te digo, muertes, pero la, Uruguay de lo pos guerra fue un Uruguay económicamente fuerte, fuerte, fuerte porque la guerra favorece Uruguay. Favorece porque el Uruguay vende cuero, lana, leche, alimentos y todo a precios, animal, y vacas, ovejas, lo que fuera, a precios, este, extraordinarios. Uruguay crece. Uruguay del pos guerra era un Uruguay.

Sonia: ¿Pero en 60 aún existía un auge?

César di Candia: Después empieza la guerra de Corea, la guerra de Corea vuelve a trastornar todo. También con Corea, Uruguay gana dinero. Pero termina la guerra en Corea y otra vez el dólar empieza a subir, los salarios no suben a la par del dólar, este, y todo se trastorna y ya empieza en los años 60, que es cuando la guerrilla empieza en Uruguay y en América también y en Brasil también porque... cuando es que echan a Goulart, en año 60?

Sonia: 62. Cuando Janio renunció. Fue electo en 61. En 64 Jango fue destituido.

César di Candia: Ay esta, son los mismos años. Todos os lados.

Sonia: Y el discurso de Jango era mucho de las reformas de base... Era de cambios, cambio fuerte.

César di Candia: Goulart estuvo viviendo en Uruguay años, incluso dicen que su muerte no fue muy clara. No dudaría nada tampoco. Son esos años terribles que todo se convulsiona en América. Años de Peronismo. Son por la dictadura, este, de Onganía, de Costa e Silva, de...

Sonia: Videla.

César di Candia: No, Onganía fue antes de Videla. Onganía fue mucho peor que Videla. Onganía, Costa e Silva y Somoza. Acá cuando salió una conferencia de presidente de América en el año 67, conferencia de presidente de América, dos que venían con el presidente eran todos gorilas, todos. Era una cosa lamentable. Habían 2 o 3 presidentitos elegidos por el pueblo y los demás eran gorilas. El de Paraguay, Stroessner. Yo te dije de Nicaragua y, era una cantidad, era una cosa, yo fui como periodista, era una cosa. Todos eran informados en Punta Del Este. Y el único que puso las cosas bien en claro fue Gestido que hizo un discurso memorable, memorable, sobre el destino de América que también era un general Gestido, pero

un general retirado, general de la fuerza aérea, retirado y con un concepto de la democracia, de la austeridad. No tenía auto. Gestido vivía a su casa y llegaba a la presidencia y su mujer barría la avenida, yo la víea, siendo la primera dama, barría la vereda de la casa y arrepentido de la presidencia sacaba la mujer de brazo y se iban a tomar mate a la rambla, sin guardia. Era un tipo insólito, totalmente. Fuera de toda, los...

Sonia: ¿Como era su nombre?

César di Candia: Se llamaba Oscar V. Gestido. Acá va a encontrar una cantidad de cosas de Gestido. En esto, el 13 de 4. Cuando Gestido... Léase esto con atención y va encontrar todo lo que necesitas.

Sonia: ¿Salió de la dictadura de que manera?

César di Candia: Salió de la dictadura según... Yo creo que sale porque los propios militares se dan cuenta que ya la cosa, no lo puede gobernar más y deciden, ellos deciden hacer un plebiscito por el cual se instala una constitución dura, este, con una organización, con un instituto de militares que controla el presidente y una constitución blanda como habían sido las anteriores. Se hace un plebiscito, y gana, ganamos los que queríamos otra cosa. Ellos pierden el plebiscito, lo que es un acontecimiento porque Uruguay es uno de los pocos países del mundo que entra una dictadura y entra un plebiscito.

Sonia: ¿De los pocos o el único?

César di Candia: Temo que no y los militares también con un gran sentido de la institucionalidad y del civismo acertaran en el plebiscito porque pudieron decir no, que siempre mandamos... y seguir acá tardaría del hecho final. Aceptaron y después de eso hubo una elección interna en los partidos políticos porque los partidos políticos estaban todos prohibidos. Y se guerreó de nuevo sus atributos y se fichó una elección interna en los partidos políticos y se acabó.

Sonia: Existieron algunas negociaciones que ellos ahora quieren rever la ley. ¿No es de anistia? Hay un nombre que los militares, que ellos están queriendo rever, yo escuché en el informativo. La ley que amnistiaba a los militares, están queriendo reabrir los crímenes del pasado. ¿Como se llama?

César di Candia: Ley de Caducidad. Pero esto fue votado por, por...

Sonia: ¿Plebiscito?

César di Candia: Fue votado pelo ejecutivo, legislativo y plebiscitado. Entonces ya no informa de la marcha atrás.

Sonia: Pero la crítica es que fue negociado, esa ley de la caducidad.

César di Candia: Sí, sí, fue negociado sí. A mí no me gustaba, pero yo voté contra, pero se, se votó e igual si, si votó ha a aguantar, ¿Qué vas hacer? se perdiste, perdiste.

Sonia: ¿Cuando la sociedad dice no, ella no quiere enterrar tanta violencia? Cuando la sociedad en un plebiscito dice: Esqueje???. Deja la ley de la Caducidad. No vamos a revolver el pasado, las muertes, la violencia. Basta, estamos saturados, ¡Basta! ¿Sería eso? ¿Esa en la lectura?

César di Candia: Ah sí, posiblemente sí porque cuando Sanguinetti, Sanguinetti fue el primer presidente después de la dictadura, su lema, su slogan era "un cambio en paz". Esto lo dice todo. El gana, con un cambio en paz. El estaba harta, primero de terrorismo y después de, de, de gobierno militar que fue terrible también. Harta. La gente quería lo que estaba aquí. No tenga duda disto.

Sonia: ¿Y la economía? ¿Cómo se quedo en eso? Acabo la dictadura. ¿Cómo estaba el Uruguay frente el mundo?

César di Candia: Y bueno, estaba mal, con una deuda externa en... Los militares largaron con 8000 millones de dólares y la dejan con un 100 mil millones.

Sonia: ¿Y adonde se fue el dinero?

César di Candia: Hasta el día de hoy se la va bajando, bajando. Es inmensa la deuda. Con el bruto de las exportaciones no hay casi nada que pagar de esto. Y toda la vida se gobernó pidiendo plata del exterior. Y los militares en particular pidieron muchísima plata. Porque hicieron la Represa del Salto Grande que costó muchísimo. Como todo militar hacen obras grandes que se lo.

Sonia: ¿Faraónicas?

César di Candia: Que los perpetúen en la memoria. Pero queriendo plata que después no se podía pagar. Ahora estamos mucho más estacionados en materia económica. Mucho más tranquilos, igual se debe plata. Pero, ya la cosa no es tan, tan urgente todo.

Sonia: Desde cuando, por ejemplo, el partido Colorado gobernó por casi toda, ciento y 40 años....

César di Candia: 93 años.

Sonia: 93 años. ¿Porque el Partido Colorado cayó tanto?

César di Candia: Es un misterio. Yo no lo sé. Gobernando mal yo supongo. El Frente Amplio se nutre del Partido Colorado.

Sonia: Los descontentos?

César di Candia: El frente Amplio crece y el Partido Colorado decrece. De un lado salen los votos del Frente Amplio. Salían del Partido Colorado. Los Blancos se mantuvieron.

Sonia: ¿Quién mantiene los Blancos en los votos? ¿Quiénes son los electores del Blanco? ¿Cuál es el perfil?

César di Candia: ¿Como son los electores? Son clase media alta, conservadora, gente de fuera, gente de campo. Los Blancos tienen mucha influencia en el interior. Muchísima. Siempre tuvieron. Poca gente de Montevideo. Acá en Montevideo muy poco.

Sonia: ¿Cómo se dá la denominación de blancos y colorados?

César di Candia: La denominación de blancos y colorados se dá a partir de un decreto de Oribe que en agosto de 1836 determina que toda la población, alistada o no en las fuerzas, utilizara en su sombrero una divisa blanca o un distintivo del mismo color en sus ropas, con el lema Defensor de las Leyes. Los opositores de Oribe comenzaron a llamarlos Blancos o Blanquillos. Andrés Lamas en 1845 explicaría, a su vez, el origen de la divisa colorada: las fuerzas rebeldes habían adoptado como divisa el color de la escarapela nacional: el color celeste. En aquellos tiempos nada se sabía mucho sobre técnicas eficaces de coloración de telas, procesos textiles de alta calidad, etc. Obviamente, con el pasar de los meses los paños celestes se destiñeron y surge la necesidad de cambiar el color. El colorado fue el color elegido. Porque? Este color era el color más usado en la campaña, ya sea para forrar ponchos o para hacer los chiripáes. De esta forma, el partido de Oribe pasó a ser llamado de Blanco y el que combatía a Oribe de Colorado.

Sonia: Y cuando los blancos gobiernan, gobiernan bien?

César di Candia: Nunca se sabe. No me animo a opinar. Yo creo que Lacalle hizo un buen gobierno. Gobernó, gobernó bien. De un punto de vista conservador. Más autoritario que el Frente, no. El Frente es un poco, mucho más liberal. Este, sobre todo no referente a la inquietud, la violencia que hay en la sociedad. Muy más permisivo. Pero vamos a buscar las bases, las razones, vamos a buscar porque son

violentos, pero la gente lo que quiere es sacar la vivencia arriba. Los Blancos son más autoritarios.

Sonia: Porque Tavar insiste, porque tiene una disputa entre el y Mujica, ¿Cómo se dice?

César di Candia: Mujica.

Sonia: ¿Entre Mujica y el ministro de economía?

César di Candia: Astori. Astori es la voz de Tavar. Es un poco de más a derecha, uh... ¿Mujica es un nombre que cuesta mucho tragarlo, no? Muy mal educado, muy

Sonia: ¿Grosero?

César di Candia: No sé cómo definirlo. Muy ordinario, muy de decir malas palabras y de, de andar mal vestido y de muy populachero él. Y Vásquez es un nombre con otra educación, es un médico. Jamás una palabrota, el tipo educado. Seguramente no quieren tipo a sin.

Sonia: ¿Pero no es popular? ¿Astori?

César di Candia: Astore. ¡Tiene! Le va a ser muy difícil la elección ahora, la elección interna entre Mujica y Astori no va ser nada fácil. Va a ser muy parecido.

Sonia: ¿No gana Lacalle?

César di Candia: Yo pienso que si Mujica es el candidato, mucha gente de Frente no lo va a votar.

Sonia: Y si es Astori?

César di Candia: Si fuera Astori con otro, con, con, si fuera Astori con Mujica, duro también. Porque un día Astori se enferma, se muere, se va, se renuncia ¿y quién es este otro? Yo creo que la gente de Frente Amplio ha hecho una cosa que, del punto de vista electoral, si está haciendo mal, está como teniendo una actitud auto destructiva, auto destructiva.

Sonia: De quien? Cual es El partido de Mujica?

César di Candia: MPP, Mujica era Tupamaro. Cuando salen de la cárcel, crearon un movimiento llamado: Movimiento de Participación Popular, llama MPP. Y ahí están todos los Tupamaros.

Sonia: Y Arana? No podría ser? Fue 10 años intendente, no podría ser un nombre?

César di Candia: No.

Sonia: ¿Por qué?

César di Candia: Porque es un nombre de él. Un nombre que no reunió gente a su alrededor. No tiene apoyo popular. Es un hombre muy inteligente, muy culto, muy preparado, muy buena gente pero...

Sonia: ¿Lo que hace para los uruguayos un nombre pasible de ser candidato? ¿Lo que hace una persona para ser, dentro de su partido, un hombre viable? Posible, porque Mujica es, todas las personas...

César di Candia: Pero es dentro de un sector social, ¿no? La sociedad no es toda igual. Hay un sector social que le gusta Mujica porque él los representa.

Sonia: Sí. Pero necesita la mayoría de los votos para ser presidente...

César di Candia: Ah sí. Los presidentes son unos mal vestidos, unos malos educados. La gente viene de pueblo, viene de abajo, pobre. Astori representa una clase media ilustrada que piensa un poquito ¿no? Y esto es el grave problema de hoy que se va, que está dividiendo.

Sonia: ¿Y cuando tiene que tomar la decisión?

César di Candia: Bueno esto domingo que viene hay, van a decidir...

Sonia: ¿Ahora?

César di Candia: Sí. Deciden de pronto y hay elecciones internas. O sea, si deciden que hay elecciones internas va ha ser en junio del año que viene, elecciones internas de todos partidos.

Sonia: Junio.

César di Candia: constitucionalmente elecciones de todos los partidos, junio. Elecciones en octubre. Nacionales y parlamentares en octubre. Si hay segunda vuelta, balotaje. En noviembre, final le llega si no le pasa 50% hay en octubre, hay en noviembre. Entonces se dará una alianza entre este y este y este par para llegar a...

Sonia: Una pregunta. ¿Las instituciones? ¿Cómo son las instituciones?

César di Candia: Bien, bien sólidas.

Sonia: ¿Siempre sólidas?

César di Candia: sí, sí, en esto momento no pasa. No hay a menor posibilidad que pase nada. Ni golpes militares, nada, nada, en absoluto.

Sonia: ¿Y las instituciones como se ve porque la iglesia fue retirada de la vida.

César di Candia: Sí, la iglesia fue, este es un país laico. Y fue a partir de Don Pepe Battle, fue un país laico. Al revés de Argentina que sigue teniendo.

Sonia: ¿una clausula en la constitución?

César di Candia: Sí, sí. ¿El presidente tiene que ser, yo no sabía, cristiano, si el presidente jura ante Dios, si el presidente jura ante la biblia. Acá no... la iglesia quedó totalmente relegada. Del punto de vista institucional la iglesia no existe. A veces opina el bispo, otro bispo, pero no tiene importancia ninguna. Nada más que opinión. Ni siquiera tiene un partido político atrás. Partido ideológico que le responda, no tiene. Hubo un llamado Unión Cívica y que voto siempre muy mal y ahora se unió al partido nacional.

Sonia: Se unieron?

César di Candia: Si unió, así que no tiene partido. La iglesia no existe.

Sonia: ¿Y la sociedad? ¿Como tú ves la sociedad? ¿El tercer sector? ¿Como la sociedad organizada? Cómo las ONGS trabajan juntas con los gobiernos, pueden ayudar porque cuando hay capital social alto, pueden haber buenas instituciones gubernamentales, confiables para trabajar y ayudar.

César di Candia: En eso momento, yo creo que sí. Puede que la crisis mundial traiga algún problema. Quiere decir que los organismos de apoyo, los organismos, como se llama, paralelos, este, con capital del exterior, pueden que se retraigan un poco ahora. Seguramente, sí. Una cantidad de cosas que no va a poder hacer. Pero tampoco en otros países, esto es normal. Ahora aparentemente, va a ocurrir en todo....

Sonia: ¿A que usted atribuye ese nivel de capital social? ¿A los Uruguayos mayores y ese nivel de confianza institucional mayor, en su opinión?

César di Candia: Mi opinión. ¿Cuál es la pregunta?

Sonia: El capital social es un nivel de confianza entre las personas. Las personas tienen el tejido social fuerte. Las personas confían ¿Porque usted cree que esto, como esto se formo y porque esto es aún tan fuerte? ¿La familia es una institución fuerte?

César di Candia: No se. Yo lo sé. No me atrevería a dar una opinión. Pero que es fuerte, es fuerte. También es fuerte, los sindicatos son fuertes.

Sonia: ¿Y cuáles otras instituciones son fuertes?

César di Candia: Y bueno, las, las instituciones empresariales, la cámara de, de comercio, la, la cámara de industria.

Sonia: ¿Son activas?

César di Candia: Si, si, si, son activas sí.

Sonia: Los abogados. Nosotros tenemos la orden de los abogados en Brasil que es muy fuerte. Ellos tienen...

César di Candia: Si, si, si, este, ya la orla de la "izquierdizacion" del mundo ya se paso aparentemente, centralizando la cosa. Este, y empezando a dar a mayor fuerza a las empresas. Las grandes empresas, las grandes, este, capitales que han empezado en Uruguay, han empezado a venir. Bien, Buen Viasolo: son 1200 millones de dólares. Ahora viene una empresa papelera, Koch and Roche, 1500 millones de dólares. Berta & Berta tiene cantidades impresionantes, como nunca se vio. Este, es otro mundo. No tiene nada que ver con el mundo hace 40 años con el mundo de 80. Lo que se pasa es que hay que a verlo. Se uno seguí viviendo con la mentalidad del mundo de 40 años no entiende el mundo actual.

Sonia: ¿O que usted pone como puntos Brasil y Uruguay? ¿Cuales los puntos comunes y cuales los puntos divergentes?

César di Candia: Puntos comunes, gobierno de izquierda, este, tema de Brasil, primero que es mucho más grande, que tiene tierras aún inexploradas, que tiene, este, selvas inmensas, que tiene indios y que tiene una cantidad de problemas que acá no tenemos. Acá nunca tuvimos problemas de indios, ni de negros, ni de nada. Los negros son un montecito chiquito. Son una minoría. Pero, Brasil tiene una cantidad de problemas raciales que, que, que contemplar, mucho más graves que nosotros. Yo no quiero estar en el pesero de Lula.

Sonia: ¿Que nos aproxima y que nos aleja? Brasil y Uruguay.

César di Candia: Perdón, un minuto.

Su mujer: un minuto.

Sonia: Hola. Un gusto conocerte. Sonia Santos.

Su mujer: no atiendes, no...

Sonia: Que ya estamos terminando. Estamos en las preguntas finales.

Su Mujer: Creo que me voy al cuarto. Tengo oculista.

César di Candia: ¿Te vas, te fuiste o quieres que te leve?

Sonia: En 5 minutos terminamos.

Su Mujer: No, no, no está perfecto.

César di Candia: ¿Tengo que llevarte?

Sonia: Sería bueno. Entonces vamos.

Su Mujer: No puede manejar mucho...

César di Candia: No puedo manejar porque no veo bien.

Sonia: no, no, por favor...

Su Mujer: disculpa...

Sonia: ¡sin problemas!, yo agradezco por el tiempo. Solo pediría su autorización. Está con usted. No es esa. Esa es la lista de los libros que le iba a mostrar. Y ahora salgo de acá llena de libros.

ANEXOS

Anexo A – Documentos

Anexo B – Questionário

Anexo A - Documentos

S/S 7118301 34701



DEPARTMENT OF STATE

Washington, D.C. 20520

SECRET

November 13, 1971

MEMORANDUM FOR MR. HENRY A. KISSINGER
THE WHITE HOUSE

Subject: Visit of Brazilian President - Topics
for Conversations with President Nixon

During his state visit to the United States President Emilio Garrastazu Medici will have substantive conversations with President Nixon at the White House on two occasions. The first talks will be held on Tuesday, December 7 immediately following arrival ceremonies. The second meeting probably will be held on December 9.

A lengthy proposed agenda submitted by the Brazilians makes clear President Medici's intent to discuss a wide range of world issues which do not necessarily have a direct bearing on our bilateral relations. This is consistent with the Brazilian Government's increasing consciousness of Brazil's size and growing importance in the world.

We submit, below, a suggested list of topics for the conversations for your approval. This list encompasses the major areas of interest covered in the Brazilian agenda. A copy of their agenda is attached. Any suggestions for changes will be welcome.

1. Brazilian Economic and Social Progress
2. U.S.-Brazilian Relations
3. U.S. New Economic Policy
4. Economic Issues - Coffee, Textiles, Footwear
5. U.S. Assistance Policies
6. Military Sales and Credits

SECRET

SECRET

-2-

7. Territorial Waters and Fisheries
8. Hemispheric Problems
 - a. Cuba, Chile and Uruguay
 - b. Increased Soviet and Chicom Presence
 - c. Terrorism, infiltration and subversion
 - d. OAS
9. U.N. and World Situation

Theodore L. Eliot, Jr.
Theodore L. Eliot, Jr.
Executive Secretary

Attachment:

Copy of agenda proposed by Brazilians.

SECRET

Anexo B – Questionário

CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DA QUALIDADE DE VIDA ESTUDO COMPARADO ENTRE CIDADES DO BRASIL, CHILE E URUGUAI

Filtro: Residir na cidade onde a entrevista é realizada e ter 16 anos ou mais.

Questionário nº: _____

Cidade: _____
Data: ____/____/2005 – Bairro: _____

1. **Sexo:** (Anotar sem perguntar)

(1) Masculino (2) feminino

2. **Idade:** _____ (em anos)

3. **Escolaridade:** _____

Grau mais alto (completo ou incompleto)

4. **Falando em política, o/a sr/a se interessa por política?**

(1) Sim (2) Mais ou menos

(3) Não (9) NR

5. **O/a sr/a costuma se manter informado sobre assuntos políticos?**

(1) Sim

(2) Não (9) NR

6. **O/a sr/a conversa sobre política com familiares?**

(1) Sempre (2) Às vezes

(3) Nunca (9) NR

7. **O/a sr/a conversa sobre política com amigos?**

(1) Sempre

(2) Às vezes

(3) Nunca (9) NR

8. **Com que frequência o/a sr/a fala dos problemas do país com amigos?**

(1) Regularmente

(2) Às vezes

(3) Nunca (7) NSA (9) NR

9. **Em relação ao funcionamento da democracia no Brasil, o/a sr/a está:**

(1) satisfeito

(2) pouco satisfeito

(3) insatisfeito

(8) NS (9) NR

10. **Qual a sua opinião sobre as seguintes afirmações:**

a. Todos os políticos são corruptos	
b. Os políticos prometem, depois não cumprem	
c. O Estado é eficiente na aplicação dos recursos públicos	

1. Concorda 2. Concorda em parte 3. Discorda 8. NS

11. **Como o/a sr/a avalia a qualidade dos serviços públicos em POA nas áreas de:**

a. Saúde	
b. Educação	

c. Esporte / Lazer / Cultura	
d. Transporte	
e. Segurança Pública	
f. Saneamento Básico	
g. Habitação	
h. Telefonia	
1. Boa 2. Mais ou menos 3. Ruim	8. NS

12. Pensando na qualidade dos serviços públicos, o valor dos impostos que o/a sr/a paga é?

- (1) Muito alto (2) Razoável
 (3) Baixo (8) NS (9) NR

13. O/a sr/a estaria disposto/a a pagar mais impostos para evitar danos à natureza, tais como poluição?

- (1) Sim
 (2) Não (8) NS (9) NR

14. Quanto às Leis, o/a sr/a as obedece por:

- (1) Acreditar nas instituições
 (2) Obrigação (8) NS (9) NR

15. Para o/a sr/a o que deve ser mais importante nas ações de um governo?

- (1) Manter a ordem
 (2) Combater a inflação (preços)
 (3) Aumentar a participação
 (4) Garantir a liberdade de expressão
 (5) Preservar o meio ambiente
 (6) Possibilitar o desenvolvimento sustentável
 (8) NS (9) NR

16. Para resolver os problemas do Brasil, o que considera melhor:

- (1) Um líder que coloque as coisas no lugar OU
 (2) A participação da população nas decisões do governo?
 (8) NS (9) NR

17. Como o/a sr/a avalia o desempenho dos atuais governantes?

Presidente da República (Lula)	
Governador do Estado do RS (Rigotto)	
Prefeito de Porto Alegre (Fogaça)	

1. Muito Bom 2. Bom 3. Regular
 4. Ruim 5. Péssimo 8. NS

FALANDO NO RIO GRANDE DO SUL**18. A seca no estado trouxe uma série de problemas (acionamento de água, prejuízos na agricultura etc.). Para o/a sr/a, quem é responsável por essa situação:**

- (8) NS (9) NR

19. Ainda em relação à seca. Na sua opinião, o que deveria ser feito para resolver o problema:

- (8) NS (9) NR

20. Falando na geração de seus pais, o/a sr/a diria que as suas oportunidades de ter uma vida satisfatória são:

- (1) Melhores
 (2) Iguais
 (3) Piores
 (8) NS (9) NR

21. Comparando agora a geração das crianças e jovens de hoje com a sua, o/a sr/a diria que essas oportunidades são:

- (1) Melhores
 (2) Iguais (3) Piores
 (8) NS (9) NR

22. Quanto ao/à sr/a, como se sente hoje em nossa sociedade? (Múltipla escolha)

- a. (1) Feliz (2) Infeliz (8)
 b. (1) Satisfeito/a (2) Insatisfeito/a (8)
 c. (1) Realizado/a (2) Frustrado/a (8)
 d. (1) Confiante (2) Inseguro (8)
 Outro: _____ (8)

23. Em geral o/a sr/a teve ou tem dificuldade para pagar ou obter:

a. Alimentação	
b. Medicamento	
c. Luz	
d. Água	
e. Vestuário (roupa, sapatos)	
f. Transporte	
g. Telefonia	
h. Moradia	
i. Acesso à Justiça	
j. Outro (anotar)	

1. Sim 2. Às vezes 3. Não 9.NR

24. Falando em moradia, um dos ideais das pessoas é ter casa própria. Nas atuais condições do país o/a sr/a considera possível concretizar esse ideal.

- (1) Sim
 (2) Não
 (3) Depende. De que? _____
 (8) NS
 (9) NR

25. Em termos gerais, o/a sr/a diria que:

- (1) Se pode confiar nas pessoas
 (2) Não se pode confiar nas pessoas
 (8) NS (9) NR

26. Em relação às instituições que eu vou ler, gostaria de saber se o/a sr/a confia muito, pouco ou não confia no(a):

a. Congresso Nacional (dep. Fed./senadores)	
b. Governo Federal (presidente/ ministros)	
c. Assembléia Legislativa (dep. estaduais)	
d. Governo Estadual (governador/secretários)	
e. Câmara Municipal (vereadores)	
f. Governo Municipal (prefeito/secretários)	
g. Judiciário (juizes/tribunais)	
h. Partidos Políticos	
i. Polícia	
j. Igreja	
l. Família	
m. Vizinhos	
n. Associações Comunitárias	
n. Sindicatos	
o. Meios de Comunicação	

1. Confia muito 2. Confia pouco 3. Não confia 8. NS 9. NR

27. Na sua opinião, as condições de pobreza do país levam as pessoas a tirar vantagens umas das outras:

- (1) Sim
 (2) Às vezes
 (3) Não (9) NR

28. O/a sr/a se sente seguro/a ao andar nas ruas?

- (1) Sim
 (2) Mais ou menos
 (3) Não
 (8) NS (9) NR

29. O/a sr/a conhece alguém que foi vítima de um delito ou assalto nos últimos 12 meses?

- (1) Sim, eu mesmo/a
 (2) Sim, outra pessoa
 (3) Não (9) NR

30. Se uma pessoa não se sente segura nas ruas, o/a sr/a acha que ela deveria:

a. Procurar ou pedir a proteção da polícia	
b. Sair em companhia de outra pessoa	
c. Evitar de sair depois que anoitece	
d. Usar uma arma para proteção	
e. Possuir um cão de guarda	

1. Sim 2. Às vezes 3. Não 8. NS 9. NR

31. Falando no bem-estar das pessoas, quem na sua opinião é o maior responsável por ele:

- (1) Os indivíduos
 (2) O governo
 (8) NS (9) NR

32. O/a sr/a costuma participar de...

a. Partidos Políticos	
b. Reuniões políticas	
c. Comícios	
d. Associações comunitárias	
e. Associações Religiosas	
f. Associações Sindicais	
g. Conselhos Populares	
h. Organizações Não Governamentais/ONGs	
i. Orçamento Participativo – OP	
j. Abaixo assinados	
l. Manifestações ou protestos	
m. Greves	
n. Ocupação de terrenos ou prédios públicos	
o. Outros. Quais	

1. Sim 2. Não 3. Já participou 9. NR

33. O/a sr/a considera importante a sua participação na política para resolver os problemas do país?

- (1) Sim
 (2) Não (8) NS (9) NR

34. O/a sr/a se identifica com algum partido político?

- (1) Sim, Qual? _____
 (2) Não
 (8) NS (9) NR

35. Em relação ao voto, o/a sr/a:

- (1) Considera importante votar em eleições para mudar as coisas
 (2) Vota nas eleições porque é obrigatório
 (3) Em geral não vota em eleições
 (8) NS (9) NR

36. E se no Brasil o voto não fosse obrigatório para maiores de 18 anos, o/a sr/a:

- (1) Votaria
 (2) Não votaria
 (8) NS (9) NR

37. Quando escolhe em quem vai votar considera mais importante:

- (1) A pessoa do(a) candidato(a)
 (2) O partido político a que ele(a) pertence
 (3) Outra. Qual? _____
 (8) NS (9) NR

38. Se um candidato lhe oferecesse dinheiro ou uma cesta básica, em troca do seu voto, o que o/a sr/a faria?

- () Aceitaria e votaria no candidato
 () Não aceitaria trocar seu voto
 () Não aceitaria e denunciaria aos órgãos competentes
 () Outro: _____
 (8) NS (9) NR

39. Na sua opinião, a colaboração entre as pessoas pode contribuir para melhorar a situação do país?

- (1) Sim
 (2) Às Vezes
 (3) Não (9) NS/NR

40. Nos últimos anos, o/a sr/a tentou resolver algum problema local do bairro/comunidade junto com outras pessoas?

- (1) Sim
 (2) Não (8) NS (9) NR

41. Dentre os grupos que vou mencionar quais deles existem no seu bairro:

a. Grupo ou movimento político	
b. Grupo ou associação cultural (Teatro, arte, música, cinema)	
c. Grupo educacional (ex. Associação de pais e professores, comitê escolar)	
d. Grupo esportivo	
e. Grupo de jovens	
f. ONG ou grupo cívico (ex. Rotary Club, Cruz Vermelha)	
g. Grupo baseado na comunidade étnica	
h. Grupos de mulheres	
i. Outro:	

(1) Sim (2) Não (8) NS (9) NR

42. Atualmente o/a sr/a participa de algum grupo ou organização (associação de moradores; juntas de vizinhos, de escola, grupo religioso ou ecologista, clube de bairro, partido político, sindicato etc)?

- (1) Sim (**Passa Pergunta 44**)
 Qual? _____ (9) NR
 (2) Não

43. Se Não, quais os principais motivos para a sua não participação:

a. Falta de tempo	
b. Falta de interesse	

c. Falta de credibilidade	
d. Não traz benefícios	
e. Impossibilidade / Motivos pessoais	
f. Outro motivo, qual?	
1. Sim	2. Não 7.NSA 9. NR

44. Se Sim, qual é o maior benefício de se fazer parte de um grupo?

- (1) Melhorar renda atual do meu domicílio ou o acesso a serviços
 (2) É importante em situações de emergência/no futuro
 (3) Beneficia a comunidade
 (4) Prazer/Diversão
 (5) Espiritual, posição social, auto-estima
 (6) Outros (especifique) _____
 (7) NSA 9. NR

45. O grupo ajuda sua família a ter acesso a algum tipo de melhoria em uma área ou serviços?

- (1) Sim. Qual? _____
 (2) Não
 (7) NSA (8) NS 9. NR

46. Se precisasse viajar por um ou dois dias, o/a sr/a poderia contar com vizinhos para cuidar da sua casa e/ou filhos?

- (1) Sim
 (2) Provavelmente
 (3) Não (8) NS

47. Em uma situação de emergência, como a doença de um familiar ou perda de emprego, o/a sr/a receberia ajuda:

- (1) de familiares
 (2) de vizinhos
 (3) de colegas de trabalho
 (4) Outros: _____

48. Se um projeto da comunidade não lhe beneficia diretamente, mas pode beneficiar outras pessoas do seu bairro, o/a sr/a contribuiria para este projeto?

- (1) Sim
 (2) Não (8) NS

49. Existem pessoas no seu bairro que não têm acesso a:

a. Escolas	
b. Postos de saúde	
c. Água e esgoto	
d. Transporte	

1, Muitas 2. Poucas 3. Nenhuma 8. NS

50. Em relação ao seu bairro:

A maioria das pessoas do bairro geralmente está disposta a ajudar você caso necessite	
Pode-se confiar na maioria das pessoas que moram neste bairro	
Neste bairro é preciso estar atento, ou alguém pode tirar vantagem de você	
As pessoas do bairro em geral não confiam nas outras para emprestar dinheiro	

1. Sim 2. Às Vezes 3. Nunca 8. NS 9. NR

Falando no Brasil.

51. Para o/a sr/a, a opinião da maioria das pessoas é levada em conta no país:

- (1) Sim
 (2) Não (8) NS (9) NR

52. Na sua opinião, qual o principal problema do Brasil hoje?

_____ (8) NS (9) NR

53. Para o/a sr/a quem tem mais poder no país? (Marcar até três da lista: 1º, 2º e 3º)

- () Grandes empresas
- () Militares
- () Sindicatos
- () Judiciário
- () Bancos () Outros: qual? _____
- () Partidos políticos
- () Governo
- () Parlamento/Congresso
- () Meios de comunicação
- () Igreja (88) NS/NR

54. Atualmente, qual sua situação profissional:

- (1) Empregado Assalariado
- (2) Autônomo/conta própria
- (3) Profissional liberal
- (4) Empregador/empresário
- (5) Aprendiz ou estagiário
- (6) Estudante
- (7) Desempregado
- (8) Aposentado
- (9) Dona de casa
- (10) Outro. Especificar: _____

55. O/a sr/a se preocupa em ficar desempregado/a?

- (1) Sim (2) Não
- (3) Depende: De que? _____
- (7) NSA

56. Qual a sua renda mensal? R\$ _____

- (7) NSA (8) NR

**57. Somando a renda de todas as pessoas que moram na sua casa, qual é a renda familiar?
R\$ _____**

- (8) NS (9) NR

58. Quantas pessoas dependem dessa renda?

_____ (8) NS (9) NR

59. O/a sr/a consegue poupar algum dinheiro no final do mês?

- (1) Sim
- (2) Às vezes
- (3) Não (9) NR

PARA FINALIZAR GOSTARÍAMOS DE SABER:

60. Qual é o seu estado civil? _____ (9) NR

61. Qual a sua religião? _____ (9) NR

62. Como você se define em termos de cor ou raça? _____ (9) NR

**63. Qual a sua classe social?
_____ (9) NR**

AGRADECEMOS A SUA COLABORAÇÃO

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)